



Coleção
**História das
Infâncias e
Juventudes**

**CARTOGRAFIAS DAS INFÂNCIAS:
HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E SENSIBILIDADES
NA AMÉRICA LATINA**

SILVIA MARIA FÁVERO AREND
CAMILA SERAFIM DAMINELLI
DANIEL ALVES BOEIRA
ELISANGELA DA SILVA MACHIESKI
Organizadores

**CARTOGRAFIAS DAS INFÂNCIAS:
HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E SENSIBILIDADES
NA AMÉRICA LATINA**

SILVIA MARIA FÁVERO AREND
CAMILA SERAFIM DAMINELLI
DANIEL ALVES BOEIRA
ELISANGELA DA SILVA MACHIESKI
Organizadores

2024 © Copyright UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105, Bairro Universitário, Criciúma, SC
C.P. 3167, CEP 88806-000
Fone: +55 (48) 3431-2718

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

REITORA

Luciane Bisognin Ceretta

CONSELHO EDITORIAL

Dimas de Oliveira Estevam (Presidente)
Adriano Michael Bernardin
Angela Cristina Di Palma Back
Cinara Ludvig Gonçalves
Ismael Francisco de Souza
Marco Antônio da Silva
Merisandra Côrtes de Mattos Garcia
Rafael Rodrigo Mueller
Reginaldo de Souza Vieira
Ricardo Luiz de Bittencourt
Richarles Souza de Carvalho
Susana Cararo Confotín
Vilson Menegon Bristot

COMISSÃO EDITORIAL DA COLEÇÃO HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS E JUVENTUDES

Ailton José Morelli – Universidade Estadual de Maringá (Brasil)
Eduardo da Silveira Netto Nunes – Universidade Federal do Acre (Brasil)
Elena Jackson Albarrán – Miami University (Estados Unidos)
Humberto da Silva Miranda – Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil)
Isabella Cosse – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Ismael Gonçalves Alves – Universidade do Extremo Sul Catarinense (Brasil)
José Carlos da Silva Cardozo – Universidade Federal do Rio Grande (Brasil)
Karen Alfaro Monsalve – Universidad Austral de Chile (Chile)
Maria Laura Osta Vázquez – Universidad de Montevideo (Uruguai)
Sílvia Maria Fávero Arend – Universidade do Estado de Santa Catarina (Brasil)
Susana Sosenski – Universidad Nacional Autónoma de México (México)

**CARTOGRAFIAS DAS INFÂNCIAS:
HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES E SENSIBILIDADES
NA AMÉRICA LATINA**

SILVIA MARIA FÁVERO AREND
CAMILA SERAFIM DAMINELLI
DANIEL ALVES BOEIRA
ELISANGELA DA SILVA MACHIESKI
Organizadores

Criciúma
UNESC
2024

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Vera Lúcia Braga de Moura

As narrativas históricas nos fazem pensar, sobretudo, no compromisso ético, político e estético da tessitura do contar a história, de a escrever, de nos comprometer com esse construto que confere sentido à existência humana. Ao escrever a história das infâncias, das adolescências, das juventudes, da vida humana, estamos trazendo à tona reflexões importantes e práticas sociais que precisam ser mais bem enxergadas, vistas, e ressignificadas para além do fazer histórico.

Escrever e refletir sobre infâncias, adolescências e juventudes nos remetem a indagações que comumente acompanham a quem se debruça a pesquisar, a estudar e a escrever sobre esses públicos. Então questionamos: a que temporalidades, espaços, questões, problemáticas, experiências nos referimos? O livro que o/a leitor/a tem em mãos aporta um pouco de tudo isso. Intitulado *Cartografias das Infâncias: História, Representações e Sensibilidades na América Latina*, foi organizado pelas historiadoras Sílvia Maria Fávero Arend, Camila Serafim Daminelli e Elisângela da Silva Machieski, além do historiador Daniel Alves Boeira.

Este livro constitui o segundo volume dos debates oportunizados pelo *III Encuentro de la Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina* & pelo *I Seminário do Grupo de Trabalho História da Infância e da Juventude da ANPUH/BR*, ocorrido em junho de 2021. As histórias aqui abordadas estão impressas em onze artigos, que dialogam com práticas sociais vivenciadas pelo público infantojuvenil em suas experiências cotidianas. Essas escritas envolvem a nacionalidade brasileira, a argentina, a estadunidense e a mexicana, permitindo-nos conhecer a tessitura, ou a trama dos fios que atravessam as infâncias, adolescências e juventudes nesses espaços históricos.

A professora Elena Jackson Albarrán, da Miami University de Ohio, abre o eixo de discussão intitulado *culturas*, com o artigo *Diplomatas de calças curtas. El desarrollo latinoamericano como símbolo y práctica entre niños y hombres*. O artigo tem como objetivo analisar a política da boa vizinhança desenvolvida entre os Estados Unidos da América e o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial, notadamente a partir de 1941, através dos intercâmbios protagonizados por dois jovens Robertos, um estadunidense e outro, brasileiro. Para a historiadora, a representação infantil na diplomacia para estabelecer vínculos empresariais e políticos foi uma das estratégias para consolidar o consenso público legitimador de certo marco de masculinidade, que atuava sobre os meninos e sobre os países que representavam.

A historiadora Olga Brites, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em seu artigo *Imprensa e infância no Brasil: informação e formação (1930-1950)*, faz um inventário sobre as infâncias e os temas que, de alguma forma, os tocavam nas pautas da imprensa entre os anos 1930 e 1950. Para a construção deste inventário, foram analisadas as revistas *Fon-Fon!*, *Infância e Vida Doméstica*. Dentre os temas destacados pela autora, estavam as preocupações com as altas taxas de mortalidade infantil, a sua

inserção em trabalhos adequados, o desenvolvimento de seu corpo físico, a assistência materno-infantil, as infâncias das altas classes e as instituições e programas que atendiam às infâncias desvalidas.

O artigo intitulado *Escritoras de Literatura Infantil na Argentina e no Brasil (1960-1970): rebeldes, feministas e revolucionárias*, da pesquisadora Alejandra J. Josiowicz, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, analisa uma série de livros, contos e outras produções culturais voltadas ao público infantojuvenil para demonstrar como, durante os regimes autoritários que marcaram os anos de 1960 e 1970 na América Latina, as mulheres escritoras produziram sistematicamente um horizonte social que questionava os mandatos de gênero e de parentalidade, mas também criticava o autoritarismo e o adultocentrismo.

A *Imprensa e juventude no Brasil na década de 1980*, título do artigo da historiadora Luciana Rossato, da Universidade do Estado de Santa Catarina, analisa os discursos sobre jovens e juventude que circularam na imprensa brasileira na década de 80, especificamente na revista *Veja*, no jornal *O Estado* e na revista *Mundo Jovem*.

Encerrando o eixo *culturas*, a historiadora Paula Bontempo, da Universidad Nacional Arturo Jauretche, em seu artigo *La revista Barbie y la emergencia del espacio "preadolescente" femenino (fines de los años '80 e inicios de los '90 en Argentina)*, analisa um produto de cultura impressa voltado às meninas das classes médias argentinas: *Barbie, tu revista*. Pensada para um segmento populacional que ainda não possuía um produto cultural de mídia impressa, Bontempo discute como a revista, assim como a boneca, buscavam dialogar com o universo das meninas de determinada faixa etária, introduzindo fotonovelas, testes de interesses e autoconhecimento. Sugere, ainda, que a revista mobilizou condutas e interesses que se situavam num lugar entre a infância e a adolescência, auxiliando na construção de formas de pensar e sentir, refletindo-se nas vivências cotidianas como namoros, moda e passeios.

Abrindo o segundo eixo temático do livro - protagonismos e questões sensíveis -, a pesquisadora Eliane Mimesse Prado analisa, em seu artigo *Sobre os vestígios de crianças desaparecidas e órfãs na cidade de São Paulo (1894-1909)*, os jornais do período, sendo eles, o *Commercio de São Paulo*, o *Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano*, procurando entender e que caminho as crianças desaparecidas e órfãs percorreram para chegar até as instituições de acolhimento assistenciais ou profissionais.

As historiadoras mexicanas Ana Cristina Rosado Medina e Susana Sosenski abordam, no artigo *La corrupción de menores en el Distrito Federal, México (1920-1940)*, a infância mexicana entre 1920 e 1940, que se tornou alvo de diferentes políticas estatais. Na concepção dos governos pós-revolucionários, era necessário modelar os novos cidadãos e o Estado seria o principal responsável por essa empreitada. As crianças pobres, assim como suas famílias, foram o alvo central das políticas estatais de controle. Instituições foram criadas; leis foram ratificadas; políticas sociais foram destinadas às crianças pobres e às suas famílias, visando à formação dos futuros cidadãos.

No artigo *La niña madre - ¿Cómo pensar una historia del abuso sexual a la infancia?*, a historiadora Isabella Cosse, da Universidad de Buenos Aires, traz,

em sua abordagem, a vivência de Mirta, uma menina de dez anos de idade, que foi capa e personagem central de uma reportagem da revista *Así*, uma popular revista argentina. Aos olhos da pesquisadora argentina, a história de Mirta, publicada em agosto de 1971, cruzou-se com a história de outra menina, que em 2019 teve seu direito de aborto negado. Essas duas histórias, além de tantas outras que perpassavam os cotidianos, instigam a autora a discorrer sobre essas trajetórias e a problematizar a violência sexual para com a infância.

No artigo “É possível educar as crianças na rua?": Paulo Freire, educadores/as e os meninos e meninas em situação de rua (Brasil - 1980), o historiador Humberto da Silva Miranda analisa o livro *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, lançado em 1989 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que, de acordo com esta instituição, tinha o objetivo de registrar e disseminar as ações voltadas ao enfrentamento do problema vivido por crianças e adolescentes em situação de rua, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina e do Caribe. O documento indicava o resultado do trabalho realizado pelo educador junto aos chamados “educadores de rua”, pessoas com diferentes trajetórias escolares e acadêmicas, que atuavam nas ruas executando trabalhos socioassistenciais, artísticos-culturais e educativos, destinados ao público infantojuvenil.

O historiador Thiago Reisdorfer, da Universidade Estadual do Piauí, analisa, em seu artigo *Juventude(s) e Universidades: Análises de uma invisibilização (2004-2020)*, a percepção das universidades brasileiras na constituição e reprodução de uma estrutura adultocêntrica, em que os universitários não são percebidos como jovens com práticas, sociabilidades e vivências legítimas e relevantes, mas apenas como “alunos”, invisibilizando, dessa forma, importantes aspectos de suas experiências universitárias.

Por fim, encerrando o livro, Valeria Llobet, doutora em psicologia e professora na Universidad Nacional de San Martín, na Argentina, discute em seu artigo *Infancia(s) y futuro(s). Las políticas de la infancia y la participación infantil* a ideia de que as crianças são o futuro da nação, ideia que ganhou palco ao longo do século XX, servindo de metáfora para projetos e ideários de nação. Este fato passou a ser questionado pelos estudos sobre as infâncias, pois havia a necessidade de as pensar e compreender no presente e não apenas como uma prospecção de futuro.

É nesse entrelaçamento de histórias do público infantojuvenil que convidamos pesquisadores, estudiosos, pessoas interessadas nas vivências e práticas sociais das infâncias e juventudes a se debruçar sobre o fazer, o contar e o viver a história e dar-lhe vida.

Recife, junho de 2022.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
<i>Silvia Maria Fávero Arend</i>	
<i>Camila Serafim Daminelli</i>	
<i>Daniel Alves Boeira</i>	
<i>Elisangela da Silva Machieski</i>	

PARTE I

CULTURAS E REPRESENTAÇÕES

DIPLOMATAS DE CALÇAS CURTAS. EL DESARROLLO LATINOAMERICANO COMO SÍMBOLO Y PRÁCTICA ENTRE NIÑOS Y HOMBRES	15
<i>Elena Jackson Albarrán</i>	
IMPrensa E INFÂNCIA NO BRASIL: INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO (1930-1950)	32
<i>Olga Brites</i>	
ESCRITORAS DE LITERATURA INFANTIL NA ARGENTINA E NO BRASIL (1960-1970): REBELDES, FEMINISTAS E REVOLUCIONÁRIAS	50
<i>Alejandra J. Josiowicz</i>	
IMPrensa E JUVENTUDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980	64
<i>Luciana Rossato</i>	
LA REVISTA <i>BARBIE</i> Y LA EMERGENCIA DEL ESPACIO “PREADOLESCENTE” FEMENINO (FINES DE LOS AÑOS 80 E INÍCIO DE LOS AÑOS 90 EN ARGENTINA)	78
<i>M. Paula Bontempo</i>	

PARTE II
PROTAGONISMOS E
QUESTÕES SENSÍVEIS

- SOBRE OS VESTÍGIOS DE DESAPARECIDOS E** 97
ÓRFÃOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1894-1909)
Eliane Mimesse Prado
- LA CORRUPCIÓN DE MENORES EN EL DISTRITO FEDERAL,** 113
MÉXICO (1920-1940)
Ana Cristina Rosado Medina
Susana Sosenski
- “LA NIÑA MADRE”¿CÓMO PENSAR UNA HISTORIA DEL ABUSO SEXUAL A** 134
LA INFANCIA?
Isabella Cosse
- “É POSSÍVEL EDUCAR AS CRIANÇAS NA RUA?” - PAULO FREIRE,** 143
EDUCADORES/AS E OS MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE
RUA (BRASIL - 1980)
Humberto da Silva Miranda
- JUVENTUDE(S) E UNIVERSIDADES NO BRASIL -** 160
ANÁLISE DE UMA INVISIBILIZAÇÃO (2004-2020)
Thiago Reisdorfer
- INFANCIA(S) Y FUTURO(S). LAS POLÍTICAS DE LA INFANCIA** 177
Y LA PARTICIPACIÓN INFANTIL
Valeria Llobet
- SOBRE AS AUTORIAS** 187

APRESENTAÇÃO

*Silvia Maria Fávero Arend
Camila Serafim Daminelli
Daniel Alves Boeira
Elisangela da Silva Machieski*

Quando Charles Dickens escreveu o primeiro romance inglês protagonizado por uma criança, em meados do século XIX, não presumia a repercussão que *Oliver Twist* causaria no imaginário social do mundo ocidental. Aquela criança, que perdeu sua mãe no parto, foi forjada em uma sociedade excludente e criada em um lar de órfãos, mantido por uma paróquia. Entre as andanças do personagem, até que sua vida tomasse um rumo como o da maioria das crianças pobres e/ou desassistidas daquele período e do tempo presente, as ruas foram seu maior interlocutor, tendo ali vivido suas aventuras e desventuras.

Ao relacionarmos as narrativas – a de Oliver com as do presente livro –, tencionamos apontar certa afinidade entre as obras, pois os capítulos apresentados pelas autorias estão inseridos em três eixos de discussão: culturas, protagonismos e questões sensíveis. Elementos essenciais na construção do pequeno Oliver, que experienciou feridas sociais ainda atuais, em que pese a fissura espaço-temporal entre nós e a narrativa de sua jornada através da infância.

O campo das infâncias e das juventudes tem sido “desbravado”, nos últimos anos, de maneira efervescente por pesquisas na área das Ciências Humanas, em especial no campo da historiografia. Exemplo disto é esta obra, resultado de colaborações advindas do *III Encuentro de la Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina – Rehial* e o I Seminário Nacional do Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude da Anpuh, Brasil.

O evento – ocorrido nos dias 9, 10 e 11 de junho de 2021, em formato virtual –, foi gestado pelo interesse em reunir investigadores e investigadoras centrados nas especificidades do continente latino-americano, que, em perspectiva histórica, refletissem sobre os modos de ser e viver de crianças, adolescentes e jovens de outrora. O encontro entre a Rehial e o GT História da Infância e da Juventude da Anpuh nacional foi organizado em parceria entre o Laboratório de Relações de Gênero e Família (LabGeF), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e o Laboratório de História das Infâncias (Lahin), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e financiado pelo Edital Chamada Pública Fapesc nº. 02/2020 - Proeventos 2020/2021 - Fase II.

Retornamos à obra de Charles Dickens, em um último paralelo com o presente livro. A obra literária, mesmo que em outro contexto geográfico e temporal, retratou a denúncia e a crítica de sua época: as mazelas, as experiências e os discursos que se conceberam sobre os corpos infantojuvenis. Eis o elo invisível entre as duas obras. O exemplar que o leitor ou leitora tem em mãos adensa debates sociais e historicamente relevantes acerca das experiências, dos

discursos, das políticas e das representações sobre as crianças, os adolescentes e os jovens latino-americanos em distintas temporalidades.

Nas dinâmicas históricas reside a virtude desta obra, pois os capítulos que a compõem dão testemunho das profundas mudanças vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes latino-americanos em diferentes aspectos. Cada capítulo, a seu modo, problematiza a sociedade em que vivem, suas ausências, suas incompletudes, seus direitos e suas políticas perante a infância e a juventude. Apesar da diversidade dos problemas, dos temas, das fontes e dos enfoques, o livro elucida as potencialidades de um campo de pesquisa consolidado, mas que compreende, nas redes acadêmicas em que são tecidas, um compromisso de ordem política, ainda distante de seu cessar, que consiste em ampliar o respeito às distintas culturas infantojuvenis, em destacar seu protagonismo, em enfrentar as questões sensíveis que lhes provocam sofrimento... Por hora, desejamos boa leitura! Que este livro contribua para a integração do campo das infâncias e juventudes latino-americanas e, quiçá, seja fonte de inspiração para outros espaços de reflexão.

PARTE I

CULTURAS E REPRESENTAÇÕES

DIPLOMATAS DE CALÇAS CURTAS. EL DESARROLLO LATINOAMERICANO COMO SÍMBOLO Y PRÁCTICA ENTRE NIÑOS Y HOMBRES

<https://dx.doi.org/10.18616/cart01>

Elena Jackson Albarrán

En 1941, un joven “típico americano” de Nueva York, Bobby Gallagher, de 16 años, viajó a Brasil como embajador de buena voluntad representando a su país como una encarnación de la política del Buen Vecino. Su viaje replicó el de su contraparte, Roberto de Andrade, brasileño paulista de 14 años, a los Estados Unidos. Los dos participaron en una serie de eventos y visitas de alto perfil, bajo las luces de los medios, en una muestra de la hermandad internacional protagonizada por dos jóvenes encantadores. El intercambio fue publicitado como una expresión fraternal de bondad hemisférica, patrocinado por líderes de negocios y la industria de ambas naciones. Una discusión del contexto histórico en que se movilizaban los dos Robertos se enriquece con un análisis de las estrategias publicitarias de marcar esta presencia transnacional con la estampa de los discursos populares de la infancia. Entre presidentes y niños aduladores, Bobby y Roberto fueron sujetos a los proyectos políticos, deseos desarrollistas y sueños infantiles que alternaban en construirlos como hombres o niños (imagen 1).

En la historia hemisférica de las Américas, el nexo entreguerras fue un momento clave para el reforzamiento de las relaciones norte-sur y el establecimiento de los Estados Unidos como un poder político mundial (Crandall; Crandall, 2021). El papel de la diplomacia cultural de ese momento crítico del auge de la Segunda Guerra Mundial era clave para cultivar el terreno político de la esfera pública por la oleada inminente de inversiones industriales y extracciones de materias primas (Kropf, 2020; Cándida Smith, 2017). Aunque pareciera fuera de las preocupaciones de los jefes de estado y de los procesos macro de las economías americanas, la infancia figuraba entre las herramientas para construir relaciones multilaterales.

La política panamericanista tuvo su primer auge en la década del 1890, producto del Primer Congreso de Estados Americanos, de lo que nació la Unión Panamericana (UP) con su sede en Washington D.C. Las primeras décadas del siglo XX estuvieron marcadas por una política exterior paternalista de los Estados Unidos hacia los demás países miembros de la UP. Bajo este modelo de relaciones hemisféricas, se esperaba que los países latinoamericanos se ajustaran a la agenda estadounidense, protegiendo sus intereses económicos sobre todo en la zona del canal de Panamá y el Caribe. La diplomacia cultural no figuró en esta primera versión del panamericanismo. Por el contrario, una “Política del Gran Garrote” intervencionista se concretó. Pero la crisis económica de 1929-1930 inauguró una nueva era en las relaciones interamericanas, expresada en la proclamación del presidente Franklin D. Roosevelt en 1933, con la Política del Buen Vecino. El llamado “nuevo panamericanismo” se caracterizó por expresiones de solidaridad;

intercambios culturales, educativos y científicos; acuerdos económicos; y no intervención (Leonard, 2000; Albarrán, 2021; Castle, 2000). A pesar de la retórica igualitaria, fue un período lleno de contradicciones, y no cabía duda de que Washington se vio en el centro moral y político de los intercambios.

Mientras la Segunda Guerra Mundial estallaba en Europa y el conflicto amenazaba extenderse hacia el hemisferio occidental, Washington esperaba que sus inversiones políticas de la década previa dieran resultados en forma de apoyo político incondicional de sus hermanas repúblicas. Brasil se figuraba como un socio estratégico para los Estados Unidos dado su aumentada potencia económica y su liderazgo en la industria aeronáutica. Sin embargo, para 1941, Getúlio Vargas todavía se negaba a comprometerse con la causa aliada. La diplomacia cultural, producto de la política del Buen Vecino, se postuló como una solución para suavizar las tensiones y asegurar alianzas entre las dos naciones, pero siempre estuvo marcada por desigualdades y asimetrías (Kropf, 2020).

La visibilidad de la gente joven en los circuitos diplomáticos culturales politiza la infancia en el contexto panamericanista. La política de la infancia tiene una larga trayectoria y está ligada a las relaciones (neo)coloniales en las Américas. La infantilización de las civilizaciones americanas ha sido la justificación occidental para palpar las venas abiertas de América Latina desde la época colonial (Galeano, 1971; Dorfman, 2010). Como tal, la representación occidental de América Latina como una geografía y población infantilizada (inmadura política y físicamente, contenta con la pobreza, sencilla, y dependiente) establecía en la mente colectiva de Occidente una narrativa fija sobre la región. Para las primeras décadas del siglo veinte, como argumenta Stearns (2021), se había consolidado el llamado modelo moderno del niño, abriendo nuevos caminos para el poder “metafórico” del niño. Es decir, los órganos que controlaban la publicidad diplomática en este momento crítico de la geopolítica americana — conscientes o no — dependían de discursos de la modernización, tanto como del consenso popular sobre el significado social de la niñez y la adultez, para promover un intercambio cultural con fines políticos y empresariales. El caso de dos viajes diplomáticos recíprocos llevados a cabo por dos niños llamados Roberto nos puede ser útil para ver los matices de la construcción de la edad cronológica como parte de los proyectos, fantasías y políticas del desarrollo.

Varios estudios han establecido la importancia de los intercambios interpersonales tanto entre ciudadanos, políticos y celebridades como fructíferos por cimentar el flujo del capital político. Recién se ha abierto el campo de investigación a las producciones y participaciones juveniles para forjar nuevas realidades políticas fuera de (o en respuesta a) las estructuras oficiales de poder estatal (Jobs; Pomfret, 2015). En su trabajo sobre los movimientos políticos europeos de 1968 protagonizados por la juventud transnacional, Richard Ivan Jobs (2009) demuestra que la movilidad juvenil es políticamente productiva, por los lazos sociales que genera que son únicos a la juventud, y que pueden producir nuevos consensos populares. En tales casos, apreciamos el papel constructivo de los jóvenes como agentes históricos. Sin embargo, la agencia histórica no es la única impronta que tiene la circulación física transnacional de los niños y jóvenes. Su visibilidad involucra el poder de los discursos de la infancia y la juventud en darle

forma a la opinión pública de las relaciones hemisféricas, y las implicaciones de estas para los futuros desarrollistas de las economías de postguerra. Es decir, la presencia visible de los niños y jóvenes es leída e interpretada por el público informado como el reconocimiento colectivo, aunque pasivamente recibido, de lo que significaba ser niño en ese preciso momento histórico. Volvamos primero a una descripción de la naturaleza y razonamiento del intercambio diplomático juvenil de los dos Robertos, para luego discutir su significado en el contexto del sutil alejamiento de la Política del Buen Vecino que tuvo lugar antes de la guerra. Detrás de una fachada inocente de bondad juvenil, estaban en marcha los motores de las potencias políticas y sus intereses económicos.

Desde la segunda parte de los años treinta, el Instituto Brasil-Estados Unidos y la División de Relaciones Culturales de la Unión Panamericana buscaban promover intercambios binacionales, sobre todo entre los jóvenes profesionales, para convertir la retórica de la hermandad americana en asociaciones con fines tangibles de largo plazo (Kropf, 2020). Mientras escalaba la guerra en el teatro europeo, Brasil, con Getúlio Vargas, se negaba a declarar su apoyo a la alianza liderada por los Estados Unidos. Fue un momento auspicioso para estrenar el espectáculo de la hermandad internacional modelado por dos niños encantadores, fenómeno que dirigió la narrativa de una asociación mutuamente productiva. Con ese fin se convocó a Bobby Gallagher y a Roberto Paulo Cezar de Andrade como embajadores de buena voluntad, en un par de viajes a sus respectivos países sin ningún motivo declarado, pero con el patrocinio de la compañía IBM, la *Comissão Brasileira de Fomento Inter-Americano*, el *Madison Square Boys Club*, y los *Diários Associados do Brasil*, incluyendo el *Grande Consórcio Suplementos Nacionais Ltda.* (sobre todo los periódicos *Suplemento Juvenil* y *O Jornal*). Aunque no tuvo ningún papel oficial, el Departamento de Estado del gobierno de los Estados Unidos aprobó el intercambio. A lo largo de sus mutuas visitas, los muchachos disfrutaron de un acceso extremadamente privilegiado a los líderes políticos, empresarios e industriales.

A lo largo de un mes durante aquel verano de 1941, los dos Robertos fueron presentados por los intereses que los manejaban variablemente como niños, escolares, jóvenes, hombres, íconos románticos y agentes políticos. Su adolescencia facilitó interpretaciones fluidas de su edad cronológica, el significado social de su identidad y las respectivas responsabilidades o capacidades que se asociaban con ellos. Tal como observa Beatriz Alcubierre, existe una tensión entre el valor emocional de retratar a estos sujetos como menores de edad y el poder político de representarlos como jóvenes agentes históricos. En el caso de las representaciones de los Niños Héroes de Chapultepec (de México, siglo XIX), la paulatina infantilización de su imagen en la cultura impresa “[...] estuvo sin duda ligada a su mitificación” (Alcubierre, 2022, p. 1631). Su estado social entre niño y hombre fue tierra fértil para el cultivo de múltiples significados entre los varios agentes que se interesaron por su movilidad. La interpretación de sus viajes, entonces, también estuvo sujeta al régimen de información del momento histórico, en el que apreciamos la tensión entre el “[...] fijamiento de significados y la potencia de riqueza y ambigüedad” (Holland, 2004, p. 6). En el análisis del capital político que su intercambio generó, también se toma en cuenta el poder

que ejercía la política discursiva de la infancia en generar la opinión pública sobre las relaciones internacionales en ese momento crítico de la historia hemisférica.

Embajadores de Pantalón Corto

Desde niño, Bobby Gallagher fue elegido y reconocido como miembro destacado del *Madison Square Boys Club*, organización juvenil en su barrio en la ciudad de Nueva York. Ganador de varios concursos físicos, extrovertido y con un parecido impresionante a la estrella de cine Mickey Rooney, Bobby era representativo de lo que la prensa llamó “*a typical American boy*”. Ya desde temprana edad se había vinculado con los circuitos del poder. En 1937, fue invitado a una cena en honor del *National Association of Boys’ Clubs* y se sentó con el ex presidente de los Estados Unidos Herbert Hoover (imagen 2). Como invitado distinguido, Hoover habló sobre el poder socializador que tenían los clubes juveniles para dirigir la energía de los niños para fines productivos. Viendo a su alrededor, incluyendo a su compañero de mesa Bobby, Hoover proclamó que “[...] cuando veo a estos miles de niños brotando de alegría, deseo que el mundo industrial y el mundo político puedan tener algún tipo de club espiritual” (The New York Times, 1941b, p. 9). El primer mandatario quedó encantado con la conversación de Bobby y la energía proto-masculina que zumbaba en el ámbito del evento, y comentó que quisiera poder canalizar esa energía para los esfuerzos políticos e industriales del mundo. Entonces a nadie le extrañaba que Bobby fuera seleccionado para replicar el viaje del Roberto brasileño. Para la prensa, Bobby parecía representar todo lo bueno que los Estados Unidos podrían ofrecerle al mundo: un espíritu emprendedor, una actitud positiva y una personalidad abierta y sociable (imagen 3).

Por su parte, Roberto Paulo Cezar de Andrade venía de una familia carioca reconocida y acomodada, hijo de un cirujano. Fue seleccionado para el viaje por un comité de hombres influyentes, con la aprobación personal del entonces presidente Getúlio Vargas. En Washington, Roberto fue recibido personalmente por la primera dama Eleanor Roosevelt. En Boston, lo fotografiaron en una ceremonia de apertura de un centro juvenil, socializando con los distinguidos invitados, incluyendo al senador Henry Cabot Lodge (imagen 4). En la foto, Roberto aparece como aprendiz o heredero de este círculo de hombres ilustres, vestido de traje y posando con ellos en una actitud de masculinidad segura y cómoda. De Boston, viajó a la ciudad de Detroit, sitio de la creciente fábrica de automóviles de Henry Ford. Ahí el joven Roberto pasó horas aprendiendo sobre la industria automotriz y hasta conoció a Edsel Ford, hijo del famoso industrialista. Le dieron un pequeño paseo por la región en motocicleta, algo que le estremeció, antes de su salida para Nueva York, donde conoció a su contraparte Bobby. Roberto asistió a una fiesta panamericana donde cerca de tres mil niños estadounidenses lo recibieron con interés y juntos vieron películas documentales sobre las Américas (Suplemento Juvenil, 1941a, p. 14; The New York Times, 1941a, p. 12).

A lo largo de la estancia de Roberto en los Estados Unidos, los reporteros tomaron la estrategia de señalar el interés del muchacho en los ideales, valores, costumbres e industrias de los Estados Unidos como una manera pasiva de

esquivar el tema de la ambivalencia oficial que el gobierno brasileño mantenía hacia una alianza política en tiempos de guerra. Incluso hicieron un esfuerzo en la prensa por mencionar su afinidad por las instituciones estadounidenses sobre cualquier interés por las alemanas (The New York Times, 1941a, p. 12). La calidad no-oficial, o semi-oficial, de su viaje de buena vecindad, además de su identidad de niño, permitía despolitizar la visita mientras se mostraban favorablemente los intereses del mundo de los negocios en la publicidad del viaje. Sin embargo, el viaje de Roberto no tuvo tanto impacto popular como el que tuvo el de Bobby a Brasil.

Los dos Robertos se volvieron inseparables en el viaje a vapor a Brasil; pronto los llamaron “*os dois Robertos*”. En Rio de Janeiro, desembarcaron vestidos en trajes claros idénticos, portando la misma mochila de hombro de cuero. Fueron recibidos por una manada de niños reclutados para su recepción. Pero una mirada crítica a su presentación en la prensa revela la asimetría geopolítica de los dos respectivos países que los niños representaban. Bobby apareció, como veremos a continuación, como un prototípico estadounidense feliz, relajado y de buen humor; como insistían en los diarios: “*Lanky and sandy-haired, he is a typical American boy,*” es decir, su personalidad y aspecto físico confirmaban cierta imagen del ideal estadounidense (O Jornal, 1941b, p. 3). Mientras tanto, el personaje público de Roberto tuvo que cumplir el doble deber de borrar el estereotipo de Brasil como un país atrasado, y proyectar su potencial modernizador y su valor como socio en la economía hemisférica. Los periódicos en los Estados Unidos enfatizaron que Roberto dominó el inglés, a pesar de nunca haber viajado fuera de Brasil. Roberto se mostró versado en los dominios asociados con la llamada cultura alta: la música clásica, las bellas artes y la oración (The Pan American, 1941, p. 1-31). Por su parte, Bobby sólo había estudiado algo de español y difícilmente aprendió algunas frases en portugués en la preparación para su llegada. Para Roberto, su éxito como embajador cultural dependía de su capacidad de llevar estos marcadores de la civilización, mientras se presentaba como lo suficientemente infantil para optimizar el capital político que los organizadores buscaban obtener del viaje.

De hecho, la edad cronológica de los dos Robertos figuraba estratégicamente en su papel diplomático. Los dos ocupaban el pequeño rango de espacio entre la niñez y la adultez y, conscientes o no, sus acciones en el viaje explotaban el óptimo potencial de las dos categorías socialmente construidas. En su estudio de los intercambios diplomáticos infantiles entre los Estados Unidos y la Unión Soviética en los años tardíos de la Guerra Fría, la historiadora Margaret Peacock (2019) identificó la productividad política de “la edad liminal” de las niñas a las que estudia, quienes, a los once años, pudieron encarnar la percibida inocencia de la infancia frente al percibido protagonismo de los adultos. La capacidad de los niños-jóvenes-adultos de politizar o despolitizar el significado de sus acciones y movilidad en el extranjero es una cualidad única a los actores de esa edad especial. En el caso de Bobby y Roberto, en el lenguaje del *New York Times*, los patrocinadores esperaban que la amistad mutua entre las naciones “continuaría creciendo y creciendo”, al igual que los niños (The New York Times, 1941a, p. 12). Era importante señalar su infancia, un desafío que la prensa estadounidense

resolvió con facilidad al designarlos como “*short pants ambassadors*”, os diplomatas de calças curtas [embajadores de pantalones cortos], en referencia a la costumbre occidental del siglo XX de visibilizar la edad cronológica de un niño por vestirlo de pantalones cortos antes de que cumpliera 13 años.

A los catorce años, Roberto aún exudaba un aire juvenil. En su primera entrevista después de bajar del trasatlántico de los Estados Unidos, habló con entusiasmo sobre lo que había visto en su viaje, comparándolo con los cuentos de hadas (O Jornal, 1941c, p. 3). Mientras tanto, los diarios estadounidenses se aseguraron de señalar que Bobby era un “escolar” (*schoolboy*); la prensa brasileña presentó a un Bobby infantilizado como un “*menino*”, apareciendo en su versión más joven en fotos más antiguas. Sus credenciales como típicamente estadounidense se basaron en sus cualidades asociadas con la niñez: un espíritu deportivo, simplicidad encantadora y un sentido del humor innato.

La prensa brasileña se esforzó para promover la llegada de Bobby como un evento netamente infantil. El *Suplemento Infantil* presentó a Bobby en su portada, en un montaje fotográfico de cuerpo completo que lo caricaturizó junto a las figuras populares de dibujos animados que habitualmente habitaban las páginas (imagen 5) (Suplemento Juvenil, 1941b, portada). La casa editorial *Grande Consórcio Suplementos Nacionais* corrió la palabra entre los pequeños lectores de sus revistas infantiles durante varias semanas en anticipación a su llegada. La estrategia funcionó, y miles de niños de las escuelas locales estuvieron presentes, creando un aspecto que los reporteros llamaron “*lilliputian multitudes*” que frenéticamente recibieron a los dos jóvenes como celebridades. Los niños abrumaron a las fuerzas policiales, cayéndoles a abrazos a los dos Robertos, gritando, “*um, dois e três, ;Boooooobbbyy! ;Robertoooooo!*” (Correio Da Manhã, 1941, p. 3; Suplemento Juvenil, 1941a, p. 7). Desde el punto de vista del observador, este espectáculo de la diplomacia fue una expresión espontánea de las masas infantiles y no el resultado de una campaña de publicidad y organización de parte de los patrocinadores del intercambio.

¿Por qué tanto énfasis en la puerilidad de estos jóvenes en transición a la edad adulta? El caso de los dos Robertos demuestra el poder de la idea de los niños como un dispositivo moral en la promulgación de un cambio cultural, en este caso, el clima de relaciones del Buen Vecino en medio de la escalada de tensiones en tiempos de guerra. Al observar la llegada de los jóvenes embajadores a Río, el escritor brasileño Austregésilo de Athayde señaló: “su mensaje debe ser bueno, inocente y auténtico. Pueden lograr lo que nunca pudimos, pero que siempre quisimos” (Diário da Noite, 1941a, p. 1-2) Para hacerlo, tendrían que dirigir lo mejor de sus cualidades juveniles hacia la masculinidad estrechamente construida dentro de los dominios políticos y empresariales. La transformación de Bobby, lejos de la niñez despreocupada idealizada, se presenta en los periódicos con los reportes sobre su deseo frustrado de nadar en el mar. La primera vez que vio Copacabana, exclamó: “¡Oigan, muchachos, esto es maravilloso!” y casi se quita la ropa para lanzarse al océano en una momentánea “ilusión infantil”. Pero como le recordaron sus manejadores, “[...] la diplomacia también tiene sus lados negativos” (O Jornal, 1941d, p. 6); La playa tendría que esperar.

De hecho, a pesar de las apariencias, los chicos habían viajado para realizar un trabajo, y aunque su niñez era un dispositivo necesario para atraer al público, su virilidad naciente era un campo de pruebas igualmente importante para el mundo político y emprendedor que heredarían. La madurez precoz de los jóvenes fue un requisito previo importante en su selección para llevar a cabo esta misión panamericana, un feliz velo de vecindad que ocultaba una asociación bilateral más seria y orientada al desarrollo. Con ese fin, la cobertura de prensa de los Robertos evitó una presentación totalmente infantil, deslizándose en el territorio fluido de la adolescencia, la masculinidad y la sexualidad. Los lectores brasileños se enteraron de que los adolescentes de Nueva York consideraban exótico o “*tropicalísimo*” a su hijo nativo, Roberto (Suplemento Juvenil, 1941b, p. 14). Y a pesar de las repetidas referencias a los “diplomáticos de pantalones cortos”, algunas publicaciones enfatizaron el atractivo de Bobby para el sexo opuesto, llamándolo un “guapo *yankeeshinho*” o “*menino-gentleman*” (imagen 8). A los dieciséis años, Bobby ya tenía una novia en los Estados Unidos, se estaba preparando para tomar sus exámenes para entrar a la universidad y, comprensiblemente, le molestó el apodo infantilizante, siempre insistiendo con buen humor en que no había usado pantalones cortos durante más de cinco años (Correio Paulistano, 1941, p. 12).

Los itinerarios de los dos chicos ciertamente confirmaban el objetivo subyacente de sus viajes - no fueron a visitar campamentos de verano, parques de diversiones ni circos. Como ya vimos en el viaje de Roberto, él tuvo acceso a los más importantes líderes políticos e industriales de los Estados Unidos. En Brasil, Bobby siguió un recorrido diseñado por un comité de ejecutivos de la Bolsa de Importación y Exportación del *Banco do Brasil*, la *Comissão Brasileira do Fomento Interamericano*, o *Instituto Brasil-Estados Unidos* y el director del diario *O Jornal* (*O Jornal*, 1941a, p. 5). El vicepresidente de la *Comissão* era Jorge Bouças, hijo de Valentim Bouças, el encargado del ramo brasileño de IBM, y quien hospedó a Bobby en su casa durante su visita. Este grupo de hombres de élite agendaron encuentros a Bobby con el embajador de los Estados Unidos en Brasil, el Ministerio de Educación, el Ministerio de Relaciones Exteriores, el presidente de la compañía de llantas Goodyear, el Club Automovilista, el alcalde de Río de Janeiro, la *Casa do Estudante do Brasil* en São Paulo, la sede de la *Comissão do Fomento* y las oficinas de la prensa. A lo largo del asunto altamente publicitado, la prensa afirmó la capacidad de liderazgo de ambos chicos. “Bobby habla con confianza, como si ya hubiera aprendido el lenguaje diplomático”, se maravilló un informe. Los periodistas también notaron la valentía, la delicadeza y la eficiencia de Roberto, descripciones poco comunes para un joven de catorce años (*Diário da Noite*, 1941a, p. 1-2). Las fotos capturaron a los jóvenes sonriendo cómodamente en sus trajes entre presidentes, gobernadores y empresarios.

No ajeno a codearse con jefes de estado, Bobby asistió a un almuerzo en *Itanhangá Golf Club* con nada menos que el presidente brasileño Getúlio Vargas (imagen 6). No fue por casualidad que los organizadores del viaje lo habían incluido en su horario — como ha mostrado Colette Perold — como consejero de Vargas. Valentim Bouças había inventado el mercado de IBM en Brasil como una herramienta indispensable en cuantificar las metas centralizadoras del régimen,

y Bobby fue un regalo para señalar el auspicio futuro de una relación creciente con la empresa (Perold, 2020). En su reunión, Bobby le dio al afable dictador un apretón de manos al estilo estadounidense, “vigorosamente, como un hombre adulto”, se reportó. A diferencia de su reunión con Hoover unos años antes, los periodistas se vieron presionados a presentarlo como un niño inocente a la sombra de un líder mundial, cuando, en verdad, Bobby se elevó sobre el diminuto Vargas. Charlaron sobre la política. Vargas le pidió a Bobby su opinión sobre la guerra. Jugaron golf (Suplemento Juvenil, 1941b, p. 14; O Jornal, 1941e, p. 7). Supuestamente Bobby metió un hoyo en uno (un hecho imposible según su hijo, dado que nunca había jugado)¹. Pero el relato del hecho consolidó su reputación en Brasil como un chico maravilla, además de prefigurar su capacidad como sucesor a la par — literalmente — de la generación política que le precedió.

El intercambio de buena vecindad promulgado por los dos Robertos pretendía promover los objetivos de la reciprocidad, pero en 1941 la relación bilateral estuvo marcada por las crecientes tensiones de la guerra. Cualquier acto diplomático entre los Estados Unidos y Brasil durante ese verano tenso, fuera realizado por niños o por hombres, tuvo el peso de la construcción de consenso en tiempos de guerra. La cobertura brasileña del viaje de Bobby a menudo ocupaba un espacio conspicuo en los periódicos, pero la narrativa de su viaje se veía eclipsada en la página por los titulares de los frentes europeos. Sin duda, Bobby se esforzaba por dejar una buena impresión con Vargas, pero seguramente ese día el presidente estaba ocupado con otros asuntos: aquella mañana, Franklin Roosevelt había tomado la decisión de elevar al máximo nivel la capacidad militar de los Estados Unidos, alistándose para su eventual entrada en la guerra, asunto que apresuró la relación diplomática con Brasil (Diário da Noite, 1941b, p. 1). Las preocupaciones sobre las crecientes tendencias autoritarias de Vargas y su *Estado Novo* plantearon dudas sobre la autenticidad de la negación brasileña del fascismo europeo.

Para los Estados Unidos, la diplomacia cultural era una de las mejores estrategias para cimentar una relación beneficiosa, y los embajadores de pantalones cortos eran dos de las múltiples celebridades que llegaron a Brasil durante aquellos tiempos, tantas que el ministro de Relaciones Exteriores bromeó que, con una misión de buena voluntad más, Brasil declarararía la guerra contra los Estados Unidos (McCann, 2015). No fue hasta 1943 que las dos naciones llegaron a un acuerdo, con la participación de Brasil concretando el apoyo americano para la posición de los Estados Unidos². La trayectoria idealista de la Política del Buen Vecino había cambiado de curso, ahora con relaciones más pragmáticas y francamente unilaterales, bajo el liderazgo militar de los Estados Unidos.

La guerra también interrumpió la trayectoria personal de Bobby. Cuando regresó de Brasil, resplandeciente de su fama recién descubierta, parecía estar al borde de su ascenso político. Pero a pesar de sus acciones diplomáticas y su posición al lado de los hombres más poderosos del escenario brasileño, al pisar la tierra propia, se volvió un muchacho, “*a schoolboy again*” (imagen 7). Durante un

¹ Entrevista con Doug Gallagher, 30 de noviembre de 2020.

² Joint Statement: FDR and Brazil President, January 29, 1942. FDR Speech File 1449. Franklin D. Roosevelt Presidential Library and Museum.

año, continuó asistiendo a eventos públicos como un invitado distinguido, pero desapareció de la vida pública cuando se alistó en la Marina de los Estados Unidos en 1942³. Pero sus conexiones establecidas con los empresarios de Nueva York valieron la pena: entró decidido a la oficina de Thomas Watson, un alto ejecutivo de IBM, y le pidió un trabajo. Desde aquel momento, se inició su carrera de 42 años, trabajando en contabilidad para los mercados globales de la corporación (imagen 9). En el caso de Roberto, estableció la fundación filantrópica Brascan.

Las fuerzas políticas, comerciales y diplomáticas que conspiraron para transportar a estos dos muchachos por la costa atlántica en el auge de la Segunda Guerra Mundial habían estado en movimiento desde el cambio de siglo. Jorge Bouças, el anfitrión de Bobby en Brasil, era también hijo de Valentim Bouças, fundador y ejecutivo del ramo de IBM en Brasil, y también consejero íntimo de Getúlio Vargas. Valentim Bouças también era socio del mismo Watson, quien le otorgó a Bobby su primer y único trabajo en la compañía. En su posición a cargo de IBM, Bouças aprovechó las tendencias autoritarias de Vargas con la introducción de sus aparatos de información sistemática dentro de la burocracia de un régimen centralizador. Fue Bouças quien convenció a Vargas a prorrogar las elecciones e inclinarse hacia la dictadura como la única manera de garantizar el crecimiento económico. En la esfera pública, Watson celebró la visión global de Bouças sobre fomentar un ambiente amigable para el negocio desde Brasil, pivoteando en una posición de nacionalismo económico (Perold, 2020). Los planes que tenían los empresarios de IBM, y su matriz de conexiones en las agencias gubernamentales, revelan una visión global para un clima empresarial que trascendió el nacionalismo económico introspectivo. Todas estas potencias ayudaron a determinar el futuro económico de Brasil como el mercado más grande del hemisferio, y todas ellas participaron directamente en la orquestación del intercambio diplomático de Roberto y Bobby.

Por último, el nuevo panamericanismo oficial sirvió para suavizar la imagen del imperialismo, utilizando una óptica agradable e infantil para vender la imagen de una nueva política de no intervención y reciprocidad. Se dependía mucho de la visibilidad de los intercambios infantiles y de un lenguaje cargado de imágenes familiares como metáforas de cómo deberían relacionarse los países hermanos. El reclutamiento de los niños, junto con la representación retórica de América Latina como una región infantilizada, fue fundamental para el éxito de ese modelo. La exposición de mensajes de fraternidad cuidadosamente arreglada para los niños y las muestras tropicalizadas de la gente y productos de América Latina alimentaron los discursos de desarrollo en las generaciones que proseguían. Los latinoamericanos, presentados como seres infantilizados a través de las encarnaciones de niños escolares estadounidenses, se quedaron como tropos en los ojos del norte. Era más fácil imaginar a América Latina como una región infantilizada después de dos décadas de saturar el medio ambiente con esas representaciones protagonizadas por niños en el escenario mundial.

³ Correspondencia con Doug Gallagher, 21 de noviembre de 2020.

Conclusiones

¿Qué significa una historia del capitalismo global y la política del desarrollo que se centra en la infancia? No es ningún secreto que las naciones latinoamericanas han luchado desde su independencia por ser percibidas como entidades soberanas (y distintas) a la mirada del Norte. El período de entreguerras sentó las bases para una era de intensa inversión en proyectos de desarrollo que seguía los lineamientos de modernización establecidos en el Norte, y que consolidaban la riqueza global en las manos de una élite global, profundizando la desigualdad de la sociedad. Las décadas del Buen Vecino establecieron la justificación del imperio blando con algunas realidades duras, que se hicieron más aceptables al hacer literales esas referencias metafóricas a una región infantilizada. La representación infantil en la diplomacia para establecer enlaces empresariales fue una de las estrategias menos percibidas y más eficaces para consolidar los consensos públicos y legitimar la normalización de cierto marco de masculinidad en ciernes como merecedor del acceso a los círculos del poder económico.

Esto es importante porque debemos reconocer, como hicieron los funcionarios políticos encargados de organizar el intercambio de los dos Robertos, el poder efectivo del niño como un dispositivo semiótico para involucrar corazones y mentes. Importa porque la lógica del capitalismo corre sobre el motor del discurso desarrollista: en él, la figura de la nación es en realidad una reproducción semántica de la ciencia del desarrollo humano, de débil y dependiente a empoderada y soberana. Inherentes en los discursos neoliberales del desarrollo son los códigos pasivamente recibidos sobre la infancia como una construcción social moderna. El conocimiento económico sobre lo que Brasil podría brindar a la economía global tuvo implicaciones para los caminos del desarrollo de las “dos Américas”, formando una generación de industrialistas e inversionistas en el Norte listos para reclamar su derecho de nacimiento al sur del Río Grande cuando fueran mayores de edad. Pero para los dos jóvenes no tenía tanto peso su significado político. Se veían a sí mismos como la prensa los proyectaba: como niños afortunados viviendo la aventura de sus vidas.

REFERÊNCIAS

- ALBARRÁN, E. J. Infancia y la política cultural del desarrollo en el Día Panamericano, 1930-1948. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 1-26, 2021.
- ALCUBIERRE, B. Bara, Viala, y Escutia: El modelo del niño héroe y el sacrificio infantil en la retórica del patriotismo. **Historia Mexicana**, [s.l.], v. 71, n. 4, p. 1611-1648, 2022.
- CÁNDIDA SMITH, R. **Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange**. Philadelphia: Penn State University Press, 2017.
- CASTLE, D. B. Leo Stanton Rowe and the Meaning of Pan Americanism. In: SHEININ, D. (Org.). **Beyond the Ideal: Pan Americanism in Inter-American Affairs**. Westport, CT: Praeger, 2000. p. 33-44.
- Correio da Manhã. [s.l.], 19 de junio de 1941.
- Correio Paulistano. São Paulo, 6 de julio de 1941.
- CRANDALL, B. H.; CRANDALL, R. **"Our Hemisphere"? The United States in Latin America, from 1776 to the Twenty-First Century**. New Haven: Yale University Press, 2021.
- Diário da Noite. [s.l.], 19 de junio de 1941a.
- Diário da Noite. [s.l.], 15 de julio de 1941b.
- DORFMAN, A. Childhood as Underdevelopment. In: **The Empire's Old Clothes: What the Lone Ranger, Babar, and Other Innocent Heroes Do to Our Minds**. 2 ed. Durham: Duke University Press, 2010. p. 1-11.
- GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. México: Siglo XXI Editores, 1971.
- HOLLAND, P. **Picturing Childhood: The Myth of the Child in Popular Imagery**. London: I.B. Tauris & Company, 2004.
- JOBS, R. I.; POMFRET, D. M. **Transnational Histories of Youth in the Twentieth Century**. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2015.
- JOBS, R. I. Youth Movements: Travel, Protest, and Europe in 1969. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 114, n. 2, p. 376-404, 2009.
- KROPF, S. P. Good Neighbor Circuits: Cultural Diplomacy and Educational Exchange between Brazil and the United States During World War II. **Varia Historia, Belo Horizonte**, [s.l.], v. 36, n. 71, p. 531-568, 2020.
- LEONARD, T. M. The New Pan Americanism in U.S.- Central American Relations, 1933-1954. In: SHEININ, D. (Org.). **Beyond the Ideal: Pan Americanism in Inter-American Affairs**. Westport, CT: Praeger, 2000. p. 95-113.
- MCCANN, F. D. **The Brazilian-American Alliance, 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 2015 (1974).
- The New York Times. Nova York, 28 de mayo de 1941a.
- The New York Times. Nova York, 18 de noviembre de 1941b.
- O Jornal. [s.l.], 17 de junio de 1941a.
- O Jornal. [s.l.], 18 de junio de 1941b.
- O Jornal. [s.l.], 19 de junio de 1941c.
- O Jornal. [s.l.], 20 de junio de 1941d.
- O Jornal. [s.l.], 24 de junio de 1941e.

The Pan American. [s.l.], v. 2, junio de 1941.

PEACOCK, M. Samantha Smith in the Land of the Bolsheviks: Peace and the Politics of Childhood in the Late Cold War. **Diplomatic History**, [s.l.], v. 43, n. 3, p. 418-444, 2019.

PEROLD, C. IBM's World Citizens: Valentim Bouças and the Politics of IT Expansion in Authoritarian Brazil. **IEEE Annals of the History of Computing**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 38-52, 2020.

STEARNS, P. N. **Childhood in World History**. 4. ed. New York: Routledge, 2021.

Suplemento Juvenil, año VIII, n. 1029, 24 de junio de 1941a.

Suplemento Juvenil, año VIII, n. 1030, 26 de junio de 1941b.

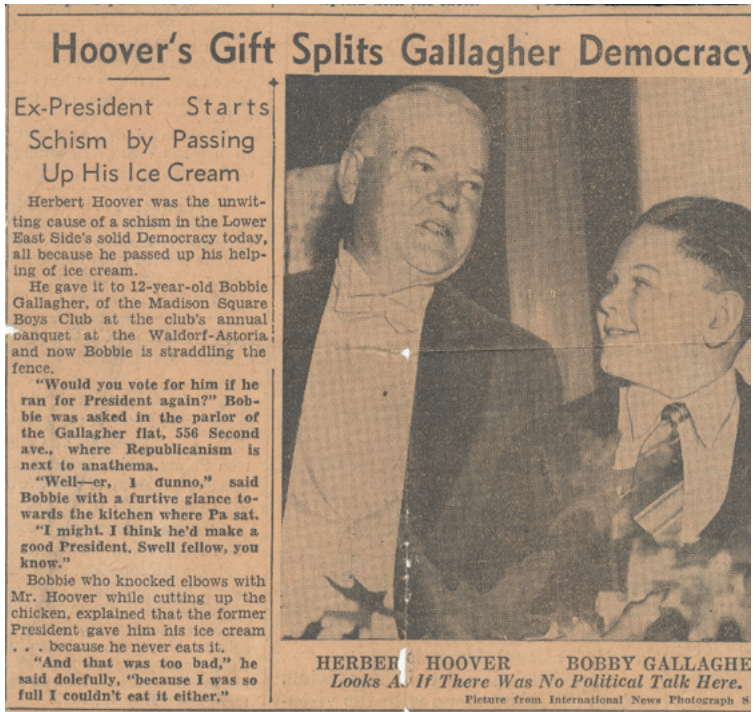
Imágenes

Imagen 1 - Bobby Gallagher y Roberto Paulo Cezar de Andrade, Rio de Janeiro, 1941



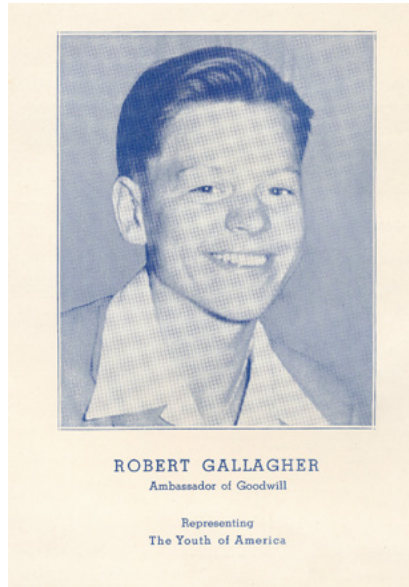
Fuente: Colección personal de Doug Gallagher.

Imagen 2 - Bobby Gallagher con el presidente Herbert Hoover, 1937



Fuente: Colección personal de Doug Gallagher.

Imagen 3 - Publicidad panamericana del viaje de Bobby Gallagher, s/f



Fuente: Colección personal de Doug Gallagher.

Imagen 4 - Roberto Paulo Cezar de Andrade en Boston con el Senador Henry Cabot Lodge (derecha) y otros dignitarios, 1941



Fuente: Northeastern University Special Collections.

Imagen 5 - Bobby Gallagher en la portada de *Suplemento Juvenil*



Fuente: Hemeroteca Nacional Digital do Brasil.

Imagen 6 - Roberto y Bobby con el presidente Getúlio Vargas, 1941



Fuente: Colección personal de Doug Gallagher.

Imagen 7 - Bobby Gallagher en la prensa estadounidense, retratado como niño

'DIPLOMAT' IS BACK, A SCHOOLBOY AGAIN

**Bobby Gallagher, 16, Dubbed
'Short-Pants' Envoy, Returns
After 3 Weeks in Brazil**

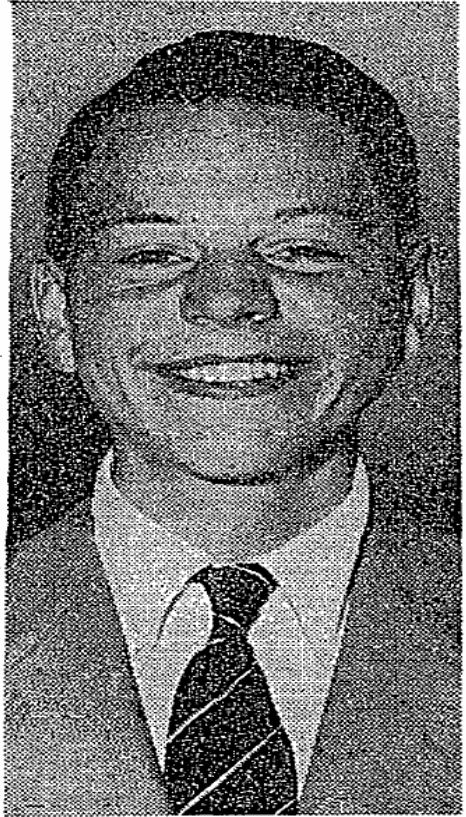
PRAISES VARGAS STRONGLY

**He Reveals True Diplomatic
Form, Finding Latin Women
'Just About Like Ours'**

Bobby Gallagher, 16-year-old exponent of the good-neighbor policy, arrived on the liner Argentina yesterday morning after a three-week visit to Brazil. The poise and diplomacy that marked his homecoming impressed even the directors of the Madison Square Boys Club, who have known Bobby for ten years.

Full of praise for President Getulio Vargas, whom he described as "very democratic and a fine gentleman," the boy was tickled most over three accomplishments. He had been able to converse successfully in Portuguese, he had learned the "samba," Brazilian version of the conga, and he was able to report that Brazilian boys

GOOD-WILL 'ENVOY'



**Bobby Gallagher as he returned
yesterday from Brazil.**

Times Wide World

Fuente: *The New York Times*, 15 julio de 1941, p. 21.

Imagen 8 - Bobby Gallagher en Brasil, 1941



Fuente: Colección personal de Doug Gallagher.

Imagen 9 - Bobby firma autógrafos, acompañado por Thomas J. Watson, Sr., director de IBM.
Binghamton Sun, 19 julio de 1941



Fuente: Colección personal de Doug Gallagher.

IMPrensa E INFÂNCIA NO BRASIL: INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO (1930/1950)

<https://dx.doi.org/10.18616/cart02>

Olga Brites

O presente texto faz um inventário sobre como as infâncias protagonizam as mídias entre 1930 e 1950, a partir de vozes dessa imprensa, em diálogo com a bibliografia disponível sobre o universo da experiência social. Escrever sobre História e Imprensa é um grande desafio para historiadores, estudiosos da comunicação e pesquisadores em geral. Muitos desses profissionais consideravam, um tempo atrás, a *imprensa* como material de informação, neutro e objetivo. Assim, entendiam que, ao observar as narrações do fato, teriam a verdade sobre acontecimentos do passado, sendo suficiente reproduzir notícias, sem indagar criticamente sobre os propósitos do veículo impresso, dos jornalistas que ali publicavam ou de outros sujeitos. No caso da infância, intelectuais, pedagogos, psicólogos, médicos, escritores e professores eram tratados como autoridades absolutas e, muitas vezes, inquestionáveis.

Hoje, já contamos com diferentes dissertações, teses, livros e artigos publicados, com pesquisas que possuem maior clareza metodológica sobre o que significa a *imprensa* para historiadores - e outros interessados nesse universo de pesquisa -, como fonte de estudos relevantes que refletem sobre o discurso narrativo da *imprensa* (linguagem, estrutura gráfica, relação com o público leitor), recorrendo, por vezes, a dados estatísticos, à circulação da notícia, à velocidade na transmissão, a diferentes formas de leituras, não somente reservados aos analfabetos, à leitura coletiva e à grande possibilidade de surgimento de vários impressos (Silva, 1986; Capelato, 1988; Cruz; Peixoto, 2007; Silva, 2015; Martins, 2017).

Cabe observar a *imprensa* como prática constituinte do real, como também socialmente constituída, e evitar de atribuir a seus órgãos categorias estáticas, generalizantes, observando também contradições, ambiguidades. Uma das questões centrais quando se estuda História e Imprensa, segundo Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, é:

Problematizar suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de consolidações, reivindicação do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos do capitalismo (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257).

Pensamos a *imprensa* também como constituição de memórias; neste sentido, refletimos sobre campos de disputas, pois que, lembrar, é também promover esquecimentos. A *imprensa* faz parte da construção de sentidos, de suas perspectivas narrativas, articuladas com instituições dominantes, buscando alianças. A investigação do passado está orientada por questões do presente.

Pretende-se, com ela, redimir o passado, buscando mudanças ou preservá-lo sem mudanças.

Cabe observar como o jornal e a revista atuam enquanto agentes históricos, no sentido de interpretar a infância a partir, muitas vezes, do olhar dos adultos, projetando para ela um vir a ser que pouco considera sua condição de sujeitos ativos, que podem atuar de forma criativa na mudança de práticas e procedimentos de adultos e das próprias crianças.

Os estudiosos desse universo necessitam problematizar a *imprensa* como fonte e agente de estudo, refletir sobre o público leitor, o consumidor, as intenções jornalísticas dos que atuam nos órgãos de *imprensa*. É preciso vê-la como um conjunto de empresas que visam a lucros e a outros poderes. Meu doutorado, de 1999, deixou de abordar vários aspectos, que estudiosos hoje destacam como possibilidade metodológica que pressupõe a cobertura do projeto de pesquisa; daí a importância de observar o período de produção e avanços posteriores.

Verificamos a ênfase de alguns órgãos de imprensa em destacar instituições de amparo às crianças pobres e desvalidas, casos de Cruzada Pró-Infância, Liga das Senhoras Católicas, que enfatizavam práticas cotidianas com cuidados de saúde, alimentação adequada, vestimenta apropriada, sugestões de exercícios físicos que oportunizariam vigor e vitalidade e consideravam o futuro promissor. As instituições tinham visibilidade física; enfatizavam suas ações positivas, que deveriam ser estimuladas, conferindo-lhes poder de ação transformadora. Podemos afirmar que estes materiais impressos dialogam com projetos da grande imprensa quando se trata da infância, numa sintonia de intenções e de aprovação de seus feitos, mas silenciando sobre a produção social das graves carências provocadas pela exploração da pobreza.

O técnico e o especialista tinham lugar privilegiado nos órgãos de imprensa, o que dava legitimidade às matérias publicadas, divulgando saberes e fazeres “apropriados”. Desta forma, o jornal ou a revista aparecia como neutro, sendo a política, muitas vezes, supostamente reservada apenas às ações do Estado constituído.

Destaco como publicação a revista *Infância*, da Cruzada Pró-Infância, instituição dedicada aos cuidados com a mulher e as crianças pequenas. Embora com perfil diferenciado das revistas de grande tiragem, ostentando fotos de crianças bem-vestidas, sorridentes, filhas de paulistas, brancas, filhos de assinantes. A revista *Infância* revelava e valorizava seus projetos de atendimento. Propôs-se publicar, na seção “Crianças de São Paulo”, fotografias tiradas por profissionais por ela indicados pela revista, não admitindo fotografias enviadas fora deste padrão.

A orientação para procurar fotógrafo próprio tinha também a intenção de garantir a qualidade da foto, do foco, da luminosidade, do ângulo, com a clara intenção de mostrar o que, em seu entender, seria mais próximo da realidade ideologicamente desejada, com capacidade de controle sobre as manifestações infantis. E uma delas era a de flagrar ou estimular as crianças para o sorriso, revelando alegria, satisfação, como se isso fosse a realidade de todas elas.

Vários jornais divulgavam eventos que diziam respeito às sociedades filantrópicas: *Diário oficial*, *Diário popular*, *Folha da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *Gazeta de São Paulo* e *Correio Paulistano*. Há referências a mulheres da elite

paulistana, descritas como dedicadas ao assistencialismo. Lembramos da figura de Darcy Vargas, mulher do presidente da República, também com este perfil, e que seria lembrada como aquela dedicada aos cuidados com pequenos jornalheiros. Em São Paulo, destaco Pérola Byington, conhecida filantropa da elite. Não ocasionalmente, eram mulheres casadas com homens que exerciam altas funções de poder (Brites, 2023).

Considerando criança e juventude, serão apontadas, no presente texto, questões a serem observadas contemporaneamente, visando à sua transformação, projetando futuro diferenciado, especialmente nos anos 30 e 40 do século XX. Questões recorrentes naquele momento diziam respeito à produtividade no trabalho. Como mantê-la se a taxa de mortalidade infantil era alta, se também temos trabalhadores adultos descritos como despreparados e frágeis fisicamente? É com os cuidados com a criança e a juventude que os desvios poderiam, nessa perspectiva, ser corrigidos na infância e no universo dos adultos.

É importante lembrar a atuação do Estado, neste período, no sentido de promover ações institucionais voltadas aos cuidados com a infância. Não encaramos essas ações como dádivas, mas como reveladoras de problemas concretos que não poderiam ser evitados, desconsiderados, como se isentassem setores dominantes das responsabilidades por suas origens. Por outro lado, havia preocupação do Estado em incorporar minimamente trabalhadores, que se tornavam como força expressiva em suas reivindicações, controlando-os socialmente.

O conceito de experiência de E. P. Thompson nos convida a refletir sobre práticas e representações constituídas pelos próprios trabalhadores. Estes sujeitos não dependem de uma consciência que venha propriamente do Estado e do partido. A concepção de uma cidadania cultural envolve o reconhecimento e a ação de sujeitos múltiplos para a preservação de seus valores, que não devem ser vistos como exibição de espetáculos a serem menosprezados, desqualificados enquanto ações pré-políticas, inconsistentes (Thompson, 1981).

Observamos, ainda, o investimento ideológico do Estado Novo em sua autopromoção, sugerindo consenso e força, sua tentativa de integração controladora dos diferentes agentes sociais. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) constitui um instrumento fundamental de divulgação de ideologias, numa perspectiva de propaganda e legitimação do regime.

Podemos dizer que criança e juventude representam suportes argumentativos para essas forças integradoras do regime. A imprensa é uma força política importante que o regime procurou subordinar. Setores da elite deveriam apoiar aquele projeto até para afirmar a sua potência. Muitas vezes, no entanto, os vínculos com partidos indicam uma participação ativa na política institucional; legitimam projetos e participam da disputa política institucional. O jornal *O Estado de São Paulo*, com a instauração da República, tendo como diretor Júlio Mesquita, falecido em 1927, rompeu com o Partido Republicano Paulista, aliando-se ao Partido Democrata. Os jornais da grande Imprensa publicavam propostas das oligarquias paulistas. O PD, apesar de em oposição ao PRP, fazia frente aos movimentos sociais que surgiam (Vesentini; De Decca, 1977; Silva, 2015).

O ESP registrava, em suas páginas, no período estudado, os cuidados com a criança desamparada. Nos anos 30, publicou a realização eficaz de assistência na cidade com relação às crianças. São Paulo foi construída, em suas páginas, como a cidade do progresso, do avanço. Apresentava-se exemplo de outras cidades do mundo, que se tornavam referência para o resto do Brasil. A cidade de São Paulo também se aproximaria de outros centros mundiais: era projetada para o resto do Brasil como exemplo a ser seguido.

Foram enfatizadas ações do poder público e instituições que poderiam reverter o quadro de abandono e desamparo. Assim, a imprensa sugeria práticas, procedimentos, colocando-se como sujeito ativo que interferia no processo, visando a um presente e a um futuro transformado. Dessa forma, o Estado não estava acima das relações de classe, e as classes dominantes não estavam abaixo do Estado, sequer do que se designava como “Estado Novo”. Observamos alinhamentos políticos que não se limitam ao poder de Estado, mas que podiam expressar anseios de setores sociais específicos, de uma elite econômica e intelectual. No período em análise, é importante destacar, todavia, que a imprensa não era pura manipulação e podia abrigar tensões e problemas.

No caso da Infância, necessitamos avaliar as concepções, as interpretações sobre este período da vida através de fotos, textos, propagandas; analisar a caracterização da mulher de elite e de classe média como consumidora em potencial, mas isto não é genérico. Por vezes, há possibilidades de considerar as camadas mais pobres, apontando sugestões sobre como produzir a roupa das crianças, evitando gastos maiores que afetassem o orçamento familiar. Não podemos considerar impressos produzidos por instituições de acolhimento da mesma forma que aqueles produzidos pela grande Imprensa.

Vemos uma espécie de economia doméstica que poderia legitimar os baixos salários recebidos por trabalhadores. A pobreza era considerada a partir de ações beneméritas e da generosidade dos ricos. Isto ocorria em *Vida Doméstica*, *Fon-Fon!*, *Infância*, publicações que serão devidamente apresentadas neste texto. Exploravam, por vezes, a solidariedade dos pobres para com a família, os cuidados com os pais mais velhos, ao passo que, em algumas famílias mais abastadas, verificava-se o abandono dos pais em asilos, enfatizando a dimensão afetiva nas relações de família entre os pobres. Há uma intencional idealização da pobreza e a afirmação de que o dinheiro não é tudo, concomitante ao fascínio pelo dinheiro e suas benesses.

Não vemos, muitas vezes, uma avaliação que revelasse desigualdades sociais inter-relacionadas, abordando condições de vida, dificuldades de infraestrutura, alimentação, moradia, medicamentos. O antimodelo social é apresentado pela revista *Fon-Fon!*, que publica sobre a Itália, Pós-Segunda Guerra Mundial. Em 2 de abril de 1949, nela se lia: “Esses garotinhos descalços, sujos e esfarrapados de hoje são os cidadãos da Itália de amanhã”. Era o antimodelo de criança higienizada, com lar estruturado, servindo como exemplo negativo para o Brasil. Nessa perspectiva, ser pobre não era um mal; precisava ser educado na vida religiosa e prática do dia a dia, observando regras consentidas. E evitar rebeldia, manifestações contrárias ao regime, à ordem pública.

O rádio também era um meio de comunicação muito valorizado para construir práticas adequadas. Foi um veículo que permitiu a popularização de Getúlio Vargas, garantida em regiões onde ele não poderia estar fisicamente.

A criança, nos periódicos mencionados, era referida à mãe. A condição materna era naturalizada como personagem que estabeleceria a ponte entre uma orientação provinda de instituições, da imprensa, e devidamente aplicada no ambiente familiar. A mulher deveria assumir os ensinamentos de Puericultura e da Eugenia. Sua condição cidadã se exercia em sintonia com a modernidade anunciada a partir de tais valores.

Os princípios da cientificidade marcavam a diferença em períodos anteriores a 1930, uma racionalidade e uma praticidade que ajudavam nas mudanças: a propaganda era enfática no sentido de estabelecer economia de tempo, praticidade, conforto contra um passado comprometido com o desperdício de energia e tempo; a robustez era garantida por certos produtos, como aqueles da Nestlé.

Verificamos o valor que esses periódicos atribuíam às instituições de assistência, o quanto investiam na educação através da legitimação de projetos políticos nacionais, municipais - vide os casos dos parques infantis de São Paulo, a exibição de seus projetos através de fotos que, em consonância com documentos oficiais, enfatizavam os cuidados com a infância - no caso dos parques infantis frequentados por filhos de trabalhadores -, que teriam a partir da instituição: assistência médica, dentária, atividades ao ar livre, a brincadeira que expressa satisfação, aprovação; os médicos exibidos em atividades de trabalho como sujeitos competentes que atendiam às necessidades básicas das crianças; a hora do lanche, da alimentação como parte deste projeto acolhedor, eficaz. Daí, a articulação presente/passado/futuro envolve lazer, saúde e higiene.

Em minha pesquisa de doutorado, trabalhei com revistas como *Fon-Fon!*, *Vida Doméstica*, *Infância*, da Cruzada Pró-Infância, como já mencionei, e com jornais como *O Estado de São Paulo*, dentre outros periódicos (Brites, 1999). Sem pretender esgotar essas fontes, entendo que elas podem ser revisitadas para observar várias outras questões que digam respeito à mesma problemática. Lembro que a tese foi defendida em 1999; de lá para cá, muitas novas pesquisas sobre imprensa aprofundaram, de forma relevante, a metodologia apropriada para discutir esse universo e suas especificidades, aproximações e diferenças entre vários veículos impressos.

Vida Doméstica e *Fon-Fon!* publicavam fotos e textos sobre crianças, valorizando estas experiências, registrando atividades como primeira comunhão, festividades de carnaval, fantasias para este período. Marcavam, assim, uma dimensão que remetia aos ritos de passagem a serem valorizados na infância, sugerindo práticas e procedimentos para uma etapa da vida infantil. As fotos eram tiradas em estúdios, com fotógrafos contratados por estes veículos, traduzindo a imagem da criança saudável e feliz, seguindo rituais voltados a crianças e em consonância com os projetos políticos destes órgãos da imprensa e também de setores dominantes da sociedade.

Tanto a *Vida Doméstica* como a *Fon-Fon!* eram editadas no então Distrito Federal do Rio de Janeiro, com a intenção de se dirigirem às mulheres, leitoras dos periódicos, com potencial de consumo, inclusive para produtos ali anunciados.

Vida Doméstica era propriedade da Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda, que contava ainda com outras publicações, como *Vida Infantil*, *Vida Juvenil*, *Almanaque da Vida Infantil* e *Almanaque da Vida Juvenil*.

Lançada em 1920, em 1940 *Vida Doméstica* comemorava seus 20 anos, enfatizando a divulgação de temas como avicultura e criação de cães e gatos, valorizando a vida agrícola e a riqueza das terras, o que nos leva a refletir sobre o quanto a vida urbana tinha de específico para a faixa social de seus consumidores, moradores de residências com espaço para criação de animais, alcançando até leitores de áreas rurais. Ela se preocupava com o lazer infantil e a ausência de espaços adequados para esse fim - os apartamentos eram possibilidades de moradia que dificultavam a brincadeira de crianças.

Tive contato com a publicação *Vida Infantil* na Biblioteca Nacional. Observei que a imprensa ali havia sido indicada como responsável pela redução do número de analfabetos. Nessa perspectiva, o mundo moderno só alcançaria e alcançará resultados positivos com a ampliação da alfabetização, em consonância com a Constituição, que impedia o voto de analfabetos (Constituição da República Federal dos Estados Unidos do Brasil, 1891 - situação modificada apenas em 1985). O analfabetismo teria gerado personagens como Antonio Silvino e Lampião, cangaceiros nordestinos, apontados como antímodo (Vida Doméstica, 1933).

Já a *Vida Doméstica* tinha como público preferencial a mulher, consumidora de diferentes produtos: de beleza, tecidos, joias, óculos, agências de turismo, móveis, porcelanas, remédios. Essas propagandas exploravam também dimensões da vida afetiva, eliminando a distância entre valores cotidianos e os produtos a serem consumidos não apenas como objetos. Sua exibição pública também estava associada ao consumo de objetos na vida privada. A mulher aparecia como uma espécie de administradora geral da vida familiar. Exploravam-se, muitas vezes, a facilidade, o conforto que os produtos ofereciam na vida moderna, expressando, assim, economia de tempo e energia para quem tivesse acesso à sua aquisição (Maluf; Mott, 1997).

A *Vida Doméstica* acompanhava projetos voltados à criança. Essa revista referia-se à Conferência Nacional de Proteção à Infância de 1933, publicando textos de Lucília Ribeiro como o que aqui transcrevemos:

O lar deve ser para a criança uma fonte de alegria; ali deve receber o primeiro toque para a formação do seu caráter. Entre carinhos, mas também justas e severas repreensões, é que a verdadeira mãe, segundo Christo, forma os tenros corações de seus filhinhos; se guia-lhes também a alma 'tesouro divino' que Deus, Suprema autoridade, depositou-lhe nas mãos. Os pais devem ser os constantes orientadores de seus filhos; devem fazer da criança, por uma instrução sabia e criteriosa, um ente capaz de apreciar a Virtude, a fim de nos seus actos praticá-los (Vida Doméstica, 1936).

As mulheres precisavam estar também sintonizadas com práticas a serem incentivadas, como a Puericultura. Em *Vida Doméstica*, as mulheres de diferentes

camadas sociais foram responsabilizadas, considerando o alto nível de mortalidade infantil, por não observarem os ensinamentos de Puericultura, apresentada como conhecimento especializado que deveria ser dominado por diferentes sujeitos. As mulheres que desconheciam a Puericultura foram denominadas “[...] gente primitiva e desabitadas às condições higiênicas” (Pender, 1945; Vida Doméstica, 1936).

Esse campo de saber também fazia parte da constituição de poderes. O Interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, era médico. A Assistência Social era estimulada pelo governo, afirmando agir em nome dos interesses da coletividade. Otávio Gonzaga, que dirigia o Serviço de Puericultura de São Paulo, afirmou sobre Barros: “[...] mostra o carinho de Vossa Excelência para com as mães e as crianças paulistas, gente modesta que, de todos os recantos da cidade, para aqui afluiu em procura de recursos e ensinamentos da arte de bem cuidar dos filhos” (O Estado de São Paulo, 1940, p. 7).

Ainda fez referência à realização de concurso de Eugenia Pré-Natal, que visava a premiar as mães:

[...] que entre todos os dias souberam reservar um tempo precioso para frequência regular e disciplinada às clínicas de Puericultura, mostrando a mais elevada concepção de maternidade consciente contra uma outra atividade que é regida pela superstição e ignorância (O Estado de São Paulo, 1940, p. 7).

Aqui, aparecem juntos o interventor Adhemar de Barros, o secretário de Educação, o diretor do Departamento de Saúde e as mães. Notamos tensões e conflitos na afirmação de superstição e ignorância e os poderes instituídos agindo de forma supostamente harmoniosa para corrigir alegados desvios, convocando as mães como aliadas que estariam afirmando esses projetos em nome da vida moderna, silenciando sobre diferentes condições sociais por elas vividas. A responsabilização pela ignorância e superstição ficava para as mulheres incultas, que precisariam ser orientadas; o poder público seria, supostamente, o realizador, e estaria empenhado politicamente no sentido de resolver essas questões, para as quais contaria com o apoio de mulheres.

Em 1937, Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional de Puericultura. Em 1948, através do Decreto n.º 9.948, foi instituído o Serviço de Puericultura de São Paulo, sob a direção de Otávio Gonzaga, como já foi afirmado. A Puericultura assim foi caracterizada:

Trata-se de um verdadeiro sistema científico de assistência que protege a criança desde a fase pré-natal, assegurando seu normal desenvolvimento orgânico, dirigindo-a na infância, amparando-a na adolescência e promovendo também, ao lado dessa assistência direta, uma ampla difusão dos conhecimentos basilares de higiene infantil e dietética (O Estado de São Paulo, 1940, p. 7).

Ainda podemos explorar temas como a presença da Puericultura nos materiais impressos, compreendendo a necessidade de cruzar diferentes fontes também produzidas pelo poder público. Há uma intenção de evidenciar problemas a serem enfrentados e superados por esse poder. Cabe ainda perguntar qual a resolução desses problemas de fato e verificar se há publicações que diretamente nos apontem como as mulheres enfrentavam tais questões. As mães nos aparecem nestes materiais de forma indireta e genérica, sem considerar diferenças sociais.

Fon-Fon!, iniciando suas publicações em 1907, apresentava-se como “semanário alegre, político, crítico e esfuziante”, usando como recurso narrativo o humor político. Nos anos 1930 e 1940 daquele século, publicou várias fotografias de mulheres como modelo de elegância e beleza. Explorava muito as situações de humor e recompunha papéis tradicionais, conservando normas. Um exemplo disto se expressa na seguinte situação: Uma mulher pergunta ao marido: “Querido, por que não fazes um seguro de vida? Ele responde: Por quê? Vais principiar de novo a cozinhar?” (*Fon-Fon!*, 1942). Há uma cobrança da função social da mulher como esposa que cuida da alimentação do marido, do fato de a companheira não cozinhar bem.

A criança apareceu como levada, desafiadora do mundo adulto, atributo este como referência especial aos meninos. Há também possibilidades de desmontar versões tradicionalmente consentidas, como a presença efetiva de Papai Noel nas festas de Natal, efeméride constantemente evocada quando se aborda a infância, reforçando os momentos privilegiados de comemoração, quando se afirmam o universo infantil e os valores cristãos. Há uma menina que surpreende os pais colocando presentes para si própria na árvore de Natal, mas no dia seguinte aceita os presentes dos pais como se nada tivesse acontecido. Assim, não podemos absolutizar intenções. Novas versões são possíveis neste universo. Isto sugere e indica mudanças no universo infantil; não só no universo da ingenuidade e da crença absoluta, mas até em não desfazer as ilusões paternas.

Tanto em *Fon-Fon!* como em *Vida Doméstica*, os textos que acompanhavam as fotografias eram curtos, indicando os eventos, marcados por luxo e grandiosidade. Homens e mulheres faziam parte de um universo de sofisticação. A condição social da criança deveria acompanhar este padrão¹. Considere-se, também, a própria atividade dos meios de comunicação, incorporando mais intensamente outras estratégias de linguagem, como a fotografia, por exemplo, confirmadora, muitas vezes, dos projetos anunciados. Em relação à infância, havia um investimento em propagandas de produtos que ajudavam nos cuidados com crianças - talco, por exemplo.

Lembramos que esses periódicos e outros materiais impressos eram também anunciados pelos materiais publicitários. A publicidade oferecia possibilidades, diferenciação, de prestígio social, e indicava o desejo de obter os produtos anunciados, através do consumo. O bebê era alvo, muitas vezes, de produtos e serviços; exigia cuidados especiais. A ele se indicavam produtos que podemos hoje considerar inusitados.

¹ Esses impressos estão disponíveis na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Pude consultar *Vida Doméstica* graças à generosidade da doutora Denise Bernuzi Santana, do Programa Pós-graduação em História da PUC/SP, e do doutor Hermetes Araújo, que me emprestaram microfilmes daquela publicação, aos quais agradeço.

O Jornal *O Estado de São Paulo* surgiu em 1875 como *A Província de São Paulo*; passou a ser denominado daquela outra forma com a instauração da República. Um exemplo de propaganda de *O Estado de São Paulo*:

*Então vai ter um filho?
Lindo!
Não é com o senhor, não!
É com sua mulher claro!
E hoje a conversa é séria.
Sua casa está preparada para receber o anjinho querido
Bom, isso, para dizer a verdade é com sua parteira, e se é parteira
de fato e precavida, vai exigir o uso de Lysoform” (O Estado
de São Paulo, 1935).*

A parteira é reconhecida como autoridade no momento do nascimento, na valorização de Higiene e Saúde. A propaganda sugere a eficiência do produto para diferentes ocasiões e sujeitos. Por exemplo, para homens, depois de se barbearem; para fumantes, para fazerem gargarejos; para limpeza de geladeiras e despensas; para acabar com percevejos e pulgas e, no caso do bebê, para higienizar roupas. A criança, nesse caso, era evocada como anjo que merecia todos os cuidados.

A autoridade do médico era também afirmada para evitar práticas curandeiristas e sugerir a valorização dos profissionais em casos de consulta, desautorizando, por vezes, tradições caseiras e populares. Já a partir do Código Penal de 1890, no capítulo 3 - “Dos crimes contra a saúde pública”, no Art. 158, consta pena de multa de 100\$ a 500\$ e prisão de um a seis meses. E tais práticas foram regulamentadas. A polícia, de vez em quando, dava batidas e prendia pessoas, apreendendo amuletos, ervas e raízes, acusando-as de curandeirismo (Diniz, 2021).

Observamos uma confirmação de perspectivas dessa natureza em outros momentos históricos. Os anos 30 do século XX foram especialmente marcados pela difusão de procedimentos científicos como resolução de diferentes problemas sociais vividos principalmente na infância, em função dos altos índices de mortalidade infantil. Os médicos têm suas atividades publicadas e incentivadas enquanto conhecimento autorizado.

Nas revistas, a harmonia era conferida a partir de orientações científicas pertinentes; a escolaridade, incentivada em instituições, a começar pelos maternais, passando por parques infantis e atingindo escolas que correspondem ao ensino básico e fundamental de hoje. Nessa perspectiva, a família nuclear representava o alicerce para uma estrutura equilibrada, forte, segura em relação ao futuro promissor da criança.

A sintonia com valores cristãos é extremamente recorrente nesses materiais, particularmente quando voltada à infância. O calendário cristão acompanha muitas das publicações. As crianças eram evocadas como anjos. A orientação doméstica devia estar ligada a elas. O Natal, a primeira comunhão de crianças, eram evocadas como festividades a serem lembradas e comemoradas. A figura

do menino Jesus diretamente identificado com a imagem da criança; Maria, com a da mãe primorosa; José, o pai trabalhador... podemos indicar esses materiais impressos como parte do conhecimento de tais práticas em sintonia com os tempos modernos, e também voltados ao combate da mortalidade infantil.

Estamos mais habituados a fazer análises sobre grandes veículos de comunicação, análises necessárias e que trouxeram grandes contribuições para a interpretação dessa fonte específica, contextualizando, através dela, o período estudado e entendendo sua ativa participação na constituição do social, assim como também é por ele constituída.

A Cruzada Pró-Infância, que existe desde 1930 em São Paulo, publicou, em setembro de 1933, sua primeira revista, denominada *Infância*, tendo como editor chefe o doutor F. Pompêo do Amaral, médico que atuava como profissional dedicado ao estudo da criança. Seus artigos eram escritos por vários colegas conceituados que atuavam na área de saúde da criança e escreviam também sobre os cuidados com a mãe gestante, como forma de prevenção de doenças no presente e no futuro, numa anunciada superação do passado que colocava em risco a vida de meninas e meninos.

A Cruzada Pró-Infância mantinha uma estreita relação com veículos de grande circulação. O acervo conservado possui recortes de jornais que divulgavam suas atividades. A revista era mensal, não só distribuída através de assinaturas anuais, mas também adquirida de modo avulso. Havia um apelo para que se pagasse adiantadamente, com a finalidade de se garantir a publicação de seus vários números.

A redação e administração situavam-se no Edifício Martinelli (outubro de 1936), no centro da cidade de São Paulo, frequentemente evocado para lembrar um centro que projetava e movimentava a vida na cidade. Ainda nesse número da revista, a instituição é lembrada porque acolhe crianças nacionais e estrangeiras, brancos e negros, e não exclui aqueles que não possuem o catolicismo como religião, admitindo, sem distinção, perfil laico e republicano.

O mensário apresentava sua disponibilidade na relação com anunciantes, indicava a presença de agentes que deviam ser procurados para encaminhar as negociações com esses possíveis anunciantes, solicitava ainda que leitores enviassem artigos, que seriam submetidos à avaliação da revista para serem publicados.

A revista foi editada entre os anos de 1935 e 1937, segundo Moura. No entanto, identifiquei, em minha pesquisa, a data de 1933 como o início da publicação. Talvez o próprio acervo possa fornecer outra configuração. Pesquisei a Cruzada Pró-Infância através de materiais em grandes caixas de papelão, sem nenhuma intervenção arquivística (Moura, 2007). Avaliei, nessa cruzada, a presença ativa de mulheres de projeção social elevada, identificadas com uma elite paulista. Entre os colaboradores da revista, destacam-se médicos, educadores e outros profissionais.

A intenção do mensário era cobrir o cotidiano da vida da criança, que passava pelo aleitamento materno, pelo lazer, pela presença de meninos e meninas nos parques infantis da cidade, pela atuação cotidiana dos médicos na vida dos pequenos, pela presença materna como auxiliar dos médicos nos cuidados com

a criança, pelo uso mais adequado de roupas. Há, inclusive, moldes de roupas que podem ser confeccionadas pelas mães.

A questão do aleitamento materno aparece como atividade fundamental, já que se observam mulheres de camadas socialmente mais privilegiadas que, por questões estéticas, não desejavam amamentar seus filhos; por outro lado, a mulher operária tinha um dia de trabalho intenso, que roubava seu tempo de cuidado com as crianças.

É um periódico mensal que acompanhava as comemorações da Semana da Criança. As atividades eram contempladas em: Dia da Elevação Espiritual; Dia da Raça; Dia da Criança; Dia do Lactente; Concurso de Robustez Infantil - neste caso, publicando resultados, os nomes da comissão julgadora, a premiação, os classificados no concurso (Cruzada Pró-Infância, outubro de 1936). Apresentava, ainda, o Dia da Criança Hospitalizada e o Dia da Criança que trabalha. As propagandas se sintonizavam com esses pressupostos, como, por exemplo, o da importância do consumo do biscoito Gelca – a garantia da raça, tornando-se parte constitutiva de valores e procedimentos.

A publicação servia como apresentação de resultados dos vários serviços oferecidos pela Cruzada Pró-Infância, tais como a higiene pré-natal, o exame médico geral, a higiene infantil, o serviço de sífilis, a higiene escolar, a educação sanitária, o gabinete dentário, o serviço social.

Também se divulgavam, através de propaganda, os diversos médicos da cidade dedicados ao acompanhamento da mãe e dos cuidados com a criança (Cruzada Pró-Infância, abril de 1936). Há ainda anúncios de parteiros, médicos da própria Cruzada Pró-Infância, especialistas em pele e sífilis, higiene pré-natal, “moléstia de senhoras”, além da divulgação de endereços situados no centro da cidade (Praça da Sé, Rua Santa Efigênia, Barão de Itapetininga, Rua General Jardim). Isso sugere a leitura por pessoas que poderiam assumir despesas médicas. Ficava para as mulheres pobres da cidade o atendimento na Cruzada Pró-Infância. Muitos anúncios evocavam consumos mais sofisticados de setores privilegiados da população.

Os colaboradores da revista revelavam qual devia ser o perfil a ser construído pelo mensário, atuando na educação com o intuito de cuidar da saúde da criança pobre na cidade de São Paulo. O doutor Almeida Junior dá indícios de como a pobreza era vista, divulgando, no primeiro número de *Infância* (setembro de 1933), uma pesquisa desenvolvida em grupos escolares em 1921, traduzindo, assim, essa prática: conversando com muitos alunos de escolas públicas de São Paulo, verificando suas lancheiras e encontrando uma alimentação considerada pobre em vitaminas, evidenciando que havia crianças que nada levavam como lanche. Neste sentido, diagnosticava a fome entre famílias de crianças pobres. Divulgar isto como pesquisa científica dava credibilidade a suas formulações.

O primeiro número da revista *Infância* (setembro de 1933) apresentava os programas e objetivos que orientariam sua existência: infância sadia e causas gerais da mortalidade infantil. Através de tais programas, podem-se visualizar os propósitos e concepções a respeito da infância, um trabalhador produtivo, e isto fica evidente na seguinte afirmação: “Uma infância sadia é um prelúdio natural para uma sociedade vigorosa, uma garantia para o cumprimento integral

da tarefa que cabe ao homem no trabalho universal. É uma reserva de energias em potencial para o futuro”.

Essas ações não começavam como a atividade da Cruzada Pró-Infância e de sua revista, pois se articulavam com discussões desenvolvidas nos anos 30, no Brasil e fora dele, servindo de referência para aquela instituição e para seu mensário. É o caso da Convenção de Genebra. A referência a Genebra é retomada na apresentação do programa da revista, conforme expressa Pérola Byington à frente da Cruzada Pró-Infância, quando é evocada a presença de mulheres paulistas, sintonizadas com perspectivas de educar e assistir às famílias mais pobres da cidade.

Refletindo sobre a atuação da própria Cruzada Pró-Infância, pudemos verificar, através da dissertação de Marina de Moura, sua participação ativa na Revolução Constitucionalista de 1932:

E assim como muitas mulheres paulistanas das camadas médias e mais favorecidas, a direção e as sócias da Cruzada participaram de forma ativa no movimento que eclodiu em Nove de Julho de 1932 contra o governo de Getúlio Vargas (Moura, 2007, p. 21).

A Constituição de 1934 proibiu o trabalho infantil, também responsável por mortalidade infantil, causador de inúmeros acidentes, impedindo a escolarização adequada. Isso não significa dizer que, por estar na lei, sua prática tenha sido extinta (Moura, 1999).

Assim, nos perguntamos: de que criança se fala? Qual a faixa etária mais lembrada? Quais projetos se destacavam para a criança nesses veículos de comunicação? Que imagens de infância se evocavam? Quais os projetos políticos e sociais dessas publicações? A que público se destinavam? Qual o lugar que a infância ocupava nessas publicações?

Quando buscamos a infância, nós nos perguntamos onde encontrar sua diversidade, a menina, o menino, o negro, o pobre. Qual a referência de infância? Muitas vezes, encontramos a experiência dos adultos. Afirmamos a necessidade de refletir sobre a infância a partir do seu direito de brincar, de estar nas ruas, e não apenas de ver neste espaço a contravenção, a delinquência. Ao invés disto, ver nestes lugares a possibilidade de viver várias sociabilidades. Assim, assumo as palavras de Miguel Arroyo:

[...] pensar e pesquisar a infância como ela era e é, como vivia, se formava, se humanizava na concretude de suas existências diversas e desviamos facilmente nosso foco para o tipo de criança ou de adulto que a pedagogia, a filantropia, as elites modernizantes, o Estado pretendiam e pretendem formar, normatizar desde a sua tenra idade. Em realidade, o foco se desvia da infância, de sua história social para o Estado, a escola, os adultos (Arroyo, 1999, p. 15).

A ideia de pura manipulação dos leitores é um equívoco; embora se construíssem várias estratégias de convencimento, havia leitores sintonizados com projetos que defendiam esses órgãos, posicionando-se favoravelmente, defendendo, assumindo pautas e posturas políticas.

As crianças, muitas vezes, não tinham voz ativa; não eram vistas como sujeitos que interferem em sua própria experiência; no entanto, havia ações institucionalizadas, até mesmo setores da imprensa que valorizavam desejos de brincar, de viver sociabilidades e podiam corresponder também a algumas expectativas das crianças, ou até mesmo serem reinventadas por estes sujeitos. Assim, também observamos situações em que, apesar do controle, as crianças não deixavam de transformar essas experiências, levando em conta o universo da brincadeira, do lazer, apesar das tentativas de as submeter às opiniões de adultos, de instituições dirigidas para viver uma vida consentida, regrada, ordeira.

Pudemos identificar, muitas vezes, nos pobres, a indicação de desvios. Os meninos podiam ser equiparados a anjos ou a demônios. A vida nas ruas era apresentada como lugar da prática de hábitos indesejáveis, de vícios, de transgressões criminalizadas. Acompanhando os jornais, como o *Correio Paulistano* e *A Gazeta*, Mônica Diniz, em sua tese de doutorado, analisa crônicas policiais, noticiando crimes cometidos na cidade por homens e mulheres, e onde meninos, jovens, eram demonizados por viverem na contravenção (Diniz, 2021).

O período republicano brasileiro se encarregou de criar instituições de confinamento como o Juquery, em Franco da Rocha, e o Instituto Disciplinar do Tatuapé, na capital do estado (Cunha, 1986). A afirmação dos argumentos de modernidade e progresso, expressos em aumento do número de habitantes, no uso, inclusive pela imprensa, de novas tecnologias, de novos recursos, fez parte desse panorama.

No Estado Novo (1937/1945), as dimensões de visualidade ganharam ainda mais destaque, principalmente evocando símbolos da Pátria, presentes em imprensa e cinema, dentre outros suportes. Um trecho do livro *Multidões em Cena* destaca aspecto fundamental para se pensar sobre infância no período de Vargas:

Em outro cartaz, desenha-se a figura paternal de Vargas acariciando as crianças (uma delas empunha a bandeira do Brasil) e no desenho se lê: “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas o culto da Pátria, trareis para a vida prática, todas as possibilidades de êxito (Capelato, 1988, p. 52).

Em mais um desenho, o chefe/pai dirige o olhar a uma multidão de crianças embandeiradas que o contemplam com admiração - Ilustração da Cartilha do DIP. Lembramos que a denominação “Estado Novo” evoca uma nova etapa, uma interrupção da temporalidade para inaugurar o outro, concentrando essa novidade no Estado, como se a Sociedade não fizesse parte ativa dela... É bom registrar que temos perspectivas de continuidade quando se pensa em consolidar uma ordem burguesa, usando, por vezes, novas estratégias.

A valorização das comunicações no período de Vargas é algo relevante para afirmar essa dominação, um investimento na imprensa, no rádio e no cinema como formas pertinentes de legitimação de poder. O que se afirma como tempo passado é descrito como um lugar de instabilidade, de desordem, que precisa ser corrigido; daí se pensar num começo e numa construção de memórias que devem ser cultivadas. Há uma homogeneização de Nação que tem na criança um sujeito fundamental da harmonia social; as desigualdades são reafirmadas, mas os conflitos sociais devem ser negados e afastados.

Lembramos de regimes fascistas que fizeram um grande apelo às celebrações, às espetacularizações traduzidas em cerimônias cívicas a serem cultivadas. O calendário no período histórico brasileiro de 1937 a 1945 revela o projeto de controle sobre a memória. As cerimônias eram parte constitutiva desse novo anúncio de tempo (Parada, 2007). Fundamentais encenações do regime estiveram ativas, como as da Semana da Pátria. Observam-se, com o Estado Novo, o Desfile da Mocidade e da Raça, a Hora da Independência e o Desfile Militar, manifestações públicas essenciais ao regime. O mês de setembro (Independência do Brasil) teve participação ativa do encontro com a Pátria e a atividade escolar.

As manifestações de nacionalidade estiveram presentes nos meios de comunicação, imprensa e rádio, escola e trabalho, sintonizados com esse suposto exemplo de civilidade. Contra tudo isso, colocava-se o fantasma do Comunismo, apontado como elemento de ameaça à ordem e à desintegração. Educar a criança através da escola, do trabalho consentido, significava afastá-la desse universo.

Vicente Guimarães, diretor da revista *Sesinho*, editada pelo Sesi, no período de 1947 a 1960, tem publicação importante para provocar reflexões sobre a experiência de jovens na rua. A referência à imprensa faz parte de suas reflexões, criticando sua atuação na divulgação de atos indesejados, de contravenções, de furtos, que incentivavam, na perspectiva do escritor, os atos socialmente reprovados (Guimarães, 1954).

Autor de literatura infantil, envolvido com a educação formal e moral da criança, Guimarães denuncia violências contra a criança, a pornografia; condena a vida de rua. Destaco, principalmente, o livro *Vida de Rua*, de 1954, que aborda negativamente a leitura de quadrinhos por jovens que vivem nas ruas, que adotam como apelidos o nome de seus heróis, ligados a vícios e a um cotidiano desviante. Meninos agridem o pequeno jornaleiro para o roubar; a vítima é considerada um jovem trabalhador, atividade que inicialmente é combatida, depois reapropriada, no governo Vargas, como algo a ser valorizado, criando-se instituição própria que cuidaria de acolher esses jovens, oferecendo-lhes uniforme, refeição, assistência médica, com o objetivo de tornar a função socialmente controlada e aceita.

No livro de Guimarães, os meninos de rua vão para uma instituição de recolhimento, cuja função é educá-los para o trabalho e para o abandono de procedimentos reprováveis. Há uma perspectiva de continuidade histórica que se inaugura com a República.

Quais os conflitos visibilizados e que condenam e sugerem mudanças? Por que jovens colocam fogo nestes espaços? Eles já se concretizaram em contextos dessa natureza. Daí a razão para Vicente Guimarães criticar direções autoritárias que efetuam uma educação militarizada, a identificar sujeitos por números,

despersonalizando-os. O trabalho, assim, deveria ser incorporado, internalizado, a produtividade incentivada, legitimando, portanto, práticas capitalistas de produção a partir de um universo de estímulo ao trabalho produtivo, à presença de patrões, de empresários que correspondem a uma modernidade no trabalho, que parecem eliminar a luta de classes, como se observa em sua participação no Sesi.

A educação formal é estimulada, embora, por vezes, seja criticada porque deixa de considerar aspectos que evidenciam uma vida saudável, higiênica, procedimentos que estavam em consonância com uma modernidade, progresso, evocados por uma elite republicana voltada ao poder político instituído. Órgãos de imprensa, eles mesmos empresas, dão destaque a instituições e a iniciativas que valorizam essas experiências, colocando-se em consonância com quem valoriza tais ações, essas práticas, na luta contra o abandono, a pobreza, as contravenções.

Observei no jornal *A Gazeta*, de 1937, uma crítica aos *shorts* usados por meninas e mocinhas em desfiles da cidade, sumários, que exibiam o físico dessas jovens, numa condenação de vestimenta, mesmo em instituições valorizadas, que, nessa perspectiva, cometiam abusos em relação às vestimentas.

Uma revista como a *Fon-Fon!*, em 1938, fazia sugestões de roupas para crianças, apresentando modelos e moldes, tecidos como linho e cambraia. Costurar era uma atividade feminina, valorizada como forma também de conter despesas domésticas com vestimentas. As mulheres só deveriam evitar essa atividade na gravidez, para preservar a saúde da mãe e da criança, como argumentava a *Fon-Fon!* em fevereiro de 1942.

Cuidar da saúde da criança era também prestar atenção ao tipo de vestimenta adequada a ser usada no verão ou no inverno. Os concursos de robustez infantil eram valorizados por diferentes instituições, com o apoio da própria Igreja Católica, do Sesi, da Cruzada Pró-infância, em consonância com perspectivas de aprimoramento da raça, da força e da vitalidade.

Havia, então, um investimento no sentido de criar instituições que atendessem às necessidades de acompanhamento médico, odontológico, que estimulassem a prática do exercício físico, a prática de hábitos de higiene como, por exemplo, escovar dentes. Refiro-me aos parques infantis de São Paulo. O Ato 861, de 30 de maio de 1935, dedicou-se à organização do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, transformando o Serviço de Parques Infantis em Seção de Parques Infantis^{2,2}.

A Cruzada Pró-Infância foi criada em 12 de agosto de 1930 e tinha como proposta atender aos direitos da gestante e da criança. Lembramos de uma forte centralização política, nos governos de Getúlio Vargas, em que as questões de fortalecimento da raça, aprimoramento moral, saúde e higiene faziam parte de propostas políticas, assumidas em diferentes projetos. A ‘eugenia’ passava a ser valorizada como instrumento de controle, principalmente de pobres e negros, vistos como “classes perigosas”. A instituição da República legitimou novas ações de repressão a esses sujeitos, como a ação e a presença ostensiva da polícia

² Ato 861 da Prefeitura Municipal de São Paulo. Localizado em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br>. Consultado em 22 de julho de 2021.

na perseguição dos considerados indesejados, vide a demolição de cortiços, a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata, a expressão “civilização versus barbárie” (Sevcenko, 1982; Silva, 1982).

A imprensa, muitas vezes, reproduzia interesses dominantes, recriminando a experiência de viver nas ruas, principalmente de meninos, que, em sua concepção, faziam arruaças e praticavam delitos. Ou ainda, serviam como agentes de denúncias da condição da pobreza, de andar descalços, maltrapilhos, sujus, situações a serem condenadas.

As comemorações cívicas eram atividades publicadas e divulgadas como sinônimos de ordem, disciplina, amor à Pátria, aprovação de projetos políticos que colocavam no Estado o sujeito preferencial das ações.

A *Fon-Fon!* publicou uma série de seções dedicadas ao lar e aos cuidados com a infância: “Página do Lar”; “Conselho às Mães” e “Boas maneiras”. Nessas páginas, divulgavam-se imagens idealizadas de família e perspectivas de homogeneização da entidade, com a mulher cuidando do lar, da saúde da família, crianças bem arrumadas, fortes e robustas; o marido, como provedor do lar (Maluf; Mott, 1997). Há uma acentuação da concepção de sujeitos sintonizados com a modernidade, no caso, o da mulher, que deveria adquirir conhecimentos de Puericultura e Eugenia e considerar a necessidade do sufrágio universal (Fon-Fon!, 1938).

Acentuei mais intensamente como problemática central do trabalho, em meu doutorado, a aproximação destes meios de comunicação, quando abordaram a infância, com temas, fontes iconográficas e propagandas veiculadas. É importante, no entanto, não reduzir um ao outro. Outras pesquisas poderão evidenciar mais estas diferenças. Além de informação, essas publicações se constituíram, portanto, em importantes órgãos formadores de uma opinião pública, associadas aos valores sociais dominantes no Estado nacional e na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Apresentação. In: VEIGA, C. G.; FARIA, L. M. de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-19.
- BRASIL. Artigo 158 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934). Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- BRITES, O. **Imagens da infância: São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BRITES, O. Pérola Byington (1879-1963) – Mulher e família em mudança. In: SECCO, L.; SILVA, M.; BRITES, O. (Org.). **Mulheres que interpretam o Brasil**. São Paulo: Contracorrente, 2023. p. 466-478.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.
- CAPELATO, M. H. **Multidões em cena: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: FAPESP/Papirus, 1998.
- CRUZ, H.; PEIXOTO, M. R. Na oficina do Historiador – Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, v. 35, p. 255-271, 2007.
- CUNHA, M. C. P. da. **O espelho do mundo**. Juquery: A História de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DINIZ, M. **Dramas de Ontem: Imprensa, Criminalidade e a Crônica Policial em São Paulo (1910-1920)**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- FON-FON! Rio de Janeiro, maio 1942.
- GUIMARÃES, V. **Vida de rua**. Rio de Janeiro: Oficina do Serviço Gráfico I. B., 1954.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil, República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 367-421.
- MARTINS, V. A. **O jornal “O ESP” e o governo João Goulart e percepção (1961/1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MOURA, E. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 259-289.
- MOURA, M. de. **A noção de infância no Brasil, na década de 1930: Uma análise da revista Infância**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1º de junho de 1940. p. 7.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 de janeiro de 1935.
- PARADA, M. A ordem da memória: a Imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In: FERREIRA, L. M. A.; RIBEIRO, A. P. G. (Orgs.). **Mídia e Memória: a produção de sentidos nos Meios de Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-57.

- PENDER, B. Esquecemos as Mães. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 328, jul. 1945.
- SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense (Tudo é História), 1982.
- SILVA, M. **Contra a chibata**: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo: Brasiliense (Tudo é História), 1982.
- SILVA, M. O Trabalho da Linguagem. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 6, n. 11, p. 45 - 61, 1985/1986.
- SILVA, V. A. T. da. **Notícias do Rio**. A intervenção no jornal O Estado de São Paulo e a auto-legitimação do Estado Novo. São Paulo: EDUSP/Nankin, 2015.
- THOMPSON, E. **A miséria da teoria**. Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- VESENTINI, C. A.; DE DECCA, E. A revolução do vencedor. **Ciência e Cultura - SBPC**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 25-32, 1977.
- VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, jul. 1933.
- VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro, fev. 1936.

ESCRITORAS DE LITERATURA INFANTIL NA ARGENTINA E NO BRASIL (1960-1970): REBELDES, FEMINISTAS E REVOLUCIONÁRIAS¹

<https://dx.doi.org/10.18616/cart03>

Alejandra J. Josiowicz

Introdução: a estrutura revolucionária e feminista de sentimento e as escritoras de literatura infantil

O presente capítulo se propõe analisar a literatura infantil escrita por um grupo de escritoras mulheres nas décadas de 1960 e 1970 na Argentina e no Brasil, como uma maneira de refletir sobre a transformação dos modos de pensar a infância e os papéis de gênero e sexualidade, em um contexto político autoritário e de efervescência da indústria cultural. Nas décadas de 1960 e 1970, um grupo de escritoras argentinas e brasileiras construiu uma estrutura de sentimento revolucionária na literatura infantil, orientada à luta contra o autoritarismo, à liberação das convenções sociais, ao questionamento das hierarquias, impulsionadora dos direitos e das liberdades das mulheres e da transformação dos papéis familiares e de gênero. As escritoras criaram uma estrutura de sentimento que dialogava com a situação política na Argentina e no Brasil, em que regimes autoritários entraram em tensão com movimentos políticos revolucionários, juvenis e feministas. Construíram, desse modo, um espaço no mercado cultural que funcionou como âmbito de resistência e crítica às ditaduras, situado entre a cultura erudita e a indústria cultural, vendendo discos e coleções de livros, participando na televisão, no rádio e nas revistas. Foram mediadoras culturais, capazes de estabelecer pontes entre o campo intelectual e públicos não especializados, compostos por amplos setores da sociedade, como é o caso da literatura infantil (Castro Gomes; Hansen, 2016). As autoras analisadas neste capítulo combinaram, com sucesso, a proximidade com os conhecimentos universitários e as instituições eruditas, e as possibilidades do mercado cultural, causando uma verdadeira revolução na literatura infantil com sua crítica ao convencionalismo e sua linguagem lúdica e antiautoritária.

Nessas décadas, a emergência da sociedade de consumo e a ampliação do acesso à educação em todos os níveis, inclusive o universitário, deram-se paralelamente à expansão dos meios massivos de comunicação, tanto da indústria do livro, das revistas e dos jornais, quanto da televisão e do cinema, e do estabelecimento de novos vínculos, mais diretos e profissionais, entre os escritores e o público leitor e consumidor. A literatura infantil experimentou um verdadeiro *boom*, ao qual contribuiu a transformação nos hábitos de leitura que vieram juntamente com o crescimento do mercado do livro e da imprensa nas

¹ Uma versão deste capítulo foi publicada no livro *Escritoras revolucionarias. Literatura infantil, feminismo y antiautoritarismo en la Argentina y el Brasil (1960-1970)*. Los polvorines: Editora de la Universidad de General Sarmiento, 2023.

décadas de 1950 e 1960 (Coelho, 2006; Lajolo; Zilberman, 2006; Ronner, 2000; Arpes; Ricaud, 2008). Mais próximas do mercado cultural que do âmbito escolar, alheias às normas pedagógicas e à transmissão de códigos e gramáticas, as autoras analisadas se voltaram a um trabalho com a forma estética, incorporando técnicas experimentais próprias das vanguardas, junto com elementos da cultura popular.

O texto examina a criação, por parte das escritoras mulheres, de uma “estrutura de sentimento” revolucionária² na literatura infantil, que denunciou as desigualdades de gênero e incluiu greves, lutas sociais, exploração, alienação laboral e repressão policial. Essa literatura infantil representou personagens que se rebelavam diante das normas estabelecidas; vestiam-se de forma psicodélica; resistiam ao disciplinamento de seus corpos e experimentavam novas formas de vida.

A estrutura do sentimento feminista que elas criaram para o público infantil esteve intimamente ligada com as mobilizações e demandas dos movimentos sociais feministas dessas décadas - de mulheres e sexualidades dissidentes -, próprios da chamada “segunda onda” de feminismos na Argentina e no Brasil (Blay; Avelar; Rangel, 2019; Blay; Avelar, 2017; Barrancos, 2007; Cosse, 2010). Esses movimentos questionavam os modelos familiares e de sexualidade tradicional; denunciavam a relação entre o capitalismo e o patriarcado e permitiam a emergência das mulheres como agentes políticas, inclusive em contextos ditatoriais (Blay; Avelar; Rangel, 2019; Blay; Avelar, 2017)³. Denomino a estas escritoras como revolucionárias, tanto em um sentido sociocultural, quanto de gênero, embora elas não se considerassem militantes de movimentos políticos feministas, justamente porque, embora não adotassem essas identificações, pensam seus textos infantis como formas revolucionárias de intervenção, apontando para transformações nas formas de pensar a família e o papel da mulher.

Justamente pela sofisticação estética das produções, a conexão histórica com o feminismo teve a ver menos com uma tradução das consignas políticas do movimento à literatura infantil e mais com a potência, a densidade, os matizes, as contradições, as dúvidas, os questionamentos das hierarquias sociais, dos modelos familiares e das desigualdades de gênero, de modo tal que interpelou a experiência das próprias crianças e jovens (Colomer, 2017). Tratou-se de uma literatura que propôs uma hibridação entre o culto e o popular, a língua falada e a escrita, o pedagógico e o experimental, estabelecendo uma nova relação entre o adulto escritor e a criança leitora (Ronner, 2002; Coelho, 2006).

Um mundo em plena transformação

Na Argentina e no Brasil, esse período se caracterizou por um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e no acesso à educação formal, coerente com o crescimento da capacidade de consumo e da mobilidade social

² Utilizo a categoria “estrutura de sentimento” como a que organiza a consciência de um grupo social (no caso, as classes médias emergentes) e o mundo imaginativo dos produtores culturais (Williams, 1981).

³ O processo configurou-se como uma “revolução silenciosa”, dada não só pelo contexto ditatorial, mas também pela persistência de desigualdades de gênero, classe e raça (Alves; Cavenaghi; Carvalho; Soares, 2017). Cfr., para essa época, o conceito de revolução discreta (Cosse, 2010).

ascendente das classes médias urbanas (Berquó, 1998; Santos, 1982, 1990; Cosse, 2010, 2014). Começaram a ser abordados publicamente, nas revistas e nos jornais, temas como a separação, a sexualidade e métodos anticoncepcionais (De Luca, 2013). A difusão da psicanálise contribuiu para a modernização dos comportamentos sociais e o desprestígio dos papéis institucionalizados e das hierarquias entre sexos e faixas etárias diferentes (Santos, 1982, 1990). Na Argentina, o ressurgimento do movimento feminista, nos anos 1960 e 1970, esteve associado a uma cultura de companheirismo, de uniões livres, de separação e formação de novos matrimónios e à impugnação do estilo de vida doméstico (Cosse, 2010, 2014). A maternidade se transformou a partir de um paradigma psicológico da criança e de uma ideia da mulher moderna, independente, liberada, crítica do modelo de feminilidade tradicional e doméstico, que ia à universidade e não renunciava à realização no plano extra-doméstico e na vida profissional (Cosse, 2010, 2014).

As consignas feministas se somaram aos movimentos juvenis de contestação do regime autoritário que rejeitavam padrões morais e culturais tradicionais, os quais experimentaram uma radicalização política nos anos 70 (Marcelino, 2006; Manzano, 2009). O movimento juvenil foi um ator social chave na Argentina e no Brasil: as e os jovens questionaram práticas autoritárias, tanto no nível familiar, quanto no escolar ou estatal; expressaram-se através de uma cultura juvenil vivida como promessa de mudança, uma cultura contestatória, caracterizada pela música, pela roupa, a estética corporal, as viagens e por uma sexualidade vivida como eleição mútua e consensual (Manzano, 2017; Motta, 2014).

A abertura comportamental das classes médias na Argentina e no Brasil, o uso da pílula anticoncepcional e a redução das taxas de fecundidade acompanharam o surgimento de novos parâmetros de educação e um processo de psicologização da infância, que implicou a desvalorização de castigos e punições e uma concepção de criança sem censura, sem ameaças e sem hostilidades (Josiowicz, 2018; Cosse, 2010, 2014). A infância, incorporada ao longo da primeira metade do século ao consumo cultural moderno, a partir de 1950 e 1960 começou a ser interpelada pelas estratégias publicitárias como destinatária e participante do consumo (Brites, 2000; Sosenski, 2012; Josiowicz, 2018). A autonomia das crianças ampliou-se e os papéis de pais e mães se transformaram, tendo como missão principal descobrir, estimular e cultivar a subjetividade dos filhos, evitando qualquer rótulo, rejeitando modelos externos, em relação fluida e dinâmica com o mundo próprio do capitalismo moderno, carente de parâmetros e estruturas fixas, baseado no consumo e no mercado como instância de formação (Ortiz, 1998).

Por seu lado, os governos militares da Argentina e do Brasil mantiveram um discurso familiar que vinculava lar e escola a um mesmo sentido moralizante; enfatizava as virtudes provedoras, disciplinantes e supervisoras do pai, assim como as cuidadoras, morais e afetivas da mãe e o dever de submissão das crianças (Llobet, 2015). Estimulavam a privatização das relações familiares, o controle e a vigilância das crianças e jovens por parte dos pais como defesa contra possíveis desvios ideológicos associados ao comunismo, e deram impulso a projetos educacionais com ênfase na assistência como fator de preservação da paz social (Rosemberg, 1984). No Brasil, houve censura prévia, regida por preocupações

de ordem moral e patriótica, que incluía televisão, cinema e peças teatrais, e, a partir de 1970, livros e revistas cujos possíveis ou desejáveis destinatários fossem crianças ou jovens (Reimão, 2011; Otero, 2003; Marcelino, 2006). Desse modo, o Estado autoritário revelava sua preocupação com a proteção da moral e a formação da juventude, em nome de princípios cristãos, contra o que pudesse ser considerado ultraje ao decoro e tendente à dissolução da família (Setemy, 2018). Favoreceram uma visão da família na qual os papéis de gênero estivessem bem diferenciados para homens e mulheres, para pais e filhos, e as crianças fossem preservadas de temas ou termos considerados alheios à moral (Pineau, 2006; Rosemberg; Moura; Silva, 2009). Na Argentina, a literatura infantojuvenil sofreu censura, a cargo de autoridades da Igreja, de professores e autores que aderiram ao ideário militar e censuraram os textos que questionassem os valores da família tradicional, as hierarquias, a religião católica e o nacionalismo (Guitelman, 2006; Invernizzi; Gociol, 2007).

O boom da literatura infantil revolucionária na Argentina e no Brasil diante do autoritarismo

A literatura infantil de ambos os países conheceu uma verdadeira explosão de criatividade e um aumento de sua circulação e difusão no mercado cultural ao longo dos anos de 1960 e 1970. No Brasil, a nova linguagem era herdeira de Monteiro Lobato, cuja literatura infantojuvenil havia eliminado a sentimentalidade e a exemplaridade da literatura moralizante e incorporado uma linguagem coloquial, vernácula e o humor (Coelho, 2006), mas também as de Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, cujas produções inauguraram uma estética experimental e vanguardista para o público infantojuvenil. Na Argentina, são importantes a herança de Horacio Quiroga e sua literatura de aventuras, sua linguagem rítmica, repetitiva, sonora, coloquial, com abundância de termos regionais e uso do humor (Josiwicz, 2018). As autoras se opunham aos modelos dos livros didáticos e da literatura infantil que, até a década de 1950, representavam as meninas, a maior parte das vezes, como passivas, suaves, doces, afetivas, destinadas ao serviço e ao espaço doméstico, e caracterizadas por sua função familiar e condição de cônjuge ou parente, enquanto os homens eram fortes, inteligentes, criativos, aventureiros, ativos e arriscados, líderes do espaço público e com profissões variadas (Rosemberg, 1984). As personagens femininas apareciam em menor proporção, frequentemente dedicadas a profissões socialmente não valorizadas, subordinadas aos homens e definidas pela sua aparência, enquanto os personagens masculinos eram ativos na vida profissional, ligados a seu trabalho e realização (Rosemberg; Moura; Baptista Silva, 2009).

Nessas décadas, afiançou-se o mercado editorial de publicações massivas; os meios de comunicação se internacionalizaram e globalizaram. No Brasil, junto à expansão do mercado editorial de publicações de massa e a emergência de um campo profissional para os escritores, as novas diretrizes educacionais - "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 2.024, de 1961, reformulada pela Lei n.º 5.692, de 1971 - exigiram o ensino da língua vernácula através de textos literários e instauraram novas relações entre escola e literatura por exigência

oficial (Coelho, 2006). Multiplicaram-se as instituições e programas de estímulo à leitura da literatura infantil e juvenil.

Os governos militares brasileiros financiaram e subsidiaram a produção de livros por parte do setor privado, favorecendo a indústria editorial e ajudando a modernização do parque industrial gráfico (Otero, 2003). O Instituto Nacional do Livro foi o órgão estatal encarregado de ler e selecionar os livros que iriam ser subsidiados. A literatura infantil e juvenil foi incluída nessas políticas, sobretudo as obras que faziam referência à cultura e à sociedade brasileiras, dada a preocupação da ditadura por temas e tradições nacionais. Desse modo, a indústria editorial infantil foi amplamente beneficiada pela política de coedição, de subsídios e de distribuição de livros com patrocínio do Estado (Otero, 2003). No Brasil, houve uma explosão de criatividade e um verdadeiro *boom* editorial massivo na literatura infantil, com o surgimento de novas autoras, como Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Fernanda Lopes de Almeida, Lúcia Pimentel Góes, Lygia Bojunga Nunes e Teresa Noronha (Lajolo; Zilberman, 2006; Coelho, 2006). Vários de seus textos foram beneficiados pelos subsídios do Instituto Nacional do Livro, como *Currupaco*, *papaco e outras histórias* e *Severino faz chover e outras histórias*, de Ana Maria Machado, editados pela Abril Cultural; *Angélica*, de Lygia Bojunga Nunes, pela editora Agir, e de Ruth Rocha, *Romeu e Julieta e outras histórias* e *Catapimba e sua turma*. Paradoxalmente, a ditadura acabou financiando uma literatura infantil escrita por mulheres, crítica do autoritarismo e orientada para a justiça social.

Na Argentina, pelo contrário, as políticas da ditadura não beneficiaram a indústria gráfica nacional: se, entre 1962 e 1970, houve um *boom* do livro nacional, com o crescimento das vendas, a expansão da circulação e a nacionalização dos catálogos, no final de 1970, devido às políticas de censura, às proibições, ao fechamento de editoriais e à instabilidade, pouco restava da indústria editorial e o livro argentino parecia dirigir-se para a sua extinção (Invernizzi; Gociol, 2007). O *boom* da literatura infantil, nesses anos, formou parte de projetos editoriais abrangentes, orientados à democratização cultural, com distribuição de livros e fascículos a baixos custos, vendidos em pontos de jornais (e não em livrarias) e por todo o país, não somente nos centros urbanos (Gociol; Bitesnik; Ríos; Etchemaite, 2007). Devido a isso, as condições de sustentação das editoras eram difíceis e a produção, mais artesanal que industrial. A editora lançou sua coleção *Cuentos de Polidoro*, dirigida por Beatriz Ferro, em 1967-1985, e *Cuentos del Chiribitil*, dirigida por Graciela Montes (1977-1979). Editoras e autores sofreram atentados e pressões de todo tipo, além de uma permanente sensação de insegurança, o que contribuiu a desestabilizar a indústria editorial, incentivando a autocensura, a destruição de livros e o temor (Invernizzi; Gociol, 2007).

Uma cultura infantil de esquerda, com componente anti-imperialista, oposta e crítica dos materiais altamente comerciais exportados pelos Estados Unidos, como desenhos animados, filmes e livros da Disney, se propagou entre uma classe média intelectualizada e, sobretudo, entre uma geração de mães que passaram pelo ensino superior. Naquela época, teve grande impacto o livro de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, *Para ler o Pato Donald*, que, através de um estudo empírico de produtos culturais massivos, destinados a crianças e a jovens, denunciava os mecanismos internos de dominação cultural imperialista e a propaganda do

modo norte-americano de vida (Dorfman; Mattelart, 1972). Os pais e as mães das classes médias intelectualizadas, junto com o posicionamento político anti-imperialista e de resistência à ditadura, questionaram as hierarquias e a fixidez das relações entre gêneros e faixas etárias, e recorreram à indústria cultural em busca de materiais coerentes com os novos parâmetros de educação e a nova centralidade da infância. Surge, então, um nicho de mercado para produções infantojuvenis críticas da ditadura e do imperialismo cultural que questionava e transgredia os modelos familiares tradicionais, contrários à submissão e à obediência das mulheres e filhos à autoridade inquestionável do pai.

O novo público da literatura infantojuvenil estimulou a profissionalização das autoras em diferentes setores da indústria cultural. Muitas das escritoras trabalharam como diretoras, editoras, redatoras, assessoras de livros, revistas, jornais, coleções editoriais para crianças, jovens e adultos. Ruth Rocha, por exemplo, dirigiu publicações infantis da Editora Abril; trabalhou como editora executiva e editou coleções de livros infantis (Bastos, 1995). Contribuiu com uma coluna sobre educação na revista *Cláudia*; participou de outras publicações infantis, como a coleção *Beija Flor e Bloquinho*, e as dirigiu. Os contos iniciais de autoras como Ruth Rocha e Ana Maria Machado, que trabalhava como jornalista em revistas, jornais e no rádio, foram veiculados em *Recreio*, revista literária para crianças que fez parte da revista *Cláudia*, da Editora Abril, e depois se separou, vendendo um milhão de exemplares por mês. *Recreio* trazia uma história para crianças em cada número, juntamente com brincadeiras criadas a partir do enredo, assim incentivando o público de modo participativo. Machado, uma das mais importantes escritoras de literatura infantil brasileira, foi prolífica na época: publicou 21 textos infantojuvenis entre 1977 e 1980. Por seu lado, Laura Devetach, escritora, poeta e docente em vários níveis, foi prolífica também nessa época, com dezenas de livros em gêneros variados, além de letras de músicas. Um de seus contos foi gravado em forma de disco; compôs três peças de teatro para crianças e numerosos roteiros televisivos para o público infantil nos anos 60 e 70. Além disso, contribuiu em vários meios jornalísticos, entre os quais a revista *Billiken*, entre 1976 e 1982, e *Humi*, entre 1982 e 1984. Por seu lado, Graciela Montes, prolífica autora, premiada e traduzida para várias línguas, atuou como diretora de numerosos projetos editoriais nessa época, sobre cultura e história argentina e latino-americana.

As escritoras à procura por uma literatura infantil feminista

Embora diferentes em muitos sentidos, dada a variedade da intervenção de cada uma no mercado cultural, a proximidade ou não com o âmbito erudito, inclusive pela relação com os movimentos político-sociais, as escritoras tinham em comum um mesmo *ethos* feminista por elas criado na literatura infantil. Mesmo assim, encarnaram o questionamento dos parâmetros de beleza corporal convencionais em uma variedade de figuras literárias e criaturas ficcionais, o que implicou a exploração de novos padrões de gênero e sexualidade. Nesses textos, meninas, mulheres adultas e outros personagens são agentes de mudança e transformação dos modos de pensar a subjetividade, as relações sociais e

familiares. Eles subvertem as normas, se rebelam diante das estruturas familiares e das convenções domésticas; iniciam viagens buscando se reencontrar e estabelecer novas relações amorosas e afetivas com os outros.

Todas as autoras analisadas neste capítulo ofereceram às meninas modelos de mulheres que lutam, trabalham, buscam a transformação social e subjetiva, com objetivos nunca servis nem superficiais.

Em *La torre de Cubos*, de Laura Devetach (1984), Irene é uma menina independente e aventureira: viaja sozinha ao mundo dos “caperuzos”, no qual descobre um modelo igualitário de família, em que o pai participa das tarefas domésticas. Quando volta, decide pedir a seus pais uma mudança: que o pai cozinhe, deixe de falar “coisas tão sérias” e ficar “tão pouco em casa” e que sigam o modelo de pai e mãe “caperuzo”, que colabora nas tarefas domésticas (Devetach, 2006). Irene questiona a submissão feminina e propõe uma transformação nos papéis de gênero e nos modelos familiares através de um modelo mais afetivo e participativo de paternidade. “El Pueblo dibujado”, incluído no mesmo volume, conta a história de Laurinha, que desenha uma cidade na parede da cozinha. Laurinha é uma menina solitária e independente: seus pais não têm muito dinheiro e trabalham bastante, razão pela qual ela deve passar os dias em casa com seu gato e as noites, solitária, o que lhe permite criar seu mundo imaginário.

Laurinha e Irene são duas meninas independentes, que vivem em ricos mundos imaginários: elas são motores da transformação dos papéis de gênero e dos modelos familiares, juntamente com a invenção de novas linguagens para expressar seus sonhos e desejos.

Por seu lado, “*História de ratinha*” (1977), baseado em um conto tradicional hindu, está intimamente conectado com a transformação dos modelos familiares e de gênero e com os movimentos juvenis da época. Ratinha deseja sair do espaço protegido de sua casa familiar e experimentar o mundo afora. Viaja pelo mundo e explora novas experiências: “Dançou como uma folha. Patinhou sobre um papel de chocolatinho. Fumou um cigarro de pasto. Colocou óculos de papel de balinha. Tomou mate em uma flor color lilás. Usou brincos de arroz”. (Devetach, 2000, p. 3). Ratinha aponta a busca do gozo corporal, a exploração dos sentidos, a rebeldia, de modo que remete aos movimentos juvenis e ao hipismo nessas décadas, que questionavam a ordem estabelecida, as hierarquias e os papéis de gênero (Manzano, 2017). Ela empreende a busca por um companheiro: encontra o sol, a nuvem, o vento, o muro, mas todos eles tentam impor-lhe um modo de vida alheio. Finalmente, encontra o Ratinho que, como ela, quer construir o próprio modo de viver, com o qual se relaciona em pé de igualdade. Ambos se conquistam, descobrem o mundo juntos, trabalham e criam seus filhos: “Tiveram filhinhos e lhes deram uma casinha tibia, mas com uma porta fácil de abrir, para que pudessem sair a conhecer o mundo, passo a passo, quando tivessem vontade” (Devetach, 2000, p. 17). Ratinha e seu companheiro vivem a paternidade e a maternidade como um aprendizado, e possuem um paradigma de criança igualitário. A educação dos filhos prioriza a liberdade por sobre a tradição, as normas e a disciplina, e lhes propõe uma relação fluida entre a família e o mundo, o público e o privado, o individual e o coletivo. “*História de Ratinha*” coloca em cena o protagonismo das mulheres jovens, e uma transformação dos papéis

de gênero e dos modelos familiares voltada cada vez mais a um paradigma de criança que estimule a independência e a liberdade.

A busca por novos modelos e paradigmas de feminilidade também aparece nos textos de Ruth Rocha (2011), como em *Terezinha e Gabriela* (1971). Gabriela, a menina protagonista, não se ajusta aos parâmetros tradicionais da feminilidade: é contestatária; brincalhona; pensa por si mesma; é inteligente. Interroga e questiona as normas e o uso da linguagem pelos adultos. Não é quietinha nem obediente; não se preocupa com a beleza física ou maquiagens e gosta de brincadeiras físicas e fortes. Gabriela, inclusive com seu modelo de feminilidade transgressora, consegue a admiração dos colegas. No entanto, Gabriela enfrenta a chegada de uma outra menina - Terezinha - que segue os padrões tradicionais da feminilidade. Essa menina é arrumada, quietinha, estudiosa, obediente, preocupada com a beleza e a aparência física. Ela se enquadra no paradigma de beleza tradicional e, desse modo, também consegue a admiração dos colegas. Entre elas se estabelece uma rivalidade. No entanto, com curiosidade, acabam experimentando o modo de ser uma da outra. Terezinha se transforma em uma menina travessa e Gabriela, em uma menina bem-comportada. Até que um dia se encontram, uma transformada em espelho da outra e acabam ficando amigas. Ambas aprendem uma com a outra; se influenciam mutuamente e se admiram. Desse modo, conseguem encontrar um equilíbrio entre modelos de feminilidade opostos. No final, Terezinha acaba rejeitando o modelo de feminilidade orientado ao matrimônio e à domesticidade, e é crítica da visão teleológica da infância subordinada ao ser adulto. O conto aponta para a contingência e flexibilidade dos papéis de gênero, passíveis de transformação, recuperação e transgressão. Gabriela e Terezinha desnaturalizam o modelo de feminilidade ao mostrar seu caráter flexível, apropriável, produto de escolhas e negociações constantes da própria identidade e do eu. Em lugar de uma imagem única de feminilidade, rebelde ou submissa, ambas meninas transitam por vários modelos, por práticas, sensações, experiências, modificando-se no processo, até encontrar um espaço próprio. O conto assinala a identidade feminina, não como resultado, mas como busca, e ressalta a importância de transitar por esse caminho, sem ficar preso de um modo fixo a nenhum parâmetro ou modelo.

Outra menina irreverente é Helena, protagonista de *Bem do seu tamanho* (1980), de Ana Maria Machado (2003a). Helena interroga de forma crítica o modelo da educação das mulheres em base à dicotomia entre o disciplinamento e a infantilização. O que se considera aceitável para uma menina “do seu tamanho”? Por um lado, as meninas devem crescer mais rápido que os meninos; ser obedientes, bem-comportadas, quietinhas e apropriadas, e, portanto, “grandes”. Por outro, são “pequenas” demais para brincadeiras com movimento, força, aventura e risco; infantilizadas, submetidas a diferentes estereótipos do feminino. Helena é independente. É crítica da divisão do trabalho doméstico entre seus pais e questiona os papéis de gênero. Denuncia a desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino. Helena é a jovem questionadora da ordem e das hierarquias de gênero. Empreende uma viagem de autodescobrimento e de encontro da própria identidade. Nessa aventura, encontra amigos e amigas com os quais estabelece relações igualitárias; descobre seu próprio modo de pensar

e fazer, e volta enriquecida pelas novas experiências. Ela se sente uma mulher “grande”, independente, mas não desdenha sua vida emocional, as emoções e os afetos, como uma menina “pequena”. Aceita sua subjetividade em processo, fluida, em tensão e em mudança. Trata-se de uma menina que não deixa de lado as emoções e os afetos, mas que se atreve a ser protagonista, independente, questionando modelos fixos de infância e feminilidade.

No caso de *Bento que bento é o frade* (1977), de Machado (2003b), Nita, a protagonista, é uma menina engenhosa, independente, que critica as convenções – tanto da linguagem como da conduta – e inventa novos modos de pensar e fazer. Enquanto todas as crianças jogam “Bento-que-bento-é-o-frade” do modo tradicional, Nita propõe novas regras, que enfatizam o processo sobre o resultado. Ela tem uma abordagem experimental pela qual subverte as regras, o senso comum, o uso da linguagem, os hábitos e costumes de seus amigos. Nita denuncia, questiona as dinâmicas de disciplinamento e obediência entre adultos e crianças e entre as próprias crianças, e contra eles se rebela. O texto toma a perspectiva das meninas e critica o mundo centrado nas regras e vontades adultas, colocando em cena a resistência das meninas diante do paradigma adultocêntrico e o modo como é reproduzido em jogos, músicas e na cultura popular. Desiludida com as regras e imposições do mundo social, Nita sai em uma viagem em busca de novos modos de fazer, de novas experiências e modos de pensar. Nessa viagem, encontra um mundo de bonecos de pau, os Prequetés, mundo no qual ninguém manda, ninguém obedece, o poder é relativo e não está ligado a nenhuma pessoa de modo essencial ou intrínseco: “... pode até ter um mandão [...] mas a gente escolhe quem é. E se ele não estiver fazendo as coisas direitinho, é só trocar” (Machado, 2003, p. 32). Nesse mundo fantástico, Nita descobre o poder da colaboração entre as pessoas, da autogestão e do autogoverno: são os cidadãos os que possuem o poder e, portanto, são capazes de mudar as coisas. Após o retorno, Nita conta aos amigos o que aprendeu, e ganha, assim, o respeito e a credibilidade como criadora de novas ordens e formas de compreender o mundo.

Os textos analisados veiculam modelos de mulheres e meninas questionadoras, antiautoritárias, que procuram novas formas de entender a ordem social, os papéis de gênero e da linguagem. A partir da perspectiva das meninas, formulam uma crítica ao olhar adultocêntrico. Desse modo, se articulam a um imaginário geracional, demandando a liberação social, na direção dos movimentos feministas, juvenis e políticos, mas o levam à cultura infantil.

Personagens rejeitados, desvalorizados por sua aparência física ou por não se encaixar no modelo de feminilidade e masculinidade hegemônicos aparecem na textualidade de Lygia Bojunga Nunes (2013). É o caso do romance infantojuvenil *Angélica* (1975), que narra o encontro e a formação de um horizonte coletivo e de companheirismo entre um grupo de animais rejeitados e marginalizados, por vários motivos – econômicos, familiares e de gênero. Trata-se de um relato crítico da opressão, da marginalização social, da falta de emprego, da exploração, da pobreza. O livro conta a história de Porco, um porquinho que sonha com crescer para ser respeitado, e sofre o desprezo das outras crianças da escola, que o acham sujo e o culpam por tudo, e por isso começa a sentir ódio por si mesmo e por sua

identidade. Porco vê a si mesmo desde a perspectiva do modelo heteronormativo e excludente de beleza e começa a se odiar, a se sentir corrupto, feio, sujo, a aborrecer seu nome e sua própria vida, a desejar não ter nascido ou não ser quem é. Muda seu nome e modifica sua aparência, acreditado que, desse modo, seria aceito, mas continua sofrendo preconceito e marginalização por não se encaixar no modelo heteronormativo da masculinidade. Ele conhece Angélica - e por ela se apaixona -, a cegonha que o ajuda a questionar os preconceitos e as tradições e repensar a ideia do masculino, fora de um modelo normativo de autoridade e onipotência. Diante do desprezo dos outros, ele responde: "Se eu nasci homem, se eu tenho focinho de homem, corpo de homem, pata de homem - por que é que eu tenho que ficar chateado se dizem que eu não sou homem? Que besteira!" (Bojunga Nunes, 2013, p. 60). Neste texto, a masculinidade é interrogada, colocada em questão. Dado que não se encaixa nas ideias e preconceitos sobre o masculino, Porco questiona o modelo de masculinidade fixo e imutável, e entende que esse modelo pode ser transformado à luz da própria experiência.

Angélica, por seu lado, sofre abusos familiares por ser considerada diferente e transgressora. Ela questiona a hierarquia patriarcal de sua família e a autoridade de seu pai, que pretende manter a ideia de que as cegonhas trazem os bebês, porque lhes assegura o proveito e o respeito da sociedade. O conto tematiza a necessidade da educação sexual, e de falar sincera e respeitosamente com as crianças sobre sexualidade e procriação. Assolada pelo sofrimento a ponto de querer se suicidar, Angélica recupera a vontade de viver e se muda para outro país, abandonando sua família, que a despreza e a considera anormal e desviada. É assim que conhece Porco. Juntos, Angélica e Porco montam uma peça teatral na qual contam a história de Angélica. Desse modo, defendem a importância da educação sexual; criticam o autoritarismo familiar, o dogmatismo, a repressão à diferença e a violência contra meninas, meninos e jovens. Como modelo de casal, eles redescobrem e recriam novos papéis de gênero; repensam e reencontram suas identidades. Com a peça, geram trabalho para muitos de seus amigos, previamente desempregados. As personagens colaboram de forma criativa, através da dignidade do trabalho e da criação artística, mostrando o valor da autogestão, os canais alternativos de organização e o empoderamento de personagens discriminados ou marginalizados por diversas razões. A partir dos abusos e injustiças sofridos por diferentes personagens, o conto oferece um espaço de autocompreensão e resiliência para as crianças, um refúgio das agressões e dos olhares externos. O conto denuncia a violência de gênero desde várias perspectivas, tanto desde a masculinidade quanto da perspectiva das meninas.

Nesses textos, personagens de meninas e mulheres, mas também de meninos, animais e seres fantásticos, não se encaixam nos modelos convencionais de beleza, feminilidade e masculinidade, e sofrem discriminação e rejeição. Colocam em cena a busca por formas de ser e de se relacionar com os outros e com o mundo que quebram as hierarquias de gênero, idade, e os modelos de beleza corporal impostos. Lá, a imaginação funciona como um refúgio diante de um mundo adverso; oferece a possibilidade de imaginar outros horizontes. As personagens encontram novas formas de pensar, de definir e entender sua própria subjetividade. Redefinem o ser mulher, criança e jovem de forma

alternativa aos paradigmas herdados. Estabelecem relações com os outros com colaborações igualitárias, em que a cooperação é chave para encontrar modos de resistência e novas formas de entender a família, a amizade e o trabalho. Desse modo, os textos acompanharam, mas também foram produtores de um horizonte de liberdade e independência infantil, que questiona um modelo de educação patriarcal, de onipotência paterna e submissão materna.

Os textos propõem um imaginário renovado de liderança, protagonismo e resistência das meninas e mulheres. Nelas, as meninas são motores fundamentais da transformação. Elas impulsionam a transformação dos papéis de gênero, os modelos familiares. Questionam os autoritarismos e as hierarquias patriarcais e não se amedrontam diante das ameaças dos poderosos. Tomam distância do paradigma do casamento e da maternidade, e renegociam suas regras e parâmetros sem os rejeitar totalmente. A presença de meninas, por outro lado, aponta para o caráter fluido dos papéis de gênero e para o novo protagonismo e centralidade das meninas na própria educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; CARVALHO, A. A. de; SOARES, M. C. S. Meio Século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. *In*: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Orgs.). **50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile**: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EDUSP, 2017. p. 15-54.
- ARPES, M.; RICAUD, N. **Literatura infantil argentina**. Infancia, política y mercado en la constitución de un género masivo. Buenos Aires: La crujía, 2008.
- BARRANCOS, D. **Mujeres en la sociedad argentina**: una historia de cinco siglos. Buenos Aires, AR: Sudamericana, 2007.
- BASTOS, D. (Org). **Ana & Ruth**: 25 anos de Literatura. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In*: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-437.
- BLAY, E. A.; AVELAR, L.; RANGEL DUARTE, P. (Orgs.). **Gênero e Feminismos**: Argentina, Brasil e Chile em Transformação. São Paulo: Edusp, 2019.
- BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Orgs.). **50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile**: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EDUSP, 2017.
- BRITES, O. Crianças de revistas 1930-1950. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 161-175, 2000.
- CASTRO GOMES, A. de; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COELHO, N. N. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- COLOMER, T. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. São Paulo: Global, 2017.
- COSSE, I. **Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta**. Una revolución discreta en Buenos Aires. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- COSSE, I. **Mafalda**: história social y política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- DE LUCA, T. R. Mulher em revista. *In*: BASSANEZI PINSKY, C.; PEDRO, J.M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 448-468.
- DORFMAN, A.; MATTELART, A. **Para leer el Pato Donald**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- GOCIOL, J.; BITESNIK, E.; RÍOS, J.; ETCHEMAITE, F. **Más libros para más**. Colecciones del Centro Editor de América Latina. Buenos Aires, Biblioteca Nacional, 2007.
- GUITELMAN, P. **La infancia en dictadura**. Modernidad y conservadurismo en el mundo de Billiken. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- JOSIOWICZ, A. **La cruzada de los niños**. Intelectuales, infancia y modernidad literaria en América Latina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2018.

- INVERNIZZI, H.; GOCIOL, J. **Un golpe a los libros**. Represión a la cultura durante la última dictadura militar. Buenos Aires: Eudeba, 2007.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: histórias & histórias**. São Paulo: Ática, 2006.
- LLOBET, V. ¿Y vos qué sabés si no lo viviste? Infancia y dictadura en un pueblo de provincia. **A contracorrente - Una revista de historia social y literatura de América Latina**, [s.l.], v. 12, n. 3, p. 1-41, 2015.
- MANZANO, V. Blue Jean Generation: Youth, Gender and Sexuality in Buenos Aires, 1958-1975. **Journal of Social History**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 657-676, 2009.
- MANZANO, V. **La era de la Juventud en Argentina: cultura, política y sexualidad desde Perón hasta Videla**. Buenos Aires: FCE, 2017.
- MARCELINO, D. A. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- OTERO, M. M. D. F. **Censura de livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ORTIZ, R. Cultura, comunicación y masa. In: Ortiz, R. **Otro territorio: ensayos sobre el mundo contemporáneo**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998. p.69-102.
- REIMÃO, S. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- RÖNNER, M. A. D. Literatura infantil: de “menor” a “mayor”. In: JITRIK, N. (Dir.). **Historia crítica de la Literatura Argentina**. Buenos Aires: Emecé, 2000. p. 511-531.
- ROSEMBERG, F. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global, 1984.
- ROSEMBERG, F.; MOURA, N. C.; BAPTISTA SILVA, P. V. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 39, n. 137, p. 489-519, 2009.
- SANTOS, T. C. dos. **Subjetividade e difusão da psicanálise: Uma discussão da cultura psicanalítica**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- SANTOS, T. C. dos. **A difusão da psicanálise na família: um estudo de seus efeitos sobre a mulher**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- SETEMY, A. C. L. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p.171-197, 2018.
- SOSENSKI, S. El niño consumidor: una construcción publicitaria de mediados del siglo XX. In: ACEVEDO, A.; LÓPEZ CABALLERO, P. (Coords.). **Ciudadanos inesperados**. Espacios de formación de la ciudadanía ayer y hoy. México: El Colegio de México, 2012. p. 191-222.
- WILLIAMS, R. **The Sociology of Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

Fontes

- BOJUNGA NUNES, L. **Angélica**. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga Nunes, 2013.
- DEVETACH, L. **La torre de cubos**. Buenos Aires: Colihue, 2006.
- DEVETACH, L. **Monigote en la arena**. Buenos Aires: Colihue, 1984.
- DEVETACH, L. **História de Ratita**. Buenos Aires: Colihue, 2000.
- MACHADO, A. M. **Bento que bento é o frade**. São Paulo: Salamandra, 2003b.
- MACHADO, A. M. **Bem do seu tamanho**. São Paulo: Salamandra, 2003a.
- ROCHA, R. **Terezinha e Gabriela**. São Paulo: Salamandra, 1976.
- ROCHA, R. **Marcelo, Marmelo, Martelo**. São Paulo: Salamandra, 2011.

IMPRENSA E JUVENTUDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980

<https://dx.doi.org/10.18616/cart04>

Luciana Rossato

O objetivo deste capítulo é analisar quais discursos sobre jovens e juventudes circularam na imprensa brasileira na década de 80. Analisarei, para isso, alguns órgãos da imprensa, mais especificamente a revista *Veja*, o jornal *O Estado* e a revista *Mundo Jovem*. Outros impressos também veicularam notícias que têm relação com as juventudes, mas estes foram escolhidos por abarcarem diferentes tipos de impressos e atingirem diferentes públicos. A revista *Veja* foi, na década de 1980, a publicação semanal de maior tiragem em circulação nacional. O jornal *O Estado*, embora publicado em Florianópolis, tinha circulação estadual. A revista *Mundo Jovem*, de circulação mensal, era publicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e tinha como público a juventude católica. Como impressos tão diversos, tanto em formato quanto em público leitor a que se destinavam, veiculavam notícias que envolviam os jovens e as juventudes? Quais eram os principais temas que difundiam para as juventudes? Que imagens esses impressos ajudaram a construir acerca dos jovens e das juventudes? O recorte temporal definido para esta análise foi o da década de 1980.

O Brasil na década de 1980

A década de 1980, no Brasil, é marcada por mudanças como o fim da ditadura militar¹, a recessão econômica, as mudanças tecnológicas e a expansão do mercado consumidor. Esta década começa com a promessa de reabertura após a promulgação da Lei de Anistia², em 1979, e se caracteriza como um período de crise econômica com altas taxas de inflação, mas também é marcada por intensa participação política, com a elaboração de uma nova constituição, promulgada em 1988, seguida das eleições diretas para presidente em 1989.

Durante o governo de Ernesto Geisel³ se inicia o processo de “descompressão”, caracterizado pelo afrouxamento da censura, o que possibilitou o crescimento

¹ De 1964 a 1985, o país viveu uma ditadura militar, instaurada com um golpe militar, organizado pelos militares com apoio de setores civis, que derrubou o presidente João Goulart. Este período é marcado por autoritarismo, censura e perseguição à oposição. Em 1985, assumiu o governo o vice, José Sarney, em razão de doença que atingiu Tancredo Neves, eleito por votação indireta à presidência do Brasil.

² Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou, conexos com estes, crimes eleitorais, os que tiveram seus direitos políticos suspensos, e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Dados disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 6 mai. 2021.

³ Ernesto Geisel (1907-1996) foi o 29º presidente do Brasil e o quarto presidente do período ditatorial militar brasileiro. Seu governo se estendeu por cinco anos, de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979. Era general do Exército Brasileiro. Exerceu o papel de ministro do Superior Tribunal Militar em 1966 e foi o 13º presidente da Petrobras, de 1969 a 1973.

da mídia impressa durante a década de 1980 (constituída, principalmente, por jornais e revistas de diversos cunhos ideológicos). A partir de 1979, inicia-se o governo do general João Batista Figueiredo, que deu prosseguimento às políticas de reabertura de Geisel. O objetivo era que os militares voltassem para os quartéis. A mesma lei que permitiu o retorno dos exilados e a restituição dos direitos políticos garantiu que as ações dos governos militares não fossem investigadas, nem houvesse punição dos crimes contra os direitos humanos cometidos durante as duas décadas de ditadura. Um conjunto de leis permitiu que se organizassem as eleições para os governos dos estados, assim como para deputados e senadores, e com a participação de novos partidos políticos (Fico, 2017).

Em 1980, foram aprovadas eleições diretas para senadores e, para os estados, de governadores. As eleições, porém, somente aconteceriam em 1982⁴, com importante vitória da oposição, tendo elegido nove governadores pelo PMDB e um governador pelo PDT⁵. Na oportunidade, cinco foram os partidos que lançaram candidatos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB; o Partido Democrático Social (PDS), antiga Arena; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), antigo partido de Getúlio Vargas e João Goulart, e dois novos partidos: o Partido dos Trabalhadores (PT), oriundo das lutas operárias, liderado por Luís Inácio da Silva (Lula), e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), criado por Leonel Brizola quando de sua volta do exílio (Schwarcz, Starling, 2015).

Em 25 de abril de 1984 foi votada, no Congresso, a emenda parlamentar Dante de Oliveira⁶, que propunha o retorno das eleições diretas para a Presidência. Segundo Jorge Ferreira, apesar da frustração gerada com a derrota no Congresso por não ter alcançado dois terços dos votos válidos, o movimento teve grande impacto político. Os comícios pelo retorno ao direito de escolher o presidente mobilizaram milhões de pessoas em diferentes estados do País e juntaram políticos de diferentes partidos, bem como intelectuais e artistas. A eleição para a presidência da República, em 1985, ocorreu pelo colégio eleitoral, sendo eleito Tancredo Neves⁷ como presidente e José Sarney como vice-presidente. Com a morte de Tancredo Neves, Sarney passou a presidente, o primeiro civil após 21 anos de ditadura militar. Economicamente, os anos 1980 foram um período de crise econômica, inflação, de vários planos econômicos e inúmeras trocas de moeda. Em meados da década de 1980, as contas públicas estavam deterioradas; os salários, defasados e os preços, descontrolados. O País vivia uma forte recessão, com altos índices de desemprego, inflação ascendente (de mais de 200% ao ano) e endividamento externo alto, ao ponto de o governo ser obrigado a decretar moratória junto aos credores. Neste contexto, milhões de brasileiros passavam

⁴ Dados disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em: 6 mai. 2021.

⁵ Dados disponíveis em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitan-tes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-80. Acesso em: 6 mai. 2021.

⁶ A Emenda Dante de Oliveira tinha em vista alterar os artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967, criada durante a ditadura militar. Desta forma, as eleições para presidente seriam diretas.

⁷ Tancredo Neves foi eleito em 15 de janeiro de 1985. No dia anterior ao da posse, foi internado com problemas de saúde, o que levou José Sarney a ser empossado presidente em 15 de março de 1985. Após sete cirurgias, Tancredo Neves, no dia 21 de abril de 1985, veio a falecer.

fome ou estavam subnutridos (Ferreira, 2018). Esta crise se deveu a vários fatores, entre os quais o segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, que resultou em aumento do preço dos combustíveis, em aumento das taxas de juros nos EUA e em queda nas trocas comerciais mundiais, o que afetou vários países. Nos primeiros anos da década, houve retração da economia, com queda de 25% na renda *per capita*, aumento da porcentagem da população com renda inferior à linha de pobreza e crescimento da dívida externa. Tudo isto provocaria forte crise de emprego, o que afetaria a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Os filhos da classe média e das famílias abastadas puderam usufruir de uma extensão em seu período de formação educacional. Já para os jovens das classes populares, a dificuldade de empregos regulamentados e a baixa escolaridade os levariam a ocupar postos de trabalho precários e a uma maior dependência das famílias, o que atrasaria sua independência financeira.

O fim da censura à imprensa, o surgimento e o crescimento dos movimentos sociais, a ampliação do acesso à educação foram outras mudanças marcantes do período. Os anos 1980 foram definidos, posteriormente, como “década perdida”. Isto se deveu principalmente à estagnação econômica que atingiu, além do Brasil, vários países da América Latina, provocou a bipolarização ideológica em decorrência da Guerra Fria e os retrocessos sociais dos governos conservadores nos EUA e na Inglaterra (Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente). No entanto, no campo cultural, nesta década, o mercado de música, cinema e outros bens de consumo se expandiu. No Brasil, várias bandas de *rock* surgiram e fizeram sucesso, inspirando-se nos dilemas da juventude e nos problemas do País. Em 1985, escolhido como o Ano da Juventude, aconteceu o *Rock in Rio*⁸, o maior evento voltado aos jovens (que pudessem pagar) da década.

Segundo o relatório “População jovem no Brasil: a dimensão demográfica” (produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, em 1999), a população entre 15 e 24 anos de idade apresentou – no arco de tempo de 1940 a 1996 – uma tendência de crescimento, com um processo de desaceleração a partir da década de 1970. No ano de 1940, a população jovem era de 8,2 milhões. Em 1970, este grupo somava 18,5 milhões. Já entre 1991 e 1996, os censos populacionais enumeraram, respectivamente, 28,6 milhões e 31,1 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos de idade⁹. Segundo este mesmo estudo, a população brasileira variava, nesta faixa etária, entre 19% e 21% entre os anos de 1940 e 1996. Em 2000, eram 34,1 milhões de indivíduos entre 15 e 24 anos, ou seja, representavam 20,1% da população brasileira. Este percentual aumenta com a publicação da Lei 12.852, de 3 de agosto de 2013, que vai ampliar a idade dos que são considerados jovens, que passará a compreender todos os indivíduos de 15 a 29 anos.

⁸ Do dia 11 a 20 de janeiro de 1985, a cidade do Rio de Janeiro atraiu em torno de 1,3 milhão de pessoas de várias partes do País, a grande maioria deles jovens, para ouvir 29 bandas de música e artistas nacionais e internacionais. Este evento também recebeu ampla divulgação através das mídias, tendo sido, inclusive, transmitido pela Rede Globo de Televisão.

⁹ Mais dados sobre a população jovem no Brasil estão disponíveis neste endereço eletrônico: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf. p. 2. Acesso em: 20 mar. 2015.

Em relação à imprensa, muitas mudanças também vão ocorrer; entre elas, o fim da censura, além da expansão dos meios de comunicação e a modernização do parque gráfico, processo que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Em 1979, o novo decreto de regulamentação da profissão iria propiciar uma mudança geracional nas redações. Segundo Maria Celeste Mira (1997), o mercado editorial brasileiro de revistas cresceu e se compartimentalizou no decorrer dos anos 80 e 90. Foram lançadas revistas para a mulher, seja para a dona de casa, seja para a que trabalhava fora; para a mulher jovem, assim como para a simpatizante de trabalhos manuais. Igualmente, no caso do homem, para o que gostasse de carros, de cinema, de música ou de HQs. Esta compartimentação também afetaria os jornais, que passariam a trazer cadernos voltados a diferentes públicos.

Para o público jovem, as revistas mais conhecidas foram a revista *POP*¹⁰ (1972-1979) e a revista *Capricho*¹¹. Em 1991, foi criada a *FolhaTeen*, pela *Folha de S. Paulo*. Outros jornais também criarão suplementos específicos para os jovens. Essa compartimentação também ocorreu em outros meios de comunicação, como as rádios (com a criação de canais específicos por gênero musical) e a TV, principalmente após o surgimento dos canais pagos, nos anos 1990. A partir de meados da década de 1980, vai se expandir no Brasil um mercado voltado aos jovens, movimento que ocorre junto com o crescimento do mercado consumidor interno e que se consolida nos anos 1990.

Os jovens e as juventudes na imprensa brasileira na década de 1980

Como a imprensa brasileira descrevia, na década de 1980, os jovens e as juventudes? Que temas se relacionavam com essas juventudes?

A partir da década de 1980, ocorreram “mudanças estruturais na distribuição etária da população em todo o mundo, resultante do crescimento excepcional do grupo jovem” (Aquino, 2009, p. 26), o que acarretou um efeito positivo devido ao aumento da população ativa. O ano de 1985 foi declarado Ano Internacional da Juventude, pelo fato de este grupo etário, nas décadas finais do século XX, ter crescido em importância e haver se tornado “ator estratégico do desenvolvimento”, passando, daí, a protagonista. A partir disso, deixaram de ser vistos como problema ou como fase preparatória. Passaram a ser entendidos de forma mais plural, não mais como um grupo homogêneo, mas como indivíduos ou grupos bastante distintos, apesar de se situarem na mesma faixa etária, de pertencerem a diferentes classes sociais, com diferenças de acesso a bens e cultura e pertencendo a diferentes gêneros e/ou etnias, entre outros fatores

¹⁰ No editorial do primeiro número consta: “Este é o primeiro número da primeira revista da nossa idade. Feita especialmente para você, jovem de 15 a 20 e poucos anos de idade. Com coisas do seu interesse, que, além de informar e divertir, também sejam úteis. Indicações para você comprar as últimas novidades em discos, livros, aparelhos de som e fotografia, máquinas e motocas, roupas incrementadíssimas. Orientação na escolha de uma profissão, reportagens sobre assuntos da atualidade. E muita música, claro. Veja a revista. Depois, escreva para a gente. Nós queremos saber o que você achou” (Pop, n. 1, p. 4).

¹¹ Lançada em 1952 pela Editora Abril, começou publicando telenovelas; posteriormente, no decorrer dos anos 60 e 70, ampliou para temas como moda e comportamento. Em 1985, passou por nova mudança editorial, adotando o slogan “A revista da gatinha”. Passou a publicar temas voltados para o público jovem do sexo feminino.

de distinção. Estudiosos passaram a usar o termo *juventudes* para salientar estas diferenças. Além disso, inúmeros fatores de distinção iriam marcar estes indivíduos, como o acesso aos bens culturais e as distintas vivências que os marcariam e que propiciariam a formação de distintas culturas juvenis (Abramo, 2007; Peralva, 2007).

A grande imprensa veiculava notícias ou imagens dos jovens em diferentes partes dos jornais ou das revistas, além dos cadernos específicos para os chamados “teens”, tendo como foco atender jovens entre 13 e 17 anos. Assim, em um jornal de circulação diária, temas sobre jovens ou a eles voltados podiam ser encontrados na parte de educação (como estudantes), na parte policial (como menores), ou com outras denominações, até mesmo pejorativas, a depender da linha do jornal e da época. O mais comum mesmo era o caderno comportamento, no qual se divulgavam tendências de comportamento ou, então, acontecimentos voltados a essa faixa etária.

Um exemplo foi o *Rock in Rio*, no ano de 1985. Este evento foi assunto nos jornais impressos, na televisão e nas rádios durante os dias em que ocorreu o festival. A TV Globo, inclusive, transmitiu vários *shows* ao vivo. O jornal *O Estado* publicou, no dia 11 de janeiro de 1985, o artigo intitulado “Ônibus de todas as partes chegam ao Rio, trazendo jovens dispostos a viver a aventura de um festival - esperançosos de viverem as mesmas loucuras dos jovens que nos anos 60 reuniram-se em *Woodstock*, *Wight* e outros festivais” (*O Estado*, 1985a, p. 22). Após o *Rock in Rio*, temas relacionados a jovens e música tiveram destaque em seis matérias, nas quais o festival e suas influências continuaram a ser veiculados. Uma delas dizia ser “[...] impossível atravessar o calçadão da Felipe Schmidt e adjacências sem ter os tímpanos afetados pelas rajadas dos metaleiros e demais atrações internacionais que estiveram tocando na Cidade do Rock” (*O Estado*, 1985d, p. 21).

Na análise realizada neste jornal, constatou-se, durante um ano, que os jovens se tornaram notícia em momentos muito específicos: no carnaval, no início do ano letivo, no período do vestibular e nas férias, épocas em que é costume veicular artigos que tratam de assuntos referentes à praia, ao surf e às baladas. Nos meses de temporada (entre novembro de 1984 e março de 1985), o jornal *O Estado* publicou 14 reportagens só sobre *surf*. Esses textos tinham como objetivo divulgar as atividades que aconteciam nas cidades litorâneas do estado, que se ligavam estreitamente a uma política de incentivo ao desenvolvimento do turismo, principalmente para o de sol e mar, e que atraía os jovens. Isto pode ser constatado em algumas reportagens, como a intitulada “Verão jovem com som, festa e esporte” (*O Estado*, 1985g, p. 13), em que se salientavam a animação e as inúmeras atividades que aconteciam nas cidades litorâneas, com o que se pretendia atrair o público interessado em se divertir durante as férias escolares. Nesta época, as praias Mole e Galheta ficaram conhecidas como “*points* de pessoal de bom astral”, repletas de “jovens que não são caretas” (*O Estado*, 1985c, p. 11).

A juventude, como categoria social, se desenvolve no pós-guerra nos EUA e muda a forma como este período da vida passa a ser percebido tanto pelos adultos quanto pelos próprios jovens. A partir da década de 1950, a

juventude passa a ser vista como um período difícil, de questionamento e contestação, percepção bastante veiculada pelo cinema, como, por exemplo, no filme *Juventude Transviada*, de 1955. Constrói-se, assim, uma representação do que seja ser rebelde, ou passar por uma fase de rebeldia, algo vista como inerente aos jovens. A rebeldia deixa de ser demonizada ou restrita às “classes perigosas”, e passa a ser vista como “normal”, ou como fonte, em certo sentido, de inovação e revigoramento social, desde que devidamente controlada através da recondução, após um tempo, destes “rebeldes” aos padrões de normalidade socialmente estabelecidos (Levi, Schmitt, 1996; Savage, 2009).

Em grandes aglomerações de jovens é comum o uso de drogas lícitas e ilícitas. No *Rock in Rio* não foi diferente. Um dos responsáveis pela segurança do evento relata ter havido um “relaxamento em relação aos cigarros de maconha apreendidos”. O procedimento, segundo o mesmo segurança, era o seguinte: “Nesses casos, apenas apreendemos a substância e deixamos a pessoa assistir ao *show*, pois, se fôssemos prender todo mundo, o pessoal da segurança das roletas não faria outra coisa” (O Estado, 1985b, p. 25).

A vinculação entre juventude e drogas é encontrada em outra parte do jornal. A matéria da seção policial intitulada “Aumenta no mundo o consumo de ópio, cocaína e maconha” (O Estado, 1985e, p. 6) traz aspectos sobre as campanhas contra o tráfico e expõe o crescimento da quantidade de jovens viciados. Na página seguinte, na coluna *Cidade*, em uma reportagem sobre o evento *Pro de Surf*, que estava sendo realizado na Praia da Joaquina, ‘*point* dos jovens’, um dos participantes pede: “Não *malha* muito a gente não. O pessoal anda meio ressabiado de “fumar” na praia porque pode pintar sujeira. Eu é que sou meio *bandeiroso*. E não bota o meu nome no jornal, que o meu pai é *careta*.” (O Estado, 1985f, p. 7).

O jornal *O Estado* circulou no decorrer de todo o século XX no estado de Santa Catarina, fechando as portas em 2006, após mais de 90 anos de circulação. Era distribuído de forma diária pela cidade e fazia um apanhado geral das notícias, principalmente da Grande Florianópolis, atuando em diversas áreas, como esporte, economia, lazer e cultura. A informação era transmitida no formato de matérias, crônicas e reportagens, contendo entrevistas, opiniões e imagens.

Outra fonte analisada foi a revista semanal *Veja*, a principal publicação da Editora Abril nos anos 1980¹². Criada em 1968, vai estabelecer um novo padrão para as revistas, ao privilegiar o texto escrito ao invés das imagens, rompendo, assim, com o padrão estabelecido pelas revistas ilustradas, como a *Cruzeiro* e a *Manchete*. A *Veja* tinha como principal objetivo informar seu leitor das principais notícias do mundo - política, esporte, cultura, economia -, num período curto, situando-o na lógica global, obedecendo à filosofia de que era preciso economizar tempo e manter-se informado. A revista tomara por inspiração o formato do jornal *The Times*. Para adaptar-se ao gosto do público consumidor, a Abril focou em

¹² Victor Civita, fundador da Abril, nasceu em Nova York em 1907 e mudou-se para o Brasil em 1949. Em 1950, instala-se em São Paulo onde começa suas atividades. O crescimento do mercado no ramo de comunicações estava se estabelecendo no mesmo período em que a editora Abril surge. O nome da Editora Abril foi se firmando ao longo dos anos 60, e foi responsável pelo lançamento de revistas como Quatro Rodas (voltada para o público masculino), Realidade (de informação), Claudia (voltado para o público feminino), entre inúmeras outras revistas.

um jornalismo informativo e departamentalizado, desenvolvendo cada parte da revista para um público específico. Com isso, visava atender à família brasileira de classe média e atingir distintos leitores com matérias de diferentes temáticas. Especializou-se, para isso, na capacidade de condensar as notícias da semana¹³. Mais, investiu em estratégias de *marketing* para que principalmente a classe média aderisse à compra através de assinatura (Mira, 1997). O Instituto Verificador de Comunicação (IVC)¹⁴ dispõe de dados sobre a circulação da revista *Veja* na década de 1980, segundo os quais duplicou sua circulação no decorrer do período. No primeiro trimestre de 1980, pôs em circulação um total de 327.133 exemplares. No 4º trimestre de 1989, esse número subiu para 765.715 exemplares.

Na *Veja*, as reportagens em que os jovens são tema ou a eles voltadas geralmente se encontram nas colunas de comportamento ou cultura. Um exemplo é a reportagem “Templos da dança”, publicada em 4.7.1984, que descreve a explosão das danceterias em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além de dedicar temas relacionados às culturas juvenis, também dedicou páginas para falar sobre saúde e educação, como ocorreu na reportagem “Vício da Juventude” (Revista *Veja*, 1986, p. 64-65), que apresenta os resultados da pesquisa realizada no Rio Grande do Sul sobre a juventude e o fumo. Segundo a revista, “a juventude é simples como o *rock* - resultado de poucos acordes que, agrupados, aceleram o carrossel das mudanças de comportamento de toda uma geração. Também como o *rock*, muitas vezes a juventude é barulhenta demais e incompreendida pelos adultos” (Revista *Veja*, 1989, p. 88).

Em 1987, a revista veiculou uma propaganda de duas páginas da Hering, malharia fundada no final do século XIX por imigrantes alemães na cidade de Blumenau (SC). Na fotografia, aparecem em torno de 20 jovens pertencentes a diferentes culturas juvenis¹⁵. A diversidade de interesses do grupo é destacada pelas roupas, pelo cabelo e pela maquiagem. O ponto em comum, além da idade aproximada, é o uso da camiseta, que remete a uma identidade jovem, mas não à homogeneidade, uma vez que as camisetas trazem textos e mensagens distintas, como o slogan Diretas Já e o símbolo do Anarquismo. O texto, que acompanha a imagem, destaca:

Não existe símbolo mais forte de juventude do que uma camiseta. A Hering entende disso. Fabrica camisetas há 117 anos. É uma das maiores fabricantes de camisetas do mundo. Por isto, toda a vez que alguém conta a história da juventude,

¹³ A cada edição, o número de páginas variava de 90 a 120, e era dividida por seções, com temas diversos: Economia, Saúde, Política, Cultura, História, Educação, entre outros. Todas estas seções eram voltadas a um público específico. Política e economia, ao pai de família, ao empresário, ao homem de negócios. Já a parte de saúde e educação era, e ainda continua, voltada preferencialmente a um público feminino. Cultura, esportes e história, aos mais jovens, indistintamente.

¹⁴ Estes dados são disponibilizados pelo Instituto Verificador de Comunicação, após contato por mensagem eletrônica. <https://ivcbrasil.org.br/>.

¹⁵ Segundo José Machado Pais, “se as culturas juvenis aparecem geralmente referenciadas a conjuntos de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens dão mostras de compartilhar, o certo é que esses elementos tanto podem ser próprios ou inerentes à fase de vida a que se associa uma das noções de “juventude”, como podem, também, ser derivados ou assimilados” (Pais, 1990, p. 140).

está contando a história da Hering. E vice-versa. Vanguarda, inconformismo, paixão, idealismo, patriotismo fazem parte do dia-a-dia dos dois. Deles e da Hering. Venha para o lado dos sempre-jovens. Vista uma camiseta da Hering. É aqui que as coisas acontecem (Revista Veja, 1987, p. 66-67).

Figuras 1 e 2 - Juventude e seus ídolos



Fonte: Revista Veja (1987, p. 66-67).

Nesta publicidade, dois objetos compõem a cena: uma moto e um aparelho de som portátil. O objetivo da Hering era passar a imagem de que, apesar de ser uma empresa centenária, era versátil e se ajustava às mudanças do tempo, do mesmo modo que seu principal produto, a camiseta de malha. Com isso, contribuiu para reforçar a ideia de que a juventude, o ser jovem, significava ser detentor de algumas características, tais como paixão, idealismo, inconformismo. Destaca-se o uso da noção de patriotismo pela marca, o que não é encontrado em outras peças publicitárias analisadas, nem em reportagens veiculadas, tanto nestas revistas, quanto em outros órgãos de imprensa neste período¹⁶.

A imagem de rebeldia da juventude passada pela foto vai se difundir também devido aos movimentos juvenis que aconteceram nas décadas de 1960 e 1970. Destacam-se os mais conhecidos, como o Maio de 1968, na França, e o movimento *hippie* e de contestação; já nos EUA, a Guerra do Vietnã. Eram movimentos de contestação que questionavam as organizações políticas, sociais, culturais e a moralidade das sociedades nas quais se inseriam estes movimentos. Eric Hobsbawm (2002, p. 317) destaca que a década de 1960 foi marcada por mudanças nas relações familiares e pelo “aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte”. No Brasil, que passava por uma

¹⁶ Esta discussão foi aprofundada em: Rossato, 2019.

ditadura, como vários outros países da América Latina, esses movimentos eram noticiados pela imprensa de modo bem discreto. Mesmo assim, uma parcela dos jovens brasileiros se envolveu na luta contra a ditadura militar e questionaram os movimentos culturais e morais preponderantes. Para Helena Abramo (2007, p. 82), os jovens aparecem mais “como fonte de energia utópica do que propriamente como pessoas capazes de levar a cabo efetivamente tal transformação”. Saliente-se que a imagem positiva dos jovens dos anos 60 e 70, vistos como idealistas, rebeldes, inovadores, utópicos, vai ser construída posteriormente, já na década de 1980, quando da reabertura política.

A revista *Veja*, como outras revistas semanais, é um impresso voltado ao público em geral, razão por que muitas das reportagens e dos temas que envolvem essa faixa da população se destacam, na maioria das vezes, por um tom de aconselhamento, como se a reportagem estivesse sendo veiculada para os pais lerem e conhecerem os filhos, mais do que propriamente voltada aos jovens. Apesar de passar uma aparente preocupação de cuidado com orientações sobre temas como estudos, consumo de drogas (lícitas ou ilícitas), doenças (os anos 80 e 90 são marcados pela Aids), sexualidade, gravidez e escolhas profissionais, o que mais se identifica na maioria das reportagens, e como constante, é a concepção da juventude como um problema, fonte de preocupação para os pais. Isto também pode ser identificado ao se constatar que os entrevistados são normalmente médicos, psicólogos, professores e até religiosos, ou seja, adultos em áreas entendidas como de cuidado, e não propriamente os jovens.

O impresso *Mundo Jovem* começou a circular no ano de 1963, com o nome *SOS Vocações* e era produzido pelo Seminário de Viamão. Em 1964, o nome foi substituído por *Lançai as redes*, mas continuou com o objetivo de atrair jovens para integrar a Igreja Católica. Nesta época, circulava principalmente entre professores católicos do Sul do País. Em meados de 1967, adotou o nome *Mundo Jovem* e circulou de forma impressa até 2017. A partir de 1971, passou a ser impresso em *offset* e a utilizar mais cores. Durante dez meses, a publicação contou com uma edição por mês, em formato de revista e tamanho A4. A partir de 1972, passou para a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob a responsabilidade do Curso de Teologia.

O *Mundo Jovem* carregava em seu nome o público para o qual se destinava, ou seja, os jovens. Pelo histórico do jornal e pela vinculação de seus responsáveis, o foco era a juventude religiosa, que seguia os ensinamentos da Igreja Católica. Este viés aparece de maneira explícita tanto no título quanto nos editoriais e nos textos. Os temas escolhidos a serem veiculados pelo jornal em diferentes seções se destinavam a um público jovem e cristão, tratando frequentemente de sexo, drogas e lazer. O impresso também era utilizado por grupos de jovens e por professores da disciplina Ensino Religioso, que então se ministrava nas escolas públicas, com foco nos ensinamentos do catolicismo. Ao pesquisar o acervo da publicação dentro do recorte temporal da década de 1980, foram encontradas aproximadamente 100 menções explícitas à juventude (Santos, 2012).

As seções enfocavam temas variados, como: medicina popular; Igreja e mundo moderno; filosofia; juventude rural; vocações; campanhas da fraternidade; credos; literatura; Jesus que se revela aos homens; leitura crítica; recados dos

leitores; história da Igreja; liturgia; como redigir; direito; política; partidos políticos; mulher; relendo a história; Mundo Jovem comenta; psicologia; crônicas; problemas brasileiros. Observa-se que a visão religioso-cristã e católica permeava este impresso que tinha como público os jovens católicos, sua vida e seus interesses.

Este impresso pode ser relacionado a inúmeras experiências vinculadas à Igreja Católica e tinha por objetivo divulgar seus valores entre os jovens, suas organizações e entidades, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre outras. Antes mesmo do Golpe Militar, setores da Igreja Católica no Brasil voltaram sua atuação aos pobres e se vincularam com o que Michael Löwy (2007) denomina de cristianismo de libertação. Entre essas formas de atuação, destacam-se, nos anos 1970 e 1980, as CEBs – comunidades eclesiais de base - em comunidades pobres, tanto no campo quanto na cidade (periferia).

Nos anos 1980, o *Mundo Jovem* convocava a juventude a participar ativamente dos debates e a se envolver com as questões nacionais. Em abril de 1980, a *Mundo Jovem* publicava, na sessão Carta do Leitor, um texto que definia o que entendia por jovem:

Ser jovem é uma capacidade de espírito. É ter no coração o desejo ardente de servir, lutar, vencer. É ter coragem de dizer 'sim' quando a vida diz 'não'. É sentir na alma a alegria de viver a vida dada pelo Criador. Ser jovem é saber transpor as barreiras que a sociedade, os preconceitos, as pessoas impõem. É saber lutar por um mundo novo, mais humano, mais digno (Mundo Jovem, 1980, p. 5).

Constata-se que, mesmo dando destaque a temas como casamento, religião, família, etc., o que condiz com um impresso vinculado à Igreja Católica, o *Mundo Jovem*, na década de 1980, se caracterizava por discutir temas sociais e políticos. Entre esses, destacam-se os que foram matéria de capa: “América Latina, genocídio e saque” (Mundo Jovem, 1986, capa); “As eleições garantem a democracia ou ainda o privilégio dos grandes?” (Mundo Jovem, 1988, capa); “Esta terra é nossa: fome de tantos, riqueza de poucos” (Mundo Jovem, 1985b, capa); “o país somos nós: a terra, o trabalho para os brasileiros (Mundo Jovem, 1985a, capa); “Preço da paz: terra e comida para todos” (Mundo Jovem, 1981, capa). Constata-se que a publicação fazia críticas à pobreza, ao desemprego, a aspectos da economia, bem como veiculava debates sobre o pertencimento da terra, o genocídio de indígenas, exprimindo, assim, preocupação com alguns dos vários problemas nacionais.

Em 1985, o artigo “Os jovens: primeiros cidadãos da nova sociedade” orientava como eles podiam contribuir para a sociedade, a partir de um questionamento: “E o que é que os jovens podem fazer para mudar essa situação? Em primeiro lugar, é preciso dizer que os jovens têm força e meios para mexer nessa situação. Crer que a mudança é possível é fundamental” (Mundo Jovem, 1985c, p. 15). Para esse impresso, os jovens eram considerados agentes de

mudança social, cidadãos que podiam e deviam fazer a diferença. Em outra reportagem, destacava-se que a juventude havia sido calada pela ditadura após 1968 ao dizer que “o silêncio imposto tentou extinguir a força da juventude organizada e consciente” (Mundo Jovem, 1984, p. 16). Nesta mesma nota, a publicação se dirige ao jovem quando diz: “Você, como estudante cristão, faz parte desta longa e, tantas vezes, sofrida caminhada. Você pode ajudar nessa luta pela transformação da escola e da sociedade” (Mundo Jovem, 1984, p. 16). A partir de 1979, a juventude volta a se organizar em pequenos grupos de estudantes em diversas partes do País. Em julho de 1982, acontece a primeira reunião nacional da Pastoral da Juventude Estudantil.

O *Mundo Jovem* faz um esforço, em seus textos, de educar os jovens ao historiar sua participação nas lutas sociais, destacando que, durante a ditadura militar, não haviam podido manter seus encontros e sua organização. Agora, o jovem podia fazer parte dessas mudanças também como agente transformador. A juventude, agora entendida como o novo, como o detentor da mudança, estava presente e era constante neste impresso. Este é um aspecto que o diferencia dos outros impressos analisados, que normalmente apresentavam o jovem na dicotomia entre pessoa em formação e problema, ou então como um símbolo, um produto. Segundo Nathalia Hermann (2019), que analisa as revistas *Veja* e *IstoÉ* nas décadas de 1980 e 1990, a representação difundida sobre os jovens neste período era a de que eles eram conservadores, consumistas e individualistas, principalmente se comparados com a imagem idealizada dos jovens dos anos 1960 e 1970, vistos como combativos e transgressores.

Conceitos e categorias são construções históricas. A definição de juventude e do ser jovem também tem história e é estabelecida a partir de diferentes aspectos, como o etário, as mudanças físico-biológicas ou as mudanças comportamentais. O critério de definição de juventude a partir da idade foi alvo de inúmeras críticas, o que levou à formulação de outros aspectos que precisam ser considerados, como a questão da inserção ou não no mercado de trabalho, ou, então, a análise dos ritos de passagem para a idade adulta em diferentes épocas e em diferentes grupos culturais. Atravessando estas discussões, os jovens aparecem como problema ou como agentes de transformação. Muito embora esta fase da vida seja estabelecida por critérios cronológicos e biológicos, ela precisa ser analisada como uma construção discursiva, uma construção social e cultural, que define o que é ser jovem em relação ao que é ser criança e ser adulto, aspectos que variam conforme os diferentes contextos históricos e culturais. Para Pierre Bourdieu (1983), “[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável”. Desta forma, é necessário pensar o conceito de juventude a partir da relação com o outro; neste caso, com o velho. A definição de jovem ou de velho varia conforme a sociedade e as características de cada época. Para Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), a juventude também é um produto. Além de ser um estado, uma condição social ou uma etapa da vida, adquire um valor simbólico que se associa a uma estética dominante e é acionada pela sociedade do consumo. “Mantenha-se jovem” é a palavra de ordem. Para analisar a juventude, devem-se considerar três aspectos: idade, período de moratória (social e vital) e produto simbólico. Além disso, em cada um destes aspectos, devem ser consideradas as diferenças decorrentes de outras dimensões, como materiais, históricas, políticas, geracionais, de gênero e étnicas.

Algumas considerações

Os jovens, na maioria das reportagens, são vistos como estudantes do que seria hoje o ensino médio, ou então, como universitários, desconsiderando a grande quantidade de jovens que, na época, não atingiam estes níveis escolares devido à falta de vagas (problema ainda hoje não resolvido, uma vez que o ensino médio ainda não é universalizado no País). Também eram vistos majoritariamente como consumidores de diferentes produtos culturais, já que muitos dos cadernos/reportagens/textos tratavam de música, cinema e moda, desconsiderando também que a grande maioria dos jovens brasileiros não tinha possibilidade de adquirir, na década de 80, discos, ou mesmo de frequentar o cinema, divertimento que se tornou cada vez mais elitizado com o fechamento dos cinemas de rua e seu deslocamento para os shoppings (Featherstone, 1995).

Outro aspecto que se constata nesses impressos é a divulgação da noção de juventude como metáfora, como estilo de vida. Bastante comuns nestas revistas são as peças publicitárias nas quais se vincula a imagem de juventude e de um ser jovem a produtos como camiseta, *jeans*, cigarros e até a seguro de vida.

Entre os impressos aqui analisados, merece destaque o *Mundo Jovem*, por ser bastante diferente dos demais impressos, talvez pelo fato de não ser uma revista com objetivos comerciais ou de ser um impresso vinculado a uma universidade. Pelos temas veiculados no decorrer da década de 1980, tais como fome, desigualdade social, reforma agrária, Constituinte... constata-se sua vinculação com uma ala mais à esquerda da Igreja Católica. Diferente da maioria dos impressos aqui analisados, o jovem que aparece nessa publicação não é visto como problema ou como facilmente manipulável. Isto se deve, provavelmente, ao fato do público leitor ser o próprio jovem e não os adultos da família. No *Mundo Jovem*, há diferentes discussões, muitas sobre temas religiosos, embora não exclusivamente. O objetivo deste impresso, no decorrer da década de 1980 (nas décadas de 1970 e 1990 a revista tinha outras pautas), era a formação de um jovem que refletisse sobre questões sociais e políticas, posto que pretendia estimular a juventude a atuar no sentido da construção de um mundo mais justo. Outro aspecto que chama a atenção é a presença dos jovens do campo e dos jovens pobres, o que é pouco presente na revista *Veja* e no jornal *O Estado*.

Concluindo, o que quis trazer para a discussão foi a amplitude dos discursos sobre os jovens em diferentes impressos que circularam nos anos 80. Da mesma forma como não se pode falar em juventude no singular, não é possível falar de uma única representação das juventudes veiculadas na imprensa no arco de tempo considerado. As representações sobre as juventudes são distintas, a depender do contexto, do tema, do impresso ou até mesmo das partes de um mesmo impresso. O que se constata é uma multiplicidade de juventudes com acesso às mídias (como produtor e/ou consumidor) de forma bastante desigual, da mesma forma como é desigual o acesso à educação, à autonomia financeira e à cultura. Infelizmente, a crise que atingiu (atinge) o Brasil e outros países nos últimos anos tem sido devastadora para os jovens, principalmente para os pobres, que são o grupo etário mais vulnerável e que tem dificuldade de acessar educação e trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FAVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, 2007. p. 73-90.
- AQUINO, L. Introdução: A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 25-39.
- AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B.; SOSENSKI, S. (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2018.
- BOURDIEU, P. A “Juventude” é apenas uma palavra. In: BORDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BRASIL. Registro das Sessões. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 1980. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-80. Acesso em: 6 maio 2021.
- BRASIL. Eleições Anteriores. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 6 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores>. Acesso em: 6 maio 2021.
- COSSE, I. (Org.). **Famílias e infancias en la historia contemporánea**. Jerarquías de clase, género y edad en Argentina. Villa María: Eduvim, 2021.
- COSSE, I. *et al.* **Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil: siglos XIX y XX**. Buenos Aires: Teseo, 2011.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, J. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-71.
- FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, [s.l.], v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.
- HERMANN, N. J. **Fiéis, ambiciosos e conservadores: Jovens brasileiros nas revistas Veja e IstoÉ (1980-1999)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2019.
- HOBBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Org.). **História dos Jovens 1: da Antiguidade à Era Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LÖWY, M. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 303-320.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 19-32.
- MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril. 1997**. 359 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1997.

- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, out. 1980. p. 5.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, jul.1981. Capa.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, jun.1983. Capa.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, out. 1984. p. 16.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, maio. 1985a. Capa.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, jul. 1985b. Capa.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, out. 1985c. p. 15.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, mar.1986. Capa.
- MUNDO JOVEM. Porto Alegre, nov. 1988. Capa.
- O ESTADO. Florianópolis, 11 jan.1985a. p. 22.
- O ESTADO. Florianópolis, 13 jan.1985b. p. 25.
- O ESTADO. Florianópolis, 23 jan.1985c. p. 11.
- O ESTADO. Florianópolis, 25 jan.1985d. p. 21.
- O ESTADO. Florianópolis, 4 fev.1985e. p. 6.
- O ESTADO. Florianópolis, 4 fev.1985f. p. 7.
- O ESTADO. Florianópolis, 9 fev.1985g. p. 13.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns atributos. **Análise social**, [s.l.], v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990. p. 140
- PERALVA, A. T. O jovem como modelo cultural. *In*: FAVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, MEC, Anped, 2007. p. 13-28.
- REVISTA VEJA, São Paulo, p. 64-65, abr. 1986.
- REVISTA VEJA, São Paulo, p. 88, ago. 1989.
- REVISTA VEJA, São Paulo, p. 66-67, 1987.
- ROSSATO, L. Juventude e publicidade nas páginas das revistas semanais Veja e IstoÉ (década de 1980). **Revista Crítica Histórica**, [s.l.], v. 10, n. 20, p. 156-175, 2019.
- SANTOS, L. V. dos. **Juventudes contadas no Jornal Mundo Jovem**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- SAVAGE, J. **A criação da juventude**: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil, uma biografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.
- SOSENSKI, S.; ALBARRÁN, E. J. (Org.). **Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina**. Entre prácticas y representaciones. México: UNAM-Instituto de Investigaciones Históricas, 2012.

LA REVISTA *BARBIE* Y LA EMERGENCIA DEL ESPACIO “PREADOLESCENTE” FEMENINO (FINES DE LOS AÑOS 80 E INICIOS DE LOS 90 EN ARGENTINA)

<https://dx.doi.org/10.18616/cart05>

M. Paula Bontempo

Luciana tenía entre 7 y 8 años cuando su papá le regaló la publicación *Barbie, tu revista*. El padre estaba contento porque en el kiosco de diarios cercano a su casa, ubicada en la ciudad de Buenos Aires, había encontrado una revista para su hija menor. Intentaba fomentar la lectura a través del entretenimiento y los intereses de sus hijos. Mientras que a los varones mayores – de 12 y 14 años – les compraba *Paturuzú* – tira cómica argentina cuyo protagonista, el indígena “Paturuzú”, le daba nombre a la publicación –, *Condorito* – historieta cómica chilena protagonizada por el personaje homónimo – o *El Gráfico* – tradicional revista deportiva con mucha información futbolística –, hasta ese momento no había encontrado ninguna publicación que cumpliera esos requisitos – entretenimiento e intereses – para la más pequeña de la casa. *Billiken* y *Anteojoito*, consagradas publicaciones infantiles con contenidos variados, estaban asociadas a los materiales escolares y las compraba para cumplimentar el pedido de información e imágenes que solicitaba la maestra en cada efeméride.

Todas estas revistas, de larga trayectoria y destinadas a diversos públicos, convivían sin conflicto, como era usual en estos kioscos, con una nueva: *Barbie, tu revista*. Cuando el diarero la recomendó, el padre se puso contento. La revista era atractiva. Desde su colorida portada – que tenía a la muñeca como protagonista en una foto en primer plano o plano medio, imitando a las revistas femeninas – prometía juegos, manualidades, información, actividades de cocina y fotonovelas. Finalmente, encontraba algo para su hija: el contenido parecía “adecuado para la edad” y, fundamentalmente, creía que la niña debería interesarse en la publicación ya que tenía un par de muñecas Barbies, con las cuales jugaba asiduamente.

Las ideas que dan cuerpo a este trabajo se inscriben en campos de estudio que se han ocupado de *Barbie* desde la perspectiva de género, la “cultura de chicas” y la temática de la preadolescencia, entre ellos los estudios conocidos como *tween and girl culture*, en articulación con la historia de las infancias en América Latina y Argentina.¹ No son pocos los estudios que abordan a *Barbie*. Desde el momento que apareció fue objeto de interés, tuvo críticos y defensores

¹ En los últimos años, la cultura femenina adolescente y juvenil se ha transformado en un campo de estudios en sí mismo. En este sentido, se puede consultar la revista *Girlhood Studies*, dirigida por Claudia Mitchell (2005; 2008). De relevancia también son los trabajos de Catherine Driscoll (2002, 2005) y la compilación de Mary Jo Maynes, Birigitte Sølund & Christina Benninhaus (2005). La bibliografía de la historia de las infancias en América Latina, en general, y Argentina, en particular, es profusa. Mencionaré algunas síntesis y obras colectivas como la editada por Lucía Lionetti y Daniel Miguez (2010); la compilada por Isabella Cosse en conjunto con otras investigadoras (2011); el libro organizado por Susana Sosenski y Elena Jackson Albarrán (2012); el editado por Silvia Favero Arend, Esmeralda Blanco B. de Moura y Susana Sosenski (2018); y el de reciente aparición compilado por Isabella Cosse (2021).

en el espacio público y también en el académico. Diversos trabajos han señalado que Barbie y su revista promueven, intensamente, identidades y prácticas de género heteronormativas y raciales mientras que otros destacan cierta diversidad y sentido de independencia que podrían suscitar estos productos (Manavi, 2020). Además, se ha advertido el papel que cumplen en la configuración de identidades femeninas idealizando cuerpos y estereotipos de belleza (Roveri; Soares, 2011). En este escrito asumo que la muñeca y las imágenes que circularon y circulan de ella constituyen una carga pedagógica que transmite una serie de valores, entre los que se encuentran los señalados más arriba, a las pequeñas (Simili; Calciocari de Souza, 2015).

Además, para este artículo, me interesan, especialmente, los análisis que interpretan a Barbie como un espacio de cambios portador de significados contradictorios. En este sentido, Catherine Driscoll (2005) señala como simplistas tanto los estudios que advierten que la multiplicidad de la muñeca, es decir las diversas versiones con atuendos y profesiones diferentes, es sólo una práctica del mercadeo, como aquellos que idealizan el juego absolutamente creativo de las consumidoras. De acuerdo con la autora, ni Barbie es un estricto y fijo conjunto de normas de género ni las niñas tienen absoluta libertad sobre los significados que le atribuyen a la muñeca. Así, el éxito de la muñeca consistiría en articular normas de género y culturales que no son fijas sino, al contrario, absolutamente móviles. En este sentido, propone pensar la muñeca y su revista como un espacio donde es posible negociar el significado del cuerpo, la emergencia de nuevas formas de disciplina y la puesta en escena de las normas de género.

Asumiendo los aportes y las miradas señaladas en los párrafos precedentes, y sin desconocer la estrecha relación que existe entre la muñeca Barbie y la revista homónima, este trabajo hace foco en *Barbie, tu revista*, fundamentalmente, como un producto cultural históricamente situado y complejo, atravesado por el mercado que crea, instituye, fomenta y transforma – en un proceso dinámico y nunca lineal – las prácticas culturales. De esta forma, sostengo que la revista, junto con otros productos culturales, nos permiten pensar procesos de consumo y prácticas específicas, entre las que se encuentran aquellas que comienzan a identificar a las lectoras de Barbie como preadolescentes en Argentina hacia fines de la década del 80. Desde una perspectiva que se sitúa en la interseccionalidad de género, consumo y edad, considero que *Barbie, tu revista*, va a reconocer un espacio – a veces identificado con un grupo etario – con gustos propios, necesidades particulares y demandas específicas que se cristalizará hacia mediados de los años noventa, período que excede este artículo, con productos concretos.

La fuente principal de esta pesquisa es la revista en relación con otros productos culturales que circularon entre 1989 y 1991. El análisis se complementa con entrevistas a quienes fueron lectoras de la publicación en esas fechas, provenientes de diferentes países del Cono Sur.² Si bien la publicación, casi de forma similar, se editaba en diversos países de América Latina, me concentraré en la edición

² Se realizaron 8 entrevistas a través de plataformas *on line*, comunicación telefónica y escrita, entre enero y junio de 2021. Entre el grupo de lectoras se seleccionó a 1 lectora de Bolivia, a 2 lectoras de Chile y a 5 lectoras de Argentina de las ciudades de Buenos Aires, Zárate y Mar del Plata (esta últimas ubicadas en la Provincia de Buenos Aires).

argentina-chilena en un momento crucial de cambios acelerados a fines de los años 80 y principios de los 90 del siglo veinte.

La muñeca

Barbie no fue la primera muñeca con cuerpo de mujer, al contrario, fue una más de una serie de muñecas conocidas como *fashion dolls* que, desde el siglo XVIII, difundían moda. Algunas de ellas fueron acompañadas de revistas como *Journal Poupée* o *La Poupée Modele* (Bernárdez Rodal, 2018, p. 50-51). La argentina Marilú, que fue el deseo de muchas niñas entre los años treinta y cincuenta, se inscribió entre las *fashion dolls* pero con cuerpo de niña, aunando el ideal maternal imperante en ese entonces con la moda que buscaba promover (Pellegrinelli, 2023). Esta muñeca también fue protagonista de una publicación que, al igual que se repetiría con *Barbie, tu revista* muchos años después, se articulaba a su alrededor. Desde las portadas y las secciones principales – aunque contenía artículos independientes – hasta la publicidad y el correo de lectoras hacían referencia a la muñeca. La publicación podía leerse independientemente de poseer – o no – el juguete, pero lo más importante era que hacía participar a las lectoras del mundo relacionado con la muñeca (Bontempo, 2015). A diferencia de *Marilú*, la fama de Barbie antecedía largamente la revista que llevó su nombre: las lectoras que enviaban sus cartas a la sección “¡Hola!” de *Barbie* – y también aquellas que he entrevistado – declaraban haberse acercado a la revista porque conocían la muñeca o tenían una y jugaban asiduamente con ella.

Barbie había sido creada en 1959 por Ruth Handler, una de las dueñas de la compañía norteamericana Mattel. En un contexto donde el mandato femenino seguía siendo el hogar, pero comenzaban a manifestarse demandas en relación a los roles de género – junto con búsquedas de consumo y de un estilo de vida más hedonista – el éxito de Barbie fue inmediato. Fue, y es, una *fashion doll* para niñas – que se alejaba de la muñeca con cuerpo de nena o del bebé que crecía porque se le cambiaba el atuendo – para jugar. De ojos celestes y larga cabellera rubia, el principal rasgo radicó en que poseía un cuerpo femenino definido, aunque con medidas de busto, cintura y cadera irreales para una mujer adulta o una adolescente. Sin embargo, en la muñeca, esos desajustes corporales – donde hay presencia de características sexuales como el busto, pero ausencia de genitales –, de acuerdo con algunas interpretaciones, se asemeja a la confusión adolescente de un cuerpo cambiante (Driscoll, 2005, p. 230).

Casi desde sus inicios fue criticada por consumista, por prescribir patrones de belleza irreales que ejercían – y ejercen – una enorme presión sobre las mujeres al mismo tiempo que por desconocer la diversidad étnica y cultural (Manavi, 2020). Por su parte, a lo largo del tiempo, la empresa argumentó que Barbie se trataba de una muñeca que educaba a las niñas en los buenos modales y en valores asociados a la femineidad simultáneamente a que expandía los horizontes del juego infantil mostrando a las niñas que podían ser lo que ellas quisieran. Incluso, a no ser una “mamá” porque las niñas no eran mamás de Barbie sino “amigas” (Bernárdez Rodal, 2018). Así, a lo largo del tiempo, las medidas físicas de la muñeca fueron cambiando, se editaron Barbies con diferentes *outfits*, muchos

de ellos profesionales, se incorporaron personajes con distintas tonalidades de piel y también con trajes regionales. Rápidamente el universo de Barbie se fue ampliando con familia y amigos. Ken (1961), el personaje masculino y eterno novio, fue el primero, luego su hermana pequeña Skipper y otros personajes. Rápidamente apareció en comics y novelas.

La muñeca llegó a la Argentina, con cierta regularidad, alrededor de la década del 70. Hasta ese momento, la gran mayoría de la producción de juguetes, entre los que se incluyen las muñecas, era de producción nacional (Pelegriñelli, 2010). De manera que para conseguir una Barbie había que viajar, esperar a que alguien viajara o dirigirse a alguna juguetería concreta que la importara, en general ubicada en la ciudad de Buenos Aires o algún otro centro urbano importante. La instauración del gobierno militar en marzo de 1976 implicó un programa económico que liberalizó las importaciones, entre ellas las de juguetes. Este es el momento en el cual Barbie ingresa al mercado argentino con una presencia más contundente. Siempre acotada a ciertos sectores con ingresos medios altos y altos, Barbie se distribuía en por lo menos 5 regiones del país, con mayor distribución en Buenos Aires, Rosario, Córdoba y Mendoza.³

A lo largo de los años 80 la popularidad de Barbie creció a partir de la estrategia de Mattel, que consistió en otorgar licencias a fabricantes nacionales a fin de abaratar los costos de los productos y alcanzar masividad en diversas regiones, como el Cono Sur. Así, en Argentina comenzó a fabricarla, entre 1987 y 1992, la empresa Top Toys, que ya poseía la licencia de los populares muñecos de He-Man y compañía, también de Mattel. El dueño de la empresa recuerda que de la muñeca llegaron a vender 300.000 piezas por año.⁴ Se trataba de un mercado en expansión. En esta misma época Barbie comienza a fabricarse en México por Aurimat – que igual que Top Toys también fabricaba la línea MOTU –, en Venezuela por Rotoplast, en Brasil por Estrela y en Chile por Plásticos Gloria. Top Toys y las otras compañías latinoamericanas replicaban algunos de los modelos de las series internacionales para los que tenían licencia. Si bien poseían la licencia – y el control de calidad por parte de la casa matriz – las muñecas se fabricaban con algunas variantes de ciertos materiales que hacía, por ejemplo, que la de fabricación nacional fuese más frágil en la zona de cabeza y se rompieran con facilidad. También había diferencias en el cabello, el maquillaje y la ropa. Top Toys también fabricaba accesorios, muchas veces más importantes que la propia muñeca, como la casa edificio de 3 plantas con ascensor y seis habitaciones. Ya en los años 90 Barbie es fabricada por la empresa Antex Andina, que poseía la licencia de Hasbro para producir la conocida serie de Playmobil. Alrededor de 1994, Mattel decide abrir filiales en Latinoamérica e importar directamente las muñecas.

³ Entrevista con Omar Salviani (importador y representante de Mattel entre 1979 y 1982), Buenos Aires, junio de 2021.

⁴ Top Toys nace en el año 1976, sale al mercado en 1977 y en 1978 comenzó a trabajar con una primera licencia de Hasbro (para fabricar The Weebles) y luego una primera línea de Star Wars, en 1984 adquieren la licencia de Mattel para fabricar los muñecos de He-Man y Master of the Universe (MOTU). En el primer mes del lanzamiento de estas “figuras de acción” – diciembre de 1984 – llegaron a vender 1.300.000 ejemplares. Ver: <https://tinyurl.com/yxfk4hmv> Consultado el 27 de abril de 2022.

Es decir que durante la década del 80 e inicios de los 90, en Argentina, la muñeca se hizo conocida para las chicas y relativamente accesible gracias a la posibilidad de la fabricación nacional que convivía con las versiones importadas. Es en estos momentos, precisamente en 1989, donde Mattel globaliza el mercado lanzando una publicación (*Barbie*©) que termina consolidando a Barbie® como "marca". Es decir que, a través de las páginas de la revista, participaba a las niñas del "mundo Barbie" – que incluía una gran cantidad de material asociado como accesorios, lápices, marcadores y cuadernos que las madres, abuelas y tías regalaban – aun cuando no llegaran a adquirir una muñeca que, como recuerda Angie, era un producto caro que se regalaba en ocasiones especiales o como "premio".⁵ Si bien en el mercado existían otros personajes, como Sarah Kay, Frutillitas o Los Ositos Cariñosos, en forma de muñeco o que adornaban productos, ninguno parece haber trascendido la primera infancia de las consumidoras. Por el contrario, *Barbie tu revista*, como veremos más adelante, funcionaba como un espacio de transición y enlace entre la infancia y la cultura adolescente.

Hacia una cultura preadolescente en los ochenta y noventa

La revista *Barbie* apareció, estratégicamente, en un momento bisagra donde en la Argentina, progresivamente, va a asentarse el neoliberalismo como modelo económico y cultural, el proceso de globalización comienza a imponerse y los productos para preadolescentes van a ir ocupando una parte significativa del mercado. Aunque la revista y la muñeca están asociadas, o son recordadas, como productos emblemáticos de mediados de los noventa, aquí sostengo que la publicación formó parte de una trama de productos y revistas, publicidades y programas de televisión que comenzaron a delinear un público "preadolescente" a fines de los años ochenta que, efectivamente, se cristalizará con la consolidación del proyecto neoliberal, unos años después. La edad, como la "infancia", "preadolescencia" o "juventud", en tanto categoría histórica más que biológica, ha sido definida, en diversos momentos, por médicos y juristas, instituciones religiosas y educativas, al mismo tiempo que por el mercado laboral y el de bienes y servicios. La clase, la raza y el género también intervienen en una especificidad etaria (Mintz, 2008). En este sentido, las chicas, cuya "edad" estaba signada por la capacidad reproductiva y el matrimonio, concentraron las miradas de los expertos desde fines del siglo dieciocho (Maynes; Søland; Benninhaus, 2005).

Para este trabajo me interesa abordar la edad, como categoría histórica, delineada por el mercado. A lo largo del siglo veinte, diferentes franjas etarias habían sido segmentadas por edades y productos. Por ejemplo, en el complejo proceso de transformación de los niños en consumidores, que incluyeron cambios en la forma de considerar a los chicos y chicas, los productores fraccionaron el mercado infantil, comenzando por la indumentaria (Cook, 2004). La emergencia de una cultura juvenil y adolescente emergió con fuerza luego de la segunda postguerra y, hacia fines del siglo, apareció una nueva categoría, como nicho

⁵ Entrevista a Angie, vía la plataforma digital Zoom, La Paz (Bolivia) - Ciudad de Buenos Aires (Argentina), 18 de mayo de 2021.

comercial, que en los Estados Unidos se conoce como “*tweens*”. Con esta, se trató de identificar a las chicas que habían sido sujeto de los discursos de los saberes expertos como aquellas que estaban en el medio (*between*) de la infancia y adolescencia, y que los productores identificaron entre los nueve y los trece años. Para ellas comenzó a dirigirse cierto tipo de moda, productos de belleza, música, libros, revistas, programas de televisión y publicidades. (Mitchell; Reid-Walsh, 2005). Los y las académicas que se ocupan de estas reconocen la dificultad de definir a la cultura “*tween*”. En este sentido, Catherine Driscoll (2005) propone pensarla como un espacio y una posición cultural que ocupan y transitan las chicas en lugar de pensar encasillarlas en una edad determinada. Sugiere interpretarla en un espacio no lineal de relaciones en el cual las chicas están posicionadas por su conocimiento del género y las prácticas generizadas. En ese espacio, junto con otros productos, ubica a Barbie.

En Argentina, los jóvenes habían sido centro de la atención pública desde mediados de los años cincuenta, aunque desde mucho antes de expertos médicos y juristas. En las décadas siguientes, la cultura de masas se “juvenilizó” a partir de las prácticas y consumos asociados a una franja etaria que incluía tanto alumnos y alumnas secundarios y universitarios como a aquellos que trabajaban. El baile, la música – el rock y las variantes locales más aceptables para las familias – y ciertas prendas, como los *jeans* en tanto prenda exclusiva para los jóvenes, formaban parte de ese espacio (Manzano, 2017).

A partir de la restauración democrática de 1983, parte de la cultura de masas – aunque sin mencionar la politización de la década anterior ni la guerra que apenas un año antes tuvo como uno de sus protagonistas a “los jóvenes” – siguió proponiendo productos culturales que, según sus protagonistas, daban cuenta de los “problemas de los chicos y los adolescentes” (TV Guía, 1985a). Así se refería la joven estrella de Pelito a la serie que interpretaba junto a otros 14 chicos y chicas de entre 6 y 17 años. Pelito – novela que empezó a emitirse diariamente entre 1983 y 1986 – contaba la historia de una “bulliciosa pandilla” de chicos, chicas y adolescentes que fueron creciendo con el programa, ya que cuando comenzó el promedio de edad biológica de los integrantes del elenco era de 11 y 12 años. La tira estaba catalogada por la revista de espectáculos *TVGuía* como una “telecomedia” y se transmitía a las 18 horas por Canal 13, en el mismo horario que novelas para mujeres adultas, como *Amor Gitano*, que se difundía por Canal 11. Aunque la teleaudiencia de Pelito abarcaba a niños y, quizás, adolescentes, no era exactamente un “programa infantil”. Ese territorio televisivo ocupaba la franja horaria de 17 a 18 horas y se pasaban dibujos animados en segmentos llamados *La Tarde de He-Man* (Canal 9) y *Los dibujos de Pelito* (Canal 13). Justamente, una hora antes de que los chicos y chicas vivieran sus historias, los protagonistas de la serie, que habían alcanzado popularidad entre el público, presentaban *Bugs Bunny* y *Las nuevas aventuras del Zorro*. De acuerdo a la grilla televisiva y a la clasificación de *TVGuía*, Pelito tampoco era un programa juvenil, como *Música Total*, que salía al aire a las 19 horas por Canal 2 y difundía música nacional y extranjera (TV Guía, 1985b). Pelito, como otros productos de la época a los que más adelante se sumará *Barbie, tu revista*, se moverá en el espacio bisagra que comenzará a identificarse como “preadolescente”.

El programa trascendió la pantalla chica y sus jóvenes actores y actrices grabaron discos e hicieron temporadas teatrales. En una entrevista, Solange Mathou, que encarnaba a Betiana, declaraba que el éxito del programa se debía a que se hablaba de

[...] *cosas muy importantes para los adolescentes*, que hasta la aparición de este programa esa franja estaba totalmente desprotegida. [...] A través de cada uno de los personajes tratamos de reflejar los innumerables conflictos familiares, entre ellos los problemas económicos, la falta de comunicación de padres e hijos, el sufrimiento de ese *chico o adolescente* que debe afrontar con rudeza la separación de sus padres, etc. Aquí no hacemos ciencia ficción, *como lo hicieron muchos ciclos infantiles en los que nos trataban como "monigotes" hasta los 15 o 16 años* (TV Guía, 1985a).

La joven actriz tenía la misma dificultad que la revista que la entrevistaba para definir al público y también al programa: hablaba en nombre de los adolescentes, aunque también de los "chicos", a quienes diferencia de los adolescentes cuando se refería al "sufrimiento de ese *chico o adolescente* que debe afrontar con rudeza la separación de los padres". De igual forma, sostiene que hasta la llegada de Pelito otros "ciclos infantiles" (entre los cuales parece ubicar a la tira) los trataban de *monigotes hasta los 15 o 16 años*. En otro pasaje, señalaba que a la salida del teatro los iban a ver "chicos", probablemente aludiendo a espectadores más niños que adolescentes. Cuando sus protagonistas crecieron, se intentó un recambio generacional e incluso se propuso un casting masivo, que convocó a miles de chicos, de entre 6 y 14 años a formar parte del programa en 1986. Pero el nuevo Pelito no tuvo la aceptación del público y a las pocas semanas fue levantado.

Pelito forma parte de una constelación de productos que se van a mover en un espacio "preadolescente" en formación que no era ajeno a los saberes expertos, pero relativamente novedoso y de creciente consolidación en la cultura popular, masiva y mediática. No es casual que en la misma edición de *TVGuía* que entrevistó a Solange Mathou también apareció una nota especial a Ramón (Raymond) Acevedo Kercado, el "nuevo Menudo" y se incluyó un suplemento especial – a modo de libro íntimo – de los "ídolos" de Tremendo (TV Guía, 1985a).⁶ Dos grupos musicales, uno puertorriqueño con proyección latinoamericana, como Menudo, y otro nacional que buscaba emular al caribeño, que tenían entre su público a chicas de hasta 15 años.

Muchas de las canciones de estos grupos, del mismo modo que en los capítulos del programa, hablaban del primer amor, de los amores no correspondidos, de la conquista y de los desencuentros. Esta temática, ampliamente desplegada a lo largo de todo el siglo en folletines, revistas, música – desde tangos hasta

⁶ El quinteto Menudo, de origen puertorriqueño, alcanzó gran popularidad en toda América Latina durante la década del 80. El grupo "Tremendo" (1984) nació como una respuesta argentina a Menudo. Seleccionados entre más de 100 aspirantes en un concurso promocional organizado por el programa televisivo "Sábados de la bondad" (Canal 9) y la revista *TVGuía* el éxito fue inmediato (TV Guía, 1985a). Grabaron 3 discos y filmaron una película (1986).

música folclórica – películas, radioteatros y telenovelas, también formó parte de las publicidades de golosinas y bebidas gaseosas. Si desde principios del siglo veinte la promoción y el consumo de dulces y chocolates había estado asociada a la “felicidad infantil” (Scheinkman, 2018), en los ochenta son el condimento necesario del romance. Por ejemplo, mientras que las publicidades de Tubby – obleas rellenas con maní y caramelo, bañadas en chocolate – mostraba a jóvenes abrazados, paseando por la ciudad (1984), el tradicional Mantecol – una barra de manteca de maní de la marca Georgalos – retrataba a un niño, de unos 10 años, que declaraba su amor a una niña con una barra de la golosina enviada por medio de un perro entrenado o a adolescentes que se ponían de novios gracias a la golosina.

En este espacio de sentidos se movió Pelito, que encontró su lugar televisivo “infantil” unos años después cuando, una vez concluido el ciclo, se repusieron los episodios editados anteriormente, esta vez, a las 17 horas, franja horaria destinada al público más pequeño. Esto también fue acompañado por la revista de espectáculos TV Guía que, si unos años antes lo clasificaba como “Telecomedia”, en 1990 lo hacía como “teleteatro infantil”. Este desplazamiento fue posible, en parte, por la aparición de otra tira semanal como fue Clave de Sol. Con un elenco cuyas edades biológicas coincidían con la adolescencia, la tira salió entre 1987 y 1990 y se emitía a las 18, aunque hacia el final del ciclo a las 19 horas (TV Guía, 1990a). De allí salieron “galancitos” que aparecieron en revistas del espectáculo que, como *TVGuía*, prometían ediciones especiales de “Los chicos Re-fuertes de la tele”. Además del poster coleccionable, se incluía una ficha “íntima” de cada galán, con “el signo zodiacal, hobbies, estudios, deportes y amores.” Es decir: “todas sus personalidades al desnudo” (TV Guía, 1990b).

Entre mediados de los años 80 y la década siguiente, materiales para chicos y chicas que pronto estarían por comenzar el colegio secundario parecen imponerse en la pantalla y en las revistas. Incluso publicaciones tradicionalmente infantiles, como *Billiken*, fueron incorporando secciones que pretendían alejarse del contenido escolar y dirigirse a un público más grande, no tanto por la edad biológica – porque desde hacía varias décadas *Billiken* se había especializado en un público que cursaba la escuela primaria – sino por los intereses. Así, sumó notas sobre cómo armar un “skate” o moda para chicas, artículos de rock – con imágenes del festival propiciado por Amnesty International “¡Derechos Humanos Ya!” celebrado el 15 de octubre de 1988 y que congregó una cantidad de estrellas del rock mundial – y la sección “La página de Pablo” (1989), espacio del estilo “correo de lectores”, que buscaba acercar al público lector y que usaba la imagen de Pablo Rago, galán de Clave de Sol.⁷

Junto con las revistas del espectáculo, catalogadas como “adolescentes” por el Instituto Verificador de Calificaciones – organización profesional de asociación voluntaria que respalda las cifras de circulación de las publicaciones –, aparecieron otras como *Chicas*, de editorial Magendra, la misma que editaba

⁷ “Como armar tu skate” (*Billiken*, 1989a, p. 26-27); “Solo para chicas: Inventá tu ropa” (*Billiken*, 1989a, p. 35); “Esto es Rock”, (*Billiken*, 1989b, p. 20). “La página de Pablo” (*Billiken*, 1989c, p. 29) sólo estuvo algún tiempo en la publicación. A los pocos meses la sección continuó como “Aquí estoy” donde los lectores, más pequeños de los que considero querían convocar inicialmente, mandaban cartas y fotos.

Pelo, dedicada al mundo del rock. *Chicas*, presente en el mercado desde 1983, salía cada quince días y el público, según en una entrevista a su director, Daniel Osvaldo Ripoll, se encontraba entre las muchachas de los primeros años del secundario, aproximadamente de 13 a 15 años.⁸ Es decir, era una revista para chicas que dejaban de leer *Barbie*, como recuerda Yanina.⁹ Efectivamente, tenía contenidos que se le asemejaban. Allí se podía encontrar información sobre el grupo musical de moda del momento, sobre los artistas locales, ídolos del pop mundial o latino, como Luis Miguel y Ricky Martin, y también test de personalidad. A lo largo de la década del 90 los programas para adolescentes y preadolescentes se iban a suceder uno tras otro y las revistas "para chicas" se iban a multiplicar.¹⁰

La revista

La revista *Barbie Magazine* fue creada por Mattel para acompañar a la muñeca y difundir códigos comunes y estandarizados del "universo Barbie". A diferencia de otros productos que habían funcionado en conjunto para la promoción, como Marilú y su revista en los años treinta, cuando salió *Barbie tu revista* la muñeca ya era conocida a nivel mundial. Esta propuesta globalizada, que también funcionó en tándem con la muñeca, procuraba que las consumidoras se adaptaran al formato y códigos comunes compartidos de un producto internacionalizado. Para acercar la publicación al medio local se editaron versiones para el público de España, de México, de Venezuela, Colombia y de Brasil, con mínimas variaciones que consistían en las producciones fotográficas de moda y algunas inflexiones en el lenguaje, que se notaban, fundamentalmente, en las respuestas al correo de lectoras.

Así, a partir de 1989, la mexicana Editorial Vanidades, con filial en Buenos Aires, publicó *Barbie, tu revista* para el público de Argentina y Chile. La revista, con el formato otorgado por Mattel, se diseñaba en Buenos Aires y se imprimía en Chile. Este diseño uniforme explica una edición con eje en dos países que poco tiempo atrás habían protagonizado un conflicto por los límites soberanos.¹¹ Por supuesto, eso no se tenía en cuenta en la publicación que, aunque nunca fue masiva y la distribución a lo largo y ancho de los dos países era desigual, circulaba armónicamente entre Argentina, Chile y Bolivia. Alrededor de mediados de 1990, como consecuencia de la inestabilidad económica argentina, la edición y publicación comenzó a estar a cargo de Editorial Andina, de Chile, en coordinación

⁸ En esa misma nota se aseguraba que desde hacía una década habían explotado los productos culturales dirigidos a adolescentes y preadolescentes y el 20% de las ventas correspondía a revistas para chicas de estos segmentos. "Medios-Revistas: en la Argentina se venden más de 220 mil ejemplares por mes" (Clarín, 1998).

⁹ Entrevista a Yanina, Comunicación telefónica, Ciudad de Buenos Aires, 26 de mayo de 2021.

¹⁰ Aunque no es objeto de este estudio, a modo de ejemplo, se puede señalar que en el año 1995 se estrenó *Amigovios*, telenovela infantil con libro de Jorge Maestro y Sergio Vainman - creadores de varios éxitos televisivos juveniles entre ellos el mencionado *Clave de Sol* y otros que le seguirían como *Montaña Rusa* (1994-1995) y emitida por Canal 13. Ese mismo año, por Telefé, comenzó a emitirse *Chiquitas*, de Cris Morena, productora de recordados programas destinados al público adolescente y preadolescente como *Jugate Conmigo* (1991-1993) - de entretenimientos - o las novelas *Verano del 98* (1998) y *Rebelde Way* (2002).

¹¹ En 1984 Argentina y Chile firmaron el Tratado de Paz y Amistad que dio una solución definitiva al conflicto limítrofe que había comenzado a exacerbarse en 1978.

con Vanidades de Buenos Aires. Al tratarse de un formato globalizado, las lectoras apenas notaron cambios, ya que la línea editorial era la misma. Quizás la mayor novedad radicó en algunos modismos idiomáticos – apenas perceptibles y en la dirección postal: las chicas chilenas enviaron sus cartas a una dirección en Santiago y las argentinas a una en Buenos Aires.

De frecuencia mensual, la revista tenía como protagonista indiscutida a la muñeca, que se hacía presente a lo largo de casi las 32 páginas, incluso en publicidades. Sin embargo, la presencia de Barbie estaba, fundamentalmente, en dos lugares claves de la diagramación de la revista: en las tapas y en las fotonovelas. A diferencia de otras publicaciones infantiles presentes en el mercado, como *Billiken* y *Anteojito*, donde las portadas tenían, generalmente, dibujos, las de *Barbie* eran fotografías cuya estrella principal y excluyente era la muñeca. Emulando a las revistas femeninas para adultas, que en sus portadas mostraban modelos en diferentes poses privilegiando el torso en primer plano, *Barbie* presentaba a la muñeca con diferentes vestuarios. La alta calidad fotográfica de la portada permitía dar cuenta de los detalles de la ropa y de las texturas de las prendas que llevaba. En cuanto muñeca de moda (*fashion doll*) la vestimenta fue mucho más que un accesorio, servía para jugar, para imaginar situaciones, profesiones e, incluso, para indicar la procedencia – si nacional o importada – de la misma.

Imagen 1 - Portadas de revistas *Barbie, tu revista* año 3/3 y año 2/3, 1990



Fuente: Archivo personal.

El otro espacio central donde aparece Barbie es en las fotonovelas que prometían “romance, emoción, suspenso y misterio”. Las fotonovelas o “fotoaventuras”, que contaban una historia combinando historieta con fotografía, se replicaron en todas las versiones que circularon, incluso en la original norteamericana *Barbie Magazine*, de manera que es probable que la producción de las mismas sea la proporcionada directamente por Mattel. En Argentina, la fotonovela había sido un género conocido y muy transitado en los años 40 con las revistas *Nocturno* e *Idilio* de editorial Abril. Sobre todo, *Idilio*, que se proyectaba para un público

juvenil y femenino (Cosse, 2010; Scarzanella, 2016). Como estas publicaciones, las fotoaventuras de *Barbie* primero se miraban y luego se leían.

¿Te gustan las historias románticas? ¿Y qué me dices del suspenso? ¿Eres emotiva y sensible? Como sé que te fascinan, preparé este número especial dedicado sólo a fotoaventuras. Con las mejores historias vividas junto a Ken, Skipper y mis amigos, lo pasarás super y podrás soñar con un mundo ¡fantástico! Y ahora ¡a leer! (*Barbie, Tu Revista*, ca. 1991).

Romance, conflictos personales y aventuras componían una de las secciones más exitosas de la revista, al punto que se dedicaban ediciones especiales a las fotonovelas. En ocasiones procuraban dejar un mensaje aleccionador, por ejemplo "La competencia de gimnasia" tenía una bajada que señalaba "el esfuerzo y la tenacidad llevan al éxito, a pesar de los errores", mientras que en "Un sueño de amistad" se destacaba que "los verdaderos amigos siempre se apoyan y comparten los buenos y malos momentos" y, por su parte, "Un susto en el campo" advertía que "a veces parece divertido hacer cosas peligrosas, pero al final resultan un desastre y no nos divierten" (*Barbie Tu Revista*, 1990; 1991). Se trataba de historias de entretenimiento que ocurrían en playas tropicales, en castillos, en viajes en tren e incluso, a través de cuentos o sueños, en viajes espaciales y en tiempos mitológicos. En esas travesías, *Barbie* visitaba Escocia, Costa de Marfil, el Desierto del Sahara y, junto con Ken, se enfrentaba con supuestos fantasmas, malhechores y sultanes caprichosos. También había historias de ladrones y suspenso que sucedían en la vida cotidiana de *Barbie*, como en una hamburguesería. De alguna manera *Barbie* hacía participar a las lectoras de consumos y culturas alimentarias globalizados. Esto es significativo porque en Argentina el estilo norteamericano de restaurantes de comidas rápidas se estaba expandiendo a través de la firma local Pumper Nic (entre 1974 y 1999) y de la llegada de las multinacionales McDonands, en 1986, y Burger King, en 1989.

Estos son los territorios donde se desplegaba *Barbie*, sus amigas y amigos, los conflictos, pero también los accesorios y escenarios. Esta era una de las secciones preferidas de las lectoras, sobre todo las más pequeñas, porque prometía imaginación y también inspiración para jugar con sus *Barbies*. Aunque no era necesario tener una muñeca para comprar la revista, las lectoras que entrevisté tenían alguna original, es decir, marca *Barbie*®, y diversas imitaciones, que muchas veces eran compartidas con las hermanas. Varias de ellas recuerdan que creaban historias a partir de las fotonovelas y, en ocasiones, buscaban emular la propuesta de las páginas, confeccionar los trajes - en general con ayuda de madres y abuelas - y construir espacios. También el montaje incentivaba a crear nuevas historias. Juliana evoca que la fotonovela la "alucinaba" y que le gustaba replicar las escenas y armar historias "consistentes" que podían durar toda una tarde, que tenían que tener un argumento, inicio, desarrollo y final. Así, llevaba a cabo el juego con "pasión".¹²

¹² Entrevista a Juliana, vía telefónica, Mar del Plata-Ciudad de Buenos Aires, 10 de junio de 2021.

Imagén 2 - Barbie y sus amigos. Escena montada por Juliana Di Lella, Mar del Plata, ca. 1992



Fuente: Fotografía del archivo personal de Juliana Di Lella.

La revista presentaba un formato en la intersección de las publicaciones infantiles, las destinadas para mujeres y las que se enfocaban en las adolescentes. Una publicidad anunciaba que “apareció la primera revista para las más chicas. Tu mamá tiene su revista, tu hermana mayor tiene la suya...por fin alguien se acordó de crear la única revista hecha pensando en vos” (Barbie, Tu Revista, 1990). La cita daba cuenta, por un lado, de la segmentación del mercado de revistas femeninas ya que las mujeres podían encontrar, por ejemplo, a *Para Ti* y las jóvenes a *Chicas*. Y, por otro lado, de la novedad de un *magazine* cercano al de la hermana mayor, sin considerarse infantil. A diferencia de *Marilú*, que en los años treinta la referencia discursiva eran las publicaciones para adultas, aunque como señalé el público joven leía con avidez las fotonovelas como *Idilio*, en los años ochenta la revista que le seguía a “la más chica” era la de la hermana mayor que, al mismo tiempo, se diferenciaba de la de la madre. En este sentido, Virginia menciona que su hermana mayor compraba la mexicana *Tú* y que ella quería imitarla, pero no entendía la revista juvenil. Entonces, cuando conoció a Barbie la compró. Por supuesto, el primer atractivo fue la muñeca, debido a que ella tenía varias, pero también era lo que buscaba en una publicación: “una revista parecida a *Tú* pero para nenas, para nenas solas. Nenas que querían ser grandes [...] Cuando vi la revista *Barbie* morí, era el *summum*”.¹³

Además de las fotonovelas, la sección más visitada por quienes tenían y jugaban con la muñeca, la revista se diseñaba, en parte, con un formato similar a las revistas infantiles: páginas llenas de colores en contraste, ilustraciones – en este caso de Barbie – en los márgenes y con secciones de manualidades, pasatiempos, juegos e información variada, por ejemplo, sobre la vida de los animales (Bontempo, 2012). De la misma forma que otras revistas de la época, sobre todo las infantiles o musicales, *Barbie* traía posters o carteles para decorar la habitación. Al igual que *Billiken*, le otorgó, en algunos números, un lugar especial

¹³ Entrevista a Virginia, vía telefónica, Ciudad de Buenos Aires, 28 de mayo de 2021.

a "La ola verde" (1985-1990), programa infantil conducido por Flavia Palmiero y de gran éxito entre el público más chico; y, más adelante, a la animadora y cantante brasileña Xuxa, que también tenía su propia muñeca y un exitoso programa infantil.¹⁴ Pero a diferencia de la longeva revista para niños y niñas, que en su número especial de 70 aniversario regalaba carteles de las películas "Los cazafantasmas" e "Indiana Jones", del personaje de terror "Freddy Krueger" o el animado "Roger Rabbit", aunque también contenía uno de la banda argentina "Soda Stereo", *Barbie* traía notas, posters, letras y acordes de grupos de pop internacional como Roxette, Linear, New Kids on The Block, algunos de los cuales aparecían en las revistas para adolescentes, como *Chicas y Tú*.

Al mismo tiempo, tenía contenidos cercanos a las revistas femeninas para adultas: contaba con moda, con recetas de cocina y con la sección "¡Siempre linda!" que contenía información vinculada no sólo con el cuerpo saludable (donde se proponían ejercicios varios para mantenerse "en forma") sino también sobre el cuidado del pelo y la piel donde se recomendaban "máscaras" y atenciones específicas. Al igual que las revistas femeninas, se trataba de secciones prescriptivas donde, en reiteradas oportunidades, el tema era el exceso de peso o la "forma" (Bontempo, 2011). Así, preguntaba a las lectoras "¿Te estás comenzando a preocupar por tu figura? Esas gorduritas porfiadas que aparecen por aquí y por allá, sin duda molestan a muchas *niñas de tu edad*" (*Barbie, Tu Revista*, 1991).

Este era un tema relevante en la revista ya que se comenzaba a identificar como una preocupación de niñas que antes no la tenían. Cuando señalaba la molestia que causaban esas gorduritas *de tu edad*, ¿a qué edad se refiere? Es probable que a un público amplio y heterogéneo con un cuerpo en desarrollo, como da cuenta en una nota sobre moda:

¿Muy delgada? ¿Sueñas con un cuerpo lleno de formas y te sientes mal tan flacuchenta? En primer lugar, ¡paciencia! Espera que tu cuerpo termine de formarse. ¿Cintura ancha? No sacas nada con soñar con una cintura de avispa si todavía no cumples los 16. Pero bien puede disimular el "problema" de la cintura ¡¡Sácate partido!! (*Barbie, Tu Revista*, 1992).

De acuerdo con Catherine Driscoll (2005), aunque la muñeca Barbie tuviera marcados los pechos, cadera y cintura, las desproporciones son propias de un cuerpo en transformación y no las de un cuerpo adulto. No sabemos cómo las niñas recibían estas medidas corporales – amplia bibliografía señala los efectos nocivos sobre la imagen corporal – pero la observación sobre un cuerpo en transformación es interesante si la ponemos en relación con la importancia a los granitos y a las "incongruencias" corporales que aparecían en la publicación, al mismo tiempo que con los test que prometían un descubrimiento personal a partir de la elección de imágenes o de la posición de las piernas al estar sentada. Estas secciones, al igual que los horóscopos, también aparecían en las revistas para adolescentes y brindaban ciertas certidumbres en momentos de cambios

¹⁴ En Argentina, Xuxa condujo *El Show de Xuxa* (1991-1993), adaptación en castellano del exitoso *Xou da Xuxa*.

corporales y sociales, ya que es probable que muchas de las lectoras, por aquello que contaban en sus cartas, estuvieran terminando sus estudios primarios. Sin embargo, el cuerpo femenino representado, por ejemplo, en las producciones fotográficas de moda, no presentaba visibles modificaciones en relación al cuerpo infantil. En un contexto que debatía la planificación familiar y la educación sexual en la escuela, el cuerpo sexuado era un límite para la revista y, en un punto, para el universo Barbie (Milanesio, 2021). Del mismo modo que en otros medios de comunicación, como “Laura de hoy” la popular columna para adolescentes del diario *La Nación*, *Barbie* no se refería a la menarca y la menstruación, como tampoco había contacto físico amoroso entre el personaje y su novio Ken.¹⁵ Sin embargo, el deseo heterosexual y el amor romántico ocupaban un lugar significativo en *Barbie*. Esto acercaba a la publicación a las revistas de chicas adolescentes que, a su vez, se situaban en una serie de transformaciones en torno a las relaciones románticas que venía operándose desde los años sesenta (Cosse, 2010).

La revista promete romance y deseo heterosexual que, como señalé anteriormente, podían localizarse en productos mediáticos previos, como “Pelito”, y otros contemporáneos, por ejemplo “Clave de Sol”, e incluso en publicidades. En sus páginas, el romance estaba presente en las fotonovelas – donde había salidas entre parejas y desencuentros amorosos, como en “Romance frustrado” o “Una lección de amor” (*Barbie*, Tu Revista, 1992). Sin embargo, los protagonistas, aunque veraneaban juntos, ni siquiera se besaban. La fantasía romántica se reproducía en la sección de galanes e ídolos musicales y en las letras de las canciones que se transcribían. Por ejemplo, en una reseña sobre el cantante argentino Alejandro Lerner se lo define como un músico romántico y se elige para transcribir la canción “La bella durmiente y yo” mientras que de Luis Miguel se selecciona “La incondicional” (*Barbie*, Tu Revista, 1990). Por su parte, a Ricky Martin, que hasta ese momento no se había reconocido como homosexual, se lo definía más como galán que como cantante y en su “ficha personal” aclaraba que “está solterísimo y en busca de una mujer ideal”. A la par, a Bon Jovi se lo caracterizaba como “el atractivo cantante que no para de conquistar corazones” y a los New Kids On The Block como los chicos que “enloquecen a las chicas de 12 a 14 años” (*Barbie*, Tu Revista, 1990; 1991).

El amor, el romance y la música eran parte de un mundo que *Barbie*, identificando y segmentando a un público que estaba en definición, incluyó en sus páginas. Así, en un ejemplar donde publicó letras de Ricky Martin, Luis Miguel, Roxette, Lucerito y Magneto señalaba “El mundo joven está lleno de música y canciones. Especialmente para ti es esta selección de éxitos...¡¡exitazos!! ¡Para que estés siempre en onda!” (*Barbie*, Tu Revista, 1992). La música y la “onda”, patrimonio del mundo joven, ahora llegaba a las lectoras de *Barbie*, a un espacio que no era ni de niñas ni de chicas grandes, era de preadolescentes. Las cartas de lectoras reclamaban más de estas secciones y que incluyeran a los chicos de Clave de Sol, que, como señalé, era una novela juvenil. Sin embargo, de las lectoras que entrevisté, solo Angie aludía con seguridad a la sección musical y romántica.

¹⁵ Como señala Eugenia Tarzibachi (2016), la educación corporal escolar en torno a la menstruación, a través de folletos, estuvo a cargo de Johnson & Johnson, empresa que vendía las toallas higiénicas femeninas Modess y Siempre libre, y los tampones O.B.

La mayoría había dejado de leer *Barbie*, incluso, antes de dejar de jugar con la muñeca. Muchas recuerdan que temían que se las catalogue como niñas, por leer esta revista. Pero varias me hablaron de las revistas que consumieron después: recordaron la mexicana *Tú*, que se comercializaba en Bolivia y en Argentina, la chilena *Mis17* y la argentina *Chicas*, a la cual ya me he referido. Por supuesto, estas revistas incluían *tips* de belleza, moda, test, secciones ídolos musicales y galanes de TV. Con sus secciones, *Barbie, tu revista*, había contribuido con el pasaje de lecturas de la infancia y de la adolescencia.

Conclusiones

A pesar de los esfuerzos del padre, Luciana nunca se interesó por la lectura, ni siquiera de *Barbie, tu revista*, que, se suponía, contaba con material que podría llegar a motivarla. En cambio, le atraían los productos audiovisuales, prefería el cine, como la película *Mi Primer Beso* – que cuenta la historia de una chica que está dejando de ser una niña y de su vecino, un chico de la misma edad – que se estrenó en Argentina en 1992, o las telenovelas juveniles como *Clave de Sol* o las que fueron apareciendo a medida que crecía. Este artículo sostiene que la publicación *Barbie*, al igual que algunos productos culturales que la antecedieron y otros con los cuales convivió, fueron delineando, entre fines de los años 80 y principios de los noventa, un espacio identificado con la preadolescencia femenina.

A lo largo de esta pesquisa analicé la revista *Barbie* como un producto cultural históricamente situado. Sin desconocer que se trataba de una publicación comercial transnacional, hice foco en Argentina, entre fines de los años 80 y comienzos de los 90. La revista, aunque identificada para niñas (en los concursos y en las cartas de lectoras las edades biológicas que aparecen oscilan entre los 7 y 13 años) ofrecía un material diverso. Se promocionaba la revista para las "más chicas" pero incluía "intereses" que parecían estar asociados a chicas que estaban dejando la infancia. Así, preguntaba a sus lectoras "¿sabes aprovechar tu tiempo libre? ¿y tener una figura ideal? ¿y también lindas manos? ¿y construir instrumentos musicales? ¿Y cantar con los New Kids on The Block? *Revista Barbie* te contesta si la pides en tu kiosco" (*Barbie, Tu Revista*, 1990).

La inclusión de contenidos que abarcaban desde fotonovelas – donde la protagonista era Barbie –, moda y secciones dedicadas a la belleza hasta recetas de cocina, juegos y cancioneros de los grupos de música pop del momento, convertía a *Barbie* en una publicación de "servicios multipropósitos" que se encontraba en la intersección de las revistas infantiles, femeninas y para adolescentes. La propuesta editorial "para nenas que dejaban de ser nenas", como señalaba una antigua lectora, constituía un emergente de la conformación de una cultura de mercado y sensibilidad "preadolescentes" en Argentina entre fines de los años 80 y comienzos de los 90. En este sentido, ubiqué a *Barbie* en una trama de productos – revistas, programas televisivos y publicidades – que estaban identificando a un nuevo espacio de significados para chicos y chicas que no eran niños, no eran adolescentes ni jóvenes. Como señalaba Angie, los "test" que traía Barbie, le servían para relacionarse con las amigas de la hermana mayor

que "estaban encantadas" que ellas les hiciera preguntas. Para chicas como Angie, *Barbie* ofrecía un sentido, "recetas" y respuestas – como las que traían los resultados de los test – a cambios corporales, de intereses y de relaciones al mismo tiempo que, a través de las historias y canciones románticas, junto con una "galería de galanes", mostraba cómo relacionarse con el amor y estimulaban un sutil deseo heterosexual. Así, *Barbie* proporcionaba material que funcionaba como un enlace entre la infancia y la adolescencia.

REFERENCIAS

- AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B.; SOSENSKI, S. (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2018.
- BARBIE, TU REVISTA. **Revista BARBIE © 1989**. Mattell Inc. All Right Reserved. Santiago de Chile-Buenos Aires: Editorial Andina y Editorial Vanidades, 1989.
- BARBIE, TU REVISTA. **Revista BARBIE © 1990**. Mattell Inc. All Right Reserved. Santiago de Chile-Buenos Aires: Editorial Andina y Editorial Vanidades, 1990.
- BARBIE, TU REVISTA. **Revista BARBIE © 1991**. Mattell Inc. All Right Reserved. Santiago de Chile-Buenos Aires: Editorial Andina y Editorial Vanidades, 1991.
- BARBIE, TU REVISTA. **Revista BARBIE © 1992**. Mattell Inc. All Right Reserved. Santiago de Chile-Buenos Aires: Editorial Andina y Editorial Vanidades, 1992.
- BILLIKEN. Buenos Aires, 20 fev. 1989a.
- BILLIKEN. Buenos Aires, 27 fev. 1989b.
- BILLIKEN. Buenos Aires, 10 abr. 1989c.
- BERNÁRDEZ RODAL, A. **Soft Power: Heroínas y muñecas en la cultura mediática**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2018.
- BONTEMPO, P. Para Ti: una revista moderna para una mujer moderna, 1922-1935, **Estudios Sociales**, Santa Fe (Argentina), n. 41, p. 127-146, 2011.
- BONTEMPO, P. Enseñando a las niñas a consumir. **La revista infantil Marilú (1933-1937)**, [s.l.], v. 12, n. 13, p. 107-132, 2015.
- BONTEMPO, P. Los niños de *Billiken*. Las infancias en Buenos Aires en las primeras décadas del siglo veinte, **Anuario del Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S. A. Segreti**, Córdoba (Argentina), v. 12, n. 12, p. 201-221, 2012.
- CLARIN. Medios-Revistas: en la Argentina se venden más de 220 mil ejemplares por mês. Buenos Aires: [s.n.], 1998.
- COOK, D. T. **The Commodification of Childhood**. The Children's Clothing Industry and the Rise of the Child Consumer. Durham (Estados Unidos): Duke University Press, 2004.
- COSSE, I. (Org.). **Familias e infancias en la historia contemporánea**. Jerarquías de clase, género y edad en Argentina. Villa María: Eduvim, 2021.
- COSSE, I. *et al.* **Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil: siglos XIX y XX**. Buenos Aires: Teseo, 2011.
- COSSE, I. **Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta**. Una revolución discreta en Buenos Aires. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- DRISCOLL, C. **Girls: feminine adolescence in popular culture and cultural theory**. New York: Columbia University Press, 2002.
- DRISCOLL, C. Girl-Doll: Barbie as Puberty Manual. *In*: MITCHELL, C.; REID-WALSH, J. (Org.). **Seven Going on Seventeen**. Tween Studies in the Culture of Girlhood. New York: Peter Lang Publishig Inc., 2005. p. 224-241.
- LIONETTI, L.; MÍGUEZ, D. (Org.). **Las infancias en la historia argentina**. Intersecciones entre prácticas, discursos e instituciones (1890-1960). Rosario: Prohistoria, 2010.
- MANAVI, M. Barbie Doll. *In*: COOK, T. (Org.). **The SAGE encyclopedia of Children and Childhood Studies**. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2020. p. 104-106.

- MAYNES, M. J.; SØLAND, B.; BENNINHAUS, C. **Secret Gardens**. Satanic Mills. Placing Girls in European History, 1750-1960. Bloomington: Indiana University Press, 2005.
- MANZANO, V. **La era de la juventud en Argentina**. Cultura, política y sexualidad desde Perón hasta Videla. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- MILANESIO, N. **El destape**. La cultura sexual en la Argentina después de la dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.
- MINTZ, S. Reflections on Age as a Category of Historical Analysis, **The Journal of the History of Childhood and Youth**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 91-94, 2008.
- MITCHELL, C.; REID-WALSH, J. (Org.). **Girl Culture: An Encyclopedia**. Westport: Greenwood Press, 2008.
- MITCHELL, C.; REID-WALSH, J. (Org.). **Seven Going on Seventeen**. Tween Studies in the Culture of Girlhood. New York: Peter Lang Publishig Inc., 2005.
- PELLEGRINELLI, D. **Diccionario de juguetes argentinos: Infancia, industria y educación: 1880-1965**. Buenos Aires: El Juguete Ilustrado Editores, 2010.
- PELLEGRINELLI, D. **Prodigiosa Marilú**. História de una muñeca de moda, 1932-1961. Buenos Aires: Ampersand, 2023.
- ROVERI, F. T.; SOARES, C. L. Meninas! Sejam educadas por Barbie e "com" a Barbie. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 147-163, 2011.
- SCARZANELLA, E. **Abril**. Un editor italiano en Buenos Aires, de Perón a Videla. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016 (2013).
- SCHEINKMAN, L. Publicidades de golosinas, consumo y felicidad infantil (Argentina, 1930-1943), **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, [s. l.], v. 18, n. 1-28, 2018.
- SIMILI, I. G.; CALCIOCARI DE SOUZA, M. A beleza das meninas nas "dicas da Barbie", **Cadernos de pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 200-217, 2015.
- SOSENSKI, S.; ALBARRÁN, E. J. (Org.). **Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina**. Entre prácticas y representaciones. México: UNAM-Instituto de Investigaciones Históricas, 2012.
- TARZIBACHI, E. Deporte y recreación durante la menstruación. Historia de una habilitación a partir de la difusión de las toallas y los tampones industriales en Argentina, 1930-1980. In: SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.). **Mujeres en movimiento**. Deporte, cultura física y feminidades. Argentina, 1870-1980. Buenos Aires: Prometeo, 2016. p. 85-108.
- TV GUIA. Buenos Aires: Editorial Abril, 12 mar. 1985a.
- TV GUIA. Buenos Aires: Editorial Abril, 6 mar. 1985b.
- TV GUIA. Buenos Aires: Editorial Abril, 13 out. 1990a.
- TV GUIA. Buenos Aires: Editorial Abril, 22 ago. 1990b.

PARTE II

**PROTAGONISMOS E
QUESTÕES SENSÍVEIS**

SOBRE OS VESTÍGIOS DE DESAPARECIDOS E ÓRFÃOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1894 – 1909)

<https://dx.doi.org/10.18616/cart06>

Eliane Mimesse Prado

Identificaram-se algumas das crianças órfãs e desaparecidas na cidade paulistana, de modo a entender, brevemente, qual o caminho que percorreram para chegar até as instituições de acolhimento assistenciais ou profissionais. As fontes utilizadas para o acesso às informações foram os periódicos *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*. Tal acesso foi facilitado pela digitalização dos periódicos do século XIX e início do século XX. Apesar desta digitalização, a leitura nem sempre foi clara o suficiente, em função de manchas de tinta existentes no papel original, partes amareladas, páginas apagadas ou rasgadas.

Faz-se imprescindível lembrar que os tabloides daquela época eram escritos com outro formato. As matérias eram dispostas em letras miúdas e concentradas em longas colunas. Além disso, só existiam notícias escritas, sem nenhum tipo de ilustração. Os singelos desenhos apareciam somente na última página, que trazia reclames de companhias de navegação, de venda de charutos e medicamentos – alguns de cores extravagantes, os quais, depois de ingeridos, milagrosamente curavam as pessoas.

A cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo, oferecia muitos periódicos com divulgação de notícias semanais, diárias ou mensais, que poderiam ter formato de folhetins, boletins ou jornais, e seguiam preceitos de acordo com sua linha editorial. Apresentavam-se como satíricos, literários, anarquistas, liberais, republicanos, socialistas, imigrantistas, etc. Nos anos de transição entre o século XIX e o século XX, surgiram novos métodos de impressão e, conforme citou Luca (2005, p. 137), com essas inovações foi possível melhorar a qualidade da produção dos jornais e, ainda, baratear os exemplares. Os periódicos, aos poucos, iam atingindo um público maior a cada dia.

O motivo da escolha destes três periódicos – *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano* – ocorreu em função de serem diários de notícias, com ampla circulação e por citarem fatos do cotidiano da cidade em suas matérias, como o desaparecimento e a orfandade de crianças. Esses periódicos também publicavam algumas matérias traduzidas de jornais europeus.

A postura d'*O Commercio de São Paulo* era a mais inovadora dos três; realmente pretendia modernizar a cidade, informava o leitor, trazia as novidades e os debates da Europa para São Paulo. Em contrapartida, *O Estado de S. Paulo* reproduzia os acontecimentos como ocorriam, com detalhes, com endereços, nomes dos envolvidos, idades. O *Correio Paulistano* informava o leitor com menos minúcias que os jornalistas do diário anterior; continha algumas notícias diferentes, que os repórteres d'*O Estado de S. Paulo* não conseguiam divulgar. Tem-se a impressão de que os repórteres copiavam as declarações que as pessoas faziam nas delegacias e, em seguida, publicavam no jornal, retirando alguns

por menores, talvez os mais mórbidos ou imorais. Luca (2005, p. 138) alertou que os jornais desta época tinham a nobre função de informar ao leitor tudo o que se passava, com minúcias, dando destaque sempre à “verdade dos fatos”.

Quanto ao acesso às fontes, estas se empenhavam em prol de manter as coleções o mais completas possível. O *Commercio de São Paulo* e o *Correio Paulistano* podem ser encontrados no acervo digital da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. O *Correio Paulistano* ainda consta no acervo do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. A pesquisa no acervo da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, quanto no *Arquivo Público do Estado de São Paulo*, é gratuita. O *Estado de S. Paulo* tem seu próprio acervo. Os volumes podem ser encontrados desde a época do império, quando o estado se denominava *A Província de S. Paulo*, mas a pesquisa, neste acervo, pode ter custo para o pesquisador. Caso necessite de detalhes, não consegue encontrá-los no acesso gratuito.

É interessante notar que a pesquisa digital agilizou o modo de acesso aos periódicos para efetuar a busca. Simplesmente são lançadas palavras que levam o pesquisador até a notícia, poupando horas infinitas de leitura e o folhear de páginas de um antigo jornal, ou de manusear a manivela de um equipamento de microfilme, sem encontrar o que realmente considerasse relevante para seu objeto de pesquisa, isto sem citar os desvios com a leitura de notícias e reclames que chamavam a atenção do leitor-pesquisador. Mas, nem sempre podemos confiar plenamente na busca efetuada pela pesquisa digital; muitas vezes, procurando por outro termo similar, essa busca apresentava outros resultados complementares anteriormente não indicados. A busca digital não indica exatamente todas as palavras solicitadas. Deve-se refazer a mesma busca algumas vezes para se ter certeza do que a pesquisa foi bem executada.

Este estudo foi limitado pela faixa etária das crianças. As próprias fontes estabeleceram o seu limite etário por volta dos seis anos de idade. As crianças desamparadas eram, em sua maioria, as mais novas, recém-nascidas; as desaparecidas e perdidas eram as que sabiam andar e tinham, em média, segundo as fontes, de seis a oito anos. Apenas uma criança desaparecida era de oito anos, o que permite considerar que tenha fugido de casa, não se tratando de criança perdida, porque tinha idade para discernir o que acontecia. As hipóteses para considerar essa idade o limite é que muitas crianças com essa idade podiam frequentar a escola na companhia de irmãos mais velhos. Legalmente, sete anos era o marco estabelecido para o início da frequência escolar; também poderiam trabalhar em atividades mais simples, como ajudantes ou auxiliares, e poderiam cuidar de irmãos mais novos.

Os anos fixados como balizas entre 1894 e 1909 foram em função das notícias encontradas, em decorrência dos pesquisadores dos periódicos e de suas programações.

Outras fontes primárias documentais e bibliográficas, além dos periódicos citados, foram utilizadas para compor este estudo. Devemos ter sempre em mente que o documento, como foi citado por Le Goff (1996, p. 547), é:

[...] antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da

sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado.

Todos os documentos devem ser analisados, lidos, relidos e desmistificados, comparados entre si e com o contexto a partir de quem o produziu. Afinal, ainda como pontuou Le Goff (1996, p. 547), “no limite não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.”

A cidade às voltas com a renúncia e o acolhimento

A cidade de São Paulo, no período entre 1870 e 1920, atravessou um salto de crescimento, como foi apresentado por Cruz (2013). Tornou-se um centro econômico e político do Estado, com casas bancárias, grandes estabelecimentos comerciais e de importação, fábricas, oficinas e vasto comércio varejista. Nos anos de 1880, passaram a ser loteados os sítios e chácaras situados em torno do centro, que, então, compreendia as freguesias da Sé, de Santa Efigênia, de Bom Jesus do Brás e da Consolação, expandindo o que era o centro urbano a um raio de admiráveis 2,5 quilômetros. Para uma localidade que permaneceu por volta de trezentos anos praticamente sem nenhum tipo de alteração, era algo incrível.

O centro tornou-se um local para o comércio e suas lojas. As fábricas foram se instalando nas proximidades dos rios e da estrada de ferro. Começaram a se delinear os bairros residenciais mais distantes do centro, planejados com largas avenidas arborizadas, ao mesmo tempo em que as famílias dos operários se instalavam em pequenos quartos, próximo das fábricas, como descrito por Mimesse (2020).

Uma matéria do periódico *O Commercio de São Paulo* reclamava da falta de policiamento especial em uma via principal. Apontava os veículos que transitavam sem fiscalização; indicava a desordem e a sujeira das calçadas no horário de entrega de encomendas, dos pedintes nas ruas, na velocidade em que passavam cavalos pela via pública, além de carroças, carros de bombeiros e bondes. Uma cidade moderna não poderia conviver com estas faltas de civilidade, conforme reportagem de janeiro de 1894:

[...] O transito de carroças pesadíssimas, e de vehiculos de toda espécie; a passagem constante de *bonds*, a sem cerimonia com que se abrem caixões enormes em frente às lojas, emporcalhando a rua de palha e papeis; a desfaçatez com os mendigos andrajosos esmolam às portas dos cafés [...]. Temos visto passar pela rua 15 de Novembro, à disparada, o tropel de cavalos (*O Commercio de São Paulo*, 1894, p. 2).

O aumento da população, em função da entrada de imigrantes e da mão de obra do interior, que se deslocava para a capital, gerou a necessidade de construção ou de aluguel de novas moradias, como também atingiu outros setores,

como o da educação. A escola primária pública não oferecia vagas suficientes para todas as crianças. Este assunto – a situação das escolas elementares públicas e privadas subsidiadas italianas na capital – foi detalhado em análise efetuada por Prado (2015). Ambas recebiam alunos com idades a partir de sete anos e, no caso das isoladas públicas e das privadas subsidiadas italianas, que eram elementares, seguiam o mesmo modelo, de sala única multisseriada, algumas vezes separada por sexo, outras vezes mista, receberam muitos alunos por turma, sendo divididos por grau de aprendizagem.

No ano de 1906 havia, em média, 11 mil alunos matriculados nas várias modalidades de escolas públicas elementares da capital e outros 5 mil matriculados nas escolas privadas subsidiadas italianas. Estes últimos chegaram a ter 6.537 mil alunos matriculados entre os anos de 1908 e 1910, conforme dados de Prado (2015).

Os que tinham idade para frequentar a escola não constituíam um problema. Os menores deveriam trazer mais preocupações, porque não conseguiriam resolver as situações sozinhos.

Mas, nem todas as crianças tinham idade para poderem frequentar as escolas. Muitas precisavam trabalhar fora de casa ou colaborar nas tarefas domésticas. Nestas situações, ajudando os maiores ou fazendo atividades designadas para eles como simples, perdiam-se no caminho de casa, no mercado de frutas, com o irmão mais velho. São vários os relatos de crianças perdidas em situações em que conheciam o caminho, em que estavam acompanhadas de um irmão e, que, por pouco, se haviam descuidado. É por estes motivos que a negligência com as crianças existia numa cidade que se modernizava e crescia por vários fatores, mas nem sempre relacionada a falhas de seus genitores.

Muitas das crianças encaminhadas a algum dos muitos orfanatos na cidade tinham como justificativa para sua estada – nem sempre temporária - a falta de um de seus genitores. A sociedade aceitava com bons olhos que a mãe deixasse seus filhos muito pequenos aos cuidados de um orfanato religioso para trabalhar e, assim, poder sustentá-los; ou um pai que não conseguisse cuidar de crianças pequenas e não tivesse filhas mais velhas que se responsabilizassem pelos mais novos. Também abatiam os pais destas crianças as doenças, os acidentes dentro ou fora do trabalho e as mortes naturais. As crianças tornavam-se órfãs por infortúnio. Muitos deles não puderam escolher seu destino. Vários orfanatos, institutos assistenciais e profissionais públicos e religiosos foram criados durante o século XIX visando a esse grupo populacional desvalido, como descreveu Prado (2019).

As instituições eram separadas em duas modalidades principais: assistenciais e profissionais. As assistenciais cuidavam das crianças muito pequenas, desde recém-nascidos até os sete anos de idade. Após completarem essa idade, eram encaminhadas para outro local. Normalmente, uma instituição profissional, mas nem sempre existiam vagas. Muitos desses órfãos eram obrigados a buscar trabalho para sua sobrevivência. Este era um dos motivos para a existência de crianças “maltrapilhas, vagabundas e ladras”, como eram denominadas pelos periódicos da época.

Com a criação da *Roda dos Expostos* na *Santa Casa de Misericórdia* no ano de 1825, as irmãs passaram a receber os bebês, cuidando dessas crianças até

completarem sete anos. As meninas com sete anos eram encaminhadas para o *Seminário de Educandas da Glória*; os meninos, para o *Seminário de Educandos de Sant'Anna*, que encerrou suas atividades em 1868 e deu lugar ao *Lyceu de Artes e Offícios*. Essas instituições eram religiosas, mantidas pelas respectivas congregações, pelo governo do estado e pelas doações dos benfeitores, sempre de acordo com Prado (2020b). O instituto profissional para meninos - *Lyceu de Artes e Offícios* - era mantido pelos proprietários de fábricas da cidade, a fim de especializar a mão de obra de seus futuros funcionários. O *Lyceu Coração de Jesus*, instituição religiosa dirigida pelos irmãos salesianos, visava à formação de meninos para o trabalho fabril.

O *Instituto Dona Anna Rosa* atendia a meninos pobres e os formava para o trabalho autônomo. Em 1880, existiam alunos carpinteiros, alfaiates, funileiros, pintores, padeiros, pedreiros, formados por este instituto. A escola *Dona Carolina Tamandaré* formava meninas nas artes domésticas, com recursos da família e doações; funcionava também como pensionato. Outras instituições foram criadas nesta época, vinculadas a ordens religiosas dos Vicentinos, dos Scalabrinianos, da Irmandade de Misericórdia, da Divina Providência, das *Soeurs du Bon Pasteur*. Existiram instituições privadas, como o Orphanato de Santa Anna e o Abrigo Santa Maria, fundadas por benfeitores proprietários de imóveis com renda para poderem abrigar e manter crianças órfãs. Estas instituições, tanto religiosas como privadas, assistenciais ou profissionais, recebiam doações provenientes de festas, bailes, quermesses, leilões, além de doações em espécie, efetuadas por pessoas influentes na sociedade. As damas da sociedade colaboravam com doações para a criação de novas casas e orfanatos para meninas, para reduzir a promiscuidade feminina. As meninas aprendiam a costurar, a cozinhar e a se tornarem boas donas de casa e mães. Nos educandários para meninos, ensinavam-se ofícios quando conseguiam vagas para os frequentar. Assim, poderiam ser ajudantes de sapateiros, de marceneiros, de ferreiros, de alfaiates, de barbeiros, de padeiros, entre outras ocupações. O quadro 1 esclarece as informações expostas.

Quadro 1 - Instituições assistenciais e profissionais

Ano	Nome	Sexo	Tipo	Origem
1825	Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia	Masc./Fem.	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1825/ 1868	Seminário de Educandos de Sant'Anna	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1825	Seminário de Educandas da Glória	Fem.	Profissional	Governo de São Paulo
1869/ 1880	Instituto de Educandos Artífices	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo

1873	Lyceu de Artes e Ofícios	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1875	Instituto Dona Anna Rosa	Masc.	Profissional	Privado
1885	Lyceu Sagrado Coração de Jesus	Masc.	Profissional	Salesianos
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Fem.	Assistencial	Cúria Metropolitana
1892	Orphanato de Santa Anna	Fem.	Assistencial	Privado
1892	Colégio Dona Carolina Tamandaré	Fem.	Profissional	Privado
1892	Abrigo Santa Maria	Masc./ Fem.	Assistencial	Privado
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masc.	Assistencial	Vicentinos
1895	Orphanato Christovam Colombo	Masc./ Fem.	Assistencial Profissional	Scalabrinianos
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Fem.	Assistencial Profissional	Salesianos
1896	Asylo Sampaio Vianna	Masc./ Fem.	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1897	Asylo do Bom Pastor	Fem.	Assistencial	<i>Soeurs du Bon Pasteur</i>
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Fem.	Assistencial	Divina Providência

Fonte: Prado (2020b).

Em 1896, foi publicado o Regulamento da Guarda Cívica pelo chefe de polícia do estado de São Paulo, Xavier de Toledo. A partir desta publicação, os policiais que faziam a ronda nas ruas, também conhecidos como rondantes, tinham a função de “garantir a ordem pública” e comunicar ao comandante todos os fatos ocorridos, considerados fora da normalidade:

Art. 19.º Devem chamar a atenção dos rondantes e depois comunicar ao commandante:

§12.º os menores que andarem vagabundo, as creanças perdidas e os mendigos

Art. 20.º Cumpre ainda aos guardas:

§4.º evitar que senhoras, menores ou pessoas edosas sejam atropeladas por vehiculos, facilitando a passagem das mesmas nas ruas e praças, podendo, para esse fim, suspender o transito de vehiculos. (O Estado de São Paulo, 1986, p. 1).

Após a publicação deste regulamento, os guardas rondantes passaram a recolher as crianças que estivessem sem a companhia de algum adulto nas ruas e fossem consideradas perdidas, mendigas ou vagabundas. Além de evitarem o atropelamento de crianças e idosos desatentos, podia o guarda rondante parar o trânsito para que a população mais frágil atravessasse a rua sem sofrer riscos.

Periódicos contribuindo para a escrita da História

Foram as notícias dos periódicos sobre as crianças, escritas por repórteres que reproduziam as palavras dos guardas rondantes, descrevendo o que encontravam nas ruas, ou o que os parentes contavam sobre o desaparecimento de um pequeno, que possibilitaram a execução desta narrativa. O Regulamento da Guarda Cívica contribuiu para que toda apreensão de crianças pelos guardas rondantes fosse relatada ao comandante e transcrita pelos jornalistas dos periódicos, sempre ávidos por notícias. Talvez não tivessem tantos assuntos para publicar nas matérias e essas apreensões, por mais banais que pudessem parecer, constituíam assuntos de interesse para a população leitora. Como os fatos eram reproduzidos em sua íntegra, assim havia sido explicado por Luca (2005), o leitor tinha a impressão de vivenciar o acontecido. Isto permitiu aos três referidos diários – *O Commercio de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* – compor o quadro das crianças órfãs e desaparecidas na cidade paulistana. O leitor destes diários poderia acompanhar o que ocorria dia a dia na cidade, mesmo sem transitar pelas ruas do centro, pois, através da imprensa, sempre estaria informado nos mínimos detalhes.

O Commercio de São Paulo era apresentado aos leitores em quatro páginas. Nas três páginas iniciais, trazia colunas inteiras com notícias do mundo e dos estados. Seu diretor, o jornalista Cesar Ribeiro, que demonstrava certa preocupação com o futuro das crianças, durante o ano de 1895 publicou, sempre na primeira página, uma coluna sobre as creches e seus benefícios. Tratou de detalhes, como horários de permanência das crianças, do modo como eram cuidadas, além de

reproduzir os debates acadêmicos ocorridos na Europa, como o de 2 de abril de 1895. Traduziu longos trechos de alguns jornais franceses em sua coluna no ano de 1895.

Este diário fez uma campanha para a abertura de uma *crèche* na cidade com donativos de seus leitores. O *Commercio de São Paulo*, além de publicar as benesses das *crèches* europeias, passou a publicar as doações efetuadas para a criação da instituição na capital:

O menino Domicio – uma criança que se interessa pela sorte dos infelizes filhinhos de proletárias - enviou-nos hontem a quantia de 50\$ para auxilio da installação do primeiro albergue infantil. Quantia publicada 37:459\$400, mais esses 50\$000. Total arrecadado 37:509\$000 (O *Commercio de São Paulo*, 1895b, p. 1).

O jornalista empenhou-se em contratar como diretora uma senhorita inglesa, Mary Howard, que havia vivido em São Paulo, e naquele momento morava na Inglaterra. Os utensílios e materiais foram importados desse país e receberam descontos de impostos para auxiliar a nobre causa. As damas da sociedade apoiavam a bela iniciativa. Três delas passaram a participar da gestão da instituição. A senhora Veridiana Prado, como presidente, a senhora baronesa de Arary e madame Hermann Burchard, como vogais. Enfim, a inauguração da *crèche* “servirá de modelo as que subseqüentemente se fundarem, vai ser, enfim, transformado em realidade o bello ideal que preocupou por tanto tempo o diretor desta folha” (O *Commercio de São Paulo*, 1895b, p. 1).

A *crèche* seria inaugurada em 11 de fevereiro de 1896, na Rua Líbero Badaró, ao lado do edifício da polícia, em um local novo e ventilado. Poderiam ser aceitas crianças de quinze dias até oito meses. O limite seria de trinta crianças. Para a matrícula, o diário publicou os requisitos para as mães interessadas: deveriam estar na porta do edifício “das 5 horas às 6 da manhã” de todos os dias úteis; teriam seus filhos de volta “das 6 às 7 da tarde”. Mas existia um aviso para as mães desatentas: as crianças “que não forem reclamadas dentro de 36 horas depois da entrada serão enviadas á roda dos expostos.” (O *Commercio de São Paulo*, 1896a, p. 2).

Ainda, era necessário, se as crianças fossem frequentar esta *creche*, que passassem por um exame do “delegado da Ilustre Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo”, e que suas mães levassem documentos:

[...] atestado do gerente de fabrica ou patrão abonando sua conduta e certidão de terem effectivamente um emprego quotidiano. Este documento deve ter a firma reconhecida e designar o nome e estado da criança, e mais nacionalidade, idade, estado civil e emprego da mãe. As creanças enfermas não serão admitidas, nem as que tiverem menos de quinze dias ou mais de oito mezes (O *Commercio de São Paulo*, 1896a, p. 2).

As questões referentes às mães, que deveriam estar empregadas, apresentar boa conduta, entregar um documento com firma reconhecida, nem eram tão complexas. O que chama mais a atenção é quanto ao ponto que trata sobre a renúncia dos pais por seus filhos. A criança permaneceria, em média, doze horas por dia na instituição e ainda existia a possibilidade de ser esquecida por um ou dois dias antes de ser entregue ao *Hospital da Santa Casa de Misericórdia*, mais precisamente, à roda dos expostos. Seria tão habitual esse desmazelo com relação a crianças muito pequenas, a ponto de o redator da matéria, Cesar Ribeiro, criar um local para acolher várias crianças e incluir esse aviso na sua publicação? Como poderemos saber o que mais ocorria naquela época, com o cuidado e atenção aos pequenos, além do que conseguimos ler nas entrelinhas? Apenas hipóteses.

Acompanhando as notícias do diário *O Commercio de São Paulo*, foi possível saber que a experiência com a criação da *crèche*, infelizmente, não foi muito duradoura. No mês de abril - funcionou por dois meses - os leitores, que colaboravam com os fundos para o funcionamento da instituição, foram informados de que ela teria suas portas fechadas. Em carta aberta, publicada em algumas edições, a então senhora presidente, Dona Veridiana Prado, explicava que, “apesar de toda a minha bôa vontade, não foi possível continuar a manter, [...] sendo a despesa com a útil instituição excessivamente onerosa, tal como foi instalada por aquelle senhor” (*O Commercio de São Paulo*, 1896b, p. 1). Os fundos arrecadados, que ainda não tinham sido totalmente utilizados, foram aplicados para a próxima empreitada em prol dos mais necessitados. A carta aberta era acompanhada de uma planilha, repleta de valores com gastos nos meses em que a creche funcionou.

Nos outros dois periódicos, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, não foram encontradas iniciativas como a do diretor de *O Commercio de São Paulo*, o jornalista Cesar Ribeiro. O que pôde ser identificado nas fontes foram notícias sobre crianças abandonadas, órfãs, desaparecidas e perdidas, sem muitas explicações dos guardas ou das pessoas que as encontravam, ou mesmo dos próprios pequenos, que muitas vezes nem sabiam dizer seus nomes. O que é relevante notar é que se podem elaborar categorias para as crianças negligenciadas por seus pais: as que tinham algumas justificativas para tal ato e as que eram simplesmente deixadas, sem remorsos ou justificativas.

O quadro 2 exhibe algumas das crianças encontradas nas notícias e que tinham algumas explicações para sua situação, apesar de nenhuma justificativa realmente ser coerente com a situação. Temos, no ano de 1894, uma criança que, segundo os guardas que a encontraram, aparentava ter dois anos de idade, teria sido encontrada na rua Visconde do Rio Branco. A criança não sabia seu próprio nome, nem indicar o local de sua moradia. A pessoa que a encontrou levou-a para a polícia e foi registrado que a criança apresentava sotaque português. É a mesma situação de uma menina loura, que a polícia calculou ter três anos de idade em 1906, encontrada na rua Vergueiro. Mas outras crianças que saíram de casa e não voltaram podem não ter sido levadas à polícia e ter-se agregado a outras famílias.

Os outros casos que aparecem no mesmo quadro 2 são situações em que os pais eram conhecidos, mas, por motivos diversos, precisaram abandonar seus

filhos. Em 1895, a casa na rua de Santo Amaro queimou e somente a menina, que teria por volta de três anos de idade – como calculado pela polícia – ficou ilesa. Seus pais não retornaram para a casa. Guilherme Pugliesi, de 1 ano e meio, quando foi encontrado tinha uma certidão de nascimento junto de si, com nomes de seus pais. Havia sido deixado próximo do *Hospício dos Alienados* no ano de 1898. A menina Maria Eugênia foi deixada, em 1907, com um bilhete escrito pela mãe, em que explicava que se sentiu obrigada a deixá-la por falta de recursos para sua manutenção.

Têm-se também os nomes dos pais das três crianças filhas de um espanhol e de uma brasileira. O pai vendia guarda-chuvas e a mãe estava internada no *Hospital de Santa Clara*. O pai deixou os filhos em frente à casa de um magistrado no ano de 1901.

Um italiano, chamado Gennaro di Biasi, deixou seus filhos na roda dos expostos, segundo notícia de 1905, os quais foram devolvidos à mãe. Como o pai era proprietário de uma mercearia de secos e molhados, teria como manter os filhos. Outra situação similar foi a de Salvatore Perillo, em 1909, que deixou dois filhos na roda dos expostos, porque era casado na Itália e vivia no Brasil com outra mulher.

Mais uma ocorrência é a de um recém-nascido, em um grupo de italianos que seguia de trem para a capital em busca de trabalho. Uma moça, após sentir dores do parto, deu à luz durante a viagem. Uma senhora ajudou-a. A mãe foi buscar transporte quando desembarcou na estação em São Paulo, mas não voltou. A senhora entregou a criança para a polícia. Em seguida é possível ler a notícia completa como foi publicada no jornal.

Outra criança entregue à polícia foi no ano de 1906, quando os vizinhos ouviram um choro constante e chamaram o guarda rondante. A casa da rua Aymoré fora arrombada e uma criança “de pouca idade” estava sozinha.

No ano de 1907, outra criança foi deixada com a parteira. A mãe estava descansando do parto em uma sala, sozinha. Ficaria ali por duas horas. Quando a parteira voltou com a criança para mamar, a mãe havia saído, sem levar seu filho. Verificou-se, neste mesmo quadro 2, que os pais deixavam crianças desamparadas; não eram apenas as mães que assumiam esse encargo, ou dele desistiam. Todas essas crianças eram encaminhadas pela polícia para um orfanato.

Desnaturada!

Uma moça de nacionalidade italiana, que vinha hontem de Campinas para esta capital, em companhia de uma sua irman menor e de um rapaz, no meio da viagem, deu á luz uma criança do sexo feminino.

Socorreram-na nesse momento diversas famílias que vinham no trem, entre as quaes Concetta de tal, mulher de um colono, que vai reputar-se.

A desconhecida foi feliz no parto, nada occorrendo até esta capital.

O que causou surpresa a todos foi o facto de ter a moça recommendado a todos que estavam ao seu lado, que não dissessem nada do acontecido a sua irman, pois era preciso occultar para que sua familia nada soubesse.

Chegando, á noite, o trem na estação da Luz, a parturiente mostrando-se muito bem disposta entregou a recém-nascida a Concetta, pretextando que ia tractar um carro para transportal-a á casa.

Concetta, cansada de esperar a moça, com a criança nos braços, saiu da estação, não a encontrando.

A vista disso, Concetta compareceu á policia central, communicando o facto ao dr. Victor Ayrosa.

A criança desamparada foi enviada para a Santa Casa de Misericordia.

Fonte: O Estado de São Paulo (1902, p. 3).

Quadro 2 - Desamparados

Ano	Idade	Crianças	Explicações
1894	2	Criança	Pronúncia portuguesa, apareceu na rua Visconde do Rio Branco
1895	3	Menina	Rua de Santo Amaro 45, casa fechada queimou
1898	1,5	Criança	Perto do Hospício com certidão de nascimento: Guilherme
1901	1,5 4 e 6	Filhos do espanho	Mãe internada Hospital de Santa Clara; pai vendedor de guarda-chuvas
1902	0	Criança	Ficou nos braços da parteira
1905	0	Criança	Fechada casa 11, rua Aymoré, em choro constante
1905	não citado	Gennaro di Biase	Teve 5 filhos, preso 2 anos, dono de uma mercearia de secos e molhados
1906	3	Menina	Na rua Vergueiro, descalça, não sabe seu nome
1907	0	Criança	Bilhete com criança, mãe foi obrigada a deixá-la por falta de recursos
1907	0	Criança	Após 2 h do parto, mãe desapareceu
1909	não citado	Salvatore Perillo	2 filhos, era casado na Itália, vivia com outra mulher

Fontes: Correio Paulistano (1907), O Commercio de São Paulo (1895a), O Estado de São Paulo (1902).

Na notícia completa sobre o pai, Gennaro di Biase, lê-se: “[...] proprietário de uma mercearia de secos e molhados “bem sortida. [...] Não podemos considerar um desprovido de sorte”. Mas insistia em continuar enviando seus filhos à roda dos expostos na *Santa Casa de Misericórdia*. Foi preso, pela primeira vez, em 1903, por quase dois anos. Ficou “livre do cárcere pela liberalidade de nossa justiça”. Por ter levado dois de seus filhos para a roda, foi denunciado pela própria companheira. Retornou à roda em 1905, com outros três filhos seus, mas foi, felizmente, denunciado, anonimamente. O pai “criminoso está recolhido a um xadrez do posto policial” após comprovar-se que realmente colocou seu quinto filho na mesma roda dos expostos. Quando foi preso pela primeira vez, “allegou como justificativa à sua culpa a defficiencia de recursos para criar os filhos”. Mas, agora, nova denúncia foi aberta com “rigoroso inquérito”.

Deve-se levar em conta que a companheira de Gennaro di Biase tinha algum esclarecimento jurídico, por tê-lo denunciado quando levou seus filhos para a roda pela primeira vez, em 1903. Esta ação possibilitou que ele ficasse preso por quase dois anos e ela, com seus filhos, talvez aproveitasse dos ganhos da mercearia de secos e molhados. Também não ocorreu nenhum tipo de empecilho ao denunciá-lo, anonimamente, quando levou seus outros três filhos para a roda em 1905, colocando-o novamente no cárcere, como citado pelo *Correio Paulistano* (1907, p. 3).

O quadro 3 exhibe as crianças que foram deixadas em locais públicos, com passagem de muitas pessoas. Por coincidência, ou mero acaso, essas crianças foram encontradas ao anoitecer ou ao amanhecer, momentos em que a luz do dia favorecia as sombras na cidade. Essas crianças não carregavam consigo nada que as identificasse - bilhetes, vestimentas, medalhas de santos. Foram deixadas em locais de fácil acesso. Eram, portanto, logo descobertas e entregues aos guardas rondantes. O destino de todas elas seriam as instituições assistenciais.

Certamente, algumas crianças, como a que foi propositalmente deixada na porta do *Colégio das Irmãs do Coração de Maria*, ou no corredor de uma casa do centro da cidade, no jardim de uma casa vazia, no Largo de Santa Cecília, na porta de uma casa na Mooca, na entrada de um cortiço na Santa Efigênia, na calçada de uma das ruas do centro, foram encontradas mais rapidamente do que as deixadas em um terreno baldio ou dentro de uma lata de lixo. Contudo, o mais admirável é que todas essas crianças sobreviveram à exposição, à negligência, à renúncia, por mais cruel que essa situação possa ter sido. Pode-se identificar que não foram casos isolados. Algumas crianças foram deixadas em locais mais isolados que outras, razão por que demoraram mais tempo para serem encontradas.

A situação que o quadro 3 demonstra é diferente das anteriores, porque trata de outro grupo de crianças, as das desaparecidas ou perdidas. Situação similar à que ocorreu na Cidade do México e foi relatada por Sosenski (2018), quando descreveu a rápida urbanização, nos anos de 1940, e as questões que envolveram sequestros de crianças. Foi criada uma polícia tutelar para vigiar as condutas e os comportamentos infantis em público, isto é, como as crianças e os jovens agiam nas ruas, tipo de policiamento através do qual se podia, talvez, evitar o risco de sequestro.

Em São Paulo, porém, as crianças eram consideradas como perdidas ou desaparecidas, não como sequestradas. Houve um momento, porém, que se deu conta de uma mudança de situação. A questão que se levanta é a seguinte: Quando foi que começou a ocorrer essa percepção para se efetuar a mudança da denominação, ou melhor, quando é que teve início a efetiva preocupação das autoridades com o rapto e o sequestro de crianças na cidade de São Paulo? Terá sido necessário que crianças de classes mais abastadas fossem sequestradas para que a polícia tomasse algum tipo de atitude?

Para tais perguntas, porém, não se têm respostas, apenas hipóteses, rastros para outra investigação a ser desenvolvida.

As crianças consideradas mais velhas podiam, muitas vezes, andar sozinhas pela cidade; algumas vezes, acompanhadas de seus irmãos ou primos com mais idade. Neste caso, são os pais ou seus responsáveis que estão relatando seu desaparecimento. Pela notícia de 1900, os primos José, que tinha por volta de três anos, e José, que tinha dois anos e três meses de idade, se perderam quando estavam no Mercado de Verduras. Situação similar ocorreu com Antonio, de três anos, que sumiu no Mercado Central, acompanhando seu irmão mais velho, que ainda enfatizou a dificuldade de a criança se expressar.

Também estavam juntos quando desapareceram, em 1898, os irmãos Thomaz, de cinco anos, e Jozé, de seis anos, os dois descalços, vestidos com paletós; o primeiro, louro, com calças brancas e o segundo, com calças pretas.

Em 1902, Joaquim, de três anos, foi visto pela última vez próximo ao Largo da Liberdade; em 1904, Alfredo, de seis anos, estava na Várzea do Carmo, possivelmente brincando com outros seus amigos e não foi mais encontrado.

Criança abandonada

Um trabalhador que passava hoje pela rua de S. Leopoldo, encontrou ali abandonada uma criancinha de seis mezes de idade aproximadamente.

Condoendo-se da sorte daquele entusiho, levou-o para a sua casa.

Ahi, ao despir a criança, encontrou um papel em que se lia o seguinte: «Esta criança chama-se Maria Eugenia. Sua mãe, é obrigada por falta do recursos, dá este terrivel passo. Ha de procural-a quando puder.»

Fonte: Correio Paulistano (1907, p. 2).

A Várzea era o local escolhido no final da tarde para jogo de *foot-ball*, com bolas improvisadas e outras atividades lúdicas entre amigos, ver Prado (2020a). Como esses desaparecimentos nos direcionam, infelizmente, a outras hipóteses como o sequestro seguido de abuso, violência e exploração sexual. A única criança mais velha que destoou neste grupo foi Affonso, de oito anos, porque, com essa idade, não seria considerado desaparecido. Talvez fugitivo de seus parentes ou responsáveis, por maus tratos, poderia ir à escola ou trabalhar. Mas a notícia não trouxe mais detalhes. Temos de lembrar que os pais e os mestres poderiam castigar seus filhos ou aprendizes, além da possibilidade de os encarcerar quando existisse necessidade de os “emendar quanto a “más manhas e costumes””, como escreveu Moura (2018, p. 25).

Quadro 3 - Desaparecidos

Ano	Idade	Desaparecidos	Descrições
1896	3	Antonio	Fala pouco; sumiu no Mercado Central
1898	5	Thomaz	Cabelos louros, descalço, calça branca, paletó
	6	José	Descalço, calça preta, paletó
1899	3	Nina	Filha do proprietário do Buffet do Theatro Polytheama
	4	Amália	Irmã de Nina
1900	3	José	Estava no Mercado de verduras
	2, 3	José	Primo de José
1900	8	Affonso	Cabelos pretos, olhos grandes, descalço, calça de riscado
1902	3	Joaquim	Foi visto perto do Largo da Liberdade
1904	6	Alfredo	Estava na Várzea do Carmo
1905	4, 5	Aleria	Rua Barão de Iguape, cabelos louros, vestido encarnado, calçado amarelo

Fontes: Correio Paulistano (1907), O Commercio de São Paulo (1896a), O Estado de São Paulo, (1902).

Considerações Finais

Esta pesquisa propiciou desvendar quais foram os caminhos que algumas das crianças órfãs percorreram desde que foram deixadas por seus pais até chegarem a uma instituição de assistência. Caso diferente das crianças desaparecidas ou perdidas, sobre as quais faltam informações, o que impede de dizer o possa ter ocorrido, pois eram os responsáveis que deveriam se deslocar até a polícia para comunicar seu desaparecimento, fornecendo os devidos detalhes. Sabe-se somente o destino de Alfredo, encontrado na Várzea do Carmo e encaminhado para o posto policial, e de Joaquim, que estava no Largo da Liberdade e foi levado para a sede da Polícia Central.

Temos de pensar no que ocorria antes da criação da roda dos expostos na cidade. Qual seria o destino dos recém-nascidos? Se dispomos de maiores informações por parte da América Espanhola. Lá, eram bem conhecidos a ação e o termo “exposto”, que, desde o século XVII, faziam parte do *Dicionário da Real Academia de Língua Espanhola*, como nos esclareceu Alcobierre Moya (2012).

Infelizmente, a questão da negligência, do desaparecimento ou do sequestro ainda constituem matéria para pesquisa, que perpassa os tempos. Desde o final do século XIX, ou mesmo atualmente, o problema continua a persistir. É muito atual a questão da violência contra a criança. O mais cruel, no entanto, é o que ocorre no caso das crianças perdidas ou desaparecidas que não foram entregues à polícia. Estas podem ter sido sequestradas, abusadas, exploradas, espancadas, sofrido todo tipo de humilhação e nem terem conseguido sobreviver aos maus tratos. Quantas histórias foram deixadas de contar porque algumas dessas crianças nem chegaram a se tornar órfãs: faleceram antes da idade adulta.

REFERÊNCIAS

- ALCUBIERRE MOYA, B. El destino de los niños Lorenzana, expósitos pobladores de la Alta California. In: SOSENSKI, S.; ALBARRÁN, E. J. (Coord.) **Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina: entre prácticas e representaciones**. México: UNAM, 2012. p. 91-121.
- CORREIO PAULISTANO. **Orgam Republicano**, São Paulo, jan. 1907. Disponível: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas Acesso: 20 abr. 2021.
- CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.
- MIMESSE, E. Resquícios cotidianos da meninice na cidade paulistana: sobreviver, labutar, estudar e divertir-se. In: MIMESSE, E. (Org.). **Bambini Piccoli: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020, p. 77 - 122.
- MOURA, E. B. B. de. Castigar com ‘Moderação e amor’: a criança e o castigo na interlocução entre o direito, a educação e os princípios do catolicismo (Brasil: séculos XIX e XX). In: AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B.; SOSENSKI, S. (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018. p. 21-46.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, jan. 1894. p. 1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, out. 1895a. p. 1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, dez. 1895b. p.1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, fev. 1896a. p. 2. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, abr. 1896b. p.1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de julho de 1896. p. 1. Disponível: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 10 de agosto de 1902. p. 3. Disponível: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- PRADO, E. M. O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 58, p. 183-198, 2015.
- PRADO, E. M. Orphaned and abandoned children in the city of São Paulo: the crucial understanding to create the Scalabrinian orphanage. **History of Education & Children’s Literature** (online), [s.l.], v. 2, p. 509-526, 2019.
- PRADO, E. M. A distração da meninada nas ruas de São Paulo no início do século XX. **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 127-142, 2020a.
- PRADO, E. M. Instituições assistenciais e profissionais na cidade de São Paulo no século XIX. **Sapiens**, Carangola/MG, v. 2, n. 1, p. 124- 139, 2020b.

SOSENSKI, S. Infancia y violencia: los robachicos en las historietas para adultos en México. **Humanidades - revista de la Universidad de Montevideo**, Montevideo, n. 4, p. 103-128, 2018.

LA CORRUPCIÓN DE MENORES EN EL DISTRITO FEDERAL, MÉXICO (1920-1940)¹

<https://dx.doi.org/10.18616/cart07>

Ana Cristina Rosado Medina
Susana Sosenski

Introducción

Al terminar la Revolución Mexicana (1910-1920), los gobiernos que emanaron de ella se propusieron la transformación de México en múltiples planos. Durante el periodo posrevolucionario (1920-1940), la infancia mexicana se convirtió en el centro de diversas políticas estatales. Los gobiernos posrevolucionarios estaban convencidos de la necesidad de moldear a los nuevos ciudadanos y el Estado era el principal responsable de la formación del alma de la niñez. Los niños y niñas de los sectores populares fueron considerados grupos vulnerables a los que se debía cuidar para evitar la perpetuación de comportamientos considerados dañinos para su desarrollo y bienestar, como el consumo de bebidas alcohólicas, el analfabetismo o la vagancia, entre otros, elementos que lacerarían a esos futuros ciudadanos. Así, se crearon instituciones y reformaron leyes no sólo para ratificar el control estatal en la vida de las familias, particularmente las de los sectores populares, sino para dar, a través de la infancia, nueva forma a los proyectos nacionalistas, y mejorar las condiciones de vida de niños y niñas, además de crear vínculos tempranos entre la niñez y la ciudadanía.

Las políticas públicas buscaron cambiar las mentalidades y las conciencias de los ciudadanos y prevenir el abandono infantil, evitar el fanatismo religioso, el nacimiento de niños enfermos y lograr, en la medida de lo posible, controlar los hábitos tanto de los menores de edad como de los adultos a cargo de ellos. Los legisladores consideraban que las familias tenían la obligación moral de asegurar el bienestar de los futuros ciudadanos del país. Se fijaron normas elevadas para la conducta familiar y, particularmente, las familias populares fueron evaluadas, mientras que las de clases medias y altas quedaban exentas de investigación (Sosenski, 2009). No obstante, pese a la expansión de políticas, instituciones e intervenciones en favor de la infancia, entre 1920 y 1940, la vida cotidiana de miles de niños y niñas del Distrito Federal distaba mucho de los modelos de comportamiento que promovían los ideales de las políticas estatales (Santillán, 2017).

En este texto analizaremos la experiencia de niños y niñas involucrados en los procesos jurídicos correspondientes al delito de “corrupción de menores” en el Distrito Federal entre 1920 y 1940. Este delito evidencia las tensiones producto de las políticas públicas centradas en el cuidado y el bienestar de las infancias, y los actores involucrados en los procesos de corrupción de menores, además de operar como una suerte de caleidoscopio para observar las violencias hacia las infancias, los espacios donde estas ocurrían, las concepciones que sobre el

¹ Este texto está basado en la tesis de maestría de Ana Cristina Rosado Medina (2020), dirigida por Susana Sosenski.

cuerpo infantil tenían jueces y magistrados, así como un sistema patriarcal en la aplicación de la ley.

Nos interesa estudiar las formas en que ocurrió este delito, concentrándonos en las víctimas y los espacios en los que se cometió. Este enfoque permite observar cómo las preocupaciones manifestadas por distintas instancias gubernamentales en torno al cuidado de la infancia fueron difíciles de conciliar con las prácticas cotidianas de las familias del Distrito Federal. En tanto el delito de corrupción de menores tenía una amplia connotación², nos concentramos particularmente en el abuso sexual y la inducción a actos delictivos. A pesar de la creación de leyes y políticas públicas enfocadas en la vigilancia y cuidado de los futuros ciudadanos, las experiencias infantiles muestran las grietas de las políticas de protección que dejaron a niños y niñas vulnerables a diferentes tipos de violencias. El Estado posrevolucionario tuvo serias limitaciones para controlar la violencia ejercida hacia las infancias.

La definición jurídica de la “corrupción de menores”

En el periodo que va de 1920 a 1940 existieron tres Códigos Penales (1871, 1929 y 1931). En ellos podía encontrarse el delito de corrupción de menores dentro del título “Delitos contra la moral pública”³. Se consideraba así porque atentaba contra el vago concepto de “buenas costumbres.” De acuerdo con el criminólogo José Ángel Ceniceros (1945, p. 641), la corrupción se definía como:

[...] alterar y trastocar la forma de alguna cosa. De ahí se deriva, tratándose de la conducta humana, depravar, echar a perder y pervertir [...] de acuerdo con la doctrina [jurídica] tradicional y con los textos de leyes penales clásicas, la corrupción de menores es un delito en contra de la honestidad, que consiste en prevalerse de los pocos años de la víctima para explotarla.

El delito de corrupción de menores en el Código de 1871 estaba “vinculado a una finalidad sexual de orden familiar y de buenas costumbres” (Ceniceros, 1945, p. 642). Esto significaba que la ley sólo castigaba dicho delito cuando la corrupción se daba en términos de abuso sexual, por lo que otros tipos de perversión de orden moral – como el inducir a un menor a consumir alcohol o a robar – no entraban en lo estipulado jurídicamente. El delito se amplió dentro del Código de 1929 al incorporar el artículo 543 que prohibía

² Existieron otro tipo de delitos relacionados con la corrupción de menores que giraban en torno al consumo de alcohol, la mendicidad, al lenocinio y privación de la libertad.

³ El Código de 1871 estuvo vigente durante el periodo en que Porfirio Díaz ocupó el poder y a lo largo de la Revolución. El código de 1929 se considera un “código de transición” por los cambios que se propusieron relativos a la individualización de las penas tomando en cuenta las características de los criminales cuestión que se contraponía a la Constitución que partía de la base de la igualdad entre ciudadanos. Finalmente, en 1931 entró en vigor un nuevo código penal que tenía como objetivo utilizar sanciones para preservar el orden social ampliando el arbitrio judicial de los jueces para que todos los ciudadanos recibieran justicia sin importar su clase social (Speckman, 2008, p. 593-600).

emplear menores de edad en cantinas o prostíbulos. Este código sancionaría igualmente a niños, niñas y victimarios. El Código de 1931 incluyó el concepto de mendicidad como parte de la corrupción de menores e incorporó cualquier acto que vulnerara la integridad física o moral de niños, niñas y adolescentes enfatizando que la corrupción de un menor no era solamente sexual.

El Código Penal de 1929 agregó, respecto al de 1871, que los adultos eran responsables de corrupción si empleaban a menores de edad en cantinas, pulquerías o prostíbulos y, estableció sanciones para los menores de edad que aceptaran trabajar en esos lugares. Los niños serían sancionados con un año de prisión y una multa de 15 a 30 días de utilidad, es decir, de la misma forma que sus corruptores. Dicho de otra manera, la legislación penal, en su carácter paternalista, criminalizaba a los niños y niñas por ponerse en riesgo debido a su imprudencia, ya que se convertían en cómplices de su propia corrupción. Por medio del castigo se buscó reorientar las conductas de estos chicos para evitar reincidencias. Para el Código de 1929, el menor de edad era socialmente responsable y era trabajo del Tribunal de Menores sancionar sus conductas delictivas y rehabilitarlo por medio de la educación. Los castigos de este Código responsabilizaban penalmente a los menores de edad, aun cuando esto se opusiera a lo que la ley planteaba en torno a su capacidad de discernimiento⁴.

El Código de 1931 suprimió la aplicación de estas sanciones a los menores de edad que delinquieran. Así, en lo relativo a las sanciones para los menores de edad que trabajaran en establecimientos considerados de baja moralidad, estableció que los niños y las niñas que trabajaban en estos lugares no eran los facilitadores de su propia corrupción. La responsabilidad penal recayó solamente en los adultos.

Es en el concepto de mendicidad en el Código de 1931 del que se desprendió una nueva discrepancia. Se amplió el delito y se enfatizó el tema moral y sexual. La redacción estableció que la corrupción de un menor de 18 años también se daba cuando éste era inducido a la mendicidad. La inclusión de este concepto sugirió que el delito abarcaba varios aspectos de la moralidad – por ejemplo, inducir a los niños y niñas a cometer actos delictivos como robar o estafar – y no solamente los relativos al orden sexual (Ceniceros, 1945). Este hecho amplió jurídicamente la manera de entender la corrupción de menores y, por lo tanto, la manera en la que estas transgresiones eran procesadas durante los juicios. Debido a la ampliación del delito, los jueces necesitaron tomar en cuenta, al momento de establecer las sanciones para los corruptores, las circunstancias externas y las particularidades de los delincuentes (Buffington, 2001). Sin embargo, en el Código de 1931, la sentencia para los familiares que cometían el

⁴ “El Código Penal Mexicano de 1871 [...] excluyó a los menores de 9 años de toda responsabilidad penal y a quienes se encontraban entre los 9 y 14 años los colocó en situación dudosa [...]. A los menores comprendidos entre los 14 y 18 años se les consideró responsables, con discernimiento, aunque con penas disminuidas. La mayoría de la edad penal se fijó en 18 años. En 1928, con la Ley Sobre Previsión Social de la Delincuencia Infantil del Distrito Federal, la edad penal se redujo a 15 años. El Código Penal de 1929 subió de nuevo la mayoría de edad a 16 años y, finalmente, el Código Penal de 1931 fijó la mayoría de edad penal en 18 años” (Sosenksi, 2009, p. 23).

delito de corrupción de menores fue menor que la de los códigos previos, a pesar de la ampliación antes mencionada. Esto permite ver cómo, durante este periodo, los discursos que abogaban por la protección y el cuidado de los menores de edad y la práctica jurídica no necesariamente coincidían en todos los ámbitos. Esto se pudo haber dado por la cantidad de casos que llegaban a las cortes penales o por la concepción de que la vigilancia, cuidado y disciplina de los menores de edad les correspondía a los padres y no al Estado, representado en la figura de los jueces en las cortes penales.

Los tres códigos también tuvieron coincidencias. Una de ellas fue que la corrupción de menores, como cualquier otro delito, podía castigarse penalmente si se comprobaba que el acto corruptivo se había consumado. Pero para esto se requerían pruebas médicas que determinaran la edad del menor y las lesiones provocadas en el cuerpo en casos de violación o contagio de enfermedades venéreas. Sin embargo, la corrupción de menores era un delito difícil de comprobar. Por ello, en el 78% de los casos estudiados los jueces determinaron la absolución de los acusados o su liberación por falta de pruebas. Esto quiere decir que, para este delito, a menos de que se hubiera descubierto al corruptor cometiendo el acto *in fragranti* o que las huellas de violencia en los cuerpos infantiles fueran evidentes para los peritos médicos, las pruebas y los testimonios en sí eran generalmente endebles por lo que los procesos se desmoronaban una vez que los jueces se guiaban por lo estipulado en la ley penal.

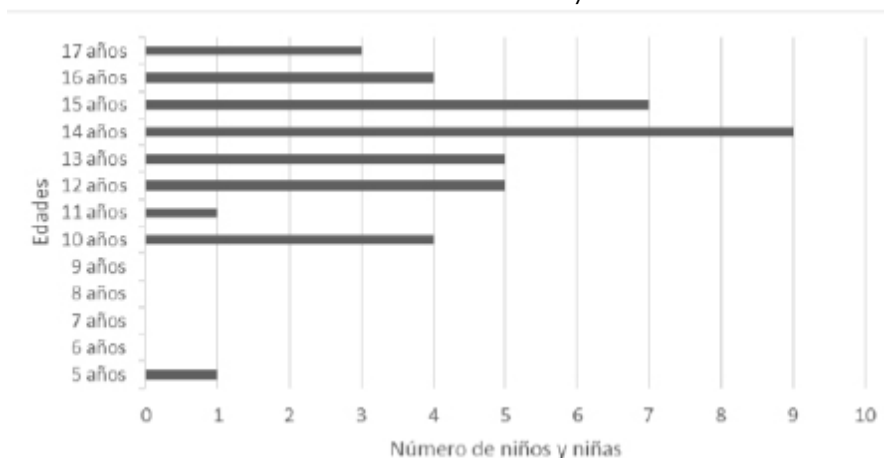
Como señala Elisa Speckman, otra constante en los códigos de 1871 y 1929 fue duplicar la sentencia para los acusados que eran familiares o tutores de la víctima, en especial si ésta era menor a 11 años. La pena variaba en función de la edad de la víctima y su desarrollo físico. En los juicios de corrupción que se llevaron a cabo durante el periodo de 1920 a 1928, regidos por el Código Penal de 1871, se duplicaban las sentencias de los corruptores debido a que existía una serie de agravantes y atenuantes. El Código de 1929, gracias a su carácter transicional, siguió contando con esta serie de atenuantes y agravantes. El Código de 1931 no contó con este sistema y, en su lugar, amplió el arbitrio judicial que daba más espacio de acción a los jueces para poder dictar sentencia (Speckman, 2008).

Los tres códigos coincidieron en que los familiares o tutores acusados de corrupción de menores perdían la patria potestad y el derecho a manejar los bienes del menor corrompido. El poder judicial sancionaba especialmente que dentro del núcleo familiar se suscitara este tipo de actos. De acuerdo con Ann Blum (2009), la idea de “la familia revolucionaria” tuvo gran impacto en la forma en la que se entendían las relaciones de clase dentro del orden revolucionario. Todo esto se consideraba una pequeña representación de la sociedad mexicana: el padre era representado por el estado paternalista y las madres y los hijos como una metáfora de las clases populares. En este sentido, si la corrupción de un menor se daba dentro de la familia, era una transgresión contra la institución familiar y la nación misma.

Actores

¿Cuál fue la edad de las víctimas de corrupción según los procesos estudiados? Por lo que se puede ver en los expedientes penales consultados, tenían entre 5 y 17 años (gráfica 1); era difícil encontrar denuncias de corrupción en niños muy pequeños y las víctimas de este crimen eran en su mayoría adolescentes entre 12 y 17 años.

Gráfica 1 - Edades de los niños y niñas⁵



Fuente: elaboración propia.

Muchas niñas y adolescentes víctimas de corrupción eran trabajadoras, costureras o vendedoras ambulantes, y mayoritariamente empleadas domésticas. En el caso de los niños, la mayor parte trabajaba en la vía pública, como boleros, cargadores y papeleros; los demás en establecimientos cerrados (zapaterías, cantinas, recauderías). A los niños con frecuencia se les preguntaba sobre su actividad laboral, pero no ocurría lo mismo con las niñas. Agentes del Ministerio Público y jueces asumían que las niñas o adolescentes que se encontraban involucradas en estos casos se dedicaban a las labores del hogar. Esto respondería a una idea sobre el espacio público como un ambiente predominantemente masculino, aunque eso no ocurriera en la práctica.

Identificar las ocupaciones de estos niños y niñas permite entender no sólo los espacios por los que circulaban – y en los que habían sido corrompidos –, sino también el tipo de corrupción al que fueron sometidos. Además, da luz sobre las relaciones entre los niños y los corruptores. Para los niños y niñas de las clases populares, el trabajo fue una parte fundamental en relación con las “estrategias

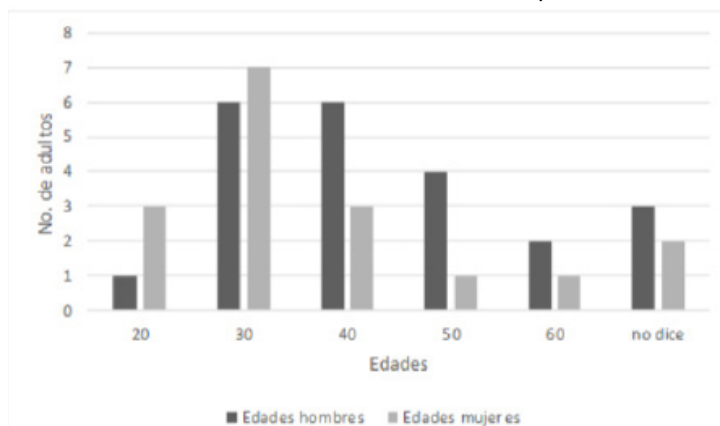
⁵ Las tablas de este artículo son elaboración propia de las autoras a partir de los expedientes judiciales del Archivo General de la Nación, Tribunal Superior de Justicia del Distrito Federal- Archivo Histórico 1 (en adelante AGN, TSJDF-AH1).

de subsistencia familiar y sus actividades más importantes como ir a la escuela, el trabajo o ayudar dentro del hogar [que] estuvieron condicionadas por las necesidades colectivas y familiares” (Sosenski, 2010, p. 79-80). En el 45% de los casos que llegaron a las cortes penales, los victimarios eran personas con las que estos niños y niñas trabajaban – patrones o compañeros de trabajo. Se observaron casos de escolares, una niña y nueve niños.

En este periodo era común que los padres llevaran a sus hijos a vivir y trabajar con otras personas, “no porque tuvieran un gusto especial en ello sino porque se veían presionados por la situación económica” (Sosenski, 2010, p. 79-80). De tal modo, algunos menores de edad pasaban gran parte de su tiempo con adultos ajenos a su círculo familiar, y en esos espacios y con esas personas ocurrían muchos casos de corrupción. Un ejemplo de esto es el caso de Alicia y Carmen, ambas de 14 años. Ellas fueron llevadas por sus madres a vivir a casa de Juan Mayol, de 39 años, y su esposa Olga Millán, de 23, para trabajar en su tienda “La Chiquita”. El matrimonio fue acusado de corrupción de menores cuando las niñas declararon que la mujer las obligaba, por medio de amenazas de despido y desalojo, a tener relaciones sexuales con su marido.⁶

¿Qué sabemos sobre las edades de los corruptores? Estas iban desde los 18 hasta los 60 años. Sin embargo, el mayor número de victimarios se encontraba entre los 20 y 30 años (gráfica 2).

Gráfica 2 - Edades de los adultos corruptores

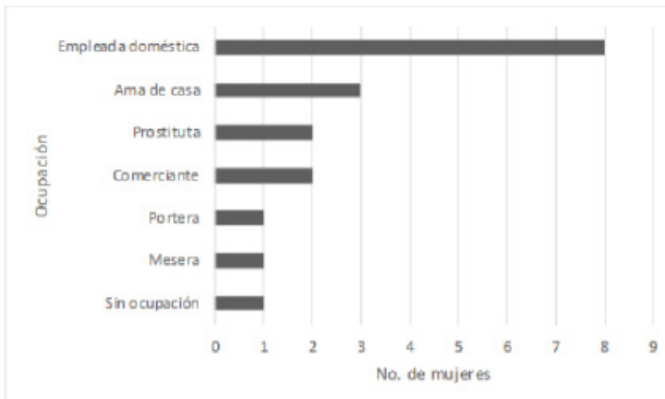


Fuente: elaboración propia.

Los victimarios denunciados pertenecían, en su mayoría, a los sectores populares urbanos, especialmente las mujeres. Esto se puede apreciar en las profesiones del grupo mencionado. El 42% de las mujeres enjuiciadas trabajaban como empleadas domésticas y sólo el 21% como amas de casa (tabla 3). El 11% de las corruptoras se dedicaban a la prostitución y otro 10% al comercio.

⁶AGN, TSJDF-AH1, c.2339, exp.431351, 21 de febrero de 1930.

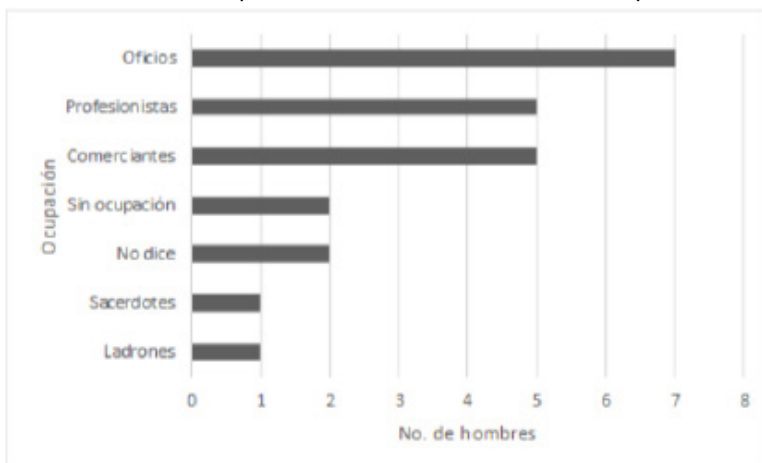
Gráfica 3 - Ocupación de las mujeres acusadas de corrupción



Fuente: elaboración propia.

Por otro lado, el 30% de los hombres acusados de corrupción trabajaba en panaderías, restaurantes, encerando pisos o en diversos oficios. Las fuentes muestran que el 26% de los acusados eran profesionistas, abogados, directores de escuelas primarias y servidores públicos (gráfica 4). En esta muestra aparece un sacerdote. Estos datos demuestran que no existía una caracterización única de los agresores, aunque los expedientes evidencian que estos pertenecían a los sectores populares y medios, probablemente porque para las élites era más fácil burlar la justicia mexicana.

Gráfica 4 - Ocupación de hombres acusados de corrupción⁷



Fuente: elaboración propia.

⁷ Para la realización de esta gráfica se agruparon dentro del rubro "oficios" a los corruptores que trabajaban como repartidores de leche, chóferes de taxi, panaderos, meseros, zapateros y enceradores de pisos. Los "profesionistas" eran abogados, industriales, ayudantes de químicos, directores de escuelas e interventores en diversiones. Los "comerciantes" eran tenderos o comerciantes en la vía pública. En la muestra sólo se encontró a un ladrón y a un sacerdote. Existieron otros corruptores que no mencionaron su ocupación.

En todo caso, la corrupción aparece vinculada a las relaciones cotidianas que tenían los corruptores con sus víctimas. Entre ellos existían relaciones de confianza que, con el paso del tiempo, se convirtieron en relaciones de poder. El adulto utilizaba la violencia, el miedo, el engaño o el convencimiento para determinar las acciones de los niños, niñas y adolescentes. La corrupción de menores no era necesariamente una transgresión inmediata sino relacionada muchas veces con relaciones establecidas previamente entre adultos y menores de edad.

Un caso que ejemplifica estas relaciones es el de Elena, de 13 años. Esta niña, debido a amenazas, se escapó con María Concepción, de 17 años, de la casa donde trabajaban como empleadas domésticas, con el objetivo de prostituirse en las calles de la ciudad. Elena declaró que lo hizo por miedo y sin avisarle a su madre, que trabajaba en la casa contigua. La corruptora, mayor que la niña, empleó amenazas y estrategias de convencimiento, pues explicó lo que podrían hacer y comprar con el dinero que tendrían como “mujeres malas”. Fuera por medio de amenazas o por el deseo de Elena de obtener dinero, ambas decidieron abandonar su lugar de trabajo para irse a la calle.⁸

Los espacios de la corrupción

Las políticas de protección a la infancia evidenciaron una preocupación en torno a los espacios considerados peligrosos para la niñez. Los espacios públicos, en particular aquellos utilizados para el esparcimiento de los sectores populares, como salones de baile, cabarets, pulquerías y tabernas, pero incluso las arenas de box o los cines, fueron el foco de alarma de médicos, abogados y criminólogos porque se consideraban lugares facilitadores de la corrupción. Pero, se creía que los peores casos de inmoralidad en la ciudad de México ocurrían dentro de las vecindades y en la vía pública. Algunos consideraban que el espacio del hogar en particular, en tanto espacio familiar, tenía menos probabilidades de presentar riesgos para niños y niñas y que, en todo caso, era ahí donde se concentraban los cuidados (Piccato, 2001). Era en el espacio doméstico donde la vigilancia y cuidado de los menores de edad quedaba en manos de la familia y donde el Estado tenía menos posibilidades de acceso. En la falsa dicotomía entre espacio público y privado, el primero se convirtió en el receptáculo de los discursos y políticas sobre los riesgos para la infancia.

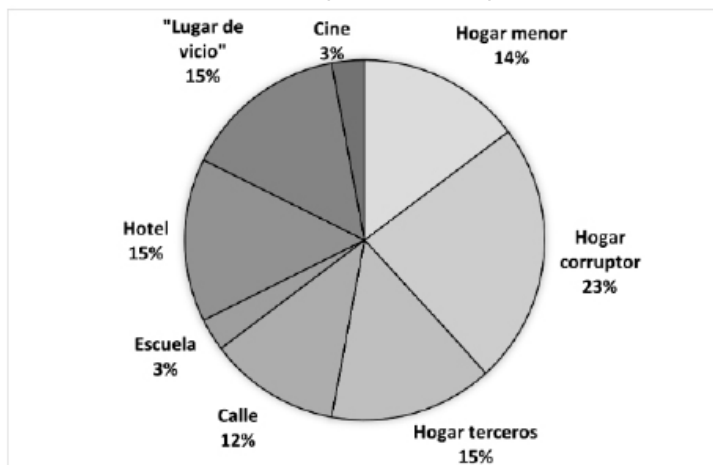
Durante las décadas de 1920 y 1930 se pensaba que quienes asistían a los centros de entretenimiento como cantinas, tabernas o salones de baile eran “individuos muy encaminados en el vicio y el ‘mal vivir’ [y que estos lugares] los conducían a la bebida, a la droga, a los delitos y, en el caso de las mujeres, a la prostitución” (Rojas Sosa, 2016, p. 60). Hubo intentos de disminuir la asistencia de la población a estos establecimientos y, en su lugar, crear espacios recreativos al aire libre como parques y jardines, viviendas con mayor circulación de aire y con medidas higiénicas, bibliotecas para obreros, además de fomentar las actividades deportivas y culturales (Rojas Sosa, 2016). Sin embargo, los niños y niñas de los sectores populares del Distrito Federal cruzaban constantemente las frágiles

⁸ AGN, TSJDF-AH1, c.1742, exp.312728, junio de 1922, f. 1.

fronteras entre lo público y lo privado, y transitaban del espacio doméstico – con vecinos y familiares – al espacio público – donde jugaban, trabajaban, iban al cine, a las carpas, a bailes, peleas de box, entre otros espectáculos (Sosenski, 2006).

La seguridad del espacio doméstico para las infancias era un discurso que sólo aludía a las familias de clases medias y altas. Cuando las transgresiones cometidas dentro del espacio doméstico no podían ser controladas ni por un orden moral hegemónico (que ya apuntalaba a la familia nuclear como ideal), ni por uno jurídico, la vida familiar era judicializada. Era ahí cuando los funcionarios gubernamentales entraban con las intervenciones estatales y los juicios morales. A las élites les alarmaban los cuartos de las vecindades donde no existía una separación entre el lugar donde dormían, comían y trabajaban los niños, las niñas y los adultos. Algunos discursos relativos a la protección de la infancia sostenían que los cuartos de las vecindades eran foco de enfermedades morales, físicas y escenario donde se gestaban vicios y crímenes (Piccato, 2001). Por esta razón, se idearon formas de intervención en los hogares de familias populares, como el programa asistencial de enfermeras visitadoras y trabajadoras sociales monitoreado por el Departamento de Salubridad Pública entre cuyas responsabilidades estaban “supervisar la higiene y la salubridad de las habitaciones” en donde los niños vivían (Agostoni, 2007, p. 90).

Gráfica 5 - Espacios de corrupción



Fuente: elaboración propia.

En la muestra de expedientes estudiada (gráfica 5), el 52% de los casos de corrupción ocurrió en los espacios domésticos y las principales víctimas eran niñas y adolescentes (65%). Los expedientes analizados hablaban de tres tipos de espacios domésticos en los que ocurría el delito: la casa del corruptor, el hogar de niñas y niños, y la casa de personas vinculadas al delito. De los expedientes en los que la corrupción se daba en el espacio doméstico, el 44% de las transgresiones se dieron dentro de las casas de los corruptores. Esto indica que los niños y

las niñas conocían a los criminales y tenían cierta confianza o familiaridad con ellos. Podían ser vecinos, empleadores, compañeros de trabajo o familiares. La supuesta seguridad que el espacio doméstico otorgaba se interseccionaba con la legitimación de una cultura patriarcal y sus supuestos sobre el cuerpo femenino, muchas veces legitimada por medio de leyes y políticas públicas implementadas por el mismo Estado.

El caso de Graciela y Esperanza, de 10 y 12 años de edad, ilustra lo anterior. Luis Velázquez González, que vivía en la misma vecindad que ellas, las encerró en el cuarto que él habitaba. Esperanza declaró que,

Como a las nueve de la noche Luis Velázquez, su vecino, les dijo a ella y a Graciela que entraran a su vivienda para que le tiraran unas basuras, ofreciéndoles un tostón, que una vez que entraron Velázquez cerró la puerta y subió a la exponente a la cama [...] le quitó los calzones y le puso el miembro en su órgano genital.⁹

El corruptor las dejó salir sólo cuando escuchó el llamado de las madres de las niñas. A lo largo de este expediente se refleja un halo de familiaridad entre las víctimas y el victimario, pues se señala que Velázquez les pagaba regularmente por hacer pequeñas tareas, tenían una convivencia como vecinos. Otro ejemplo de corrupción en el hogar es el de Elsa, de 16 años, que vivía con su hermana y su padre. Cuando éste se alcoholizaba trataba de violarla. La adolescente terminó denunciándolo a la policía. Elsa declaró que:

Una noche se presentó a su recámara el señor su padre [...] cuando la declarante ya se encontraba acostada [...] que iba en estado de ebriedad pues hasta la fecha sigue tomando; en aquella ocasión empezó a acariciarle el cuerpo diciéndole que [...] le tenía que pertenecer que al fin y al cabo nadie lo sabría [...] Que hace un año un mes que falleció su mamá y entonces las insinuaciones de su papá siguieron con más frecuencia lo mismo que estuviera en su juicio o en estado de ebriedad.¹⁰

La Ley sobre Relaciones Familiares de 1917 había normado las funciones de los miembros de la familia y los derechos y obligaciones de cada uno (Blum, 2009). Los padres debían proveer a sus hijos vivienda, vestimenta, educación y asistencia médica. A cambio, los hijos debían devolver respeto, obediencia y apoyo (Blum, 2009). El patriarcado había legitimado la asociación de la masculinidad con la agresividad y la fuerza, y la de feminidad con la de docilidad y pasividad, particularmente frente a los deseos y el poder de los hombres (Millet, 1995). Para la década de 1930 estas obligaciones se reafirmaron y se vieron validadas por los discursos patriarcales que le “concedía[n] al padre la apropiación casi absoluta de

⁹ AGN, TSJDF-AH1, c.3212, exp.603785, 24 de septiembre de 1940, f. 10 v.

¹⁰ AGN, TSJDF-AH1, c.2789, exp. 438295, 1 de enero de 1935, f.2v.

su esposa y de sus hijos, incluido el derecho a maltratarlos físicamente” (Millet, 1995, p. 84).

Un 48% de los casos de corrupción ocurrieron en el espacio público, específicamente en la calle, la escuela, los llamados “lugares de vicio”, hoteles y cines (Rojas Sosa, 2016). A diferencia de los espacios habitacionales donde las niñas eran el mayor número de víctimas, en el espacio público el 62% de los afectados fueron niños y adolescentes varones. Las fuentes judiciales muestran que estos pasaban la mayor parte de su tiempo en las calles de la ciudad. El delito en este caso no se concentraba tanto en el abuso sexual, sino que se diversificaba y se relacionaba con la inducción al robo, la estafa, la mendicidad o el trabajo en algún “lugar de vicio”.

Como puede verse en la tabla 5, era en los hoteles y los “lugares de vicio” representando el 15% cada uno, donde el delito de corrupción de menores ocurría con más frecuencia. En los hoteles los casos de corrupción eran casi siempre contra mujeres adolescentes. A veces ellas tenían una relación afectiva con el perpetrador; otras, eran llevadas con engaños para prostituir las (Santillán, 2017). En 1933, Sara, una empleada doméstica de catorce años, tenía una relación afectiva de tres meses con Mariano Martínez Pineda de 21 años. Ambos fueron sorprendidos por un agente del Departamento de Salubridad en un hotel que estaba registrado como prostíbulo. La menor declaró que “como este sujeto le ofreciera casarse con ella [...] la desfloró con la anuencia y plena voluntad de la declarante; que posteriormente [...] se fueron a un hotel donde la dicente fue detenida por agentes del Departamento de Salubridad”¹¹. Sara manifestó que ella no era prostituta y que había consentido el acto sexual debido a que Mariano le había prometido matrimonio, lo cual era una estrategia comúnmente utilizada por los hombres para relacionarse sexualmente con las adolescentes. Mariano dijo ser un hombre decente que cumpliría su palabra. Sostuvo que la había llevado ahí porque aún no tenían una casa. La intencionalidad de Mariano se consideró como atenuante para el estupro. Por lo que respecta al Código Civil, Sara podía casarse, pues la legislación estipulaba que los menores de 16 años en el caso de los varones y 14 años en el caso de las niñas podían contraer matrimonio si contaban con el consentimiento de sus padres. En muchos casos de abusos sexuales a menores de edad, los jueces utilizaron el atenuante del casamiento entre víctimas y victimarios para no penalizar el delito (Sosenki, 2021). Con pruebas médicas que imposibilitaban corroborar el delito, y con la promesa de matrimonio, el juez absolvió a Mariano y con ello legitimó su acción.

Si la vaguedad en la definición del delito hacía que difícilmente pudieran comprobarse los casos de corrupción, a esto se agregaba que las declaraciones infantiles siempre estaban en desigual condición de verosimilitud que las de los adultos. Los jueces poco escuchaban a niños y niñas. En 1933, Lidia, de catorce años, mientras salía a hacer un encargo se encontró con dos vecinas que la invitaron a un baile. Luego se supo que había sido conducida, en contra

¹¹ AGN, TSJDF-AH1, c.2670, exp.552519, 16 de mayo de 1933, f. 1-1v.

de su voluntad, a una casa de citas, donde permaneció los siguientes dos días hasta que la encargada del burdel, la dejó salir¹². El juez resolvió que la corrupción no se había comprobado y las corruptoras fueron liberadas por falta de mérito: el examen médico practicado a Lidia no mostró que ella hubiera sido “desflorada”, y las corruptoras habían asegurado que la adolescente llegó a ese establecimiento por voluntad y para ganar dinero (Santillán, 2017).

El tema de los espacios de corrupción contribuía a hacer más difuso el delito de corrupción porque los llamados “lugares de vicio” eran también espacios de sociabilidad o trabajo para los menores de edad, especialmente de las clases populares. Muchos niños, niñas y adolescentes transitaban o trabajaban por esos espacios, tanto de día como de noche. ¿A qué edad se consideraba que podían hacerlo? Los cortes etarios hechos por las autoridades dan cuenta de cómo estos dependían del tipo de legislación (penal, civil o laboral) que se utilizara para la aplicación de la justicia. Cuando José, un joven de 17 años fue encontrado por un inspector del Departamento del Distrito Federal atendiendo la barra de la cantina “Salón Azul” en el centro de la ciudad de México, el dueño del establecimiento se justificó diciendo que el menor tenía edad para trabajar ahí. La Ley Federal del Trabajo prohibía que menores de 16 años trabajaran en expendios de bebidas alcohólicas de consumo inmediato. Si la edad de José era cierta, era legal que trabajara ahí. Sin embargo, el inspector declaró que el Reglamento de Labores Peligrosas e Insalubres para Mujeres y Menores “prohibía de plano, no sólo que un menor despachara atrás del mostrador, sino simplemente su entrada a las cantinas”.¹³ Esto era incorrecto porque el artículo 14 de dicho reglamento establecía que estaba “prohibido emplear mujeres y menores de 16 años en expendios de bebidas embriagantes de consumo inmediato”. A pesar de las disposiciones legales, el lugar fue clausurado y el dueño, remitido a la Jefatura de Policía. El corruptor se amparó en la legislación laboral, pero el Juez en la legislación penal: el artículo 202 del Código Penal consideraba responsable de corrupción de menores a quien empleara a menores de 18 años en estos establecimientos. Se declaró al dueño de la cantina responsable de corrupción y se le dictó auto de prisión formal. Inferimos que el auto de formal prisión dictado por el juez se basó en una cuestión moral, pues las buenas costumbres de José peligraban. Este caso muestra la coexistencia de dos legislaciones, laboral y penal, con distintas concepciones de “trabajos peligrosos” para menores de edad. Eran las acciones de los corruptores las que convertían cualquier lugar en potencialmente peligroso y de corrupción.

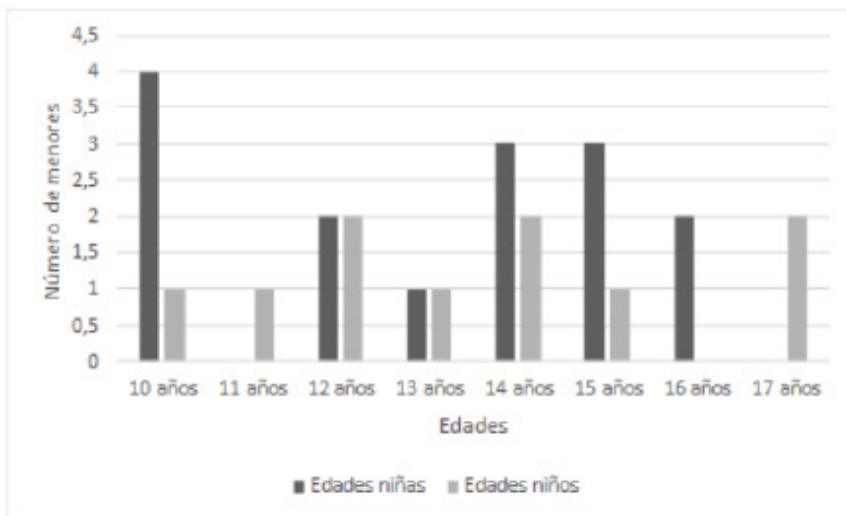
Abuso sexual

De los 34 procesos estudiados de corrupción de menores, 24 se relacionaron con el abuso sexual infantil, es decir, el setenta por ciento de los casos (gráfica 6).

¹² AGN, TSJDF-AH1, c.2636, exp.547386, 2 de diciembre de 1933.

¹³ AGN, TSJDF-AH1, c.3004, exp.503241, 19 de abril de 1937, f. 4 v.

Gráfica 5 - Edades de niñas y niños víctimas de abuso sexual



Fuente: elaboración propia.

En los casos que involucraban a adolescentes, las acusaciones frente al agente del Ministerio Público eran hechas por padres o tutores que reprobaban las relaciones sexuales prematrimoniales de sus hijas. En el caso de los varones, se repudiaba que entablaran relaciones con mujeres mayores. Según Martha Santillán (2017), a pesar de que fuera una práctica aprobada culturalmente (el hecho de que un joven menor de edad tuviera encuentros sexuales con mujeres mayores), los padres basaban sus acusaciones en la evidencia de que esas mujeres muchas veces eran prostitutas y llevaban a los jóvenes a andar “en malos pasos”. Por ejemplo, cuando José, de 17 años, decidió abandonar la casa familiar para vivir con María de la Luz, de 21, su padre denunció a la mujer y declaró que “su hijo andaba en malos pasos con una meretriz [...] que [...] hace como seis meses que vive en amasiato [...] por lo que acusa a la referida prostituta por el delito de corruptora de menores”¹⁴. Los padres, utilizaban la legislación penal y el control formal, representado por la instancia judicial, para frenar o tratar de controlar lo que consideraban moralmente inapropiado¹⁵. María de la Luz declaró que tenía una relación con el menor, pero que ella no había cometido ningún delito ya que llevaba cinco meses manteniendo a José porque este se negaba a trabajar. En todo caso, acusó que éste la golpeaba y la obligaba a prostituirse.

El delito de corrupción no pudo comprobarse y María de la Luz fue liberada. Pero José fue remitido al Tribunal de Menores como presunto responsable de lenocinio. Este proceso muestra una inversión de papeles y permite observar que, a pesar de la diferencia de edad, el varón adoptó un papel dominante (Santillán, 2017). La relación de poder demuestra la predominancia de los roles de género

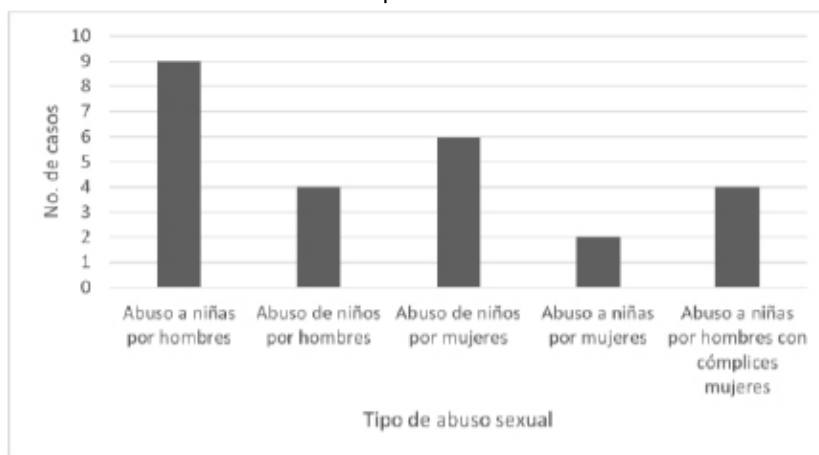
¹⁴ AGN, TSJDF-AH1, c.3300, exp.612888, 31 de diciembre de 1940, f. 1.

¹⁵ Se entiende como control formal el que es ejercido por las instituciones, en este caso las cortes penales, y que es precedido por un control informal de la familia. El hecho de que los padres de familia, al sentir su autoridad menoscabada, denunciaran las acciones de sus hijos que consideraban inapropiadas, entra en esta dinámica de control social (Santillán, 2017, p. 323).

sobre la diferencia de edad. José, a pesar de tener 17 años, se concebía como un hombre que tenía derecho sobre las acciones y el cuerpo de María de la Luz. Desafortunadamente, el proceso se enfocó en la presunta corruptora y no aludió a la resolución del proceso de José.

Las fuentes muestran un número similar de victimarios, hombres y mujeres, pero con distinta participación en el delito. El abusador del 39% de las niñas era un hombre y el 8% una mujer. Por el contrario, para los niños el 24% de las victimarias eran mujeres y el 16% hombres. En el caso de que las mujeres fueran codelincuentes, la mayor parte de las veces la víctima era una niña o adolescente. No se encontraron casos similares para los varones (gráfica 7). Estas cifras permiten inferir que predominaron las denuncias con perpetradores hombres. Esto podría responder a distintos factores. Por un lado, las estadísticas en torno a la criminalidad de hombres y mujeres en el Distrito Federal demostraron que los hombres delinquían más que las mujeres, especialmente en los delitos de abuso sexual. Es interesante que fueran las mujeres, por el contrario, las que recibieran más sentencias condenatorias, lo cual habla de una desigual aplicación de la justicia en torno al género (Santillán, 2017). En una sociedad patriarcal y machista como la mexicana, el cuerpo femenino era considerado un objeto a disposición del poder masculino y, en el pacto de masculinidad, sostener relaciones sexuales con una mujer menor se asociaba con la virilidad, aunque se tratara de un acto ilegal.

Gráfica 7 - Tipos de abuso sexual



Fuente: elaboración propia.

En las fuentes judiciales, el abuso sexual contempló los delitos de violación, lenocinio, estupro, atentados contra el pudor y lesiones por contagio venéreo. Esto significaba que, de acuerdo con la legislación penal, en una transgresión se podían “llegar a violar varias disposiciones legales” (Código Penal, 1931, art. 20). Por esta razón, corromper a un menor desprendía diversos delitos. Existieron casos con más de un corruptor y la responsabilidad penal recayó también en los

cómplices. Como se mencionó anteriormente, en los casos de corrupción relativa al abuso sexual, las fuentes mostraron que la mayoría de las copartícipes eran mujeres. A este efecto, Martha Santillán (2017, p. 105) menciona:

Los delitos de rapto, estupro o violación sólo podían ser perpetrados por varones y, salvo el último, consumados contra mujeres. De modo que las mujeres procesadas por estos crímenes lo eran en calidad de codelincuentes según el tipo de agresión sexual ejecutada por el victimario de obra. La participación femenina en muchos de estos crímenes era crucial. La fórmula común de esta práctica contaba con una 'enganchadora', un agresor sexual varón y una víctima mujer menor de edad.

El siguiente ejemplo sirve para observar cómo se podía correlacionar el delito de corrupción con el de abuso sexual. Ángela, de 10 años, fue abusada sexualmente por su padrastro José Domínguez, de 25 años, mientras dormían en la cama que compartían con su madre y hermanas. La niña declaró que José le tapó la boca "y le dijo que no gritara porque le iba a hacer una grosería"¹⁶. La madre de la menor decidió denunciar a su pareja al observar "manchas muy feas" en la ropa interior de la niña. La experiencia de esta niña muestra el tipo de abuso perpetrado no sólo por un hombre adulto, sino por un miembro de la familia.

En los casos de abuso sexual "éstos debían ser 'reconocidos' en el cuerpo de las niñas; eran los médicos, casi siempre varones, los que se encargaban de revisar, comprobar y anotar las características del himen de las niñas" (Sosenki, 2021, en línea). El examen ginecológico a la niña afirmó que no había sido "desflorada", pero comprobaba que el corruptor le había contagiado gonorrea, lo cual era un agravante ya que se buscaba la creación de ciudadanos sanos, fuertes y capaces de producir económicamente, por lo que existía una preocupación por la propagación de enfermedades venéreas, entre los sectores populares del país (Santillán, 2017). El cuerpo de los menores de edad cobraba importancia cuando éste se convertía en un cuerpo enfermo ya que se veía quebrantada su disponibilidad para ser el receptáculo de los valores e ideales revolucionarios. El hombre fue declarado culpable del delito de atentados contra el pudor y sentenciado a tres años de prisión. El delito de corrupción fue descartado sin explicación del juez.

El delito de violación no se perseguía a menos que hubiera penetración con el miembro masculino. En las concepciones de masculinidad de la época no se consideraba como una falta que un menor de edad tuviera relaciones sexuales con una mujer, pues eso en todo caso era una prueba de virilidad y masculinidad sin importar la edad que tuviera el niño. Estas ideas pudieron provocar la poca presencia de denuncias de violación de niños comparadas a las denuncias que sí se hicieron cuando las víctimas eran niñas. Martha Santillán (2017, p. 116), en su estudio sobre las corruptoras de menores, menciona que

¹⁶ AGN, TSJDF-AH1, c.3119, exp.536268, 9 de noviembre de 1938, f. 1.

Es probable que varios padres o tutores responsables no se enterasen de que los jovencitos a su cargo tenían encuentros sexuales con alguna mujer o, bien, de suponerlo no era necesariamente un motivo de preocupación ya que no era entendido como un ultraje contra el varón, además de que la actividad sexual masculina expresaba su hombría. Aun cuando el Código Penal castigaba a los adultos que tuviesen encuentros sexuales con menores de edad, en lo que a los varones menores respecta era bien visto que tuvieran experiencias sexuales con mujeres mayores o experimentadas.

Por ejemplo, en 1940, Caledonio, de 13 años, fue encerrado tres días por María Hernández Martínez, de 33 años, en la portería de la vecindad en la que vivían, donde ella lo obligaba a tener relaciones sexuales (Santillán, 2017). El juicio giró en torno a la privación ilegal de la libertad, pero no en torno a la violación. Cabe mencionar que la declaración del niño no fue tomada en cuenta durante el juicio.

La violación, el rapto y el estupro eran, dentro de la muestra de expedientes relacionados con abuso sexual, los más denunciados. En el caso de los dos últimos, la legislación penal establecía que las víctimas eran solamente mujeres, ya fueran jovencitas o niñas, mientras que en el de violación no especificaba el sexo de la víctima¹⁷. Sin embargo, el aparato jurídico minimizaba la gravedad de los ataques sexuales a niñas y adolescentes, particularmente si estas ya habían pasado la “edad de merecer”, es decir, los catorce años (Sosenski, 2021). De acuerdo con el Código Civil de 1928, la edad en la que se podía contraer matrimonio era a los 14 años para las mujeres y a los 16 para los hombres, siempre y cuando tuvieran testigos mayores de edad. No obstante, esta resolución sólo se daba en los casos en los que se intuía que existía cierto nivel de consentimiento entre los participantes. Jueces y familiares querían proteger la honra y la virtud de las adolescentes y encontraban que la forma de reparar el daño causado por los victimarios era por medio del matrimonio.

Sirva de ejemplo el caso de María, de 15 años, y su corruptor, y novio, José Vega Delgado, de 21. Cuando la menor desapareció por una semana, la tía de María culpó a José por corrupción de menores y rapto¹⁸. El rapto se perseguía cuando un hombre “contra la voluntad de una mujer se apodera[ba] de ella y se la lleva[ba] por medio de la violencia física o moral, del engaño o de la seducción para satisfacer algún deseo torpe o para casarse” (Código Penal, 1871, art. 808)¹⁹. Este delito generalmente era denunciado por los padres o tutores. Se castigaba con

¹⁷ Se entendía por violación el acto que forzara, por medio de violencia física o moral, a otra persona a tener relaciones sexuales sin importar el sexo de la víctima (Código Penal, 1871, art. 795; Código Penal, 1929, art. 860; Código Penal, 1931, art. 265).

¹⁸ AGN, TSJDF-AH1, c.1899, exp.343828, 2 de septiembre de 1925.

¹⁹ Los códigos de 1929 y 1931 consideraban el rapto como el apoderarse de una mujer por medio de la violencia física o moral para satisfacer algún deseo erótico-sexual o con el deseo de casarse. Coincidían en que si la mujer era menor de edad, la denuncia debía de ser presentada por los padres o tutores de la víctima y si el raptor se casaba con la víctima no era posible proceder penalmente en su contra.

cuatro años de prisión, pero, “cuando el raptor se [casaba] con la mujer ofendida no se [podía] proceder criminalmente” en contra de él (Código Penal, 1871, art. 814). María aseguró, en la declaración, que José no la había raptado y que era su novio desde hacía tres meses. Agregó que tuvieron relaciones sexuales una vez que éste le propuso matrimonio²⁰. La tía de María, en un intento por salvar el honor de su sobrina, denunció a José Vega frente al agente del Ministerio Público y lo obligó a cumplir su promesa de matrimonio. La pérdida de la virginidad fuera del matrimonio representaba una transgresión al orden moral. Se esperaba que las mujeres siguieran “prácticas sexuales monógamas, guiadas por la fidelidad y la entrega de la virginidad al matrimonio, y mantener aún en los actos sexuales maritales mesura y moralidad” (Rodríguez Sánchez, 2016, p. 305). Sin embargo, esto era problemático porque muchas ocasiones “una relación de pareja podía iniciarse o con un rapto o un acoso poco sutil y continuar con una unión en amasiato, donde no solía predominar la armonía familiar” (Rivera Reynaldos, 2016, p. 384). Por lo anterior, era sumamente importante que las adolescentes involucradas vieran cumplidas las promesas de matrimonio para así legitimar las relaciones existentes entre ellas y sus corruptores. Para los padres, el matrimonio entre sus hijas y los hombres con quienes habían tenido relaciones sexuales salvaba el honor familiar. En este caso se absolvió al corruptor porque éste cumplió la promesa de matrimonio y presentó el acta de casamiento ante el Juez de Instrucción. Este documento fue la prueba para liberarlo y retirar los cargos.

Inducción a actos delictivos

Otra forma corrupción de menores era la inducción a actos delictivos o a la infracción de la ley. Del 100% de los casos relativos a este rubro se observó que los delitos más usuales eran la estafa (56%) y el robo (44%). El 90% de las víctimas de los expedientes revisados en este tipo de corrupción eran niños entre 13 y 15 años. A veces, los niños aprendían a robar porque vivían en familias que se dedicaban a eso. Gonzalo (cuya edad no aparece en el expediente) declaró que a fuerza de golpes su padre le había enseñado a robar, y que por miedo a más golpes, lo hacía. En este caso el delito de corrupción fue comprobado con facilidad porque el padre aceptó que enseñaba al niño a robar para sobrevivir. Ambos habían sido atrapados por un policía cuando el delito se llevaba a cabo. En su declaración el padre de Gonzalo afirmó que le gustaba “vivir de vago” y que por eso enseñó al menor a robar para conseguir lo necesario para vivir²¹. El hurto de frutas y verduras en el mercado de la Merced era su modo de vida. Revendían y consumían el excedente.

Muchas veces los adultos utilizaban a niños para evitar la responsabilidad penal por sus delitos. Un expediente que muestra esto es el de Adolfo, Guillermo y José quienes fueron denunciados por sus madres ante el agente del Ministerio Público por robar refacciones de autos. Estos menores, a su vez, acusaron a su “patrón”, de obligarlos, a cambio de comida y techo, a sustraer esos materiales²².

²⁰ AGN, TSJDF-AH1, c.1899, exp.343828, 2 de septiembre de 1925.

²¹ AGN, TSJDF-AH1, c.3167, exp.587111, 20 de abril de 1939.

²² AGN, TSJDF-AH1, c.2739, exp.579209, 21 de diciembre de 1934.

En una negociación con la justicia para disculpar las acciones de los niños y demostrar su falta de experiencia y su situación de carencia económica, las madres de estos adolescentes explicaron el comportamiento criminal de sus hijos – con el abandono de hogar incluido – en función de haber sido manipulados por el patrón.

El 12 de mayo de 1925 se había fundado en México la Caja Nacional Escolar de Ahorros y Préstamos cuyo objetivo era educar financieramente a las niñas y niños. El ahorro era obligatorio y los depósitos de los estudiantes no podrían retirarse hasta un plazo de diez años. Cuando en 1930 el director de una Escuela Primaria en el centro de la ciudad de México fue acusado de utilizar a 22 alumnos para cobrar sus cuotas, pidiéndole que imitaran las firmas de los alumnos de las libretas, proporcionándoles credenciales falsas, sólo seis alumnos declararon en contra del presunto corruptor. La falta de testimonios imposibilitó la comprobación del cuerpo del delito (corrupción de menores y estafa). La acusación aquí no sólo aludía al cobro indebido de las aportaciones de los alumnos sino también a que un profesor había enseñado a los niños a falsificar firmas. Ningún niño fue remitido al Tribunal de Menores. Contribuyó a eso el hecho de que fueran escolares y no niños que pertenecieran a los sectores populares urbanos. El caso mostraba que el espacio escolar no era inmune a la corruptibilidad de niños y niñas. En todo caso, la peligrosidad de los espacios para la infancia dependía en gran parte de las acciones de los adultos.

Conclusiones

A pesar de que los discursos hegemónicos posrevolucionarios hablaban de proteger a la infancia, los menores de edad continuaban sujetos al dominio de la relación que los adultos establecían con ellos. Como ha señalado Martha Santillán (2017, p. 267), es en los expedientes judiciales donde se “entrecruzaban miradas y visiones, en ocasiones muy distintas, referentes a la vida, al orden social, a los comportamientos cotidianos y a las relaciones interpersonales”. En los casos de corrupción relativos al abuso sexual, fue evidente cómo a menos de que hubiera pruebas físicas, lesiones en el cuerpo de los niños y niñas o que fueran contagiados de alguna enfermedad venérea, muchos de los casos eran desechados ya que se exigían pruebas físicas del abuso. Este sistema, lejos de sancionar, legitimaba prácticas violentas hacia los cuerpos infantiles, absolviendo a los acusados.

Las estructuras patriarcales evidenciaron la idea que se tenía del papel de sumisión que niñas y adolescentes debían tener con los hombres. El cuerpo de niñas y adolescentes se convertía en un objeto de transacción en el cual no se tomaba en cuenta la violencia a la que habían sido sometidas; siendo las víctimas, eran entregadas a sus corruptores o en otros casos regresaban a convivir con ellos en los espacios que habitaban. La forma en la que se desarrollaban los procesos deja notar que, durante el periodo de estudio, el delito de corrupción de menores se veía como un asunto que se podía llegar a resolver en el ámbito privado, es decir, dentro de la estructura familiar.

Otro punto importante que se pudo observar dentro de los expedientes de corrupción analizados fue el accionar de los jueces al momento de dar sus resoluciones. Se observó que, en el 78% de los casos, estos determinaban que los corruptores debían ser absueltos o liberados por falta de pruebas, mostrando así que este delito era difícil de comprobar. Los exámenes médicos que determinaban la edad de los chicos, y en ocasiones las lesiones o enfermedades que padecían, sobre todo en los casos de abuso sexual, eran fundamentales para que los procesos siguieran su curso ya que a veces los testimonios de los involucrados, en especial si eran menores de edad, no eran del todo confiables para ellos. La razón por la cual los jueces determinaban que las pruebas médicas eran lo más importante para comprobar el cuerpo del delito puede deberse a dos factores que van más allá de lo que establecía la legislación penal. El primero: en ocasiones los expedientes judiciales mostraron cómo los padres de familia utilizaban la justicia para tratar de controlar las acciones de los adultos cercanos a sus hijos. Los jueces debían de estimar si en realidad se había cometido el delito o si era la manera en la que estas familias buscaban, dentro del control formal, una manera de controlar el comportamiento de sus hijas, en especial cuando se trataba de las adolescentes. El segundo es relativo a los testimonios de los menores de edad. Esta desestimación de la voz de estos niños, niñas y adolescentes evidencia la verticalidad existente en la relación con los adultos. La voz de los niños dentro de estos procesos parecía tener que estar avalada por un adulto, algún testigo que pudiera dar validez a los testimonios infantiles. Cuando los niños no contaban con esta voz adulta que los respaldara, sus testimonios eran con frecuencia desechados por los jueces de las cortes penales.

Dentro de la legislación penal el castigo para los corruptores fue disminuyendo. En el Código de 1931 la sanción para los corruptores era de tres días a un año de prisión mientras que en los códigos de 1871 y 1929 la sentencia podía llegar hasta cuatro años de prisión. Esto resulta importante de resaltarse ya que para la legislación penal de 1931 se amplían, por medio de la inducción del concepto de mendicidad, las maneras en las que un menor de edad podía ser corrompido. Esto deja ver que, aunque existiera una preocupación dentro del discurso para proteger a la infancia, el hecho de que el castigo no fuera mayor dentro de la legislación, aunado a la poca severidad en las sentencias, tal preocupación no había aterrizado por completo en los redactores del código de 1931.

El cuerpo de los niños, niñas y adolescentes parecía disponible para quienes quisieran violentarlo; la realidad mostraba una gran distancia con lo que las normativas, los programas asistenciales, la legislación y las políticas públicas pretendían. Los expedientes de corrupción de menores evidenciaron el poco control que tenía el Estado en los espacios privados de las familias.

REFERENCIAS

- AGOSTONI, C. Las mensajeras de la salud. Enfermeras visitadoras en la ciudad de México durante la década de 1920. **Historia Moderna y Contemporánea**, México, n. 33, p. 89-120, 2007.
- BLUM, A. S. **Domestic Economies**. Family, Work and Welfare in Mexico City, 1884-1943. Nebraska: Universidad de Nebraska, 2009.
- BUFFINGTON, R. M. **Criminales y ciudadanos en el México moderno**. México: Siglo XXI Editores, 2001.
- CENICEROS, J. Á. La corrupción de menores como delito. Criterio discutible de la interpretación de la Suprema Corte. **Criminalia - Revista de Sociología Criminal**, México, n.11, p. 641-645, 1945.
- MÉXICO. **Código Penal para el Distrito y Territorios Federales**. México: Talleres Gráficos de la Nación, 1929.
- MÉXICO. **Código Penal para el Distrito y Territorios Federales y para toda la República en materia de Fuero Federal**. 3. ed. México: Ediciones Botas, 1931.
- MILLET, K. **Política sexual**. Madrid: Cátedra, 1995.
- PICCATO, P. **City of Suspects**. Crime in Mexico City, 1900-1931. Durham: Duke University Press, 2001.
- RIVERA REYNALDOS, L. G. Criminales, criminalizadas y deladoras. Mujeres involucradas en homicidios pasionales en Michoacán, 1900-1920. In: SPECKMAN, E.; BAILÓN, F. (Org.). **Vicio, prostitución y delito**. Mujeres transgresoras en los siglos XIX y XX. Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México: México, 2016. p. 345-370.
- RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, N. Esas mujeres con corte a lo muchacho y con las piernas al aire. Las pelonas y la transformación de la feminidad en la Ciudad de México en la década de los veinte. In: GONZALBO, P.; MEYER, L. (Org.). **Conflicto, resistencia y negociación en la Historia**. Centro de Estudios Históricos, Colegio de México: México, 2016. p. 295-333.
- ROJAS SOSA, O. M. El bajo mundo del pecado. Vicio, crimen y bajos fondos en la ciudad de México, 1929-1944. In: SPECKMAN, E.; BAILÓN, F. (Org.). **Vicio, prostitución y delito**. Mujeres transgresoras en los siglos XIX y XX. Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México: México, 2016. p. 49-83.
- ROSADO MEDINA, A. C. **La corrupción de menores en el Distrito Federal, 1920-1940**. 2020. Tesis (Maestría en Historia) - Facultad de Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2020.
- SANTILLÁN, M. **Delincuencia femenina. Ciudad de México 1940-1954**. México: Instituto Nacional de Ciencias Penales, 2017.
- SOSENSKI, S. Diversiones malsanas: el cine y la infancia en la ciudad de México en la década de 1920. **Secuencia**, México, n. 66, p. 35-64, 2006.
- SOSENSKI, S. **Niños en acción**. El trabajo infantil en la ciudad de México, 1920-1934. México: El Colegio de México, 2009.
- SOSENSKI, S. Sexual Abuse of Girls in Post-Revolutionary Mexico. **Girlhood Studies**, Estados Unidos, v. 1, n. 14, p. 36-51, 2021.

SPECKMAN GUERRA, E. Reforma legal y opinión pública: Los códigos penales de 1871, 1929 y 1931. *In*: ALVARADO, A. (Org.). **La reforma de la justicia en México**. México: 2008. p. 593-600.

“LA NIÑA MADRE” ¿CÓMO PENSAR UNA HISTORIA DEL ABUSO SEXUAL A LA INFANCIA?

<https://dx.doi.org/10.18616/cart08>

Isabella Cosse

“La niña madre” tituló la popular revista *Así* su nota central en el invierno de 1971. No era una metáfora. Los editores explicaban, con lujo de detalles, que Mirta, de 10 años, se había convertido en madre en el Hospital de Pilar, una localidad suburbana cerca de la cosmopolita Buenos Aires. El nacimiento se había producido cuando la dictadura militar, instaurada en el país en 1966, era desafiada por la radicalización política y apostaba al familiarismo y al moralismo sexual. De ese modo, enlazaban los temores por las confrontaciones con el orden político y las ansiedades despertadas por las transformaciones socioculturales que sacudían a la sociedad argentina.

En ese cruce, hablar de sexo había adquirido especial atractivo. En especial referido a las chicas. Ellas eran el epicentro de las transformaciones juveniles y de los temores que ellas abrían. La virginidad femenina había sido uno de los catalizadores de esas discusiones. Los medios habían fogueado ese proceso y lo habían utilizado en su competencia por el mercado desde comienzos de los años sesenta. La estrategia no había perdido eficacia. Por entonces, estaba siendo utilizada por una prensa sensacionalista que apostaba a desafiar los límites de lo tolerable como estrategia periodística (Cosse, 2010; Manzano, 2014; Felitti, 2012).

Conocía bien este contexto – que he descripto aquí rápidamente – cuando me encontré con la historia de Mirta. El artículo me perturbó. No sólo por su actualidad (lo encontré en el pico de las denuncias por los abusos de sacerdotes a escala global), sino porque pasaba mi límite de lo tolerable. Lo guardé. Recién volví a la historia de la “niña madre”, cuando otra niña pequeña, como Mirta, estuvo en el centro de la opinión pública en Argentina, en enero de 2019. La chica estaba embarazada, luego de ser violada en Jujuy, una provincia pobre en el norte del país. Los doctores le negaron el derecho a abortar, cuando las leyes argentinas se lo permitían, y la niña y la familia lo habían requerido. Ella dio a luz una niña en el hospital. En ese contexto, me pregunté a mí misma: ¿cómo trabajamos con este tema áspero, políticamente crucial, que toca nuestras fibras sensibles?, ¿cómo hacemos una historia del abuso sexual de las niñas? No podría agotar la cuestión en estas páginas, pero quisiera compartir mis ideas, provisionales e iniciales, para hacer frente a ese desafío. Quisiera señalar diferentes enfoques que no son, por cierto, excluyentes.

Imagen 1 - “La niña madre”



Fuente: Revista Así (1971).

El primer enfoque opera con la idea de desnaturalización. Me costó leer este artículo porque la fotografía de esta niña en primer plano, casi como si estuviera jugando a las muñecas, era intolerable para mí, para nuestra, sensibilidad. Sin embargo, los editores jugaron la carta contraria. Recubrieron el hecho de naturalidad. El artículo explicaba que “la niña madre” había llegado con sus padres y sus hermanos de Misiones, y que nadie presumía su embarazo. Solo los médicos se habrían dado cuenta del embarazo, cuando la niña llegó al hospital por una indisposición. Los periodistas rodearon de comprensión y armonía la situación de Mirta. Al hacerlo, ocultaban el abuso. El borramiento era referido de modo elíptico (“no importó en absoluto las circunstancias del nacimiento”) y legitimado en la comprensión y el cuidado de la salud de la niña. Colocaron en primer plano la noción de inocencia: “La inocencia de Mirta es total” (Revista Así, 1971, p. 8-10).

Los periodistas insistieron en esa representación. En los años sesenta la inocencia estaba indisolublemente unida a la conceptualización de la niñez en Argentina. Había sido usada para legitimar políticas de variopinta intención. Los bebés – como el recién nacido – representaban la quintaesencia de la inocencia y las niñas participaban de ese sentido. Pero, además, la inocencia de las niñas solía ser usada como hipérbole de su condición virginal. De modo tal que existía una contradicción sutilmente colocada en esas referencias que estallaban con la noción “niña-madre”. Esta ambivalencia es crucial en las sociedades modernas que entronizaron a la infancia, colocándola en un sitio superior, al mismo tiempo que los niños y las niñas eran objetos de nuevas formas de sometimiento – y violencias – legitimadas, paradójicamente, en su supuesto bienestar. Esa contradicción fue clave en la presentación del caso de Mirta.

El oxímoron de una niña embarazada fue explotado por la retórica sensacionalista. Podríamos pensar que el ubicar en una misma secuencia a la

violencia naturalizada con la representación de inocencia haya sido uno de los pilares de esa retórica. Ello producía cierto atractivo – hoy podríamos decir morboso, perverso – que sostenía la interpelación a los lectores. Les otorgaba un papel activo, como había sucedido con la crónica roja a comienzos del siglo XX (Caimari, 2012; Saïtta, 2018; Petrecca, 2020). En nuestro caso, los instaba a preguntarse por lo oculto (la violencia que dejaban entrever las elipsis), los punzaba a armar sospechas, a discutir hipótesis. Es decir, la veladura del vejamen era parte del propio pacto de lectura sensacionalista.

Identificar el registro sensacionalista es clave para entender la naturalización. Pero no podríamos detenernos en esa constatación. Para avanzar sobre ella es necesario considerar el carácter histórico de la violencia e incluso de su veladura. Sabemos que la violencia ejercida sobre Mirta está anclada en la larga duración. La violencia sexual – raptos, violación, sometimiento de las mujeres y de los niños y las niñas – fue una estrategia en la conquista y la colonización. Esta se basó y se nutrió en la figura del “macho” cuyo honor se incrementaba con la potencia sexual y guerrera. La conquista sexual de las mujeres demolía cultural y socialmente a los vencidos y producía una vida, un ser humano, que con su propia condición expresaba la radical (e inalterable) desestructuración operada por la dominación. La violencia sexual sostuvo la doble dominación de clase y de género en las sociedades modernas. Para las chicas (muchas muy pequeñas) que trabajaban en el servicio doméstico – aquellas que ocuparon a fines del siglo XIX y comienzos del XX los juicios por infanticidio –, manejar los avances de los varones – del patrón y de sus hijos – era parte de las situaciones cotidianas (Di Corleto, 2018), y lo seguía siendo en los años sesenta, como atestiguan las causas judiciales de los juzgados de menores (Gentili, 2016). Esta dimensión de clase no oculta, de todos modos, que, como sabemos hoy, la violencia sexual ejercida sobre las mujeres – y las niñas – se producía – se sigue produciendo – dentro de la misma clase, de la propia familia. En ese sentido, reponer el espesor histórico de la naturalización nos abre el análisis al solapamiento de las relaciones de subordinación en las que operan sucesivas capas de sentido.

El segundo enfoque es institucional y político. Fueron el médico, las enfermeras y el policlínico quienes sostuvieron la normalización. El médico, jefe del departamento de obstetricia, doctor Roberto Pezzoni, por entonces vicepresidente del club de Leones y hoy fundador de la recientemente inaugurada Clínica de Obstetricia y Cirugía Nuestra Señora de Fátima, insistió en que la familia nada sabía del embarazo y que todo transcurría con tranquilidad en el entorno de la niña. Fue él quien hizo la cesárea, para cuidar la salud de Mirta y la vida del bebé, y se negó a trasladarla. Sostuvo que su nacimiento era un “acontecimiento sublime de la humanidad”.

El hijo de Mirta luego de nacer salió fotografiado en la prensa y rápidamente bautizado. Con ello, la Iglesia aliada con el hospital, bendijo su vida. No hizo ninguna declaración. La *nurse* fue la madrina del bebé y el padrino fue el médico. El personal del hospital promovió y sostuvo el ritual. A pesar de que el sacerdote evitó que la prensa ingresara a la iglesia, el ritual fue parte del espectáculo pueblerino y mediático. En sí mismo el bautismo movía el interés y rodeaba de normalidad al nacimiento. La intervención del poder político operó en igual

sentido. El general Alejandro Lanusse, en ejercicio de la presidencia, y el ministro de Bienestar Social, Francisco Manrique, se interesaron por la niña. Enviaron a una asistente social que se fotografió con ella. La madrina incluso hizo un pequeño brindis, una reunión íntima, explicó, en su casa para los abuelos y los padrinos. El bebé dormía y la abuela “mostraba con elocuencia toda su felicidad” (Revista Así, 1971, p. 16-17).

Imagen 2 - “El bautismo del bebé de la niña madre”



Fuente: Revista Así (1971).

Los entretelones de la historia de Mirta ponen de relieve la importancia de las construcciones que entrelazan la religión, el Estado y los saberes expertos. Permiten observar el carácter instituyente de las acciones concretas de sus agentes y pensar su relación con los marcos jurídicos, morales y sociales que están configurados en la larga duración. También, como vimos, permite darle entidad al entrelazamiento singular que asumen esas intervenciones en cada contexto. Notemos que el Estado autoritario en Argentina estaba sostenido en una fluida relación entre los agentes estatales, las jerarquías eclesiásticas y una pléyade de organizaciones religiosas y sociales, con fuerte raigambre local, e instituciones médicas y educativas (Osuna, 2016). De modo tal que el bautismo del niño – Ramón Marcelo – asumió un carácter político en un doble sentido: como expresión de una dominación sobre las chicas (en términos de género y generacionales) y como catalizador de las estrategias políticas y las tramas de legitimidad utilizadas por el régimen autoritario.

Es importante considerar la legitimidad de cada uno de los agentes (el médico, el sacerdote) con categorías y sistemas de ideas propios. Notar, también, que dichas categorías están a veces en tensión y a veces se retroalimentan. El sacerdote se negó a intervenir en la prensa expresando la entidad del secreto en la Iglesia sobre la violencia perpetrada sobre Mirta. En cambio, el médico, aprovechó el espacio mediático. Parecía disfrutar de la notoriedad efímera que lo sacaban de su ignoto universo barrial. Hizo propia, incluso, la retórica modernizadora que tanto colaboró para *aggiornar* al conservadurismo. Sostuvo que el carácter singular del nacimiento se debía a los tabúes de los “matrimonios” que eludían la educación sexual. De este modo, la violencia perpetrada quedaba nuevamente borrada y el Estado era relegado de un área que la Iglesia concebía de su incumbencia.

Imagen 3 - “La muñeca madre”



Fuente: Revista Así (1971).

Sabemos que las categorías científicas y jurídicas permiten entender las configuraciones históricas. Según Julieta Grinberg (2015), en la Argentina, el abuso sexual fue registrado en la literatura médica y psicológica recién en los ochenta. Previamente, predominaba la idea del secreto médico que daba paso a la judicialización, cuando la violencia sexual derivaba en la muerte. Sin embargo, es sintomático que el registro naturalizado de esta revista haya sido quebrado con un recuadro pequeño con información denominada “estadística”, aunque lo que se presentase fuese una compilación de casos. Era, entonces, en esas situaciones anónimas mediadas por la información médica, policial, judicial, en las que el lector, la lectora, podía reconocer la violencia. Se explicaba, por ejemplo, que

en Perú, un médico y senador reconocía que atendía semanalmente a una o dos niñas de seis y siete años violadas por sus propios hermanos o padres. Sostenía, sintomáticamente, que por eso se oponía a que la prostitución fuese abolida. En la última línea del recuadro, el editor colocó la palabra “escalofriante”. Pero esta noción operaba sobre el supuesto – también naturalizado – del desenfreno de los varones cuyo instinto sexual debía ser canalizado mediante las prostitutas (Revista Así, 1971).

El tercer enfoque ancla en lo sociocultural. Sabemos que la violencia sexual afecta a niños y niñas de diferentes clases sociales, pero que son las clases populares, como la familia de Mirta, quienes están más expuestos al escrutinio de las instituciones y a la mirada sin pudor de los medios de comunicación. Los editores nos permitieron saber que Mirta y su familia provenían de Misiones (una de las zonas más pobres del país). Era humilde y trabajadora. La niña ayudaba a su mamá, y parecía no ir a la escuela, aunque había aprendido a leer y escribir. No podríamos encontrar una historia semejante en los medios de comunicación protagonizada por una familia de las clases medias acomodadas.

La constatación de este carácter de clase de las denuncias y su uso sensacionalista resulta relevante. Pero esto no nos libera de considerar que la violencia – con su carácter cultural e institucional – se configura sobre bases socioculturales y políticas en las propias tramas de los vínculos familiares y de la cotidianeidad. No es posible saber si eso le había sucedido a Mirta. Solo tenemos algunos indicios. Podemos valorizar la mirada desencajada de la madre – resaltada por el contraste con los gestos de las enfermeras que la acompañan –, notar la prácticamente ausente presencia del padre y marido; leer a contrapelo las hipérboles sobre la “felicidad” de los padres, notar las contradicciones en el relato. En especial, contrastar la supuesta sorpresa ante el embarazo de Mirta con la coincidencia de la partida del pueblo de origen. Estos indicios sólo nos permiten pensar que el nacimiento del bebé produjo dislocamientos profundos en la familia que la prensa ocultaba.

Imagen 4 - “La muñeca madre”



Sábado 14 de agosto, 11 de la mañana en el Hospital comunal de Pilar. Roberto Marcelo es el benjamín y todos los mimos son para él.

Fuente: Revista Así (1971).

¿Qué tipo de dislocamientos? ¿Cómo eran las percepciones de la sexualidad de las niñas entre las clases populares de Misiones? ¿Cuán legitimada estaba la violencia contra las niñas? ¿A qué edad se concebía posible el consentimiento para las relaciones sexuales? No puedo responder estas preguntas en esta ocasión, pero su formulación es imprescindible al pensar el problema. Sabemos, en cambio, que Misiones era una de las provincias más pobres, con altas tasas de nacimientos extramatrimoniales y baja edad de las madres al tener al primer hijo.

Imagen 5 - “El casamiento de la niña madre”



Fuente: Revista Así (1973).

La historia de la propia Mirta nos ofrece nuevas pistas. Un año después, la niña madre volvió a la tapa de la revista. Esta vez con la noticia de su casamiento. El marido, originario de Jujuy – una de las provincias más pobres de la Argentina – con 22 años, le había pedido la “mano” a la madre, quien, junto al médico y la *nurse*, creían que el casamiento era el mejor destino para Mirta. La “niña-

madre” seguía siendo connotada por su inocencia. Seguía viendo sonriente a la cámara. Según el periodista, le daba vergüenza darle un beso a su marido, aunque no sabemos si eso sucedía sólo frente a su presencia. Su figura había sido performateada. Lucía un saco y una pollera a la rodilla. Su voz seguía ausente. Eran su madre y su novio quienes hablaban por ella. Su novio explicaba que se había enamorado al verla. Lo había hecho así porque ella era “chica”, ese término que en español denota una edad lábil que puede remitir a la niñez, pero también a aquellas adolescentes y jóvenes que todavía no habían ganado su autonomía (Revista Así, 1971, p. 15-16). Sin embargo, la madre explicaba que estaba preparada para el matrimonio. Le había enseñado los menesteres de la casa con esa idea. Creía que el casamiento pondría fin a los “chismes” del barrio – ese mecanismo social que sanciona y configura el orden moral. No es posible saber si los “comentarios” recaían sobre Mirta – como sugiere la madre – o expresaban la intolerancia hacia una violencia silenciada. No sabemos si esa niña/madre estuvo conminada, convencida o decidida a casarse. No sería difícil que fuesen las tres situaciones al mismo tiempo. Pero no es impensable suponer que sufrió no sólo la violencia sexual sino la ejercida socialmente sobre ella. La figura de su madre desencajada parece encarnar la precariedad social de la vida revertida en violencia.

El caso de Mirta no fue algo aislado en la prensa argentina de los setenta. Pero su historia – la sonrisa, el bautismo, el matrimonio – permitía articular las diferentes dimensiones en juego. Pensarlas como parte de un enfoque histórico capaz de desnaturalizar la violencia en un doble cruce político-institucional y sociocultural. Pero, también, permite reclamar una historia que logre trascender la mera denuncia de esas violencias, que pueda iluminar las experiencias de esa chica cuya voz sigue ausente.

REFERENCIAS

- CAIMARI, L. **Mientras la ciudad duerme**. Pistoleros, policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.
- COSSE, I. **Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.
- DI CORLETO, J. **Malas madres**. Aborto e infanticidio en perspectiva histórica. Buenos Aires: Didot, 2018.
- FELITTI, K. **La revolución de la píldora**. Sexualidad y política en los sesenta. Buenos Aires: Edhasa, 2012.
- GENTILI, A. Relatos judiciales, Estado y sociedad: orígenes familiares de niños adoptados en Córdoba en los sesenta. **Población y Sociedad. Revista de Estudios Sociales**, La Pampa, v. 24, n. 2, p. 95-127, 2017.
- GRINBERG, J. Entre la pediatría, el psicoanálisis y el derecho: apuntes sobre la recepción, reelaboración y difusión del “maltrato infantil” en Argentina. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 53, p. 77-89, 2015.
- MANZANO, V. **The Age of Youth in Argentina**. Culture, Politics, and Sexuality from Perón to Videla. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.
- OSUNA, M. F. **La intervención social del Estado**. El Ministerio de Bienestar Social entre dos dictaduras (Argentina, 1966-1983). Rosario: Prohistoria, 2016.
- PETRECCA, M. **Sucesos entre la caída y la vuelta: sensacionalismo, política y peronismo en la revista *Así el mundo en sus manos* (1955-1972)**. Tesis (Maestría en Historia) - Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 2020.
- REVISTA ASÍ. Editorial Sarmiento, Argentina, n. 793, 1971.
- REVISTA ASÍ. Editorial Sarmiento, Argentina, n. 899, 1973.
- SAÍTTA, S. **Regueros de tinta**. El diario Crítica en la década de 1920. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

“É POSSÍVEL EDUCAR AS CRIANÇAS NA RUA?” – PAULO FREIRE, EDUCADORES/AS E OS MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA (BRASIL – 1980)

<https://dx.doi.org/10.18616/cart09>

Humberto da Silva Miranda

Apresentação

Em julho de 1989, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) publicava a obra *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, que, de acordo com esta instituição, tinha o objetivo de registrar e disseminar as ações por ela realizadas no enfrentamento ao problema vivido por crianças e adolescentes em situação de rua, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina e o Caribe. O documento anunciava o resultado do trabalho do educador pernambucano Paulo Freire, voltado para os chamados “educadores de rua”, pessoas com diferentes trajetórias escolares e acadêmicas, que atuavam nas ruas executando trabalhos socioassistenciais, artístico-culturais e educativos, destinados ao público infantojuvenil.

Essa publicação - assim como a própria contribuição de Paulo Freire nela contida -, será trabalhada neste artigo como um documento histórico que registrou a atuação do Unicef no Brasil e na América Latina, problematizando as produções discursivas sobre os “educadores de rua” e os meninos e meninas nessa situação no final da década de 1980. A partir dessa perspectiva e do objetivo em questão, perguntamo-nos: como o Unicef procurou construir o discurso sobre os/as educadores/as de ruas e as crianças e adolescentes, no período em foco?

Para responder a essa pergunta, baseamo-nos no argumento de que, além de divulgar as ações do Unicef, a preocupação desta publicação foi produzir um “instrumento pedagógico”, um “guia” para fundamentar a atuação dos chamados “educadores de rua”. O livro trazia em seu subtítulo “alternativa de atendimento aos meninos de rua”, o que sinaliza a preocupação com o atendimento em si e as formas e atribuições desses agentes sociais naquele processo de “atendimento” aos meninos e às meninas em espaços como ruas, praças e outros locais urbanos.

Ressalta-se que, desde tempos coloniais, o atendimento a crianças abandonadas em situação de rua já se apresentava de forma complexa, haja vista a própria ausência ou fragilidade das instituições de recolhimento e as limitações dos poderes públicos. De acordo com a historiadora Maria Luiza Marcílio (2006, p. 145), “[...] no Brasil colonial e durante todo Império, apenas uma parcela ínfima das crianças abandonadas foi assistida por instituições especiais”, ao passo que a maioria era amparada pelas “casas de famílias” ou morriam nas ruas, em decorrência do desamparo.

Para Maria Luíza Marcílio (2006), as primeiras instituições que passaram a atuar no atendimento às crianças abandonadas a partir do século XVIII surgiram em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Isso teria sido decorrência

da implantação das *Rodas dos Expostos* e dos *Recolhimentos para Meninas Pobres*, quando a assistência institucionalizada esteve com a responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, que atendiam de forma mais exclusiva aos bebês recém-nascidos, colocados em caixas ou jogados nas calçadas, abandonados nas ruas das cidades.

O historiador Walter Fraga Filho, em sua obra *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, afirma que nas ruas de Salvador muitos meninos “faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras” (Fraga Filho, 1996, p. 111). Os chamados “moleques” eram alvo constante das autoridades de controle social. E, assim como em Salvador, fazia parte também dos outros cenários urbanos brasileiros a presença deles: meninos negros, filhos de escravizados e ou ex-escravizados, que praticavam diferentes táticas para viver e sobreviver nas ruas das cidades, desenvolvendo-se sob a marca de contradições e desigualdades sociais.

O trabalho da historiadora Alcileide Cabral do Nascimento, *A sorte dos Enjeitados*, que aborda a questão do abandono dos bebês no Recife no período de 1789 e 1832, representa outra importante contribuição para os estudos da institucionalização e do enfretamento ao infanticídio naquela capital. De acordo com suas pesquisas, desde os tempos coloniais, as crianças recém-nascidas eram deixadas nas escadarias ou nas portas das igrejas, nas calçadas e nas ruas, desafiando a administração colonial, que fez inaugurar as práticas caritativas de acolhimento desses meninos e meninas abandonados nos primeiros anos de vida (Nascimento, 2008).

No decorrer deste contexto, a partir das pesquisas realizadas, percebemos como, nas primeiras décadas da República, a questão do abandono se tornou ainda mais complexa, com a produção de uma legislação exclusiva para os considerados “menores”. Diante do crescente número de meninos envolvidos no universo da mendicância, do trabalho informal e da criminalidade, os poderes públicos buscaram elaborar um instrumento de maior controle e punição sobre as crianças e suas famílias. Foi em 1927 que passou a vigorar no Brasil o primeiro Código de Menores e com ele um conjunto de normativas para atuação nas ruas e nas instituições de recolhimento (Morelli, 1996).

Salientamos, em meio à nossa discussão, que recorrer aos estudos historiográficos se justifica pela necessidade de perceber como o problema do “atendimento” às crianças em situação de rua, presente no documento publicado pelo Unicef em 1986, se volta para um problema social produzido historicamente, já seja não emergiu somente na República, e muito menos dos anos de 1980. Considero, inclusive, que esses bebês recém-nascidos, que vivenciaram a situação de rua em seus primeiros dias de vida, têm suas trajetórias marcadas pelo desamparo e o abandono; meninos e meninas considerados frutos de relações indesejadas ou das violências sexuais que marcaram e ainda marcam a cultura patriarcal. Esses bebês abandonados das ruas e nas ruas encaminhados para instituições asilares tornam-se agentes históricos que não podem ser esquecidos.

Nesse debate, também não se podem esquecer as diferentes práticas higienizadoras e disciplinadoras. O Brasil assistiu, ao longo das décadas, ao surgimento de pesquisas como o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), em

1940, ou à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em 1964, que atuavam no sentido de acolher meninos e meninas em situação de rua, a partir da lógica disciplinar do controle. As crianças que eram capturadas nas ruas eram levadas às unidades de internação, por meio de operações policiais, cujo objetivo era deixar a cidade mais limpa, higienizada, e assim por diante (Miranda, 2019).

Importante registrar que a história das políticas sobre crianças e adolescentes em situação de abandono ou de pobreza é fortemente marcada pela atuação do Unicef desde os anos de 1950, que sempre esteve em parceria com os governos estabelecidos. A partir da instalação do seu primeiro escritório em João Pessoa, no estado da Paraíba, essa agência internacional buscou atuar de acordo com seus programas internacionais, buscando elaborar articulações políticas para financiar e implantar seus projetos e ações governamentais e outras instituições de atendimento.¹ Ressalta-se que o documento em análise foi publicado pelo Escritório Regional para América Latina e Caribe, localizado na cidade de Bogotá, capital da Colômbia, onde o livro foi impresso e distribuído, em português e espanhol. Além da Colômbia e do Brasil, outros países também participaram da publicação, dos quais destaco México e Equador, considerados pelos técnicos e técnicas do Unicef como países referenciados na execução de programas voltados a crianças e adolescentes em situação de rua.

Outra questão em destaque é a busca do Unicef por produzir parcerias com diferentes segmentos sociais e governamentais, no sentido de acompanhar os projetos, programas e políticas promovidos nesses países: “[...] recursos econômicos que deverão ser fornecidos pelos governos, organizações nacionais privadas e pela cooperação internacional de organismos como o Unicef”. Para essa agência internacional:

É necessário realizar um esforço para divulgação do material escrito e audiovisual correspondente a projetos tais como o de Coatzacoalcos, no México; os resultados obtidos conforme o modelo de atenção “República do Pequeno Vendedor”, em Belém do Pará e em Jaboatão (Recife), no Brasil; o modelo aplicado para reger renda no “Salão do Encontro”, localizado em Betim, Estado de Minas Gerais, no Brasil; o projeto de Ação Guambras, no Equador; assim como os que funcionam e foram avaliados na Colômbia, desenvolvidos por instituições do setor público e privado, estreitamente vinculado ao Unicef (UNICEF, 1989, p. 8).

Nesse processo de articulação latino-americano, o livro trazia a informação de que desde 1983 o Unicef desenvolvia ações de apoio aos governos, a igrejas, a instituições privadas e comunitárias, por meio de projetos considerados “alternativos”, que objetivavam financiar² e acompanhar a execução de atendimento

¹ Sobre a atuação do Unicef no Brasil, ver: Arend (2015).

² O documento não registra informações mais precisas sobre o financiamento dos projetos executados em parceria com instituições governamentais e não-governamentais. Cf. UNICEF. Paulo

às crianças e adolescentes em situação de rua. Também afirmava que, no ano de 1987, foi lançado o *Programa Regional do Menino Abandonado e de Rua*, “graças ao constante trabalho de promoção, junto aos governos e as instituições privadas de toda região, realizado pelos escritórios regionais do Unicef em diversos países” (UNICEF, 1989, p. 7).

Esse documento permite analisar, primeiramente, que o problema social dos meninos e meninas em situação de rua possuía uma dimensão continental. As pesquisas realizadas por Fúlvia Rosemberg apontam que o cenário de pobreza e diferentes formas de abandono atingia muitas crianças e adolescentes latino-americanos, principalmente, nas periferias das grandes cidades, marcadas pelo aumento da industrialização e adensamento populacional (Rosemberg, 2013). No documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, afirma-se que:

A região que compreende desde o México à Patagônia, incluindo os países do Caribe, apesar de sua extensão e variedade geográfica, enfrenta como característica geral uma crise econômica e social que afeta os estratos mais vulneráveis da população, em especial, a mulher e as crianças pobres. Durante estes últimos anos, acentuou-se o êxodo urbano, incidindo dramaticamente no crescimento desordenado das periferias das grandes cidades e, em especial, nas capitais de cada país, onde se estabelecem grupos humanos na busca de melhorias e serviços básicos que mesmo antes de sua chegada já estavam sobrecarregados e eram deficitários (UNICEF, 1989, p. 7).

Nesse trecho destacado, encontra-se a tentativa de justificar o problema social a partir de fundamentos sociais e econômicos, de modo que o argumento incide sobre o crescimento econômico e sua não consonância com o desenvolvimento social, colocando as mulheres e as crianças como grupos mais vulneráveis nesse processo. Ao ressaltar a questão do êxodo urbano, as capitais dos países apresentam-se como as regiões mais afetadas pelo problema³.

O discurso produzido pelo Unicef acerca da justificativa do problema social das crianças em situação de rua, dialoga com os estudos realizados na década de 1980, daí o meu interesse de datar historicamente este diagnóstico apresentado. O trabalho realizado pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, intitulado *O discurso sobre a criança de rua na década de 80*, também partia de uma abordagem que priorizava questões econômicas e sociais e apontava o crescimento populacional promovida a partir do êxodo urbano e o crescimento industrial.

A *Convenção Internacional dos Direitos da Criança* estava sendo elaborada pela Organização das Nações Unidas e seria publicada em novembro de 1989. De

Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica. Bogotá: UNICEF (1989).

³ Registra-se que essa afirmação não se aplica para o Brasil, haja vista que, na década de 1980, Brasília não se encontrava entre as capitais mais afetadas por esse problema. Entre as cidades que apresentavam mais problemas em relação às crianças e adolescentes, destacam-se: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza. Ver: Miranda (2021).

acordo com os estudos da historiadora Silvia Arend (2015), o debate e aprovação da Convenção Universal dos Direitos da Criança contou com a participação diplomática do Brasil, que também se tornou um dos países signatários. Segundo Arend, esse processo representou um desdobramento da atuação da Organização das Nações Unidas, na década de 1980, que “promoveu um longo debate entre seus estados membros e outras entidades políticas e econômicas com objetivo de produzir um documento pautado no ideário dos Direitos Humanos para a população infantojuvenil” (Arend, 2015, p. 31). Completa a pesquisadora:

Desde o início do século XX, filhos e filhas das famílias pobres foram considerados um problema social no Brasil. Todavia, em alguns momentos históricos esta questão adquiriu maior vulto e novos contornos. A sociedade brasileira, na década de 1970, passava por um intenso processo de urbanização. Populações oriundas de cidades pequenas e da zona rural migravam para os centros urbanos de médio e grande porte em busca de melhores condições de vida, entendidas, sobretudo, como possibilidade de acesso a um trabalho, mobilidade social e consumo moderno. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no início da década de 1980, o Brasil possuía 82.013.375 habitantes que viviam na zona urbana e 39.137.198 na zona rural (Arend, 2015, p. 40).

Mas quais as “alternativas” apresentadas pelo Unicef em relação ao “atendimento” aos meninos e meninas de rua? E como Paulo Freire contribuiu ou influenciou a atuação dos educadores e das educadoras? Para responder a esses questionamentos, proponho adentrarmos no debate sobre as práticas sociais e discursivas produzidas sobre os meninos e meninas de rua. Refletindo acerca desse tema, você percebe como para entender a atuação dos educadores é preciso conhecer antes as crianças e os adolescentes que eles buscavam “educar”?

Dos “menores de rua” aos meninos e meninas de rua: (re)conhecimentos e produções de enquadramentos

No decorrer das pesquisas realizadas, constatei que desde o final da década de 1970 a questão das infâncias e das juventudes fazia parte da pauta política de forma mais intensa. Contribuindo com esse processo de visibilidade das políticas públicas infantojuvenis, o Unicef dedicou-se à campanha do ano internacional da juventude, em 1979. Nesse processo, diferentes ações políticas foram realizadas, chegando a mobilizar diferentes segmentos da imprensa nacional, para quem a questão do abandono, da pobreza e da violência praticada contra crianças e adolescentes havia ganhado destaque no debate nacional. Foi desse modo que a questão dos meninos e meninas em situação de rua também foi intensamente debatida.

No Brasil, o Unicef lançou, em 1983, o *Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua*, em parceria com Secretaria de Ação Social (SAS) e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), que tinha como objetivo “garantir mecanismos de fortalecimento a partir de incentivos a organizações que executavam as mais diferentes propostas voltadas para meninos e meninas em situação de rua”, onde o “acompanhar e/ou monitorar se apresentava como uma forma de controle do organismo internacional em parceria com os governos militares” (Miranda, 2021, p. 208).

A partir dessa articulação, emergiu, anos depois, o *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, que, de acordo com seus registros, tinha diferentes objetivos; dentre eles, o de ser “um grupo de articulação e pressão por mudanças” e de fortalecer “as lutas populares pela reconquista do direito da cidadania” dos meninos e meninas em situação de rua (MNMMR, 1985).

A emergência do *Movimento* não pode ser analisada distante do cenário de ressurgimento dos movimentos organizados por mulheres, operários e operárias, negros e negras, trabalhadores e trabalhadoras do campo, professores e professoras e diferentes defensores dos direitos humanos, que passaram a questionar políticas e legislações produzidas nos sucessivos anos de governos presididos por militares.

Analisar o discurso do *Movimento* permite-nos articular conexões diretas com a rearticulação dos movimentos sociais, no período de redemocratização política vivenciada no Brasil naquele momento. De acordo com a pesquisadora Maria Helena Versiani, “[...] uma nova conjuntura da luta por direitos foi inaugurada, com a mobilização de trabalhadores e de amplas parcelas da sociedade”, que ao questionar os governos autoritários, implantados a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, formou “[...] uma heterogênea frente democrática pelos direitos humanos” (Versiani, 2015, p. 364).

Neste cenário de mudanças e reivindicações sociais, o *Movimento* questionava a lógica Funabem-Febem e o Código de Menores, de tal modo que o próprio conceito de “menor de rua” passou a ser colocado em questão. Foram registrados os objetivos, os princípios e a metodologia, assim como o conceito “meninos e meninas de rua” desses órgãos, afirmando ainda, nos seus “princípios norteadores”, que considerava “os meninos e meninas de rua como agentes de sua própria história, promotores de uma nova sociedade justa, fraterna e participativa, em conjunto com todos os segmentos oprimidos que hoje lutam por uma libertação” (MNMMR, 198-).

Ao analisar o discurso produzido pelo *Movimento*, a expressão “menor de rua”, bastante difundida no Brasil desde os anos finais do século XIX e, mais fortemente, a partir do Código de Menores de 1927, passava a ser questionada ou até abolida pelos integrantes do movimento. A expressão “menor de rua” foi frequentemente utilizada pelos operadores do Sistema de Justiça e pelo próprio atendimento do complexo Funabem-Febem. Estava nas legislações, mais notadamente no Código de Menores, e nos pareceres e sentenças judiciais, além de fazer parte da expressão oficial da burocracia socioassistencial e policial.

Conforme afirma a antropóloga Adriana Vianna, o “menor de rua” era aquele que, enquadrado como alguém que representava o perigo ou que poderia

tornar-se perigoso, atribuindo, portanto, à expressão “menor”, uma unidade simbólica marcada pelo aspecto correccional de prevenção, vigilância e punição. Para a pesquisadora, nesse processo, a lógica da menoridade ganhou contornos punitivistas, que fundamentaram práticas discursivas e sociais de muitas instituições de atendimento aos meninos e meninas categorizados como “menores de rua” (Vianna, 1999).

Desse processo de questionamentos e proposições, emerge um cenário efervescente de tensão entre os integrantes do *Movimento* e os representantes das instituições governamentais. De acordo com os estudos de Riccardo Lucchini (2003), esse processo foi marcado pela produção de um “sistema criança-rua”, em que a “tipologia das crianças” nessa situação sempre aparece como uma preocupação das pessoas/instituições que atuavam no “sistema”, passando a identificar a criança como um “personagem do cenário urbano”, produzindo imagens sobre os meninos e meninas.

A pesquisa sinaliza que nos anos de 1980 a expressão “menor de rua” passou a ser substituída por “crianças de rua”. A antropóloga Maria Filomena Gregori (2000), na década de 1980, defende que os chamados “meninos de rua” eram aqueles que estavam trabalhando “em biscates, esmolando, perambulando ou exercendo atividades ilícitas,” ou aquele que passava a ser identificado como as “crianças que trabalham nas ruas, mantêm vínculos familiares e frequentam escola, crianças que moram nas ruas com as famílias e crianças cujos vínculos familiares estão mais esgarçados” (Gregori, 2000, p. 20).

Chamamos a atenção também para o fato de que essa mudança do termo vem acompanhada por outra sensibilidade política, que questionava as ações higienizadoras e policiaescas produzidas em outros tempos. Esta forma diferente de perceber e praticar a política influenciou diversas intervenções, sendo esse processo marcado por novas preocupações, como: *Quantos estavam nas ruas? Quantos possuíam famílias? Quem eram os meninos e as meninas? Quantos dormiam ou passavam apenas uma parte do dia?*

De acordo com o trabalho de Fúlvia Rosemberg (2013), cabe ainda ressaltar que foi nesse período que as primeiras contagens de meninos e meninas passaram a ser realizadas. O resultado dessas pesquisas demonstrou que o número de meninos e meninas em situação de rua era muito mais abaixo que o noticiado pelo próprio Unicef, quando, no ano de 1981, em Nova York, chegou a afirmar, por meio do seu assessor Peter Taçon, que mais de 100 milhões de crianças viviam nas ruas (Rosemberg, 2013).

As pesquisas analisadas indicam que a contagem surpreendia inclusive o Unicef, pois os números não correspondiam às informações divulgadas. Para Fúlvia Rosemberg, as contagens foram marcadas por imprecisões estatísticas, inclusive a realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Unicef, em 1989, que apontava o número de 49,6 milhões de crianças em situação de rua no país. Para a pesquisadora, as imprecisões demonstravam a dificuldade de tipificar quem eram esses meninos e essas meninas a partir de suas práticas cotidianas e dos seus vínculos familiares (Rosemberg, 2013).

Esse processo, marcado por indefinições conceituais e imprecisões estatísticas, sinaliza como as primeiras ações e intervenções sociais foram

caracterizadas por limites e desafios de quem promovia as políticas e o atendimento aos meninos e meninas de rua. A partir dessas pesquisas, ressalta-se que tais mudanças trazem também preocupações antes não existentes, como em relação à própria trajetória identitária da criança e suas dimensões, tanto a física quanto a social, que passaram a ser consideradas, rompendo com a ideia generalista do “menor de rua”.

Os primeiros documentos produzidos pelo *Movimento* colocam em foco a participação dos meninos e meninas nos espaços de discussão política, buscando construir uma abordagem em que o termo “menor” passava a ser utilizado apenas para se referir ao Sistema de Justiça, enquanto a questão do “direito do menor” era abordada. Inclusive, o documento referente ao 1º *Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, realizado entre 26 e 28 de maio de 1986, em Brasília, dava destaque à opinião e às reivindicações das crianças e adolescentes acerca do direito à educação, à saúde e à segurança (MNMMR, 1985).

Foi nesse cenário que o Unicef passou a apoiar as primeiras pesquisas e projetos de intervenção no atendimento das crianças e adolescentes, destacando, inclusive, a questão de gênero. Dentre as pesquisas destacadas nesse período, encontra-se o de *Meninas da Vida*, produzida pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor e publicada em 1989. A investigação também tinha o objetivo de promover uma espécie de guia de orientação aos educadores e instituições de atendimento, chamando a atenção para as diferenças de gênero (Brasil, 1988).

O documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica* buscou produzir um enfoque do conceito de “criança de rua” que passou a ser colocado em tela. De acordo com os organizadores da obra:

Essas crianças são, em sua maioria, meninos e meninas entre sete e dezessete anos, que vivem na rua trabalhando para se sustentarem e/ou para ajudar no sustento de suas famílias, que sempre são pobres demais para atender às necessidades básicas dos seus filhos. Quando estão na rua, essas crianças são efetivamente desamparadas da proteção familiar e da comunidade, tornando-se, em consequência, vulneráveis à exploração por terceiros e uma variedade de perigos físicos e morais (UNICEF, 1989, p. 10).

Ao buscar definir o documento, também produziu uma espécie de classificação dos meninos e meninas a partir do registro de possíveis práticas produzidas por eles e elas nas ruas. No documento *Paulo Freire e os educadores de rua*, a criança e/ou adolescente que vivia em situação de vulnerabilidade nos espaços urbanos passou a ser classificada/o como:

[...] prematuramente adulta e busca meios para sobreviver nas ruas, como consequência de um sistema social que a marginaliza; atua, permanentemente, em atitude de defensiva frente às pessoas, como resposta ao maltrato físico de que é o objetivo por meio que o rodeia; satisfaz suas necessidades

básicas e reais na própria rua e com o seu grupo de pares, dorme, come e trabalha; enfrenta crescentes dificuldades escolares que a leva à repetência e abandono dos estudos; desenvolve habilidades especiais que lhe permite sobreviver; é um produto de carência de afeto familiar e social o que influi negativamente no seu crescimento harmônico integral; o menino de é forte, astuto dentro do seu próprio meio (UNICEF, 1989, p. 11).

É preciso analisar essa produção discursiva a partir da historicidade do texto, que, por sua vez, traduz a forma como as pessoas que organizaram essa obra concebiam as crianças e adolescentes nessa situação. O conjunto de características e adjetivações trazia elaborado os enquadramentos acerca da identidade dos meninos e meninas. Ao enquadrá-los, passou a reproduzir imagens e representações estigmatizadoras e generalizantes.

Há de se destacar que, ao perceber a criança e o adolescente como “produto da carência e de afeto familiar”, a autoria o fazia na perspectiva de que esses meninos e meninas eram objeto dos interesses adultos, negando-lhes a condição de sujeitos de suas histórias. Contudo, ao se referir aos meninos, “astuto dentro do seu próprio meio”, o documento conferia ao menino uma condição diferenciada em relação à das meninas, invisibilizando as práticas cotidianas de resistência e/ou sobrevivência delas.

Mesmo não abordando a questão das meninas em situação de rua, o documento implicitamente fazia a “diferenciação” em relação aos meninos. No decorrer da pesquisa, foi analisada a publicação *Meninas da Vida*, produzida pela Funabem em parceria com o Unicef, com o objetivo de colocar em tela as políticas de atendimento às meninas, o que sinaliza a preocupação das gestões e da equipe técnica dessas instituições em promover o debate sobre as especificidades do atendimento a partir das diferenças de gênero (Brasil, 1988).

Essa forma de “pensar” as crianças e os adolescentes – no que tange às suas diferenças e similitudes – reflete como esse tempo de mudanças também foi marcado pelas formas tradicionais ou conservadoras de conceber as crianças e suas infâncias. Como afirma Judith Butler (2017, p. 21), “[...] os ‘enquadramentos’ produzem o reconhecimento de vidas a partir de normatividades e este ‘ser enquadrado’ passa a ser desdobramento de poder que produz ‘esquemas de inteligibilidade’”.

Contudo, ao analisar a publicação, ressaltamos as fissuras, os pontos de divergência e as diferentes perspectivas de abordagem destacadas no decorrer da sua estrutura narrativa. Observa-se que a parte assinada por Paulo Freire vai de encontro à narrativa produzida pelos técnicos do Unicef, uma vez que para o educador há diferentes meninos, em razão das diferentes trajetórias de vida.

Evitando reproduzir uma perspectiva de “cartilha de enquadramentos”, Freire rompeu com a estrutura da publicação, trazendo para debate a relação entre educador e educando e como esse educador, na “cotidianidade”, se torna um educando (Freire, 1989). *Mas, como podemos pensar essas diferentes concepções de crianças em situação de rua nesse documento publicado pelo Unicef?*

Para responder a essa pergunta, é necessário entender a trajetória de Freire e sua relação com os educadores sociais.

Paulo Freire e os educadores sociais de rua: entre conhecimentos e reconhecimentos

Ao trazer no título *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, a publicação anuncia para os prováveis leitores e leitoras a possibilidade de conhecer a relação desse pensador da educação brasileira e os educadores sociais, à luz de uma perspectiva crítica. Ao nos debruçar sobre o documento, constatamos ser ele composto por diferentes autorias e possuir uma parte intitulada *Professor Paulo Freire e os educadores de rua*. Das 33 páginas, incluindo as pré-textuais (sumário e ficha catalográfica), o texto de Freire ocupa da página 17 a 33 da coleção, ou seja, um pouco mais da metade da obra.

Na década de 1980, Paulo Freire já era reconhecido nacional e internacionalmente como um educador que produziu uma metodologia pedagógica voltada a pessoas que não tinham tido acesso à escola formal na fase infantojuvenil. Nascido em Pernambuco e tendo sua atuação política e profissional marcada pela efervescência dos anos 1960, o educador vivenciou o processo pioneiro de alfabetização de adultos, que iniciou no Nordeste e daí se expandiu para o Brasil, em meio às interdições do Golpe Civil-Militar de 1964 (Paiva, 2003).

Freire era – como ainda hoje é – considerado uma referência para educadores e educadoras, haja vista o reconhecimento de seu método de alfabetização de pessoas em situações que ultrapassam os muros das escolas tradicionais. Depois das mobilizações nacionais produzidas pelo Movimento de Cultura Popular, pelo Movimento de Educação de Base e das experiências dos Círculos de Cultura e dos Centros de Cultura do Recife, no final da década de 1950, e das experiências internacionais de alfabetização no período do exílio (décadas de 1970 e 1980), o pensador passou a ser reconhecido pela metodologia que produziu, conhecida como “método Paulo Freire”. Para a pesquisadora Vanilda Paiva, além da influência das Comunidades Eclesiais de Base (Ceb’s) e dos movimentos de cultura popular:

O método Paulo Freire para educação dos adultos, sistematizado em 1962, representa tecnicamente uma combinação original das teorias da comunicação, da didática contemporânea e da psicologia moderna. Entretanto, o método deriva diretamente de ideias pedagógicas e filosóficas mais amplas: não era uma simples técnica neutra, mas todo um sistema coerente no qual a teoria informava a prática pedagógica e seus meios (Paiva, 2003, p. 279).

Daí a justificativa de promover sua contribuição nesse processo, pois se buscava produzir uma ação mais efetiva voltada à educação do educador.⁴ Nos finais da década de 1980, Freire já era fortemente reconhecido a partir da

⁴ Importante destacar que nesse período ainda não havia sido produzida a chamada “pedagogia social de rua”, que podemos considerar como um desdobramento do que se discute neste texto. Ver: Gracianni (2009).

sua obra *Pedagogia do Oprimido*, que influenciou os movimentos de educação popular na América Latina e na África, uma vez que trazia a reflexão sobre as contradições e desigualdades sociais e educacionais (Gracianni, 2009).

A partir de sua trajetória dedicada às populações mais vulnerabilizadas e marcadas pelas desigualdades sociais e educacionais, Freire passou a representar uma referência para os educadores/educadoras sociais que atuavam no atendimento de meninos e meninas. Ressalta-se que suas ideias influenciaram a forma como os próprios educadores produziram um discurso sobre si. *Mas quem eram “educadores de rua” e por que não trazer educadoras “de rua”?*

Nesse cenário de produção de práticas sociais e discursivas, essas agentes sociais assumiram uma participação protagonista na elaboração de uma proposta alternativa, haja vista o surgimento do *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, em 1985, organizado pelos/as agentes sociais diretamente envolvidos no atendimento e nas diferentes formas de assistência.

De acordo com pesquisador Walter Ferreira de Oliveira, em sua obra *Educação Social de Rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*, nos primeiros anos de atuação coletiva – por ele considerada “fase pioneira ou romântica” – os/as educadores buscaram produzir princípios para atuar, técnicas para abordar e metodologias para atender a meninos e meninas em situação de rua. Essas metodologias tinham como princípio reconhecer a cultura deles, suas condições precárias de saúde, a educação e sua relação com o universo familiar e comunitário (Oliveira, 2004).

Importante destacar, nessa reflexão proposta pelo autor, a própria ideia da fase “romântica” como uma produção discursiva sobre a identidade do/a educador/educadora. No decorrer da pesquisa, percebemos que os finais dos anos 1980 foram efervescentes sobre o debate do “perfil do educador”. Nesse debate de reconhecimento, percebem-se as tensões e as fissuras entre os chamados “românticos” – os que atuavam no processo a partir de diferentes ideais políticos e sociais – e os dos que passavam a se preocupar com as técnicas metodológicas, pedagógicas e uma racionalização do atendimento.

O já mencionado documento publicado pela Funabem (1989), *Meninas da Vida*, já sinalizava a preocupação como os “modos de entender e de agir” em sua atuação, procurando estabelecer uma proposta de atendimento às meninas em situação de rua, ressaltando como esses agentes “não deveriam agir como psicólogos ou planejadores sociais” (Brasil, 1988, p. 14). Tal documento coloca em tela a preocupação de perceber as diferenças de gênero e, com ela, a preocupação em produzir regras para o procedimento de atendimento.

Entrecruzar tais fontes documentais - as que trazem os registros das práticas políticas de controle social - desvela um cenário marcado por tentativas de produzir uma “sociedade educativa” para além das pedagogias tradicionais, haja vista o cenário de desigualdade social e econômica vivida no final da década de 1980. Assim, como afirma o historiador Carlos Ernesto Nogueira-Ramirez (2011), a modernidade fundou uma prática na qual as práticas pedagógicas oficiais estavam atreladas às formas de controle do Estado, produzindo uma educação a serviço do controle dos governos e das suas governamentalidades.

Neste sentido, para entender o documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*, é preciso analisar o cenário de sua publicação e divulgação, fortemente marcado por esse movimento de conhecimento e reconhecimento produzido pelo Unicef e pelos segmentos governamentais, a exemplo da Funabem. Percebe-se que esse momento histórico foi marcado por muitas fissuras – e, por que não afirmar disputas? – que marcaram e demarcaram uma nova forma de pensar a própria criança e o/a adolescente em situação de rua.

Nesse contexto, a publicação do Unicef trazia uma característica comum às outras publicações produzidas na época, ao elaborar uma obra para divulgação de quem eram o menino e a menina e como deveriam “pensar e agir” o educador e a educadora que lhes atendia nos espaços físicos e sociais das ruas. Esse processo era marcado por uma espécie de elaboração de um guia, de uma cartilha, que tinha como objetivo estabelecer padrões de atendimento considerados por essas instituições como “ideais” no processo de assistência. Para os organizadores de *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica*:

Deverão ser feitos importantes esforços para a seleção e formação de recursos humanos capazes de levar adiante e com êxito os modelos de atenção propostos, já testados e avaliados nos países promotores. Dentro desta necessidade de capacitar merece menção especial ao Educador de Rua (UNICEF, 1989, p. 8).

Esse trecho coloca em tela a preocupação de pedagogizar a atuação do educador social a partir de “modelos” de propostas de atendimento já “testadas” com êxito, o que fez a instituição produzir um movimento de mobilização em torno da chamada “capacitação” nos países em que ela atuava. Essa passagem suscita muitas discussões, uma vez que a própria ideia de “modelo” precisa ser problematizada à luz dos interesses políticos do Unicef, que, ao buscar intervir no processo, trazia consigo uma proposta considerada em si “ideal”.

Ao se debruçar sobre a contribuição de Freire, observa-se, inicialmente, que seu texto surgiu de um processo de diálogo com os próprios educadores/educadoras presentes no encontro. A narrativa produzida é marcada pelo resultado de um diálogo coletivo, no qual a fala dos educadores/educadoras de rua é destacada como ponto de partida.

Em seu texto, Freire parece concordar com as falas apresentadas, chegando a afirmar estar de acordo com 95% das exposições; contudo, chamava a atenção para a questão da relação do educando e do educador no cenário cotidiano de sua atuação, com foco na questão “autoridade”. Para Freire:

A questão é saber: que tipo de educador é esse, a serviço de quem, quais os métodos e a coerência entre o sonho político do educado, a sua utopia e os métodos de trabalho que ele usa. Agora, será que esse educador substantivamente democrático, não é também um educando? E isso é uma coisa que alguns educadores não entendem na postura teórica.

Quando afirmamos que o educador também é um educando não estamos anulando as diferenças fundamentais entre eles. O que é preciso é saber "transar" essa diferença. O autoritário é exatamente o educador que jamais se surpreende sendo educado pelo educando, dentro do processo de que os dois participam (Freire, 1989, p. 21).

Ainda utilizando a expressão "menor", Freire trouxe em seu texto aspectos relacionados à relação entre educador e educando. Ressalta-se que a expressão 'educando' aparece pela primeira vez no documento, o que representa uma nova forma de perceber os meninos e meninas em situação de rua. Esta "nova forma" está sintonizada com a ideia de humanização do atendimento por ele defendido, indicando que crianças e adolescentes deveriam ser concebidos como parceiros no decorrer do processo educativo, buscando, então, produzir uma proposta que se distanciava da ideia do "menor de rua".

Para Freire, no processo educativo vivido nas ruas, deveria romper-se com as lógicas institucionais aplicadas nos espaços tradicionais de educação, e as relações deveriam ser pautadas nas trajetórias de vida dos educadores e dos educandos. Nesse processo, outras subjetividades eram vivenciadas:

Colocar-se como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança seus valores e suas expectativas. [...] Na convivência com os menores de rua, de feiras, de praças e mercados, o educador poderá propiciar condições para efetivar situações grupais autênticas onde se possa captar as expectativas, histórias de vida, valores, etc. através da real participação do menor. É necessário ouvir o menor, ouvir seus sentimentos, seu olhar, seus gestos, seu semblante, suas emoções (Freire, 1989, p. 13).

No trecho acima, Freire afirma que o atendimento se faz nas relações cotidianas entre os educadores e os educandos. Outros horizontes de possibilidades passaram a ser colocados em tela, quando foram destacadas as relações subjetivas, marcadas por uma proposta em que a mente e o corpo integravam os processos educativos. O olhar, o falar, ouvir aparecem como condições fundamentais para o processo educativo.

A análise do discurso produzido por Freire rompe com a tentativa de estabelecer padrões de atendimento, normativas sobre os modos de agir e pensar voltadas a educadores e a educadoras, afirmando que "[...] quem trabalha no campo da educação na rua, sabe uma porção de coisas que descobriu, que a rua lhes ensinou" (Freire, 1989, p. 24), ou seja, trazendo a rua não apenas como espaço de troca de saberes e de conhecimento, mas laboratório para o aprendizado do próprio educador.

Freire, nessa perspectiva, rompe com a ideia da rua como espaço de conflito, de tensão, de violência, trazendo para aquele encontro com educadores/educadoras a possibilidade da rua como um espaço de produção de conhecimento,

de novos aprendizados, produzidos a partir dos diferentes viveres. O cotidiano da rua passou a ser percebido como plural e aberto para diferentes formas de aprender e de ensinar.

O entrecruzamento da leitura do documento *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica* com outras fontes documentais produzidas pelas instituições parceiras do Unicef, a exemplo da Funabem, levou-nos a perceber que, no período em foco, existiu uma mobilização voltada à produção de um controle sobre os agentes sociais que atuavam diretamente no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua. Esse movimento buscou produzir uma governabilidade sobre os chamados educadores/educadoras de rua.

Analisando a documentação, não encontramos indícios de que Paulo Freire tenha desenvolvido uma metodologia específica para população de rua; apenas que seus pensamentos influenciaram mais notadamente os educadores/educadoras que atuavam nas organizações políticas e movimentos sociais.

Não é possível mensurar os impactos dessas mobilizações e o do emblemático encontro com Paulo Freire. Contudo, os documentos pesquisados indicam que, além das propostas do Unicef e da Funabem de formação para os educadores, o *Movimento* buscou produzir e articular suas ações educativas, fazendo emergir, anos depois, a chamada *Pedagogia Social de Rua*, advinda das experiências de pessoas que integraram o *Movimento* e se dedicaram a produzir seus estudos e pesquisas, ocupando, inclusive, espaços como universidades e centros de estudos, rompendo com diferentes barreiras sociais e institucionais, como afirma a pedagoga Maria Stela Gracianni (2009).

É importante registrar, também, que esse processo foi marcado por fissuras e questionamentos, mas que geraram a autonomia do próprio *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, que, em suas linhas de ação buscou produzir centros formativos, ações de formação e de trocas pedagógicas, elaborando metodologias a partir de suas vivências. No documento *Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (origem, princípios norteadores...)*, já estava presente a proposta de “criar oportunidade de formação, treinamento e reciclagem de pessoas que trabalham diretamente com a criança” em situação de rua (MNMMR, 1985).

Entre práticas de conhecimento e reconhecimento, é possível afirmar que o enquadramento dos educadores/educadoras foi forjado no movimento dialógico entre setores governamentais e organizações políticas nacionais e internacionais, que procuraram produzir diferentes estratégias de legitimidade. O universo complexo da educação nas ruas traduz um cenário de desigualdades sociais e econômicas que meninos e meninas vivenciavam no cotidiano, quando a prática de educadores/educadoras ganhou protagonismo no bojo da tentativa de criação de uma governamentalidade de rua, e suas diferentes populações.

É possível educar as crianças e adolescentes nas ruas? À guisa de considerações finais

Debruçar-me sobre os documentos que registram a atuação do Unicef na década de 1980 fez-me analisar como foram produzidas as narrativas sobre a assistência voltada às crianças e adolescentes em situação de rua. A publicação *Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica* se apresenta como

resultado das diferentes ações socioassistenciais destinadas às famílias em situação de pobreza, que registra, além dos projetos e programas desenvolvidos por essa organização internacional, o conceito de “menino de rua” e sua relação com o trabalho do “educador de rua”.

A obra foi organizada e publicada no momento histórico de mudanças e tensões políticas que geraram, por parte das instituições governamentais e do próprio Unicef, uma atuação marcada por práticas políticas de classificação, codificação e enquadramento desses agentes sociais. Entre estratégias de conhecimento e reconhecimento, o interesse por parte da instituição de elaborar cartilhas de orientação, destinadas aos “modos de pensar e de agir”, desdobrou-se em uma espécie de controle social sobre os educadores/educadoras e das próprias crianças e adolescentes em situação de rua.

Com o passar do tempo, os educadores/educadoras se legitimaram como referências no atendimento, uma vez que produziam diferentes modos e práticas de assistência. Eles tinham como foco a abordagem, o acompanhamento dos diferentes casos e trajetórias de vida, procurando “pedagogizar” o atendimento a partir de uma abordagem humanizadora, diferenciando-se de uma perspectiva mais de controle, de coerção. Eram homens e mulheres com diferentes formações escolares e acadêmicas, ou até sem escolaridade completa, de diferentes religiões, tendo sua maioria atingido a maioridade, ou seja, eram maiores de 18 anos (Miranda, 2021).

Os documentos analisados evidenciam como os educativos pensaram as concepções de criança e de adolescentes em situação de rua que estavam sendo produzidas na época. Foi nesse momento histórico que assistimos ao visibilizar de “outras” maneiras de atender à criança e ao adolescente em situação de rua e de os conceber, rompendo com a lógica do “menor de rua”. Os registros nos permitiram colocar na seara do debate a maneira como as estratégias de enquadramento desafiaram gestores e equipes técnicas das instituições envolvidas, mas sinalizaram que educadores/educadoras – assim como meninos/meninas – se apresentavam de forma plural em termos de identidade e diversos na maneira de atuar e de viver suas diferentes trajetórias.

Sim. Foi possível – assim como é possível – educar crianças/adolescentes em situação de rua. A História tem sinalizado que, ao romper com lógicas tradicionais de educação e de ensino, homens e mulheres, crianças e adolescentes, têm aprendido e ensinado coletivamente, gerando fissuras e possibilidades de ressignificação dos espaços físicos e sociais e mais notadamente reconstruídos conviveres.

Olhar para o passado é perceber que, frente às estratégias de enquadramentos, assistimos a movimentos de mudança que se materializaram nas táticas de sobrevivências e resistências cotidianas. À luz do conhecimento histórico, é possível afirmar que a vida é movimento e que com os movimentos da vida aprendemos que a História também pode ser protagonizada por homens e mulheres que forjaram suas trajetórias de vida nas ruas e que meninos/meninas, mesmo em diferentes situações de vulnerabilidade social, podem tornar-se protagonistas de suas trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS

- AREND, S. M. F. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, 2015.
- BRASIL. **1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua** (Cartilha). Goiás: Editora Redentorista, 1988.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FREIRE, P. **Paulo Freire e os educadores de rua**: uma abordagem crítica. Bogotá: Unicef, 1989.
- FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996.
- FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor. **Meninas da Vida**. Rio de Janeiro: Funabem, 1989.
- GRACIANNI, M. S. **Pedagogia Social de Rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Vozes, 2009.
- GREGORI, M. F. **Viração**: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZINI, I. (Org.). **Vidas nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: PUC/Rio, 2003. p. 45-86.
- MIRANDA, H. da S. Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 13, n. 25, p. 200-222, 2021.
- MIRANDA, H. da S. **Entre ruas e praças**: histórias do movimento nacional de meninos e meninas de rua. Recife: UFRPE/Liceu, 2021.
- MIRANDA, H. da S. Operação Papai Noel e as crianças em situação de rua: vivências e testemunhos de infâncias perdidas (Recife - década de 1980). **Revista Brasileira de História Oral**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 31- 42, 2019.
- MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua). **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua** (origem, princípios norteadores, objetivos, ações básicas, estrutura e organização, sede). Panfleto. Brasília, 1985.
- MORELLI, A. J. **A criança, o menor e a lei**: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimizabilidade. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.
- NASCIMENTO, A. C. do. **A sorte dos enjeitados**. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.
- NOGUEIRA-RAMIREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade**: ou da Modernidade como uma sociedade educativa. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, W. F. de. **Educação Social de Rua**: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Paulo Freire e os educadores de rua**: uma abordagem crítica. Bogotá: Unicef, 1989.
- ROSEMBERG, F. O discurso sobre a criança de rua na década de 80. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 87, p. 71-81, 2013.
- VIANNA, A. de R. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910–1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VERSIANI, M. H. Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia. *In*: QUADRAT, S. V. (Org.). **Não foi o tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 2015. p. 371-394.

JUVENTUDE(S) E UNIVERSIDADES NO BRASIL: ANÁLISE DE UMA INVISIBILIZAÇÃO (2004-2020)

<https://dx.doi.org/10.18616/cart10>

Thiago Reisdorfer

Andar pelos corredores, pátios e outros espaços de uma universidade brasileira no início da década de 2020 implica deparar-se com uma diversidade cada vez maior de juventudes. De dentro de sua diversidade de lugares sociais, muitos compartilham elementos em comum, em especial, sua condição juvenil. No presente texto, buscaremos pensar como as instituições universitárias, mais especificamente as universidades federais brasileiras, têm (ou não) incorporado essa condição enquanto elemento de sua organização. Nossas análises encaminham a percepção de que no Brasil as universidades têm constituído e reproduzido uma estrutura adultocêntrica e os universitários não são percebidos enquanto jovens com práticas, sociabilidades e vivências legítimas e relevantes, mas apenas como “alunos”, invisibilizando, dessa forma, importantes aspectos de suas experiências universitárias.

A problematização das formas como as Universidades Federais (UFs) abordam a condição juvenil em suas narrativas e planejamentos é complexa. Para que possamos abordar essa questão mobilizaremos a análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das UFs no período de 2004-2020. Com essa fonte temos acesso a um conjunto de documentação que permite entrever diferentes dimensões das narrativas oficiais dessas instituições. E por ser um documento obrigatório para todas as UFs também permite elementos de comparação e quantificação úteis para nossa análise. Ao mesmo tempo, a mobilização dessa documentação (161 PDIs) implica na necessidade de recortes para viabilizar a análise e a produção de trabalhos sobre o assunto. Nossa proposta permitiu um levantamento qualitativo das missões institucionais que serão exploradas em nosso trabalho. Optamos por focar nossos olhares nas Missões Institucionais¹ das UFs buscando perceber como os jovens universitários são incorporados dentro destas.

Abordar o conjunto dessas instituições e, mesmo que de maneira limitada, ao momento de planejamento institucional, suas formas de pensar a população universitária traz questões para além das fontes. Trabalhamos com um conjunto diverso e complexo de instituições de portes, historicidades, organização e lugares distintos. Uma das questões é o fato de que o Brasil conta com instituições universitárias relativamente jovens, quando comparado ao contexto europeu e latino-americano. Mesmo dentre essas instituições nacionais, temos diferenças significativas. Enquanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem cerca de um século de existência, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foram criadas em 2010; a Universidade Federal do Delta,

¹ Este item indicado para todos os PDIs busca expressar, como afirma Souza *et al.* (2013), aquela que seria a razão maior da existência das instituições.

do Parnaíba (UFDPAr), em 2016. Entre esses extremos, temos toda a construção da vasta e desigual rede universitária brasileira ao longo dos séculos XX e XXI. Essa diversidade, nesse ambiente, implica também a existência de múltiplas experiências juvenis. Diversidades de renda, étnicas, de gênero, de interesses acadêmicos, etc., compõem mais um conjunto de dimensões em nosso problema.

Para pensar essas questões, nos ampararemos no diálogo teórico e historiográfico (sem deixar de lado outros campos do conhecimento), visando a qualificar nosso olhar. Para tanto, privilegiaremos uma discussão aprofundando três eixos: as juventudes, o adultocentrismo na história das universidades brasileiras e sua confluência no Tempo Presente. É a partir dos entrelaçamentos dessas discussões que poderemos compreender as formas como as UFs se relacionam com as juventudes universitárias em seus planejamentos.

Juventudes e adultocentrismo: uma breve conceituação

Para pensar nosso objeto historicamente, precisamos compreender sua constituição ao longo do tempo, buscando perceber no presente sua densidade temporal. Dessa forma, faz-se necessário um trabalho de historicização e compreensão de estruturas sociais em que as universidades e juventudes brasileiras se imbriquem. Esta relação foi permeada por diferentes eixos estruturantes. Em nosso caso, focaremos o “adultocentrismo”.

O primeiro elemento dessa historicização é a compreensão de que a sociedade ocidental é caracterizada pelo adultocentrismo. Tal proposição é apresentada e sustentada Claudio Quapper, sociólogo chileno, em texto de 2012:

Un sistema de dominación que delimita accesos y clausuras a ciertos bienes, a partir de una concepción de tareas de desarrollo que a cada clase de edad le corresponderían, según la definición de sus posiciones en la estructura social, lo que incide en la calidad de sus despliegues como sujetos y sujetas. Es de dominación ya que se asientan las capacidades y posibilidades de decisión y control social, económico y político en quienes desempeñan roles que son definidos como inherentes a la adultez y, en el mismo movimiento, los de quienes desempeñan roles definidos como subordinados: niños, niñas, jóvenes, ancianos y ancianas (Quapper, 2012, p. 111).

A estruturação da sociedade ocidental, como hierarquia com determinados grupos sociais em seu “topo”, não é nenhuma novidade. A hierarquização por elementos de classe, étnicos, culturais ou militares é um lugar-comum e um dos focos de análises intelectuais nos mais diferentes campos do conhecimento. A identificação e a problematização a partir do “adultocentrismo” contribuem com um elemento adicional de complexidade nessa hierarquização. Mostra, além de elementos de classe, elementos étnicos ou de predomínio cultural, idade e sua percepção histórica e social seriam fundamentais para a compreensão de nossas hierarquias sociais. Nessa perspectiva, tanto crianças, adolescentes e jovens

(conceitos social e historicamente móveis), quanto idosos (conceito igualmente relativo à historicidade sob observação), seriam submetidos, em grande medida, a estruturas de poder que direcionam o controle social para os considerados “adultos”. Desta forma, ficariam subordinados todos os que não se encaixam nos parâmetros socioculturais de “adultez”.

Essa hierarquização, como aponta Quapper (2012), está entrelaçada com outras estruturas de legitimação e perpetuação do poder social, como, por exemplo, renda e gênero. Assim, sujeitos ricos ou pobres, homens ou mulheres, brancos ou negros, experimentam relações entre juventude, aduldez e velhice de maneiras distintas. A experiência, e mesmo a “longevidade”, da condição juvenil é distinta para cada um desses grupos. Enquanto jovens pobres, negros e/ou indígenas, pais e mães de pouca idade têm a condição juvenil encurtada ou vetada, jovens ricos, especialmente homens brancos, possuem diversas formas de exercer e ampliar a sua juventude. Desta forma, no âmbito da sincronicidade temporal, temos distintas experiências e hierarquizações. Esta multiplicidade se repete ao nos debruçarmos sobre a diacronia.

A estruturação de nossa sociedade a partir de uma lógica adultocêntrica não é uma novidade da contemporaneidade. De diferentes maneiras, essa dominação social pelo mundo adulto (geralmente masculino) remonta a sociedades primevas, que estabeleciam ritos de passagem para as estruturas de poder, para decisões políticas, econômicas e para o universo sexual (Quapper, 2012). O momento, as formas e as relações estabelecidas na passagem para o mundo adulto se transformaram no mundo antigo grego e romano, e no mundo medieval. Entretanto, o núcleo do poder continuou restrito ao mundo adulto e patriarcal. Importa destacar que o mundo adulto, nessas sociedades, é delimitado especialmente pela maturidade sexual (possibilidade de ter filhos) e/ou pela disponibilidade para a guerra.

É na modernidade, por transformações nos mecanismos de produção, bem como pela ampliação nas capacidades e necessidades econômicas e culturais por maior tempo dedicado à educação, que há um processo de prolongamento do período até a vida adulta. Um olhar retrospectivo superficial pode dar a impressão de uma linearidade nessa ampliação. Entretanto, esta ocorrerá em ritmos distintos, a depender das historicidades que cada historiador observar.

Há uma aceleração deste processo com o advento das tecnologias e estruturas de produção capitalistas, cada vez mais complexas ao longo do século XX. Estas condições demandaram uma ampliação ainda maior do período formativo, levando, nos países mais ricos, especialmente Europa, Estados Unidos e URSS, à universalização do sistema de ensino fundamental e a uma proliferação do ensino técnico e universitário.

Já a partir dos anos 1940, a indústria cultural construiu um lugar de destaque como espaço de produção e disseminação de um imaginário e de uma idealização da juventude como momento privilegiado da vida. O cinema, o rádio, a música e a propaganda constroem uma imagem da juventude como um momento de liberdade, rebeldia e experimentação. (Viteck, 2009). Esse processo culmina nos anos 1960, com o imbricamento da ascensão do *Rock'n Roll*, a expansão do ensino universitário nos países centrais e as revoltas de 1968, tanto as mobilizadas a partir de juventudes universitárias (simbolizadas pelo caso

francês), quanto a resistência ao comunismo (Tchecoslováquia), as marchas por direitos civis (EUA), entre outras.

O caso das juventudes brasileiras é permeado por uma série de especificidades. Primeiramente, enquanto os países ricos passavam pelo processo de revolução industrial e pela modernização alavancada pela Revolução Francesa, o Brasil continuava a ser colônia portuguesa até 1822 e a manter a escravidão até 1888. Esses dois aspectos têm implicações centrais para as juventudes brasileiras. A escravidão implicará a exclusão da população negra e parda das instâncias identificadas com a experiência juvenil, com impactos de longa duração através da combinação do adultocentrismo e do racismo nas formas como essas juventudes serão percebidas socialmente. Ao mesmo tempo, a estrutura latifundiária e agrária da sociedade brasileira implicará a ausência de políticas de alfabetização universal e, também, a restrição de acesso aos níveis de ensino. O próprio sistema universitário será impactado pelas relações estabelecidas a partir do colonialismo e, posteriormente, da resistência das elites agrárias na implantação de um sistema universitário (Cunha, 2007a; Fávero, 2008). A primeira universidade no Brasil surge apenas no século XX, com a então Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ). O contexto estudantil, quando percebido em conjunto com a exclusão social das juventudes negras e a baixa urbanização e industrialização brasileira nesse período, implica a necessidade de se destacar essas especificidades das juventudes brasileiras.

A estruturação da sociedade a partir de uma lógica adultocêntrica pode parecer contraditória quando pensamos na centralidade que imagens e representações juvenis assumiram na sociedade ocidental do século XX, em especial a partir de sua segunda metade. Entretanto, ao pensarmos historicamente essa relação, podemos perceber que a contradição aparente é causada pela “confusão” entre idealização de uma imagem de juventude e seus produtores. Enquanto a “juventude” é alvo de idealização, isso é feito, em grande medida, por uma estrutura baseada no *marketing* e na lógica do consumo, que subvertem possíveis ganhos sociais, culturais e econômicos das juventudes em direção aos controladores do poder político e econômico da sociedade ocidental, ou seja, aos “adultos”. Enquanto uns poucos grupos juvenis conseguem se apropriar do capital financeiro e social gerado por essa idealização (bandas, atores, algumas lideranças políticas), a maior parte das juventudes, em especial as de não brancos, mulheres, LGBT e as da população mais pobre continuam excluídas de seus benefícios. O trabalho, a Igreja, a política, as escolas e as universidades continuam a ser governadas por adultos e a partir de uma lógica de perpetuação dessas relações de poder adultocêntricas.

Neste texto, abordamos a forma como essa estrutura adultocêntrica historicamente construída impacta na forma como as juventudes têm sido percebidas pelas universidades brasileiras. Como já enunciamos anteriormente, a criação de universidades no Brasil será impactada pela resistência de elites locais a esse processo (Cunha, 2007b). Isso leva a um número bastante restrito e elitizado de oferta de vagas e instituições no Brasil. O próprio modelo de gestão institucional no qual essas universidades se fundam afetou as formas como as juventudes ali se inseriram. Até 1968, vigorou o sistema de cátedra

(Cunha, 2007b; Almeida Filho, 2008), que centralizava poderes e decisões nas mãos de professores com longa trajetória acadêmica. É no bojo da modernização conservadora (Motta, 2014) e das reivindicações estudantis capitaneadas pela UNE na década de 1960 que a Reforma Universitária (elaborada e implantada autoritariamente pelo governo militar) extingue a cátedra e transforma elementos da administração, do acesso e da organização das universidades brasileiras.

No bojo das transformações sociais e políticas da redemocratização, as universidades são impactadas pela maior abertura política e pela redução dos constrangimentos e censuras no âmbito do ensino e pesquisa. Entretanto, as estruturas organizacionais e os projetos institucionais não se transformam com profundidade (Reisdorfer, 2018). É só nos anos 2000, com o governo Lula e as políticas de expansão de vagas, com a democratização do acesso e das cotas sociais e raciais que temos uma ampla transformação de públicos e, mesmo, de estrutura nas instituições. A inserção de camadas populares e da população negra e parda em maior número impactou a experiência universitária.

Tendo em vista esses contextos, que entrecruzam um processo de expansão e diversificação do estudantado das universidades brasileiras e, conforme destacado por Quapper, a permanência do adultocentrismo como elemento estruturador das relações da sociedade contemporânea com as juventudes, passamos a analisar as formas como as UFs incorporam (ou não) as juventudes, suas sociabilidades, saberes, culturas e preocupações em seu planejamento institucional. Para tanto, analisaremos as missões institucionais das universidades federais, tentando perceber de que maneira elas percebem o público estudantil e com ele se relacionam.

As juventudes nas missões institucionais: pistas de um esquecimento

Como enunciado anteriormente, nossas fontes de pesquisa são compostas pelas missões institucionais das universidades federais brasileiras, apresentados em seus planos de desenvolvimento institucional, os PDIs. Estes documentos fazem parte de um projeto de modernização do sistema de planejamento e avaliação do sistema universitário nacional. Em 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), prevê-se um Plano Nacional de Educação. Este documento foi publicado, pela primeira vez, em 2001 com validade de dez anos. No PNE 2001-2011, está previsto, pela primeira vez, a criação sistemática de PDIs para as universidades. Entretanto, é só em 2004, com a Lei 10.861/2004, responsável pela criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que esta documentação se disseminou pelas UFs.

Em 2006 ocorre a regulamentação dos PDIs através do Decreto 5.773/2006 e, posteriormente, pelo Decreto 9.235/2017. Em termos gerais, estes documentos são compostos por: histórico da instituição; missão; objetivos e metas; projeto pedagógico da instituição (PPI); planejamento de implantação e ampliação de cursos; organização administrativa; dados e planejamento referentes ao corpo docente e técnico; infraestrutura. Esse conjunto de informações gera um importante volume de dados que podem ser mobilizados em diferentes perspectivas para pensar as universidades, seus planejamentos, as formas como se relacionam com

os diferentes membros de seu corpo institucional, com a comunidade externa, com os campos do conhecimento, etc.

Um dos potenciais desta documentação é a possibilidade de geração de dados comuns para um conjunto que é, como já dito, profundamente diverso. A padronização da estrutura do planejamento facilita que preocupações, representações e informações possam ser comparadas, cotejadas e suas historicidades compartilhadas, problematizadas. Por outro lado, entendemos que essa documentação, como qualquer outra, possui limitações. Estruturas de planejamento não necessariamente abrigam e reproduzem a riqueza da diversidade a partir das quais são construídas. Elaboradas em instituições que, por força de lei, são geridas por uma representação majoritária (70%) do corpo docente,² os PDIs são construídos em relação a essa representação em que o corpo técnico e discente tem apenas 30% de representação em conselhos deliberativos. Além disso, é importante destacar que a existência de um documento de planejamento não necessariamente implica que este teve ou terá reverberação dentro do dia a dia da comunidade universitária. Desta forma, nossas análises levam em consideração tanto essa importância contextualizada e relativa da documentação, quanto a composição da estrutura produtora e deliberativa do processo de elaboração dos PDIs.

Em relação à composição, faz-se necessário nos debruçar por mais algumas linhas. Não é uma novidade ou uma inovação brasileira a estrutura administrativa de uma universidade ser pautada no corpo docente. Sistemas universitários do mundo inteiro organizam suas administrações superiores através de diferentes formas de mobilização e organização do professorado. Entretanto, essa não é uma organização “natural” ou “óbvia”. Como todo fenômeno social, tais sistemas são constituídos no tensionamento de grupos e relações historicamente constituídos. Temos, em diferentes países, composições distintas na organização universitária. Nos EUA, com um sistema de ensino superior pautado na proliferação de instituições filantrópicas (como a chamada *IVY league*),³ os doadores de recursos financeiros e materiais para as instituições possuem uma capacidade de pressão sobre a administração. Esses doadores não necessariamente fazem parte da instituição. Podem ser empresas, indivíduos, organizações de ex-alunos, etc. Na Argentina, a Reforma de Córdoba de 1918 gerou um sistema (em grande medida já abandonado) específico de gestão. Ali se propôs, e foi institucionalizada, uma gestão composta por 33% de docentes, 33% de estudantes e 33% de ex-alunos. Dessa forma, a gestão ficava nas mãos do corpo discente, atual ou passado.

² A LDB, em seu Art. 56. afirma: “As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes” (LDB, 1996).

³ Conjunto de oito instituições da elite universitária estadunidense. Entre elas, estão a Harvard University, Columbia University, a Princeton University, a Yale University, etc. Importa destacar que, apesar de serem divulgadas no Brasil como exemplos de uma suposta superioridade das instituições privadas sobre as públicas, nenhuma delas é privada ou possui fins lucrativos. Todas são instituições de ensino sem fins lucrativos, com mensalidades e anuidades destinadas à manutenção da instituição.

É necessário questionarmos de que forma esta estrutura histórica das universidades brasileiras impacta a maneira como as juventudes universitárias serão percebidas. Afinal, estamos diante de uma estrutura que reproduz linhas geracionais que compõem o adultocentrismo já apontado. No sistema universitário brasileiro, em especial nas universidades federais, a idade de ingresso, as condições financeiras, culturais e intelectuais fazem com que o corpo docente seja formado em grande parte por adultos e, em menor medida, por sujeitos idosos. A graduação, o mestrado, o doutorado levam em torno de dez anos, fazendo com que a docência universitária seja exercida após um caminho de amadurecimento intelectual que coloca esse grupo fora das juventudes brasileiras, mesmo que, em tese, alguém possa concluir o doutorado aos 27 anos, ou ainda antes.⁴ Desta forma, temos as estruturas de poder das universidades nas mãos de adultos, com participação minoritária das juventudes. Não pretendemos, com esse argumento, aqui defender uma inversão na relação, uma situação em que os estudantes tenham o controle da instituição (a própria relativa rapidez da experiência estudantil, cerca de quatro anos de graduação, traria dificuldades para a estabilidade do sistema), mas sim, pensar que as instituições universitárias, mesmo numericamente compostas por um grupo muito maior de estudantes jovens do que funcionários e docentes, é administrada por estes últimos.

Dessa forma, faz-se necessário questionar as implicações dessas relações em relação à forma como as juventudes se inserem e são percebidas por tais instituições. Nosso esforço será o de buscar pistas e caminhos para compreender esse problema. Para tanto, precisamos destacar, primeiramente, o corpo documental que abordaremos para pensar esse contexto. As tabelas abaixo apresentam o volume de PDIs que as instituições publicaram ao longo dos anos. Tendo em vista que estes documentos têm validade plurianual, contabilizamos o número de PDIs em vigência a cada ano. Na tabela seguinte, é apresentado o número de PDIs que elenca a missão institucional da UF. Dentro da variedade de formas de produção desta documentação, mesmo com a orientação para que todas as instituições apresentem suas missões, nem todas as UFs o fazem, conforme tabelas a seguir (Tab.1 e 2).

Tabela 1 - Universidades com PDI em vigor a cada ano

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Quantidade	12	15	20	22	26	32	39	42	
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade	47	50	54	55	59	56	55	56	50

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados extraídos dos PDIs das Universidades Federais Brasileiras (2004 - 2020).

⁴ Pensamos aqui com Saintout (2009), para quem a estabilidade financeira e profissional é uma das marcas que a sociedade e os indivíduos identificam como característica da vida adulta.

Tabela 2 - PDIs com missão institucional

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Quantidade	11	14	19	21	24	29	36	36	
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade	42	46	51	53	58	55	53	55	50

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados extraídos dos PDIs das Universidades Federais Brasileiras (2004 – 2020).

Como podemos perceber nas tabelas, a partir de 2004 um número crescente de UFs produziu PDIs. Na maioria dos casos, há a apresentação da missão institucional, como pode ser percebido pela Tabela 2 - Entretanto, a existência dos PDIs e a presença de missão institucional nesses documentos não implica a possibilidade de se perceber nestes excertos as formas como as juventudes são percebidas. Em alguns casos, as missões institucionais não abordam a relação universidade/juventudes/estudantes. Podemos ver um exemplo na Missão Institucional da Universidade Federal do ABC (UFABC), apresentada no PDI de 2013, com validade até 2021:

Promover o avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social. (PDI UFABC, 2013, p. 11).

Esta missão institucional atende às demandas legais de nomeação e identificação dos princípios básicos que constituem aquilo que a UFABC entende ser sua função e missão. Entretanto, quando observada a partir das preocupações presentes neste texto, vemos uma missão institucional com um texto genérico, que em nenhum momento deixa claro como a instituição articula sua missão com sua comunidade estudantil e juvenil. Em que pese a menção à “inclusão social” no final do excerto, não se faz menção à forma como seus estudantes estão articulados a essa questão. Tal postura se repete em outras instituições, como se pode observar na tabela abaixo (Tab. 3).

Tabela 3 - Missões institucionais com abordagem sobre a comunidade estudantil

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Quantidade	10	12	16	18	21	23	30	30	
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade	35	38	40	42	44	42	42	43	41

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados extraídos dos PDIs das Universidades Federais Brasileiras (2004 – 2020).

Os números acima evidenciam que a maior parte das instituições inclui em suas missões alguma forma de abordagem de suas preocupações e objetivos relacionados à comunidade estudantil. A proporção de vezes em que a missão em relação aos estudantes é apresentada varia ao longo do tempo. Assim, enquanto em 2004, 10, dos 11 PDIs com missão institucional, apresentavam sua relação com o estudantado, essa proporção cai para 44 de 58 PDIs, o que significa que 14 instituições com PDI e missão institucional em vigor naquele momento não enunciavam essa relação.

Não há, no âmbito da legislação do Sinaes, ou nas orientações federais sobre a produção de PDIs, qualquer regulamentação sobre as missões institucionais. Estas variam em extensão, forma e conteúdo de acordo com as preocupações e proposições das universidades. Desta forma, a “ausência” detectada é uma proposição a partir de nossa posição teórica e historiográfica. Entendemos que, ao não enunciar o papel e a perspectiva para os estudantes, se acaba invisibilizando a que constitui uma das perspectivas fundantes das universidades. Afinal, sua constituição ocorre a partir da preocupação educacional que se estabelece na relação docente/estudante. E, tendo em vista a atual composição do corpo estudantil das universidades brasileiras, temos a invisibilização das juventudes que as compõem.

A partir dessa identificação, chegamos naquele que consideramos o ponto nevrálgico de nossa argumentação. A partir da identificação e sistematização das missões institucionais, tentamos compreender que tipo de relação as universidades estabelecem com o público juvenil e estudantil. Para tanto, nos apropriamos das contribuições de Moraes (1999), e de seu processo de categorização a partir da “Análise de Conteúdo”. A partir dessa análise construímos duas categorias centrais. A primeira, identifica universidades que estabelecem o que denominamos de “concepção totalizadora” sobre os estudantes e as juventudes. Já a segunda categoria é denominada de “concepção complementar”.

Antes de apresentar os dados de cada uma das concepções, é importante apresentar suas definições. Por “concepção totalizadora” entendemos instituições que se colocam como a única responsável pela “formação” dos estudantes em diversas perspectivas. Estas instituições não enunciam o reconhecimento de que os jovens estudantes são sujeitos históricos (Dayrell, 2003) e, ao vivenciarem a universidade, carregam consigo conhecimentos, saberes e experiências que dialogam com o processo de aprendizado e formação universitária e o tensionam. Enquanto sujeitos históricos, também experimentam outros espaços de aprendizagem, construção de saberes, culturas e identidades durante a experiência universitária, que ultrapassa seus muros (reais e simbólicos). Vejamos alguns exemplos dessa concepção para que se possa compreender sua formulação:

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, *formando recursos* que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional. (UFPI, 2010, p. 28 [grifo nosso]).

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal. (UFT, 2016, p. 15-16 [grifo nosso]).

UFPI e UFT enunciam propostas diferentes como missão em relação ao corpo estudantil. Propõem, respectivamente, formar “recursos” ou “profissionais cidadãos”. Não nos cabe aqui avaliar a pertinência ou a qualidade de seus objetivos – por mais que a expressão “formar recursos” da UFPI nos cause incômodo pela frieza e desumanização dos sujeitos – elaborados a partir de diferentes formas de discussão em suas comunidades universitárias. Interessa-nos, aqui, a forma como são apresentados: formar algo, ou alguém. Esta perspectiva esteve presente em missões institucionais em diversas UFs brasileiras, conforme se pode conferir na tabela abaixo (Tab. 4).

Tabela 4 - Missões institucionais com concepção totalizadora

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Quant.	1	4	5	7	10	13	19	20	
Proporção	10%	33%	31,2%	38,9%	47,6%	43,3%	63,3%	66,6%	
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quant.	24	26	28	28	30	28	28	28	28
Proporção	68,5%	68,4%	70%	66,6%	68,2%	66,6%	66,6%	65,1%	68,3%

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados extraídos dos PDIs das Universidades Federais Brasileiras (2004 – 2020).

Ao apresentar apenas o “formar”, não se coloca ou visibiliza o papel de complementar, aprofundar, desenvolver conhecimentos a partir do diálogo com saberes, experiências e identidades juvenis presentes no corpo estudantil. Isto se sustenta quando pensamos “formar” a partir do diálogo com os sentidos históricos e linguísticos da palavra:

Formar: Registrada no francês do século XII (*former*) e no português do século XIII, do latim *formare*, verbo que remete ao substantivo *forma*, ou seja, *forma*, *molde*. Cedo, associou-se à idéia de criação, porém, com o correr do tempo, o núcleo semântico passou de criar a organizar. [...] Desse modo, manifesta-se aí uma certa ambigüidade, podendo formar, no seu sentido áspero, apontar para o molde, para a forma. E, no seu sentido mais nobre, polido, evocar o processo de fazer aflorar o conhecimento já trazido, como sugere Platão (Lima; Castro; Araújo, 2006, p. 240).

“Formar”, assim como outros termos e conceitos utilizados, é polissêmico. Essencializar uma definição é problemática e contraproducente. Ao reconhecer essa polissemia, precisamos nos amparar em outras discussões para conseguir compreender sua mobilização no contexto educacional brasileiro. Para tanto,

nos voltamos para estudos que discutem como as infâncias e juventudes são percebidas na sociedade brasileira e, em especial, nas escolas e universidades. Temos, primeiro, a já clássica compreensão da juventude, percebida a partir da ideia de “falta” ou “incompletude”:

O jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer. A escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos compreender a diversidade, seja étnica, de gênero ou de orientação sexual, entre outras expressões, com a qual a condição juvenil se apresenta. (Dayrell, 2003, p. 117).

A percepção sobre as juventudes escolares apresentada por Dayrell pode, com os devidos cuidados, ser transposta para a percepção com que os jovens universitários são vistos pelas instituições que estabelecem suas relações a partir de uma linguagem e perspectiva “totalizadora”. Parafraseando Dayrell, nestas missões institucionais desaparece o “jovem” que existe no “aluno”, restando apenas um recurso, um cidadão, um profissional para ser “formado”. Essa percepção do jovem como “incompleto”, ou de invisibilização do “jovem” no “aluno”, dialoga com nossa proposição teórica inicial, de que as universidades são atravessadas pelo adultocentrismo. Este adultocentrismo é evidenciado na perspectiva “totalizadora” aqui apresentada.

Esta percepção pode ficar ainda mais clara quando vemos que a construção deste tipo de textual e a forma de abordar a comunidade estudantil são uma escolha institucional, planejada ou não. Além de o texto não ter uma padronização legal, diversas (mesmo que uma minoria) instituições evidenciam outras relações com suas comunidades juvenis. Denominamos estes segundos casos de instituições com perspectivas “complementares” ou “complementarizadoras”. Nessa perspectiva, a universidade, de diferentes maneiras, coloca em sua missão institucional a compreensão de que seu papel é o de “contribuir” para a formação dos jovens estudantes. Dessa forma, reconhece a diversidade de experiências e vivências da condição juvenil que compõem a sua subjetividade.

A universidade se propõe como missão “aprofundar”, “complementar” a “formação”, o “desenvolvimento”, e para isso contribuir com “[...] a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia.” (UFAM, 2004, p. 14)⁵

Mais especificamente, a Universidade destina-se a completar a educação integral do estudante, preparando-o para: exercer profissões de nível superior; valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais; exercer a cidadania; refletir criticamente

⁵ O mesmo texto aparece nos demais PDIs da instituição.

sobre a sociedade em que vive; participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais; assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade; lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia; contribuir para a solidariedade nacional e internacional (UFRJ, 2006, p. 11).

Nos casos da Ufam e da UFRJ, vemos uma proposta em que a universidade surge como instrumento que, potencialmente, agrega aos conhecimentos e às experiências juvenis a partir de seus próprios saberes. No caso da Ufam, essa complementaridade surge na expressão “contribuindo para a formação de cidadãos”. Vemos que a ideia de “formação” continua presente, mas, aqui, evidenciando a perspectiva que Lima, Castro e Araújo (2006) denominam de “mais nobre”, em que o processo formativo faria “aflorar” e desenvolver o conhecimento e os saberes juvenis a partir das perspectivas acadêmicas. Já no caso da UFRJ, esse reconhecimento, dos saberes e experiências juvenis, mesmo que implícito, é ainda mais evidente. Ali aparece como “completar a educação integral” dos estudantes. Vejamos na tabela abaixo (Tab. 5), como missões institucionais complementares aparecem nos PDIs das UFs brasileiras dentro de nosso recorte:

Tabela 5. Missões institucionais com concepção complementar

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Quant.	5	8	11	11	11	10	11	10	
	50%	66,6%	68,7%	61,1%	52,3%	43,5%	36,6%	33,3%	
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quant.	12	12	12	14	15	14	14	15	12
	34,2%	31,5%	30%	33,3%	34,1%	33,3%	33,3%	34,9%	29,2%

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados extraídos dos PDIs das Universidades Federais Brasileiras (2004 – 2020).

O que entendemos nessas propostas é uma aproximação maior com uma ressignificação do papel histórico das juventudes no processo educacional universitário. Estamos aqui para uma perspectiva mais próxima da que Dayrell expõe ao pensar o jovem como sujeito social. O autor informa que, no decorrer de suas pesquisas, no contato com as juventudes, passou a incorporar a compreensão de que:

Eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de

vida. Acreditamos que é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém (Dayrell, 2003, p. 23-24).

Dayrell aponta a busca em perceber e visibilizar as condições juvenis, as juventudes e os jovens como sujeitos sociais. Esta perspectiva dialoga com maior fluidez com a concepção complementar de juventudes nas missões institucionais. Afinal, é ao entender que a universidade tem um papel dialógico no processo de construir-se jovem, sujeito, indivíduo e profissional nas diferentes historicidades que se abre a possibilidade de um espaço em que as juventudes tenham maior visibilidade e possibilidades de atuação.

A compreensão da condição juvenil como um momento complexo é compartilhada por diferentes intelectuais. Esteves e Abramovay afirmam que:

As diferentes juventudes não são, tão somente, *estados de espírito*. São, isso sim, uma realidade palpável que tem sexo, idade, fases, anseios etc., entronizada em um período de tempo cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações (Esteves; Abramovay, 2008, p. 25).

É a partir destas “realidades palpáveis” que experimentarão as universidades. Dessa forma, faz-se necessário que estas instituições reconheçam e enunciem este reconhecimento em espaços e momentos pertinentes. Compreendemos que as missões institucionais devem ser um desses espaços. Estas sintetizam publicamente a forma como as universidades se veem e como querem ser vistas. Assim, visibilizar e enfatizar o reconhecimento das complexidades da condição juvenil, através da construção de diferentes formas de perspectivas complementares que viemos apresentando, é fundamental para a desconstrução, nas instituições e na sociedade, da compreensão das juventudes como momentos de incompletude que precisam ser resolvidos por instituições capacitadas.

Desconstruir o adultocentrismo nas relações universidades/juventudes

Ao longo deste capítulo, buscamos abordar uma problemática que consideramos fundamental para pensar as universidades brasileiras: a invisibilização da condição juvenil na compreensão das instituições sobre seu estudantado. Realizamos esta tarefa através da análise das missões institucionais apresentadas nos planos de desenvolvimento institucional das universidades federais brasileiras no período 2004-2020. Pensadas a partir das contribuições da análise de conteúdo, as missões revelaram a reprodução de estruturas adultocentristas de invisibilização da condição juvenil e de submissão dessa condição a projetos de formação totalizadores, que colocam a universidade como espaço formativo desconectado de subjetividades, saberes, culturas e práticas juvenis.

Apresentamos, ao longo deste texto, como cerca de dois terços das UFs estabeleceram uma concepção totalizadora ao incorporar o corpo discente nas missões institucionais. Isto se deu, principalmente, pela mobilização da ideia de “formar” profissionais, recursos, cidadãos, etc., sem, entretanto, reconhecer e enunciar que esse processo formativo (função legítimas destas instituições) ocorre e deve ser construído a partir do diálogo com outras experiências juvenis. Nosso argumento se pauta na perspectiva de que a desconstrução do que Quapper (2012) chama de adultocentrismo passa pela constante e necessária visibilização das culturas e saberes juvenis nos espaços e historicidades ocupados e vivenciados por elas.

Ao não colocar em primeiro plano a condição juvenil de seu estudantado, as universidades limitam sua capacidade de compreensão das especificidades do corpo discente. Isso pode, de diferentes formas, limitar o cumprimento da própria missão universitária de promoção de ensino, pesquisa e extensão. Afinal, como ensinar, pesquisar e promover extensão sem conhecer e visibilizar o grupo social sujeito e agente central desse processo? Essa invisibilização nas políticas de planejamento institucional se reproduzem em outras instâncias das instituições, como: conselhos com baixa representação discente (por lei, devem ser compostos em 70% por docentes); políticas de assistência e permanência estudantil fragilizadas nas instituições e no governo federal; resistências na incorporação da diferença como elemento do processo formativo. Sem visibilizar as especificidades, como desenvolver políticas específicas para grupos com demandas especiais - como gestantes, estudantes pobres, LGBTQI+, estudantes com necessidades especiais, etc.? Como superar linguagens e práticas puramente academicistas com vistas a um diálogo mais produtivo com grupos sociais periféricos, que passaram, a partir das leis de cotas e da expansão do ensino universitário, a habitar esses espaços? Entendemos que só com a constante visibilização destes grupos, com seu estabelecimento como prioridades para as UFs, é que poderemos ter uma universidade democrática, inclusiva e de qualidade.

Para compreendermos a constituição dessas relações de invisibilização das juventudes e de suas culturas dentro do planejamento universitário, faz-se necessário retomar aqui, mesmo que brevemente, a historicização realizada no início de nosso texto. Vimos como as UFs brasileiras se constituíram em um contexto que mobilizou, de diferentes formas, duas estruturas sociais importantes: o adultocentrismo e o elitismo. No entrecruzamento destes processos de reprodução de estruturas, temos instituições que ainda reproduzem em seus documentos uma narrativa que reduz, como podemos pensar juntamente com Dayrell, o jovem à condição de “aluno”.

Tanto o adultocentrismo quanto o elitismo das universidades têm sido combatidos no Brasil do tempo presente. Cada vez mais, estudos e políticas públicas têm pensado as juventudes enquanto sujeitos históricos. Essa transformação gerou, em 2007, durante o governo Lula, a criação das *Conferências da Juventude* em diferentes níveis (local, regional e nacional), que buscaram estabelecer diálogos entre o Estado brasileiro e as juventudes como protagonistas na análise de problemas sociais e a criação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, durante os governos do PT, várias políticas de ampliação e democratização do acesso

ao ensino universitário foram elaboradas e tomaram corpo. Prouni, Reuni e a abertura de novas universidades ampliaram o acesso, enquanto a política de cotas sociais e raciais abriu estas vagas para grupos que, até os anos 2000, tinham seus caminhos dificultados ou interditados.

Esta abertura aponta, ainda, para a necessidade de não se essencializar os dados trazidos neste texto. Por mais que as narrativas institucionais das UFs se tenham localizado no âmbito de uma perspectiva reducionista das juventudes universitárias, estas instituições e suas práticas são múltiplas. O fato de uma universidade colocar em seu PDI que sua missão é “formar recursos” não pode ser essencializado e, a partir daí, reduzirmos toda a instituição a essa perspectiva. Assim como as juventudes, as universidades são diversas; não apenas por serem várias, mas por serem constituídas por diversos grupos, interesses, projetos distintos e que tensionam essas relações ao longo de suas histórias. Desta forma, as concepções totalizadoras são tensionadas nas práticas cotidianas de docentes, técnicos e discentes, nas múltiplas performances, na empatia mútua, no trabalho cotidiano para a construção e transformação de relações sociais mais democráticas e inclusivas.

Essas questões implicam a necessidade de se ampliar os debates a respeito das relações que as universidades estabelecem com as juventudes. Compreender, de maneira não essencializadora, como as instituições e seus diferentes agentes incorporaram essa diversidade é fundamental para apontar seus limites, potenciais e necessidades de transformação. Dessa forma, mais estudos são necessários e urgentes. Ao longo do tempo, a historiografia se dedicou a compreender as juventudes enquanto movimento social e político. É necessário ampliar esses olhares para compreender as culturas juvenis e as universidades a partir do olhar da História.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **A Universidade no séc. XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Regulamenta o SINAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de maio de 2006.
- BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Atualiza a regulamentação do SINAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de dezembro de 2017.
- BRASIL. Lei Nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 de abril de 2004.
- BRASIL. lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de janeiro de 2001.
- BRASIL. lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- CUNHA, L. A. **A universidade Crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.
- CUNHA, L. A. **A universidade Reformanda**. São Paulo: Editora Unesp, 2007b.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. 2003. p. 40-52.
- ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. Mundos sociais: saberes e práticas, 2008.
- FÁVERO, M. L. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s.l.], n. 17, p. 161-180, 2008.
- LIMA, M.; CASTRO, G.; ARAÚJO, R. Ensinar, formar, educar e instruir: a linguagem da crise escolar. **Ciência e Educação**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 235-245, 2006.
- MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- QUAPPER, C. D. Sociedades Adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Última Decada**, [s.l.], n. 36, p. 99-125, 2012.
- REISDORFER, T. **Universidade e Interculturalidade: ressignificações identitárias de estudantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (2008-2017)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- SAINTOUT, F. **El futuro llegó hace rato: percepciones de un tiempo de cambios: familia, escuela, trabajo y política**. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- SOUZA, J.; SANTOS, E. C. dos; LOBO, A. S.; MELO, L. C. de; SOARES, A. C. Concepções de Universidade no Brasil: Uma Análise a partir da Missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 216-233, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2013 – 2021)**. Santo André, 2013. Disponível em: <https://www.ufabc.edu>.

br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi. Acesso em: 14 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2001-2005)**. Manaus, 2001. Disponível em: <https://www.proplan.ufam.edu.br/index.php/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014)**. Piauí, 2010. Disponível em: <https://www.ufpi.br/pdi-proplan>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2006)**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/40487486/pdi-ufrj>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020)**. Tocantins, 2016. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proap/links/pdi-2016-2020>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VITECK, C. **Rebeldia em cena: A juventude transviada no cinema hollywoodiano nas décadas de 1950 e 1960**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

INFANCIA(S) Y FUTURO(S). LAS POLÍTICAS DE LA INFANCIA Y LA PARTICIPACIÓN INFANTIL¹

<https://dx.doi.org/10.18616/cart11>

Valeria Llobet

La pandemia de COVID-19 que asoló al mundo desde inicios de 2020 ha obligado a repensar los modos en que, como sociedades, organizamos los cuidados que mantienen la vida y, a la vez, ha puesto nuevamente en cuestión cómo nos vinculamos con el futuro, exponiendo crudamente tanto los riesgos que han connotado algunos análisis del momento contemporáneo desde finales del siglo XXI, como potenciado la incertidumbre y las ansiedades respecto del futuro. Ambas cuestiones, los cuidados y el futuro, han estado profundamente imbricadas con la infancia – ya sea como posición social y en tanto símbolo –, institución y grupo específico de personas.

La infancia ha sido, durante el siglo XX y lo que va del XXI, un fructífero escenario de disputa política y un dispositivo analítico valioso para iluminar órdenes sociales y procesos culturales y políticos (Carli, 2010; Llobet; Grande; Frasco, 2021). Ha sido una metáfora de la dominación colonial y de proyectos de nación, en tanto ha sido concebida, en diversos momentos y en el marco de diferentes disputas, como “el futuro”, “el desarrollo”, “la modernidad”.

La tensión hacia la futuridad y ciertas nociones hegemónicas sobre el desarrollo fueron ciertamente cuestionados por los estudios de infancia, que enfatizaron ardientemente la necesidad de comprender a la infancia en el presente y no por la promesa de futuro que niños y niñas portan. Así, la afirmación teórica y metodológica sobre el carácter de “*being*” y no sólo de “*becoming*” de niños y niñas, se transformó en una suerte de mantra que guió el foco de numerosas investigaciones en torno a tópicos de agencia, voz y participación social y política de las niñeces, llevando a los estudios de infancia a un punto de estancamiento teórico, metodológico y político (Spyrou; Rosen; Cook, 2019).

Por ello, volver a pensar el vínculo entre infancias y futuros resulta relevante tanto desde el punto de vista del desarrollo del campo, como desde el enriquecimiento de la comprensión de los procesos contemporáneos de transformación social. En particular, sobre los modos en que las futuridades y, más en general, las temporalidades sociales, se vinculan con la reproducción de las desigualdades (Bear, 2014). En efecto, mi argumento en este capítulo será que la articulación entre el tiempo, el espacio y las concepciones de infancia constituye un núcleo sustantivo para analizar los contemporáneos procesos de reproducción de las desigualdades y el control social. Esto es, en el momento contemporáneo, la lógica expansiva del capital se articula con economías morales²

¹ Una versión anterior de este capítulo se encuentra en prensa en la compilación “Infancias, adolescencias y juventudes: investigaciones atravesadas por la pandemia”, Universidad del Estado de Río de Janeiro.

² Fassin (2009) retoma de Thompson la idea de “economía moral”, y la define como la producción, distribución, circulación y utilización de sentimientos morales, emociones y valores, normas y obligaciones en el espacio social. Se construye, según el autor, alrededor de temas como la

y afectivas específicas que permiten la invisibilización y descontextualización de las condiciones por las cuales a determinados grupos de niños (dada su relación con el territorio y con los sentidos normativos sobre la infancia) se les “resta legitimidad” o se los constituye en “*futureless*” (Rosen, 2020; Anderson, 2016; Anderson *et al.*, 2019). En tal sentido, cuestiono el lugar que se ha dado a la participación infantil, la voz y la agencia de los niños y niñas en el presente, como herramientas teóricas útiles para propiciar una transformación democratizadora y por acarrear *per se* un sentido de justicia social (Anderson *et al.*, 2019).

Para ello el capítulo aborda las discusiones teóricas sobre las temporalidades en la configuración y gobierno de la “infancia moderna”, y busca colocar algunas preguntas sobre los obstáculos para pensar y concretar la participación de niños y niñas en el marco de las políticas de cuidados, de protección y de bienestar.

Modernidades infantiles

En América Latina el gobierno y la administración de la infancia han sido centrales en las definiciones de la modernidad (Milanich, 2012). El desarrollo de las ideologías modernizadoras configuró una de las bases para el establecimiento de protecciones sociales, a la vez que la emergencia de la cuestión social a inicios del siglo XX reponía la doble demanda de modernización y orden. En el origen y la estructuración del Estado Social encontrábamos sujetos generizados, racializados, etarios, sexualizados, y la pregunta por la protección de la infancia tenía todo el peso del futuro de la nación. El Estado de Bienestar o el Estado Social, que constituyó uno de los escenarios centrales de configuración de la infancia y la familia modernas en América Latina, se encuentra en crisis desde el último tercio del siglo XX. Este Estado Social se asociaba estrechamente con ideas de “buena vida” que anudan la reproducción y la producción sociales como proyectos familiares. Esto es, era el Estado Social, tanto la institucionalidad como la fuerza democratizadora, el que distribuía las posibilidades para el acceso y la construcción de tal buena vida, expresada en ilusiones sobre la movilidad social, la seguridad laboral, la igualdad social y política, y el establecimiento de relaciones de intimidad durables (Berlant, 2011).

En ese sentido, las políticas de protección social configuraban un escenario de disputa por la ciudadanía y, a la vez, la categoría de “ciudadanía” como campo simbólico, estructuraba las expectativas, narrativas y afectividades sobre el futuro, y configuraba la relación jurídica y social que organizaba el derecho a participar y reclamar tales recursos para acceder a la buena vida. Niños y niñas son, en ese escenario, tanto marcadores de futuro como protagonistas y herederos del mismo, y el lenguaje de sus derechos constituye uno de los más poderosos vehículos de las ideas de justicia social y democracia. No obstante, la relevancia de considerar, desde el punto de vista de los derechos de niños y niñas, el alcance, la institucionalización y las herramientas mediante las que niños y niñas participan en las instituciones, programas y políticas que concretan y garantizan sus derechos, creo relevante insistir en la dimensión temporal y política implicada en la relación entre la infancia y el futuro desde nuestro contexto latinoamericano.

violencia, la pobreza, y particularmente la infancia, en contextos sociohistóricos específicos.

La noción de “infancia moderna”, con su predominante asociación entre una específica representación de infancia y familia, y una noción de futuro teleológicamente vinculada con el presente mediante nociones de progreso y desarrollo, constituyó un poderoso artefacto hegemónico que contribuyó a la organización de las disputas políticas durante el siglo XX en distintos países de América Latina (Alcubierre Moya, 2015; Milanich, 2012; Llobet; Vergara Del Solar, 2022). Por ello, la mera pluralización de las nociones y experiencias infantiles, lejos de contribuir a la discusión teórica, corre el riesgo de invisibilizar la conexión entre diferentes temporalidades sociales y proyectos racializados y de clase (Balagopalan, 2019). En efecto, como numerosas investigaciones han señalado, la articulación de las ideas sobre la infancia con nociones de victimización y humanitarismo moral (Fassin, 2013; Cheney, 2010) han permitido que la infancia funcione como un dispositivo que invisibiliza las desigualdades.

Es así necesario analizar las maneras en que las nociones de infancia con derechos se articulan con prácticas y sentidos socialmente disponibles y con categorías clasificatorias al uso en las instituciones (Fonseca; Cardarello, 2005). Pero a su vez, es necesario comprender las tensiones entre las distintas temporalidades que organizan las experiencias infantiles y las temporalidades institucionales, entendiendo que en estas diferentes concepciones y usos de las temporalidades se determinan trayectorias diversificadas y desiguales (Lareau, 2011). Las propias expresiones y posibilidades de participación infantiles, así como el acceso a diversas vías de garantía de derechos, son configuradas en estas tensiones entre temporalidades.

El tiempo, lejos de establecer una marcha lineal a través de la historia, presenta diferentes ritmos, significados y usos; moviliza diferentes símbolos y evoca diversos afectos (Rosen, 2021). El tiempo social es un sitio central del conflicto social y un síntoma de las desigualdades en el capitalismo (Bear, 2014). Las temporalidades contemporáneas (ya sea la aceleración e inmediatez del tiempo de la virtualidad, la suspensión y latencia del tiempo cuando no hay nada para hacer, la reiteración cíclica de las temporalidades de las violencias estructurales, la espera indeterminada de los tiempos institucionales de atención) configuran prismas complejos que modulan las diferentes experiencias infantiles. Como señalara Sandra Carli (2010), las infancias se constituyen en sujetos a partir del vínculo entre el tiempo presente que transcurren y el tiempo “imaginario” que cada sociedad, en un momento determinado, asume como tiempo de infancia. En esta complementariedad de tiempos, se piensa a las nuevas generaciones como proyección a futuro, con un mandato claro de reproducción del orden social y cultural.

Tanto los cambios a nivel global como las transformaciones históricas – culturales, materiales, ecológicas, institucionales – son evidentes en la vida cotidiana, al distribuirse de manera desigual viejos y nuevos riesgos, violencias y daño. Estas transformaciones acarrear diferentes modulaciones del tiempo, en especial, conllevan diferentes futuridades (Grove *et al.*, 2021). Las jerarquías que pluralizan “la” infancia son constituidas por estas desiguales futuridades, en tanto algunas niñeces son protegidas con ideas de futuros vinculados con la buena vida y la garantía de derechos, y otras son adscritas a la desprotección,

las violencias lentas de la contaminación y el daño ambiental, y las violencias evidentes de la guerra, y así desprovistas de futuros (Katz, 2011).

Vale por ello preguntar, aunque se trate de preguntas que iluminan un campo de problemas y por lo mismo exceden las posibilidades y propósito de este capítulo, ¿de qué modos y mediante qué dispositivos y prácticas se distribuye desigualmente el futuro? ¿Qué mudanzas contemporáneas en sensibilidades y modos cotidianos de gestión de la vida implican transformadoras relaciones con la infancia y la futuridad? (Rosen; Spyrou; Balagopalan, 2021) ¿Qué demandas sobre el futuro son capaces de colocar niños y niñas en sus espacios de participación?

Infancia, futuro, y futuridad

El futuro o la “futuridad”, esto es, la intrínseca vinculación de la posición social de la infancia con el futuro como expectativa social, la “codificación” futurística inherente a la niñez, han configurado históricamente el carácter políticamente cargado de lo infantil. La emergencia de los estados-nación retrató a la infancia como el “futuro de la nación” o el “futuro de la raza”, como lo denominaron los proyectos nacionalistas pro-natalistas o eugenésicos. Narrativas públicas e institucionales ataron las imágenes de la infancia – y la maternidad adecuada – a la creación y el sostenimiento del orden social, los valores morales “civilizados” y las concepciones dominantes de modernidad y modernización (Llobet; Vergara Del Solar, 2022). De tal modo, infancia y futuro han confluído en un poderoso nudo político desde la emergencia de tales estados nación y la consolidación de los Estados Sociales, y han adquirido renovada relevancia en el debate político contemporáneo marcado por la agudización de las ansiedades sociales y la incertidumbre, la crisis del capitalismo (Fraser, 2019) y la expansión y pluralización del tiempo producida por la globalización.

La relación de la infancia y el futuro es multifacética, permite abordar múltiples nudos de la gubernamentalidad contemporánea: se vincula con el nudo producción/ reproducción, esto es, con las políticas de distribución sexuada de los espacios y las tareas en los regímenes de acumulación capitalista (Federici, 2018); permite explorar las economías afectivas (Ahmed, 2008) y morales (Fassin, 2013) en las que se despliega la subjetividad contemporánea y se hace existir la vida, a la vez que revela en este presente continuo las estructuras de sentimientos (Hartley, 2016; Murray, 2021). Nos acercan a una forma de vida emergente, a una promesa en ciernes en las que se redibujan las redes de solidaridad, las tramas de reciprocidad, los modos de sufrimiento y las formas de la esperanza.

La codificación del “niño” como significador de la futuridad contribuyó a la naturalización del emparejamiento heterosexual como el único capaz de hacer existir el futuro (Burman, 2008) y confinó a los niños en contextos cotidianos, dejando al mismo tiempo sin cuestionar al capitalismo global y sus temporalidades. En ese contexto, el cuidado emerge como una preocupación privada, y el futuro se limita a lo que los lazos familiares pueden proveer. Este futurismo como aproximación a la infancia tanto elide su presente de la discusión como produce un mandato utilitario y conservador: que los niños reproduzcan el presente. Asimismo, este futurismo privatista y conservador invisibiliza el hecho

de que algunos niños son representados como carentes de futuro, y otros son considerados un problema en y para el futuro.

Futuro(s) y cuidado(s)

Desde inicios del siglo XX las fronteras y los flujos entre espacios y categorías sociales han sido dimensiones centrales para la regulación de las familias y la infancia. Estas fronteras y límites del espacio privado y la fijación y control de los flujos y desplazamientos entre lo privado y lo público hicieron parte de las definiciones de cuidados adecuados y de infancia apropiada (Jenks, 1996; Zelizer, 1989). En efecto, la adscripción de las niñeces a espacialidades e instituciones específicas – ya sean la familia y el hogar familiar como la educación y la institución escolar – tanto ordenaron las formas de gobierno de la infancia y la familia como crearon regímenes de in-visibility y legibilidad (Scott, 1998) que niños, niñas y adultos navegaron como parte de sus esfuerzos para redibujar las fronteras del sostén estatal y más ampliamente, las posibilidades de reproducción social. La invisibilización de la naturaleza intrincada de las relaciones y las prácticas de cuidados en el hogar familiar es parte del proceso de acumulación capitalista a partir de la separación entre producción y reproducción, y la coincidencia entre las tareas que permiten la reproducción de la fuerza de trabajo con la producción de la vida (Federici, 2012) y la inversión de esperanzas y confianza en el horizonte de la “buena vida” (Berlant, 2011). Esta imbricación entre reproducción y creación de la buena vida es tanto motivada por las ideas sobre el futuro como las posibilida.

Lister (2006) por su parte, analizando la transformación de la protección social en el nuevo laborismo (que luego se exportará y replicará en los proyectos de reforma neoliberal), reparó en la noción de niño como ciudadano/trabajador en proceso, o ciudadano/trabajador del futuro. La eficacia de los derechos de la niñez en el marco de los regímenes de protección social del renovado laborismo británico de fin del siglo pasado implicaba un desplazamiento hacia el futuro, facilitado por esta “futuridad” atribuida a lo infantil. Para la autora, esta futuridad de la infancia realizada mediante políticas sociales y discursos de inversión social denegaban la expresión de demandas en el presente y por lo mismo, por un lado, suprimían la expresión de conflictos sociales y políticos como condición para el desarrollo; por otro, permitían que la violencia fuera individualizada como problemas de sujetos desviados o escasamente socializados, cuyas capacidades no habían sido plenamente desplegadas.

El futuro emerge y es definido por las obligaciones y los derechos que surgen de las formas de protección y las relaciones sociales en el presente (Rosen; Suissa, 2020). Las relaciones entre mujeres y niños han sido tradicionalmente institucionalizadas mediante regímenes de protección que tienden a oponer sus intereses y necesidades, o bien llevan a subsumir unos en otros, tratarlos de manera diferenciada y estratificada, en una forma de organizar las prioridades que hace de la temporalidad, el “bono generacional” una forma supuestamente neutra de distribuir posibilidades de reclamo y derechos. De esta forma, las relaciones excluyentes respecto del futuro están enraizadas en relaciones profundamente injustas en el presente (Rosen; Suissa, 2020). Asimismo, la

privatización y familiarización del cuidado ha sido ampliamente analizada como una dimensión prominente en las dinámicas contemporáneas del capitalismo global. Pero a la vez, ¿es posible que esta familiarización sea, paradójicamente, parte de un proceso en el que el lenguaje de derechos de la niñez traiga nuevamente nociones de justicia social en el ordenamiento de las expectativas y demandas y con ello contribuya a las disputas por otro(s) futuro(s)?

La economía de los afectos vinculada con la infancia implica que el futuro pueda constituirse como una fuente de deuda moral, emocional y material. Como ha señalado Han (2012) el deseo de ser infinitamente responsable por la parentela y la dificultad de limitar tal deseo está en la base de la extensión y la omnipresencia del endeudamiento contemporáneo de las familias y ensombrecen el futuro. Sumado a las condiciones concretas de nuestros países de neoliberalismo periférico y crisis económica endémica, las características de esta crisis de deuda cobran perfiles extremos. En 2019, el 90% de las familias receptoras de la AUH habían tomado deuda con la AFIP, y alrededor del 70% de los usuarios de tarjeta de crédito habían contraído deudas para consumo.

La experiencia en el momento contemporáneo, momento definido sobre todo por una crisis de la reproducción social (Fraser, 2015) y la distribución desigual de la precariedad (Lorey, 2016), exacerbadas por la pandemia, han transformado la vida cotidiana en un “vertedero de abrumadoras e inminentes crisis de los proyectos vitales y las expectativas, cuya mera magnitud amenaza lo que significa ‘tener una vida’ al punto que solo adaptarse parece un logro” (Berlant, 2011, p. 3).

Las economías morales que organizan la vida cotidiana reflejan disputas en torno al futuro, los modos de organizar la incertidumbre y los sentidos sobre los derechos. La ruptura de las expectativas, vinculada con la crisis global de la reproducción social³ (Fraser, 2015), ha implicado transformaciones en las obligaciones morales de cuidado y las expectativas sobre los futuros posibles. Esto es particularmente crítico en la gestión de la vida familiar, y se expresa en las expectativas, tensiones y negociaciones de la crianza y el cuidado. La pandemia del COVID-19, en efecto, aparece como un “acontecimiento disruptivo” en el curso de la cotidianeidad, provocando reelaboraciones en las estrategias de organización colectivas, ya sea a nivel doméstico, comunitario e institucional, y que puede condicionar los sentidos sobre el futuro a partir de una hipervisibilización de la precariedad ontológica y la precarización desigual de lo humano (Lorey, 2016). Pero también aparece como una emergencia lenta, esto es, como una situación que, en su durabilidad, se vincula con daños invisibilizados o imperceptibles, la reducción de la capacidad de demanda de ciertos actores, y la dificultad para transformarla (Anderson *et al.*, 2019). Esta lentitud expresada en la duración de lo que se denominó “covid largo” dificulta las posibilidades de protección de niños y niñas.

En el sentido que abren estos análisis, entonces, el futuro en clave de infancia que emerge de las políticas de protección contemporáneas es un futuro

³ Katz (2017) redefine la “reproducción social” para captar “both the sensuous labor of everyday life and the structured practices that unfold in dialectical relation to production. These material social practices take place across geographic and temporal scales, encompassing daily and generational relations that are as much intimate as global in their effects and charge”.

colonizado y determinado por las relaciones del presente y es, así, un tiempo de repetición. Pero si los arreglos sociales inequitativos del presente dan forma a las protecciones y los cuidados que son experimentados a través de relaciones concretas desiguales, las narrativas de futuro pueden implicar múltiples lógicas de lo político: la abnegación, el rechazo, la denegación (Appadurai, 2013; Simpson, 2007). Organizar una narrativa sobre la “buena vida” (Berlant, 2011) con sus dimensiones morales, íntimas y económicas es una tarea intersubjetiva que configura los proyectos vitales y puede permitir la emergencia de nuevas politicidades que precisamente abran la posibilidad de futuros plurales. Las tareas de cuidado mutuo, las economías morales y afectivas que organizan lo cotidiano y contribuyen a tal buena vida incluso en tiempos inciertos, antes que un mero resultado de obligaciones de reciprocidad y sólo vehículos de la reproducción social, pueden aparecer como las tareas que hacen existir al mundo, producen el tiempo presente y habilitan el futuro, aun cuando se trate de un futuro marcado por una experiencia social compleja de hipervisibilidad de la precariedad.

Un modo de enfrentar la precariedad hipervisible (o invisibilizada) por la pandemia ha sido un renovado esfuerzo de las y los cuidadores de niños y niñas en la construcción de una frontera entre el espacio de la intimidad – seguro, protegido, esperanzado, optimista – y un espacio social amenazador – precario y mortífero – (Llobet *et al.*, 2021), esfuerzo que tiene resonancias políticas. El optimismo y la desesperanza o el sufrimiento no son mapas de patologías sino relaciones sociales que involucran apegos que organizan el presente y se enlaza a la actividad de “hacer el mundo” (Berlant, 2011). Las fantasías y los deseos que estructuran las esferas del trabajo, la comunidad o el barrio y la intimidad son poderosos afectos de creación de futuro y en ellos, la relación con la infancia adquiere especial centralidad. Es en torno a los niños y su futuro donde se han dado algunas de las más ásperas batallas en torno a la justicia en los modos de administrar los efectos de la pandemia.

Conectar la futuridad con la experiencia y las esperas y expectativas permite una doble operación de circunscripción y desestabilización (Ricoeur, 1996) que hacen a una expectativa política. Reflexionar sobre el futuro como una promesa hecha a los niños a través de las lentes de las relaciones sociales en el presente desafía la relevancia del futurismo reproductivo que da por sentada la heteronormatividad. ¿Cómo las éticas y prácticas de cuidado construyen futuros posibles, en un contexto histórico en que la vida familiar y la crianza de los hijos son objeto de disputa por parte de actores que movilizan renovados y, en algunos casos, contradictorios sentidos sobre el futuro?

Desiguales distribuciones de futuro

La producción de heterogéneos futuros no sólo se da en el marco de relaciones sociales vinculadas con el cuidado y la reproducción de la vida. Las prácticas y dispositivos de temporalización implican relaciones de poder para comprender y transformar las relaciones con las futuridades (Gatto, 2019). A su vez, las prácticas de des-futurización niegan el futuro de otros racializados (Grove *et al.*, 2021), al establecer que quienes son considerados plenamente “humanos”,

a partir de los procesos de racialización, son poseedores de vidas dignas de ser protegidas y perpetuadas, vidas cuyo valor superior las hace elegibles para las prácticas de protección – ya sean la disposición de un respirador, una plaza en un centro de cuidados, una vacuna – en tanto otras vidas son menos dignas de futuro. Algunos niños son así concebidos carentes de futuro, en un proceso en el que sus posibilidades de vida son destruidas en el proceso de desposesión capitalista (Katz, 2008). No sólo se trata de niños y niñas que son considerados incapaces de tener voz sobre el futuro, sino que son considerados sin futuro (Rosen, 2020): refugiados, inmigrantes, “perdedores” en la carrera educativa, pobres estructurales, niños y niñas que viven en contextos de contaminación persistente, y probablemente un largo etcétera.

En tanto la inseguridad sobre el futuro es convertida por los proyectos de gobierno neoliberal en paisajes de posibilidad y auto-determinación, Ahmed señala que la desigualdad estructural es negociada afectivamente (Ahmed, 2007). Así, las narrativas en torno al futuro emergen más de la capacidad de los sujetos de apropiarse de los proyectos biográficos y morales del sujeto responsable. En torno a estas modalidades de apropiación del futuro, la “participación infantil” es un dispositivo a indagar.

En efecto, la comprensión de la “participación” es una dimensión clave para re-politizar los derechos, esto es, para dotarlos nuevamente de capacidad de transformación social y, en tal sentido, que se constituyan nuevamente en escenarios de disputa por la distribución del futuro. Nuestra concepción mundana de participación, que voy a denominar utilitaria, asigna mayor peso a los resultados que al proceso, y en general esos resultados son prefigurados al inicio mismo, forman parte de la “invitación”, esto es, de las condiciones que anteceden y estructuran el proceso participativo.

Pero la participación infantil, el espacio para el despliegue y la escucha de la voz “del niño”, requiere que renunciemos a imponer al proceso participativo la anticipación de su resultado y que rechazemos que la relación privilegiada sea entre estado-niño. Esto es, que renunciemos a las formas lineales y teleológicas de formalización institucional de la temporalidad, sin caer en el romanticismo del ensalzamiento de la participación infantil y la “voz del niño” que no suele ser más que un recurso autolegitimante o inocuo. El énfasis futurista y anticipatorio de estas concepciones de participación, que presumen que el resultado del proceso participativo tiene que estar en contribuir a resolver un problema definido de antemano, quiero insistir, tienen un peso normativo y despolitizante que traducirá en conflicto cualquier práctica inesperada y emergente, minimizará los procesos de auto-transformación como meramente “colaterales” o los opacará, insistirá en las interacciones entre sujetos y programas a la vez que invisibiliza las interacciones entre los niños como parte de la construcción ciudadana, y, en definitiva, se planteará que ellos y ellas trabajen para la democracia y no la democracia para los niños, parafraseando la conocida afirmación de Alessandro Baratta. Las posibilidades de reapropiación del futuro por parte de niños y niñas implicarán más que la reiteración mántrica de las bondades del trabajo con las niñeces.

REFERENCIAS

- AHMED, S. The politics of good feeling. **ACRAWSA e-journal**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 1-18, 2008.
- ALCUBIERRE MOYA, B. La infancia como frontera: la expedición filantrópica de la vacuna en Nueva España (1803-1810). **4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia**, Buenos Aires, 2015. Disponible en: <https://www.aacademica.org/beatriz.alcubierre/2>. Acceso en: 15 jun. 2022.
- ANDERSON, B. Emergency futures: exception, urgency, interval, hope. **The Sociological Review**, [s.l.], v. 00, p. 1-17, 2016.
- ANDERSON, B.; GROVE, K.; RICKARDS, L.; KEARNES, M. Slow emergencies: Temporality and the racialized biopolitics of emergency governance. **Progress in Human Geography**, [s.l.], p. 1-19, 2019.
- APPADURAI, A. **The future as cultural fact: Essays on the global condition**. London: Verso, 2013.
- BALAGOPALAN, S. Childhood, Culture, History: Redeploying 'Multiple Childhoods'. In: SPYROU, S.; ROSEN, R.; COOK, D. T. (Org.). **Reimagining Childhood Studies**. London: Bloomsbury Press, 2019. p. 23-40.
- BEAR, L. Doubt, conflict, mediation: the anthropology of modern time. **Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)**, [s.l.], p. 3-30, 2014.
- BERLANT, L. **Cruel Optimism**. Durham: Duke U Press, 2011.
- BURMAN, E. **Developments: Child, Image, Nation**. London and New York: Routledge, 2008.
- CARLI, S. Notas Para Pensar La Infancia En La Argentina (1983-2001): Figuras De La Historia Reciente. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 351-382, 2010.
- CHENEY, K. E. Deconstructing childhood vulnerability: an introduction. **Childhood in Africa**, [s.l.], v. 1 n. 2, p. 4-7, 2010. Disponible en: <http://hdl.handle.net/1765/22707>. Acceso en: 15 jun. 2022.
- FASSIN, D. Moral Economies Revisited. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, [s.l.], v. 64, n. 6, p. 1237-1266, 2009.
- FASSIN, D. Children as victims: the moral economy of childhood in the times of AID's. In: BIEHL, J.; PETRYNA, A. (Orgs). **When people come first: critical studies in global health**. New Jersey: Princeton University Press, 2013. p.109-130.
- FEDERICI, S. **Revolution at point Zero: Housework, reproduction, and Feminist Struggle**. Oakland, CA: PM Press, 2012.
- FEDERICI, S. **El patriarcado del salario**. Críticas feministas al marxismo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Derechos de los más y menos humanos. In: TISCORNIA, S.; PITA, M. V. (Org.). **Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p. 9-41.
- FRASER, N. **The Old Is Dying and the New Cannot Be Born**. Londres: Verso, 2019.
- FRASER, N. Las Contradicciones del Capital y los Cuidados, **New Left Review**, [s.l.], n. 100, p. 111-132, 2015.
- GATTO, E. Del Futuro a las futuridades. **Nueva Sociedad**, [s.l.], n. 283, 2019.
- GROVE, K.; RICKARDS, L.; ANDERSON, B.; KEARNES, M. **The uneven distribution of futurity: Slow emergencies and the event of COVID-19** Geographical Research, p. 1-12. 2021.

- HAN, C. **Life in Debt**. Times of Care and Violence in Neoliberal Chile. Berkeley: University of California Press, 2012.
- HARTLEY, D. On Raymond Williams: complexity, immanence, and the long revolution. **Mediations**, [s.l.], v. 30, n.1, p. 39-60, 2016.
- JENKS, C. **Childhood**. London: Routledge, 1996.
- KATZ, C. Social Reproduction. In: RICHARDSON, D.; CASTREE, N.; GOODCHILD, M.; KOBAYASHI, A.; WEIDONG, L.; MARSTON, R. (Org.). **The International Encyclopedia of Geography**. [s.l.]: Wiley and Sons. 2017. p. 1-12.
- KATZ, C. Accumulation, excess, childhood: Toward a Countertopography of risk and waste Doc. **Anàl. Geogr**, [s.l.], v. 57, n.1, p. 47-60, 2011.
- KATZ, C. Childhood as Spectacle: Relays of Anxiety and the Reconfiguration of the Child. **Cultural Geographies**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 5-17, 2008.
- LAREAU, A. **Unequal Childhoods**. Class, Race, and Family Life. Berkeley: University of California Press, 2011.
- LISTER, R. Children (but not women) first: New Labour, child welfare and gender **Critical Social Policy**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 315-335, 2006.
- LLOBET, V.; GRANDE, P.; FRASCO, Z. L. Tensiones morales, materiales y subjetivas en las regulaciones y sentidos del cuidado de niños/as durante el Covid. Panel Parentalidades, cuidados e infancias en Sudamérica: transformación social y crisis. **LASA Crisis global, desigualdades y centralidad de la vida**, [s.l.], p. 26-29, 2021.
- LLOBET, V.; VERGARA DEL SOLAR, A. **The heterogeneous temporalities of Latin American “modern” childhoods**. [s.l.]: En prensa en Third World Thematics, 2022.
- LOREY, I. **Estado de inseguridad**. Gobernar la precariedad. Buenos Aires: Traficantes de sueños, 2016.
- MILANICH, N. Latin American Childhoods and the Concept of Modernity. In: FASS, P. (Org.). **The Routledge History of Childhood in the Western World**. London: Routledge, 2012. p. 491-508.
- MURRAY, M. Ya no me hago mala sangre: intimidad, cuidados y malestar de mujeres madres de bajos ingresos en Santiago de Chile tensionados durante la pandemia. **Paper presentado en LASA Crisis global, desigualdades y centralidad de la vida**, [s.l.], p. 26-29, 2021.
- RICOEUR, P. **El tiempo narrado**. México: Siglo XXI. Tomo III. Tiempo y narración, 1996.
- ROSEN, R. **Time, Temporality and woman-child relations**. [s.l.]: Viewpoint 2 for Children's Geographies, 2020.
- ROSEN, R.; SUISSA, J. Children, parents and non-parents: to whom does 'the future' belong? **Families, Relationships and Societies**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 125-141, 2020.
- ROSEN, R.; SPYROU, S.; BALAGOPALAN, S. **Reimagining Childhoods Seminars**. [s.l.]: [s.n.], 2021.
- SCOTT, J. **Seing like a State**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SIMPSON, A. On Ethnographic Refusal: Indigeneity, 'Voice' and Colonial Citizenship **Junctures**, [s.l.], v. 9, p. 67-80, 2007.
- SPYROU, S.; ROSE, R.; COOK, D. (Org.). **Reimagining Childhood Studies**. London: Bloomsbury Academic, 2019.
- ZELIZER, V. **Pricing the Priceless Child**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

SOBRE AS AUTORIAS

Alejandra J. Josiowicz

Doutora em Spanish and Portuguese Languages and Literatures pela Princeton University. Professora Adjunta do Departamento de Letras Neolatinas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista Prociência (UERJ, 2021-2024). Especialista em História Cultural da Infância e da Literatura Infantojuvenil na América Latina.

Ana Cristina Rosado Medina

Mestra em História pela Universidad Nacional Autónoma de México (2020). É professora na Escola de Lancaster, Ciudad de México. Especialista em infâncias e criminalidade.

Camila Serafim Daminelli

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2019), professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Especialista em História das Políticas Sociais para as Infâncias e Juventudes.

Daniel Alves Boeira

Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2018), docente da Academia de Justiça e Cidadania de Santa Catarina (Acadejuc). Especialista em História e Direitos das Infâncias e Juventudes.

Elena Jackson Albarrán

Doutora em História pela University of Arizona (2008), professora da Miami University of Ohio. Especialista em História da América Latina e História das Infâncias.

Eliane Mimesse Prado

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 2004). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória, da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Educação, Infância e Ensino de História.

Elisangela da Silva Machieski

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2019). Atualmente é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Especialista em História e Direitos das Infâncias.

Humberto da Silva Miranda

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014), professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Diretor do Instituto Menino Miguel. Especialista em História e Direitos das Infâncias e Juventudes.

Isabella Cosse

Doutora em História pela Universidad de San Andrés (UDESA, 2008), investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas (Conicet). Professora da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e da Universidad de Buenos Aires (UBA). Especialista em História das Infâncias e Famílias.

Luciana Rossato

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2005), professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em História da Juventude e Ensino de História.

M. Paula Bontempo

Doutora em História pela Universidad de San Andrés (UDESA, 2013), professora da Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ) e investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas (Conicet). Especialista em História da Imprensa, consumo e sociabilidades infantis.

Olga Brites

Doutora em História pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP, 1999), professora da Pontifícia Universidade de São Paulo. Especialista em História da Infância.

Silvia Maria Fávero Arend

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2005), professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), especialista em História dos Direitos das Infâncias.

Susana Sosenski

Doutora em História pelo Colégio de México (Colmex, 2008), investigadora do Instituto de Investigaciones Históricas da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Co-diretora dos Seminários Historia de las Infancias y las Adolescencias e Historia de las Emociones, especialista em História das Infâncias.

Thiago Reisdorfer

Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2018). Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Ensino de História, Universidade e Juventudes.

Valeria Llobet

Doutora em Psicologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA), professora da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) e da Universidad de Buenos Aires, especialista em Problemas Sociais infantojuvenis. Investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas (Conicet).

Vera Lúcia Braga de Moura

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2011), gestora pública da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Especialista em História das Políticas Sociais para as Infâncias.

Nas últimas duas décadas, os estudos sobre as infâncias, adolescências e juventudes no campo das Ciências Sociais e Humanas se desenvolveram de forma intensa. *Cartografias das infâncias: História, representações e sensibilidades na América Latina* está inserido neste contexto, no campo da historiografia. A obra é resultado de colaborações oriundas do III Encuentro de la Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina - Rehial e I Seminário Nacional do Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude da Anpuh/Brasil. Os capítulos que compõem este livro buscaram analisar as mudanças socioculturais vivenciadas pelas crianças, adolescentes e jovens no continente, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX. Cada capítulo, a seu modo, problematiza as sociedades latino-americanas tendo em vista as ausências, incompletudes, direitos e políticas sociais levadas a cabo para as infâncias, adolescências e juventudes. E, apesar da diversidade dos problemas, das fontes e dos enfoques teórico-metodológicos, o livro coloca em cena as potencialidades de um campo de pesquisa consolidado, mas que compreende, nas redes acadêmicas que são tecidas, um compromisso da ordem do político, ainda distante do seu cessar: ampliar o respeito às distintas culturas infantojuvenis, destacar o protagonismo das crianças, dos adolescentes e dos jovens e enfrentar as questões sensíveis que permeiam a sua realidade social.

